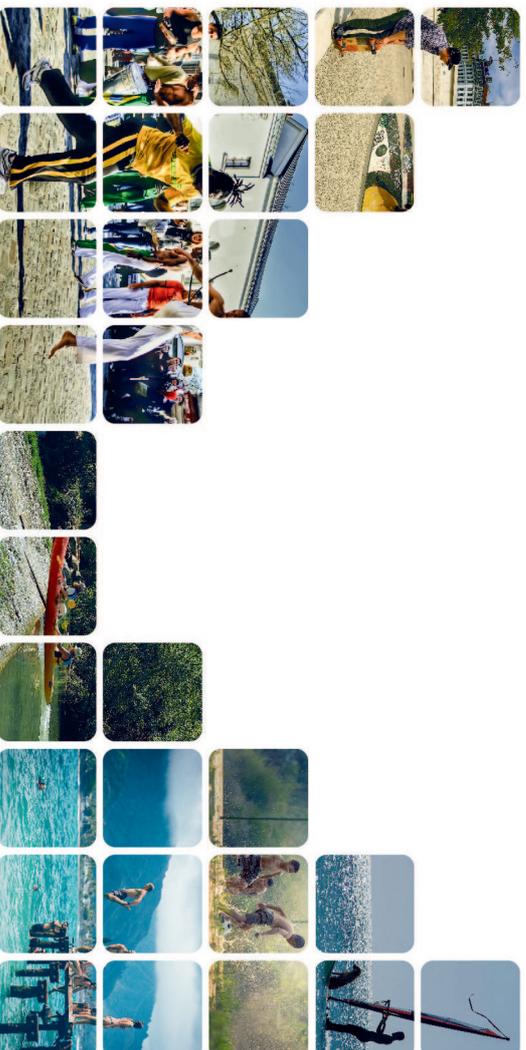




GESTÃO ESTRATÉGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER

PAULO HENRIQUE AZEVEDO
ANTONIO CARLOS BRAMANTE

Appris
Avaliadora



PAULO HENRIQUE AZEVEDO

Doutor em Ciências da Saúde, mestre em Administração, especialista em Administração de Recursos Humanos, tendo realizado duas graduações em Educação Física.

É professor associado da Universidade de Brasília (UnB), onde atua na Faculdade de Educação Física e coordena o Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte (Gesporte).

Membro de Notório Saber Esportivo do Conselho de Educação Física, Esporte e Lazer do Distrito Federal - Confed/DF (2012 a 2018).

Coordena projetos de gestão e marketing de empresas e eventos ligados à Educação Física, ao esporte, à recreação e ao lazer.

Organizou e coordenou 101 eventos em nível internacional, nacional, regional e local.

Idealizou e administra o blog gesporte.blogspot.com, o site gesporte.net e a página da rede social Facebook Gesporte, que tratam da gestão e do marketing do esporte e do lazer.



ANTONIO CARLOS BRAMANTE

Licenciado em Educação Física (São Carlos/SP). Mestre em Educação (Universidade Estadual de West Chester/EUA), em Ciências do Movimento e Desenvolvimento da Saúde. Doutor em Filosofia na área de Estudos do Lazer e Gestão de Parques Públicos (Universidade Estadual da Pensilvânia/EUA). Professor aposentado da Faculdade de Educação Física da Unicamp e professor visitante na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (UnB).

Foi diretor da Faculdade de Educação Física da ACM de Sorocaba por sete anos. Exerceu diversos cargos públicos na Prefeitura de Sorocaba, tais como Secretário da Criança e Adolescente, da Educação e Cultura, do Esporte e Lazer e da Juventude.

Foi diretor da Diretoria de Suporte Técnico do extinto Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), órgão ligado ao então ministro extraordinário dos Desportos, Edson Arantes do Nascimento/Pelé (Brasília, 1997).

A obra **Gestão estratégica das experiências de lazer** apresenta o leitor com uma coletânea de 38 textos produzidos por profissionais renomados, frutos de um evento tradicional e prestigiado nesse campo. O Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel) vem, ao longo de quase três décadas, aprofundando os debates acerca do lazer enquanto fenômeno urbano-industrial e qualificando pessoas que atuam profissionalmente nessa área. De que lazer estamos falando? Como ampliamos as oportunidades de proporcionar experiências significativas nesse campo, tendo em vista seus mais distintos interesses culturais, tais como as práticas físico-esportivas, as artes, o convívio social e o turismo, entre outros? Quais são as características essenciais dos diversos ambientes no qual essas experiências podem ocorrer, considerando todo o espectro – do setor público à iniciativa privada, passando pelas organizações do terceiro setor? Dada sua complexidade e as inúmeras variáveis que concorrem para a vivência dessa experiência, seria possível gerenciá-la? Quais são os elementos que devemos considerar para promover uma gestão estratégica das experiências de lazer? Esse é o tema deste livro, destinado a profissionais de diversas áreas e demais interessados.

Appris
de Editora



GESTÃO ESTRATÉGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER

Paulo Henrique Azevêdo
Antonio Carlos Bramante
(Organizadores)

GESTÃO ESTRATÉGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Sônia Magalhães
Biblioteca CRB9/1191

G393
2017

Gestão estratégica das experiências de lazer / Paulo Henrique Azevêdo, Antonio Carlos Bramante, organizadores. – 1. ed. – Curitiba : Appris, 2017.
337 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-473-0481-2
Vários autores

1. Lazer. 2. Esportes. I. Azevêdo, Paulo Henrique. II. Bramante, Antonio Carlos.

CDD 20. ed. – 793.0135

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel: (41) 3156 - 4731
<http://www.editoraappris.com.br/>

Appris
Editora

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Appris
Editora
Curitiba - PR
2017

Editora Appris Ltda.
1ª Edição - Copyright© 2017 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.
Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores.
Foi feito o Depósito Legal na Fundação Bibliotecária Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192,
de 14/01/2010.

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL Augusto V. de A. Coelho

Marli Caetano

Sara C. de Andrade Coelho

COMITÊ EDITORIAL

Andréa Barbosa Gouveia (UEPR)

Jacques de Lima Ferreira (PUCPR)

Marilda Aparecida Behrens (UFPR)

Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ)

Conrado Moreira Mendes (PUC-MG)

Eliete Correia dos Santos (UEPB)

Fabiano Santos (UERJ/IESP)

Francinete Fernandes de Sousa (UEPB)

Francisco Carlos Duarte (PUCPR)

Francisco de Assis (Flam-Faam, SP, Brasil)

Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL)

Maria Aparecida Barbosa (USP)

Maria Helena Zamora (PUC-Rio)

Maria Margarida de Andrade (Umack)

Roque Ismael da Costa Gúilich (UFFS)

Toni Reis (UFPR)

Valdomiro de Oliveira (UFPR)

Valério Brusamolín (IFPR)

Bruna Fernanda Martins

ASSESSORIA EDITORIAL

Carolina Cruz

COORDENAÇÃO - ARTE E PRODUÇÃO

Mathheus Miranda

DIAGRAMAÇÃO

Samara Lopez

CAPA

Cláudia Sater Melnik

REVISÃO

Carlos Eduardo H. Pereira

WEB DESIGNER

Eliane de Andrade

GERENTE COMERCIAL

Estevão Misael | Milene Salles

LIVRARIAS E EVENTOS

Selma Maria Fernandes do Valle

ADMINISTRATIVO



Universidade de Brasília



GESPORTE
Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte
Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação Física - FEF

igesporte
Instituto de Desenvolvimento do Esporte



MINISTÉRIO DO
ESPORTE



APRESENTAÇÃO

Faz parte da missão institucional do Serviço Social do Comércio promover o lazer, a recreação e a valorização do esporte para o cidadão e seus dependentes. O Sesc acredita que essas atividades são de fundamental importância para a qualidade de vida do ser humano. É por meio delas que o indivíduo encontra o prazer e o descanso que tanto anseia. Sabendo da importância do lazer, procuramos mostrar sua relevância junto à sociedade, por meio de atividades realizadas nas unidades do Sesc-DF durante todo o ano.

O lazer integra uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual e social, além de ser um meio privilegiado para o desenvolvimento pessoal e econômico. O lazer é um direito humano básico, e sua valorização está cada vez mais em evidência no cenário mundial, o que requer profissionais capacitados para atuação no mercado de trabalho. Nós já praticamos isso no âmbito do Sesc, contratando servidores qualificados e aplicando metodologias modernas para promover o bem-estar por meio do lazer.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), bem-estar físico, mental e social não é apenas ausência de doença. Um bom conselho que concorre para isso é adotar um estilo de vida saudável, o que nada mais é que incorporar ao cotidiano hábitos adequados ao modo de viver, como alimentação equilibrada, eliminação de vícios, bom relacionamento social, comportamento preventivo e prática de atividades físicas e de lazer. Isso tudo nos levará a uma vida saudável, prazerosa e, por isso, mais feliz. Esse é o intuito do Sesc ao oferecer seus serviços de lazer à população e ao contribuir com o avanço nos debates desse tema, como se propõe esta edição.

Um forte abraço,

Adelmir Santana

Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal

A IMPORTÂNCIA DO LAZER

Com uma trajetória de 70 anos de existência, o Sesc presta serviços em diversos campos da atividade humana, entre eles, o do lazer. Nessa área, desenvolve programações em suas unidades de serviços e em locais públicos e comunitários, como também atua na produção de conhecimentos. Ambas as vertentes são contributos da instituição ao fortalecimento do lazer na sociedade.

Particularmente no que se refere à produção de saberes, o Sesc alia-se ao Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte (GESPORTE), da Universidade de Brasília (UnB) e demais parceiros comuns que impõem a si a responsabilidade do repensar permanente sobre o tema. Juntos, editam publicações e organizam eventos para o debate das práticas cotidianas e das concepções acerca do lazer na contemporaneidade e também para anunciar e refletir, em uma atitude prospectiva, sobre as novas tendências e perspectivas futuras nessa esfera.

Citando, apenas como exemplo, a realização conjunta do 27º ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer), em 2016, entre tantas outras iniciativas. Aproveitamos este espaço para agradecer e ressaltar a importância dessa colaboração mútua no amadurecimento dos estudos, das análises e das proposições, envolvendo as experiências do Lazer. Esta publicação é um exemplo do esforço referido, em que se unem a UnB, o Ministério do Esporte e o Sesc-DF, como forma de contribuição ao debate das várias dimensões do lazer, que passam por suas formulações, modelos de gestão e vivências práticas.

Desejamos que a leitura dos artigos dos renomados especialistas que integram este livro possa iluminar as ações que hoje praticamos, ampliando nossa visão crítica, e possa, sobretudo, nos colocar diante dos futuros desafios que já nos aguardam no complexo campo do lazer.

José Roberto Sfair Macedo

Diretor Regional do Sesc-DF

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 O FUTURO DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER	19
<i>Ricardo Ricci Uvinha</i>	
CAPÍTULO 2 GESTÃO PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIDADE PARA O LAZER E O ESPORTE	31
<i>Paulo Henrique Azevêdo</i>	
CAPÍTULO 3 GESTÃO DO LAZER: ENTRAVES E PERSPECTIVAS RELATIVOS A PRODUÇÃO ACADÊMICA	45
<i>Gisele Maria Schwartz</i> <i>Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro</i> <i>José Pedro Scarpel Pacheco</i>	
CAPÍTULO 4 GESTÃO ESTRATÉGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER NA ESFERA FEDERAL	57
<i>Andréa Nascimento Ewerton</i> <i>Wagner Barbosa Matias</i>	
CAPÍTULO 5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: DISCUTINDO SUA CONSTRUÇÃO	73
<i>Gustavo André Pereira de Brito</i>	

CAPÍTULO 6	
AS COMPREENSÕES DE LAZER NA POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (2005-2012):	
A VISÃO DE GESTORES	93

Rita Maria de Fátima Peloso Grasso
Hélder Ferreira Isayama

CAPÍTULO 7	
BRASÍLIA 2060: BASELINE E OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS QUE ORIENTE O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA	109

Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende
Alexandre Jackson Chan Vianna
Pedro Leal

CAPÍTULO 8	
O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO PÚBLICO E LAZER	135

Mirleide Chaar Bahia
Silvio Lima Figueiredo

CAPÍTULO 9	
A PRAÇA É NOSSA, VAMOS REVITALIZÁ-LA! CONEXÃO ENTRE LAZER, EDUCAÇÃO URBANA E PRÁTICAS AMBIENTAIS	151

Simone Rechia
Emília Amelia Pinto da Costa Silva
Sobczynski Felipe Gonçalves

CAPÍTULO 10	
PARQUES DE BRASÍLIA/DF: ALCUNS APONTAMENTOS SOBRE FORMAS ESTRATÉGICAS DE GESTÃO DO USO PÚBLICO	161

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

CAPÍTULO 11	
PERSPECTIVAS FUTURAS DA GESTÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO DO LAZER: O PAPEL DOS PARQUES PÚBLICOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	173

Detrick Stanford

CAPÍTULO 12	
DOS LINEAS ARGUMENTALES POR LAS QUE NO ES ACCEPTABLE EN RECREACIÓN EL CONCEPTO DE GESTIÓN ESTRATÉGICA	181

Pablo Alberto Waichman

CAPÍTULO 13	
ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	189

Luiz Wilson Pina
Lucas Goulart
Sandra de Campos Seixas

CAPÍTULO 14	
ASPECTOS LEGAIS E DE SEGURANÇA EM ESPAÇOS DE LAZER NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DO PARADIGMA DO DESENHO UNIVERSAL	199

Junior Wagner Pereira da Silva

CAPÍTULO 15	
GESTÃO DE PESSOAS NO LAZER	217

Luiz Fernando de Oliveira

CAPÍTULO 16	
DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS E COMUNICACIONAIS PELO GESTOR DO LAZER	223

Nicolas Caballero Lois

CAPÍTULO 17	
O ESTADO DA ARTE ACERCA DO ENCONTRO TEMÁTICO DE PROFESSORES E PESQUISADORES EM RECREAÇÃO E LAZER NO ENAREL	233

Gisele Maria Schwartz

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro

Giselle Helena Tavares

CAPÍTULO 18	
LAZER E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	243

Tiago Aquino da Costa e Silva

Alipio Rodrigues Pines Junior

CAPÍTULO 19	
GESTÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER NO SESC E NO SESI NO BRASIL: DA CRIAÇÃO E DO PROCESSO HISTÓRICO AO ESTADO DA ARTE NO SÉCULO XXI	251

Luiz Wilson Pina

Luiz Carlos Marcolino

Márcia Cristina Pinto Bickel

CAPÍTULO 20	
GESTÃO ESTRATÉGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER EM CLUBES SOCIORECREATIVOS	265

Marcos Ruiz da Silva

CAPÍTULO 21	
A GESTÃO DE CLUBES SOCIAIS RECREATIVOS NA MODERNIDADE LÍQUIDA: O CASO AABB	271

Antonio Sergio Riede

CAPÍTULO 22	
LAZER NA ESCOLA: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA	287

Tereza Luiza de França

CAPÍTULO 23	
DESENVOLVIMENTO, TURISMO, LAZER E VIAGENS SENSORIAIS	301

Mozart Fazito

Diogo Xavier

CAPÍTULO 24	
OFICINA DE VIVÊNCIAS DENTRO DOS INTERESSES CULTURAIS DE LAZER - VIRTUAIS	311

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro

Gisele Maria Schwartz

CAPÍTULO 25	
INTERESSES INTELECTUAIS DO LAZER: A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS DE TABULEIRO	311

Alipio Rodrigues Pines Junior

CAPÍTULO 26	
INTERESSE ARTÍSTICO DO LAZER: UMA EXPERIÊNCIA POR MEIO DOS JOGOS DE IMPROVISO	329

Tiago Aquino da Costa e Silva

Filipe Rhein Spolle

INTRODUÇÃO

A intenção de realizar o 27º ENAREL em Brasília cumpriu vários objetivos: homenagear a cidade que deu total apoio a essa iniciativa nas três primeiras edições, trazer novamente o debate sobre o lazer para a região Centro-oeste depois de tantos anos, potencializar o *Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão das Experiências de Lazer (GEPGEL)*, recém-instalado no Laboratório GESPORTE da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, recuperar a internacionalização do evento, e explorar a temática *gestão do lazer*, ainda pouco estudada no país, entre outros.

Em relação a essa temática, o evento foi concebido sobre um tripé estratégico: (a) os diversos interesses culturais do lazer, (b) as distintas dimensões da gestão e (c) o locus nos quais as experiências de lazer ocorrem. Quanto ao formato adotado, além das conferências de abertura e encerramento, foram realizadas duas mesas-redondas, sete minicursos sobre gestão, sete oficinas sobre vivências, explorando os interesses culturais do lazer, e sete encontros temáticos institucionais. Coroados todo esse conteúdo, aconteceu uma etapa científica, com a apresentação de mais de 50 comunicações orais e quase uma centena de pôsters.

Este livro retrata boa parte do conteúdo desenvolvido no ENAREL_2015. São 26 capítulos escritos por 38 autores, cobrindo o tema em suas diversas facetas. Inicialmente o tema gestão do lazer é tratado na perspectiva presente-futuro e em relação à produção acadêmica, tratando para o campo das políticas públicas. Nesse processo acelerado de urbanização que vem ocorrendo em praticamente cada canto do país, a cidade revela-se como o local privilegiado da vivência do lazer. Nesse sentido, também concorreu para a concepção do evento uma das características marcantes de Brasília, que são seus parques e suas unidades de conservação, os quais estão contemplados em vários capítulos deste livro.

A gestão do lazer aplicada também foi incluída no livro, tratando de espaços e equipamentos, seus aspectos legais e de segurança, as pessoas que trabalham nesses locais, assim como questões ligadas ao *marketing*

e comunicação. Ao tratar dos distintos *loci* nos quais as experiências de lazer ocorrem, abordando seus mais variados interesses culturais, vamos encontrar capítulos que instigarão o leitor a reflexões que poderão contribuir na qualificação de sua intervenção profissional. O “Sistema S”, os clubes sociais e recreativos e a escola estão entre esses ambientes de lazer, assim como o perfil do animador sociocultural, o turismo, o lazer virtual e os interesses intelectuais e artísticos são igualmente abordados.

É nosso desejo que a leitura desta obra inspire os profissionais que atuam no campo, oferecendo atualização de seus conhecimentos, contribuindo para uma intervenção mais qualificada, visando ao desenvolvimento das pessoas nessa dimensão privilegiada da vida humana que é o lazer.

Paulo Henrique Azevêdo e Antonio Carlos Bramante
Organizadores

CAPÍTULO 1

O FUTURO DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER

Ricardo Ricci Uvinha¹

1.1 Introdução

A vigésima sétima edição do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) foi promovida pelo Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte (GESPORTE) em copromoção com o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Universidade de Brasília (UnB). Foi realizado de 04 a 06 de novembro de 2015, utilizando-se as instalações do Estádio Mané Garrincha, na capital federal, e trouxe como tema central a *Gestão Estratégica das Experiências de Lazer*.

Durante três intensos dias de relevantes discussões, permitiu-se em tal evento uma série de reflexões em torno do tema do lazer. Uma dessas discussões se referiu ao *Futuro das Experiências de Lazer*, sendo organizada uma mesa temática para tal intento. O texto a seguir refere-se à apresentação realizada no encontro pelo presente pesquisador, destacando-se uma breve trajetória de sua participação no ENAREL e os principais pontos desenvolvidos na referida mesa na 27ª edição do evento.

1.2 ENAREL: experiência de encontro e identidade com o campo do lazer

Preliminarmente ao enfoque no futuro das experiências de lazer, vale ressaltar a experiência do pesquisador com o ENAREL, evento

¹ Professor livre-docente da graduação e pós-graduação da EACH/USP e líder do GIEL/USP/CNPq. Atualmente é presidente da ANPEL e vice-presidente da Organização Mundial de Lazer, Universidade de São Paulo. E-mail: uvinha@usp.br.

que atribui especial identidade à formação do campo do lazer no Brasil tanto em seus aspectos acadêmicos como profissionais. Sabidamente, a partir de literatura disponível (BRAMANTE; PINTO, 2014), o ENAREL se iniciou em 1989 em Brasília-DF a partir do interesse de um pequeno grupo de professores de Educação Física em princípio interessados na discussão de elementos profissionais da área. Rapidamente, o evento foi se consolidando como um dos mais relevantes na temática tanto no Brasil como na América do Sul.

A primeira experiência do pesquisador se deu no V ENAREL, realizado de 19 a 24 de outubro de 1993 no SESC Bertoga-SP. O tema foi *O lazer e suas inter-relações com a sociedade* e coincidia com a formação do pesquisador na especialização em Recreação e Lazer realizada naquele momento na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), de onde, aliás, eram oriundos diversos professores que participavam ativamente da programação daquele encontro².

No ano seguinte, o ENAREL foi realizado em sua sexta edição na cidade de Brasília-DF, período de 02 a 06 de novembro de 2014, no tema de *Políticas públicas de lazer e promovido pelo então Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação do Distrito Federal* (NETO-WACKER, 2014). Foi a primeira oportunidade que o pesquisador teve de participar de um evento temático em sua área de formação na capital do país, algo que se repete na edição do ENAREL em 2015 e que torna a participação no evento ainda mais especial.

Nessa trajetória de participação de quase 21 anos no ENAREL, algumas delas envolvido diretamente na elaboração da programação e/ou no relato do evento³, vale destacar, para propósito deste texto, a participação na equipe organizadora da 20ª edição do encontro realizada no Sesi Vila Leopoldina em São Paulo em novembro de 2008. Isso porque, naquela oportunidade, o tema era também sobre gestão, intitulado *Gestão do lazer: competências e atuação multiprofissional*. O objetivo maior daquela edição era o de identificar o lazer em sua atuação nos

distintos segmentos, sejam eles científicos, técnicos ou operacionais, refletindo sobre a diversidade do lazer e sua complexidade em termos de gestão profissional (UVINHA; STOPPA, 2014).

Em todas essas oportunidades, consubstanciadas nessa longa trajetória em que o ENAREL foi sediado em diversas cidades brasileiras e promovido por respeitadas instituições e universidades, o pesquisador buscou refletir sua contribuição para o futuro das experiências de lazer baseado em sua própria experiência como acadêmico e sua participação no referido evento. Elementos referentes especificamente ao desenvolvimento da fala em tal mesa nessa 27ª edição do ENAREL serão destacados a seguir.

1.3 Mesa redonda "o futuro das experiências de lazer": XXVIII ENAREL

A referida mesa foi realizada no primeiro dia do ENAREL e contou com a participação, além do pesquisador, também do prof. Pablo Wai-chman (Instituto Superior de Tiempo Libre y Recreación – Argentina) e da prof^a Andréa Nascimento Ewerton (Ministério do Esporte – Brasil). A plateia esteve presente em grande número e era constituída pelas mais diversas formações e campos de atuação no âmbito do lazer.

A fala do pesquisador foi a primeira da mesa, mediada pela prof^a Dra^a Mirleide Chaar Bahia (Universidade Federal do Pará), e realizada em aproximadamente vinte minutos. Ao final das três apresentações, seguiu-se intenso debate com a plateia e com os demais expositores. A apresentação em tela iniciou-se com a exposição de duas reportagens amplamente debatidas em jornais e revistas na semana da realização do evento, justamente atreladas ao futuro das experiências de lazer.

A primeira reportagem foi baseada no polêmico artigo publicado por cientistas da Dinamarca e Austrália anunciando a descoberta de uma pílula que imitaria os efeitos do exercício físico nas pessoas. Em tese, o medicamento tenderia a deixar a atividade física obsoleta no futuro, pois bastaria tomar tais pílulas para evitar as longas horas

² Para informações complementares sobre tal evento sugere-se a leitura de Pina (2014).

³ Nesse âmbito, se destaca a participação na organização da 15ª edição do ENAREL em Santo André-SP, em que o SESC local recebeu o evento temático à *Lazer e trabalho: novos significados na sociedade contemporânea* (COSTA; UVINHA, 2014) ou ainda o relato da 22ª edição realizada em Atibaia, referente ao tema *Lazer e hospitalidade: megaventos esportivos* (UVINHA, 2014).

de academia e atividade ao ar livre (BBC Brasil, 2015). Estaria assim ameaçada a experiência física e/ou esportiva no lazer? O futuro aceitaria sujeitos cada vez mais sedentários, enclausurados em seus lares e adeptos incondicionais desses medicamentos?

A segunda reportagem utilizada referia-se ao turismo espacial, atividade que cresce de forma exponencial na Europa e nos EUA, em especial no que se refere à demanda de pessoas interessadas (e qualificadas financeiramente) para participar de tal experiência. Até então, tais viagens estavam disponíveis para os bilionários apenas, como o caso do canadense e fundador do *Cirque du Soleil* Guy Laliberté, que viajou ao espaço em setembro de 2009 pela empresa *Space Adventures*. Com a popularização da oferta, especialmente encabeçada por empresas como *Virgin Galactic* e *Xcor Aerospace* e disponível para os milionários de plantão, cria-se a expectativa de consolidação de um segmento intitulado Turismo Espacial (OBSERVER, 2015). Seria assim tal segmento uma tendência na experiência de lazer em um futuro próximo? Estaria um dia, de alguma forma, acessível a classes economicamente menos abastadas na população mundial?

Impulsionado pelo interesse da plateia em tais polêmicos assuntos no senso comum, o pesquisador também explorou em sua apresentação reflexões acadêmicas sobre o futuro das experiências do lazer, coletadas por meio de pesquisas e literatura temática. Uma importante inspiração para tal reflexão foi oriunda de produção recente realizada em coautoria com um colega pesquisador da USP (UVINHA; STOPPA, no prelo) em que se procurou contribuir para a nova edição da já clássica obra organizada por Wagner Wey Moreira em 1992, intitulada *Educação Física e Esportes: perspectivas para o Século XXI*.

Em tal contribuição, ao tratar do lazer e de suas características na sociedade contemporânea, ressaltamos que, para entendermos a questão do lazer em nossa sociedade é necessário discutir sua relação com as demais esferas da vida social e com o período histórico em que ele está inserido, uma vez que tal situação mostra as diversas transformações que ocorreram no lazer. Desse modo, destacamos que as transformações ocorridas ao longo do processo histórico da sociedade refletiram em diversas mudanças nos hábitos de lazer, no trabalho, na economia, na educação, na

cultura e na arte e que, se todos esses elementos fossem pensados de forma estanque, não seria possível alcançar uma compreensão mais abrangente sobre a importância e o significado que cada área possui para a sociedade (UVINHA; STOPPA, no prelo).

Inspirado por essa discussão e com base nas experiências e pesquisas realizadas pelo próprio pesquisador, destacaram-se na apresentação os seguintes tópicos para uma reflexão sobre o futuro das experiências de lazer (quadro 1). Tais tópicos serão comentados brevemente a seguir:

Experiência	Tema
A aproximação contínua entre o lazer e demais esferas da vida social, em especial ao trabalho.	Lazer e esferas sociais
A atenção ao lazer como direito fundamental para o exercício da cidadania.	Lazer, direito e cidadania
A implementação da reflexão sobre o lazer, articulando-o com o conhecimento produzido para "além das nossas fronteiras".	Lazer e internacionalização
O fortalecimento das políticas de fomento ao lazer, em especial as públicas.	Lazer e políticas
A ampliação de oportunidades para o usufruto do lazer, com enfoque nos equipamentos não específicos e utilização de tecnologias de informação.	Espaços e equipamentos; tecnologias no lazer
A valorização das experiências atreladas aos conteúdos culturais do lazer, em especial os turísticos.	Lazer e Turismo

QUADRO 1 – TENDÊNCIAS POSSÍVEIS NAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

No que concorre ao tópico *A aproximação contínua entre o lazer e demais esferas da vida social, em especial ao trabalho*, ressaltou-se uma

forte tendência ao “afrouxamento” que então separava o lazer do trabalho, em especial no que diz respeito ao seu tempo, atitude e atividade. Edgar Jackson é um dos relevantes autores atuais que refletem sobre o assunto e ressalta que, apesar de sugerir ser pouco importante em uma sociedade que valoriza o trabalho, o lazer pode expressar profundamente expressões de uma dada cultura e pode se tornar a parte mais importante da vida das pessoas por proporcionar autorrealização, com substanciada tanto na forma individual ou coletiva (JACKSON, 2006). Foram relatadas na apresentação as diversas iniciativas de empresas em aproximar o lazer do trabalho, como nos grêmios recreativos, nas associações desportivas classistas ou ainda na ginástica laboral, tendo em conta na reflexão o olhar crítico para sua realização em uma possível concepção funcionalista utilitarista.

Ainda nesse tópico, com relação às demais esferas sociais, retomou-se o clássico livro de José Magnani, *Festa no pedaço*, em que se destaca certo paradoxo no entendimento do lazer nas populações mais carentes de áreas urbanas densamente povoadas: por um lado, o lazer é apresentado com baixa ressonância na população de periferia e considerado sem relevância perante assuntos tidos como mais sérios, como trabalho, política, condições de habitação, demanda por serviços e equipamentos; por outro, o autor identifica o rico cenário do lazer das “camadas populares”, consubstanciado por experiências nos chamados “pedaços” como o bar da esquina, os clubes de futebol de várzea, as casas do noite, os bailes populares, os grupos de mutirão, os rituais de umbanda e candomblé, os curandeiros e benzedeiros, as excursões populares, as duplas setanejas, a ida ao circo, entre outras importantes atividades (MAGNANI, 2003).

Na apresentação desse tópico, destacou-se ainda que evidentemente tal tendência à valorização do lazer em sua relação com as demais esferas da vida social também aguçou o interesse de um especializado mercado. Colabora com tal discussão o pesquisador inglês Chris Rojek (2006), que ressalta que as mais diversas formas de lazer, por sua popularidade, atraem o interesse do mercado, que procura “empacotar” as atividades realizadas em nível local e denotadoras de uma dada cultura para todo o conjunto da população.

Em *A atenção ao lazer como direito fundamental para o exercício da cidadania* refletiu-se sobre a relevância de tal tópico para a gestão estratégica do lazer. Entre outros, foi utilizada como fonte a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, promulgada pela Organização das Nações Unidas (UN, 1948)⁴, já quem em seus artigos 24 e 27 destaca: “*Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas*”. Artigo 24) e “*Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios*” (Artigo 27).

Já no desenvolvimento do tópico *A implementação da reflexão sobre o lazer, articulando-o com o conhecimento produzido para além das nossas fronteiras*, regatou-se a importância de intercambiar conhecimento produzido no Brasil sobre o lazer com eventos e grupos de pesquisa temáticos pelo mundo. Voltando a Jackson (2006), coaduna-se com o fato de que uma definição de lazer que se proponha universal é praticamente impossível, pois na sociedade ocidental, influenciada pela tradição judaico-cristã e ética protestante, o lazer é comumente visto como tempo liberado do trabalho e de outras obrigações, que não significa que o seja no contexto oriental, por exemplo.

Nesse cenário, vislumbrou-se a importância de acordos bilaterais com relevantes associações temáticas mundiais, como a *National Recreation and Park Association* (NRPA), nos EUA; a *Australian and New Zealand Association for Leisure Studies* (ANZALS), na Oceania; a *Leisure and Recreation Association of South Africa* (LARASA), na África do Sul; a *Canadian Association for Leisure Studies* (CALS), no Canadá; a *Leisure Studies Association* (LSA) no Reino Unido; a *Asia-Pacific Center for the Study of Leisure* (APCL), na China; e a *World Leisure Organization* (WLO), hoje sediada na Espanha, entre outras.

A tendência de *fortalecimento das políticas de fomento ao lazer, em especial as públicas* foi desenvolvida por meio da análise de diversos documentos, com destaque para a Declaração de São Paulo intitulada *Leisure in a Globalized Society*. Tal declaração, promulgada por ocasião do Congresso Mundial de Lazer realizada em 1998 na referida cidade, traz em seus dez

⁴ As citações de UN (1948) são traduções livres do autor deste artigo.

artigos um enfoque sobre a importância da promoção em políticas de lazer, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor. Considera-se aqui, entre outros, o artigo 8: "Todos os setores privados e públicos assegurem que as políticas sejam implementadas para propiciar programas de ensino de lazer para escolas e sistemas comunitários, assim como programas para formar os recursos humanos voluntários e profissionais" (WLO, 1998)⁵.

A ampliação de oportunidades para o usufruto do lazer, com enfoque nos equipamentos não específicos e utilização de tecnologias de inovação foi outra tendência destacada na apresentação. Tal discussão se deu, principalmente, pelo aspecto de globalização associado ao lazer, seja em seu estudo, seja em sua vivência na sociedade contemporânea. Como nos aponta Garry Chick (2006), formas de expressão no lazer pela arte, dança, música, religião, vestuário, linguajar, prática esportiva e gastronomia denotam e celebram identidades individuais e coletivas. As oportunidades de usufruto do lazer em equipamentos não necessariamente construídos para tal finalidade (como ruas, praças, escolas), bem como a crescente utilização de tecnologias de inovação, parecem trazer elementos inexoráveis à constituição de uma tendência do lazer em diversos países no mundo.

Finalmente, apontou-se uma forte tendência à valorização do turismo como conteúdo associado ao lazer. A pesquisa *Públicos de Cultura*, realizada pelo Serviço Social do Comércio (SESC, 2014), com uma população brasileira de 16 anos ou mais residente nas áreas urbanas, desenvolveu uma pesquisa de abrangência nacional com 2.400 entrevistadas e distribuição geográfica em 139 municípios de 25 estados das cinco regiões do país. Tal pesquisa identificou, entre outros, uma forte tendência associada à preferência do turismo como atividade no tempo livre. No gráfico a seguir, reproduz-se parte dessa pesquisa, na qual o item "viajar" assumiu uma indiscutível liderança quando se tem como questão as atividades que se gostaria de fazer nas horas livres se não fosse preciso preocupar-se com tempo, dinheiro ou permissão de alguém:

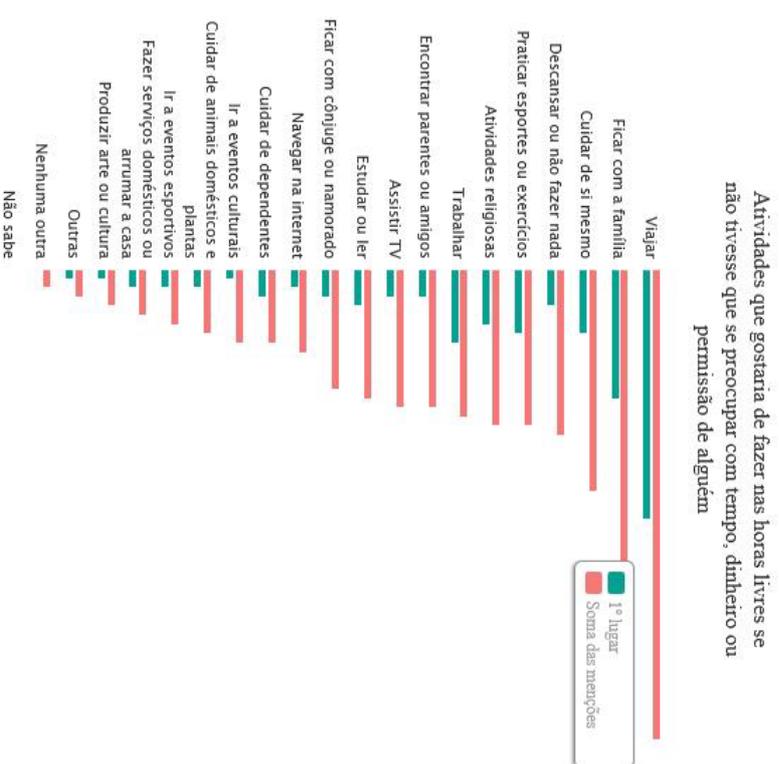


GRÁFICO 1 – TURISMO COMO DESTAQUE NA PREFERÊNCIA POR ATIVIDADES DE LAZER
 FONTE: ADAPTADO DE SESC (2014)

Colaborando com o debate sobre o turismo como experiência emergente no lazer, destacou-se o setor como parte do processo de globalização, envolvendo mercados em uma escala mundial, afetando assim as relações laborais e aspectos culturais nas comunidades em que atua e sendo concebido como peça-chave de um amplo movimento de dimensão global. Ressaltou-se ainda que o turismo deve ser entendido não somente como um compêndio do desenvolvimento econômico da sociedade capitalista atual, mas como dimensão humana de elevada relevância para a busca de engajamento social e usufruto de valores também contestadores do sistema vigente (UVINHA; STOPPA, no prelo).

⁵ As citações de WLO (1998) são traduções livres do autor deste artigo.

1.4 Conclusão

A estratégia encontrada por este pesquisador para discutir o futuro das experiências de lazer foi inicialmente tratar de seu passado, concentrando sua própria experiência em edições do ENAREL para aí então refletir perspectivas futuras. Nesse sentido, foram identificadas diversas atuações enquanto participante e organizador do ENAREL em uma trajetória de quase 21 anos de história.

A seguir, buscou-se elencar tendências no lazer a partir de diversos temas a ele associados, como esferas sociais, direito e cidadania, internacionalização, políticas, equipamentos, tecnologias e turismo. Conclui-se exaltando a rica discussão posterior à apresentação no evento, realizada tanto com os integrantes da mesa quanto com a plateia. Espera-se assim ter contribuído com a reflexão sobre o tema específico da mesa redonda, bem como com o sucesso dessa 27ª edição do ENAREL.

1.5 Referências

- hBC Brasil. (2013). **Pesquisadores geram polémica com promessa de "pílula do exercício físico"**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/noticias>>. Acesso em: 01 dez. 2015.
- BRAMANTE, A. C.; PINTO, L. M. S. de M. Relendo o nascer do ENAREL. In: MARCELLINO, N. C.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **ENAREL: 25 anos de história**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 17-26.
- CHICK, G. Leisure and cultural identity. In: JACKSON, E. L. (Ed.). **Leisure and the quality of life: impacts on social, economic and cultural development** – Hangzhou Consensus. Hangzhou, China: Zhejiang University Press, 2006. p. 164-178.
- COSTA, E. T.; UVINHA, R. R. Lazer e trabalho: novos significados na sociedade contemporânea. In: MARCELLINO, N. C.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **ENAREL: 25 anos de história**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 145-164.
- JACKSON, E. L. Setting the stage: introduction to the World Leisure Consensus Symposium on Leisure and the Quality of Life. In: _____. (Ed.). **Leisure and the quality of life: impacts on social, economic and cultural development** – Hangzhou Consensus. Hangzhou, China: Zhejiang University Press, 2006. p. 17-24.
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

- NETO-WACKER, M. de F. Do nascimento do ENAREL a suas primeiras edições: um depoimento. In: MARCELLINO, N. C.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **ENAREL: 25 anos de história**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 27-38.
- OBSERVER Innovation. **2016 could be the year space tourism takes off**: suborbital rocket flights may soon be available to people who are merely really rich. Disponível em: <<http://observer.com>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

- PINA, L.W. O. S. ENAREL. In: MARCELLINO, N. C.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **ENAREL: 25 anos de história**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 43-48.
- ROJEK, C. Commodification, globalization and leisure: how harmful leisure forms are re-positioned in the global marketplace. In: JACKSON, E. L. (Ed.). **Leisure and the quality of life: impacts on social, economic and cultural development** – Hangzhou Consensus. Hangzhou, China: Zhejiang University Press, 2006. p. 138-145.
- SESC. Serviço Social do Comércio. (2014). **Públicos de Cultura**. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura/pesquisa/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.
- UN. UNITED NATIONS. (1948). **The Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- UVINHA, R. R. Lazer e hospitalidade: megaeventos esportivos. In: MARCELLINO, N. C.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **ENAREL: 25 anos de história**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 265-274.
- _____; STOPPA, E. A. Gestão do lazer: competências e atuação multiprofissional. In: MARCELLINO, N. C.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **ENAREL: 25 anos de história**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 241-254.
- _____; _____. Reflexões e perspectivas sobre o Lazer no campo da Educação Física e Esportes. In: MOREIRA, W. W.; NISTA-PICCOLO, V. L. (Orgs.). **Educação Física & Esportes: novas perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus. (no prelo).
- WLO. World Leisure Organization. (1998). **Sao Paulo Declaration: leisure in a globalized society**. Disponível em: <<http://www.worldleisure.org>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CAPÍTULO 2

GESTÃO PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIDADE PARA O LAZER E O ESPORTE

Paulo Henrique Azevêdo⁶

2.1 Relevância do lazer e do esporte

A relevância do lazer e do esporte para a sociedade tem sido comprovada em pesquisas e, fundamentalmente, pelos resultados de práticas pontuais, notadamente oriundas de políticas públicas que, infelizmente, não estão consolidadas no Brasil. Embora cada cidadão deva contribuir para seu desenvolvimento, cabe ao Estado a ação protagonista no planejamento e efetivação de políticas públicas para o lazer e o esporte.

Existe relação direta entre lazer e saúde, lazer e educação, lazer e qualidade de vida, as quais não podem ser negligenciadas (MELO, ALVES JUNIOR, 2012). Para Marcelino (2002), a prática do lazer é estimulada pelos governos, sendo que o um terço a mais que é pago nas férias é um incentivo para que o trabalhador usufrua esse benefício para seu lazer; porém, nem todos têm conhecimento de que é essa a finalidade desse recurso.

No que se refere à prática de atividade física, os benefícios podem ser comprovados e são associados principalmente aos aspectos antropométricos, neuromusculares, metabólicos e psicológicos (MATSUDO; MATSUDO, 2000). Para Guedes e Guedes (1995), além de promoverem a saúde, exercícios físicos habituais influenciam na reabilitação de determinadas patologias relacionadas ao aumento dos índices de morbidade e mortalidade. O American College of Sports Medicine (ACSM) e a American

⁶Doutor em Ciências da Saúde, mestre em Administração e especialista em Administração de Recursos Humanos. Professor associado da Universidade de Brasília (UnB), onde atua na Faculdade de Educação Física como coordenador do Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte (GESPORTE).

Heart Association (AHA) sugerem que as pessoas devem manter-se suficientemente ativas em todos os momentos da vida (HASKELL et al., 2007).

Se por um lado está consolidada a percepção da relevância do lazer e da atividade física para a saúde, o bem-estar e a socialização, o mesmo não se pode dizer com relação ao grau de pertinência das eficientes e eficazes práticas na definição de políticas qualificadas e perenes do lazer e do esporte.

2.2 Políticas públicas para o lazer e o esporte

A universalização do lazer e do esporte como política pública esbarra em entraves cruciais no planejamento, realização, avaliação e continuidade desse processo, principalmente de respaldo político e, decisivamente, de ações competentes e qualificadas na gestão do projeto. A assistência à saúde, que é um direito social (Constituição Federal, 1988, artigo 6º), é oferecida pelo governo a toda a sociedade – mesmo com todas as deficiências –, independentemente do fato de o cidadão ter ou não condições de manter um plano de saúde privado.

O lazer encontra-se previsto como direito social, nos mesmos moldes e até no mesmo artigo da Constituição Federal que contempla a saúde. Ocorre que não são encontradas no Brasil políticas públicas consolidadas e que permitam aos cidadãos optarem ou não por realizarem atividades de lazer colocadas à disposição pelo Estado, tal como ocorre com a saúde, educação e segurança. O Estado brasileiro ainda não oferece política de lazer de maneira universalizada a toda sua população. Mesmo não sendo um direito social previsto na Constituição Federal, o esporte possui a essência que o coloca como imprescindível para a saúde e como relevante fator social.

Propiciar benefícios para a saúde, por meio do lazer e do esporte, depende essencialmente do modelo de gestão. Este deve garantir práticas de qualidade a toda a comunidade, adotar processo de gestão que assegure a eficiente execução do projeto e apresentar prestação de contas dos resultados obtidos para que sejam fonte indutora de sua continuidade. O que acontece historicamente, no desenvolvimento de políticas públicas

para o lazer e o esporte no Brasil, é que o processo de definição e execução fica concentrado em pessoas que não possuem o conhecimento e qualificação compatíveis com o nível de exigência para a realização de um projeto de Estado, o que inviabiliza a universalização dessas práticas¹.

Sposito e Carrano (2003) entendem que a realidade das cidades é mais complexa que as corréias de transmissão da centralização política. Assim, há sempre a possibilidade de saídas locais, tanto envolvendo a gestão criativa e participativa dos recursos, quanto a reprodução dos velhos clientelismos políticos no trato com jovens participantes das atividades propostas por programas induzidos pelo poder central. Assim, cabe aos gestores a decisão por práticas saudáveis, ou os tradicionais descaminhos constatados na política nacional.

Políticas públicas voltadas ao lazer e ao esporte, de acordo com Tavares (2006), tem sido alvo de críticas porque, além de desconsiderarem conhecimentos técnicos da gestão de projetos sociais, são motivadas por ações oportunistas e acabam não se efetivando como agentes de transformação social. Segundo esse autor, percebe-se pouca preocupação e despreparo de muitos políticos e gestores com os resultados de um projeto social, por entenderem que os prejuízos provenientes de uma má elaboração e um incorreto desenvolvimento não devem ser contabilizados. Maia (2003) afirma que é por meio das políticas públicas que devem ser oferecidos os bens e serviços públicos, com o intuito de reduzir as diferenças econômicas e socializando os direitos sociais.

2.3 A importância da gestão profissional do lazer e do esporte

A gestão do lazer e a gestão do esporte são áreas do conhecimento que têm gerado profundas modificações nesses ambientes, exercendo forte influência nas práticas atuais. Boa parte dos autores, ao se referir à gestão do esporte, trata, também, por similaridade, da gestão do lazer, e assim foi considerado no presente estudo. Uvinha

¹ Isso pode ser constatado pela inexistência de políticas públicas para o lazer e o esporte no Brasil que sejam perenes e universais nesse contexto.

e Stoppa (2014) ressaltam a importância das investigações sobre as competências necessárias para uma atuação eficiente e multiprofissional na gestão do lazer em diferentes segmentos.

Ao pesquisar o perfil do gestor do lazer nas empresas, Maciel (2009) constatou a presença de profissionais de diferentes áreas, atuando diretamente no contexto do lazer. Os resultados encontrados indicaram a necessidade de esclarecimentos sobre como atuar, de modo efetivo, para o desenvolvimento de atores sociais engajados com os processos de cidadania. Notou-se a ausência de gestores qualificados para o exercício de atividades que requerem tal nível de exigência, o que compromete o alcance das metas almejadas.

Nesse sentido, Bramante (1995) salienta que, na formulação de políticas públicas de lazer, dentre outros quesitos, é relevante a seleção e desenvolvimento de pessoas técnicas e agentes voluntários que darão sustentação à sua execução. Outro ponto importante é a promoção de encontros de formação e atualização profissional, visando à disseminação dos conhecimentos da área do lazer, assim como a orientação do corpo técnico sobre a política a ser implantada.

Para Lopes e Pires (2001), se forem utilizadas as mesmas soluções para os problemas que existem, não se pode esperar obter resultados muito diferentes daqueles que já foram obtidos no passado. Azevêdo e Barros (2004a) corroboram essa assertiva e afirmam que existe uma tendência dos gestores em tomarem decisões baseando-se em fatos e experiências anteriores. Contudo deve-se ter certo cuidado, pois essas decisões podem se tornar armadilhas, uma vez que os resultados produzidos podem ser diferentes dos obtidos anteriormente. Há a necessidade de ter o cuidado de planejar as ações a serem adotadas, tentando minimizar os erros que possam ocorrer.

Segundo Bramante (2006), a proposta de um modelo teórico simples para compreender o universo dos "negócios do ócio" (p. 7), vinculados a uma base conceitual de gestão quase inexistente no ambiente do lazer e do entretenimento, demonstra a carência de preparação profissional de indivíduos para a ocupação de postos

de trabalho decorrentes de atividades nessa área, tanto no setor público como no meio empresarial. Para o autor, ainda prevalece a execução de ações com pouco planejamento e reduzido espaço para avaliação das atividades realizadas.

Para ser caracterizado como profissional, um indivíduo deve possuir os conhecimentos teórico-práticos da área de atuação e perceber remuneração pelo desempenho de suas atividades. O profissional é, portanto, um indivíduo qualificado e dotado de competências para o desenvolvimento de determinadas atividades, para as quais ele recebe remuneração específica (AZEVEDO, 2009).

De acordo com Azevêdo, Barros e Suaiden (2004), para que a gestão seja profissional, deve ser transparente, deve passar a ter visão de rentabilidade e lucro e deve ocorrer uma constante busca por parcerias com outras empresas, ficando sob constante fiscalização. A única forma de permanência no mercado competitivo é a apresentação de resultados positivos ao longo dos anos. Ocorre que a gestão esportiva profissional não é importante apenas no ambiente empresarial, mas também vital no desenvolvimento de políticas públicas para o lazer e o esporte. Segundo Azevêdo e Barros (2004a), a gestão pública do esporte tem valor decisivo na definição de prioridades e implantação de políticas sociais. Portanto, é notória a necessidade de preparo do gestor público ligado a essa área para que haja o enfrentamento de etapa administrativa que, se mal conduzida, pode implicar o desperdício do erário e prosseguimento de um *status quo* indesejável pela sociedade, que é o da exclusão social. A profissionalização da gestão pública do lazer e do esporte brasileiro é fundamental para a promoção de seu exercício enquanto um direito constitucional e ação social relevante.

Da mesma forma que ocorre no ambiente empresarial, no desenvolvimento de políticas públicas para o lazer e o esporte, deve ser atribuído valor à gestão qualificada e competente, visando sempre à garantia de perenização dessas políticas. É necessário reavaliar uma mudança conceitual e passar a enxergar relevância no comportamento administrativo fundamentado em modernas técnicas e

acompanhado de atitudes que possam reduzir os riscos e aumentar as possibilidades de sucesso do processo a ser desenvolvido².

2.4 Gestão profissional do lazer e do esporte e o impacto para a saúde

Projetos inconsistentes, pouco criativos e restritivos, de curta duração e elaborados por pessoas não capacitadas prejudicam a saúde da população na medida em que as pessoas interrompem suas atividades, retornam ao sedentarismo e, muitas vezes, não encontram motivação para voltar às práticas quando surgem novas ações de lazer e do esporte. Pode-se verificar nesse processo o que denominamos “gangorra da atividade física”, caracterizada pela alternância de momentos em que as atividades são oferecidas, com outros em que os projetos são paralisados, o que consequentemente faz com que apenas parte dos praticantes retorne à atividade.

Embora as experiências de lazer sejam mais amplas do que as do esporte em si, nelas também as interrupções podem tanto influenciar a motivação inicial como estagnar o processo educativo para o lazer, o qual se desenvolve por meio de uma pedagogia própria ao longo do tempo, independente do conteúdo cultural a ser considerado.

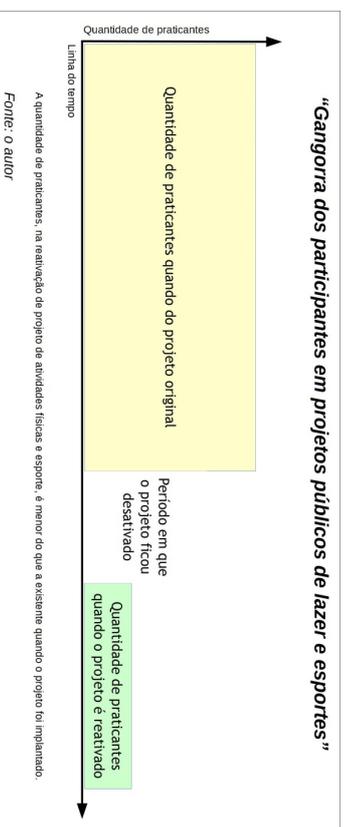


GRÁFICO 1 – GANGORRA DOS PARTICIPANTES EM PROJETOS PÚBLICOS DE LAZER E ESPORTES

² Adaptado de AZEVEDO, P. H. O Esporte com o Negócio: uma visão sobre a gestão do esporte e nos dias atuais. *Revista Estudos*, Goiânia, v. 36, n. 91a, p. 929-939, set./out. 2009.

De maneira antagônica, projetos bem planejados, criativos, que buscam a universalização e são desenvolvidos por profissionais qualificados, tendem a se perpetuar e interferem positivamente na saúde dos praticantes, posto que os efeitos benéficos são progressivos, duradouros e contagiam mais e mais indivíduos a adotar um estilo de vida ativo. Há, portanto, a necessidade da capacitação de gestores públicos do lazer e do esporte, que sejam profissionais (a) habilitados a empreenderem ações gerenciais no desenvolvimento de políticas públicas e (b) com conhecimento substancial sobre o lazer e o esporte, desde seus aspectos históricos, passando pelo impacto social que produz, culminando em suas contribuições para o desenvolvimento das pessoas.

Para Azevedo e Barros (2004b), cabe à sociedade e, em especial, ao governo federal, a reunião de esforços para a disseminação do esporte visando a atender ao previsto na legislação, oferecendo acesso a todo cidadão indistintamente. Prosseguem os autores afirmando que, se a evolução da legislação esportiva que regulamenta a administração dos clubes esportivos brasileiros caminha para um modelo no qual preva a gestão profissional sobre a amadorista, é importante que, por analogia, o próprio governo, que busca resultados sociais abrangentes a todo o país, utilize ações respaldadas no que existir de mais eficiente e eficaz. No caso do governo federal, a precisa definição de metas, a decisão sobre os melhores meios de atingi-las, os resultados obtidos, associados a um eficiente mecanismo de constatação dos efeitos, constituem-se nos indicadores para avaliação do processo de gestão, que é predominantemente associada a “lucros” sociais.

2.5 Formação e qualificação profissional em gestão do lazer e do esporte

Se na Europa e nos Estados Unidos ocorre uma oferta expressiva de cursos de formação profissional para gestores do esporte (PIRES; LOPES, 2001), o mesmo não ocorre no Brasil. O Ministério da Educação, no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, prevê o

curso superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer, mas quase não existe esse curso em atividade, considerando os milhares de instituições de ensino superior do país. Poucas iniciativas também são encontradas no Brasil no que se refere a pós-graduações *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado acadêmico e profissional e doutorado) na área da gestão do esporte.

Soucie (2002) preconiza que a atuação do gestor esportivo deve observar (1) a relação entre a teoria e a prática e as funções do administrador do esporte; (2) o planejamento, a definição dos recursos e seleção das pessoas que atuarão no projeto; e (3) a formação de líderes, o desenvolvimento da motivação para o trabalho, os aspectos ligados à comunicação e fluxo da informação na equipe, a tomada de decisão, a solução dos desafios e o processo de avaliação das atividades. Nota-se aí, a relevância da formação específica desse profissional para atuar em um ambiente de constante mudança e que exige decisões qualificadas, com vistas à consecução de objetivos sociais e de desenvolvimento humano.

A partir daí surge a questão central: qual deve ser o perfil do gestor esportivo que atua na definição de políticas públicas para o lazer e o esporte no Brasil? Poucas pesquisas no país analisaram o perfil desses gestores no Brasil. Sobre os gestores públicos do esporte, em nível do governo federal, Azevêdo (2004) concluiu que os técnicos que atuaram no órgão responsável para o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte, entre 1995-2002:

- a) Eram, na grande maioria, pessoas do sexo feminino, com 42 anos; renda aproximada de 12 salários-mínimos; pouco mais de 14 anos de experiência; pós-graduação *lato sensu* completa; metade era funcionário público do próprio órgão; realizaram treinamento sobre gestão pública e curso ou treinamento na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; não eram graduados ou pós-graduados em Administração; a maioria era graduada em Educação Física.
- b) Esses gestores entendiam que o corpo técnico responsável pelo planejamento e avaliação de programas e projetos na área esportiva não possuía capacitação compatível com a exigência profissional do cargo.

c) Consideravam que quase não existia interação com o Ministério da Educação e Ministério da Saúde quando do planejamento de atividades esportivas, especificamente quando se tratava de ações voltadas a pessoas com deficiência.

d) Interpretaram que não houve – ou houve pouco – acompanhamento e avaliação sistematizada da efetividade dos programas e ações previstos no Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte.

e) Por fim, concluíram que a gestão utilizada foi caracteristicamente de cunho amadorista, o que dificultou, ainda mais, o cumprimento do relevante papel social do esporte.

Já no campo mais específico do lazer, a situação se agrava, seja qual o nível de prestação de serviços no âmbito das políticas públicas. Habitualmente, o lazer aparece na nomenclatura de uma dada secretaria municipal como um “apêndice” (Esporte e Lazer, Educação e Lazer, Cultura e Lazer etc.). Somente nos últimos anos o conteúdo específico de lazer vem sendo objeto de estudos e sistematização em órgãos do governo federal sendo difícil identificar estados que possuam uma política pública setorial que mereça realce e sobreviva a uma mudança de gestão.

2.6 Diagnóstico como estratégia inicial para o desenvolvimento do lazer e do esporte

Dados atualizados são necessários, mas, efetivamente, é necessária a realização de diagnósticos do lazer e do esporte, abrangendo (a) a legislação esportiva vigente e suas tendências; (b) a infraestrutura existente; (c) o número de praticantes de atividades esportivas; (d) o financiamento para o lazer e o esporte; e (e) o modelo de gestão pública do lazer e do esporte utilizado.

Um diagnóstico do lazer e do esporte é importante para:

- Elaboração de metodologia replicável para obtenção de informações essenciais ao desenvolvimento do lazer e do esporte.
- Criação de banco de dados e análise de cenário.

- Realização de análise estatística para fundamentação de decisões futuras.
- Fortalecimento do sistema de lazer e do esporte do ambiente avaliado.
- Suporte para criação de planejamento estratégico do lazer e do esporte.
- Fundamentação para a elaboração de um plano de lazer e de esporte.

O diagnóstico é uma atividade essencial para o início de uma nova era para a elaboração e implantação de políticas públicas de Estado para o lazer e esporte, além de representar uma aproximação do governo com a realidade existente e encerramento de uma prática histórica de iniciativas pontuais e desvinculadas da verdadeira necessidade da população.

O Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE), realizado pelo Ministério do Esporte, concluído em 2015 e ainda não divulgado, pode ser um ponto de partida para a conscientização de governos estaduais e municipais sobre a necessidade da busca das informações essenciais que possibilitem o surgimento de parâmetros e consequente definição de metas – a serem atingidas por meio de políticas públicas para o esporte e lazer – qualificadas, factíveis e perenes.

A **legislação esportiva** guarda relação com os demais elementos, assegurando direitos, definindo investimentos, estabelecendo criação e manutenção de equipamentos esportivos e de lazer, determinando procedimentos para o funcionamento de instituições esportivas e de lazer, dentre outras. A **infraestrutura esportiva e de lazer** existente e a necessária constituem elemento que garante a prática de atividades físicas em segurança e que permite o desenvolvimento de boas condições e acessibilidade aos praticantes.

O número de praticantes de atividades esportivas aponta na direção da definição de políticas públicas que incentivem e possibilitem a perenização dessas atividades, além de identificar e desenvolver estratégias para a universalização das atividades físicas, priorizando os que mais necessitam dessas políticas e permitindo que toda a sociedade se mantenha ativa. O financiamento para o esporte e o lazer é fator essencial para assegurar os investimentos para o desenvolvimento do esporte, ampliando a perspectiva de perenização dos projetos sociais que favoreçam a prática de atividade física pela comunidade.

O modelo de gestão pública do esporte e do lazer utilizado indica se há práticas amadoras ou profissionais, a definição de metas, a existência de corpo técnico qualificado e outros medidores do funcionamento da estrutura administrativa. A gestão profissional qualificada é um dos principais fatores para adoção de políticas públicas de sucesso para o esporte.

Sobre esses componentes do diagnóstico, o *Relatório Cidades do Esporte* (2014), aponta, dentre outros, os seguintes pontos:

- Sem definição de atribuições, as ações dos municípios, estados e federação dificilmente são integradas, o que afeta a eficácia do investimento do esporte no País.
- Faltam diretrizes para a implementação de uma política nacional do esporte de longo prazo e com impacto ampliado em termos de escala de atendimento.
- Não existem linhas de financiamento público regulares para o esporte de participação e educacional nos municípios.
- As secretarias de esporte têm orçamentos limitados e não conseguem realizar ações na quantidade necessária e com a qualidade desejada, o que pode afetar, também, a oferta das experiências de lazer.
- Os recursos costumam ser usados para financiar ações pontuais, que beneficiam uma parcela pequena da população e raramente possuem vínculo com diagnósticos ou objetivos estratégicos.

2.7 Considerações finais

A gestão do lazer e do esporte impacta decisivamente no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à saúde e ao bem-estar da sociedade. A qualificação dos gestores que planejam e desenvolvem políticas públicas para o lazer e o esporte é fator fundamental para a profissionalização e obtenção dos melhores resultados para uma sociedade cada vez mais carente de opções nessas áreas.

Decisões sobre a legislação, a infraestrutura, o número de praticantes, as fontes e possibilidades de financiamento e o modelo de gestão

pública do lazer e do esporte são fundamentais para a efetivação de uma abordagem estratégica para sua universalização no país. O diagnóstico do lazer e do esporte é uma atividade essencial que almeja propósitos efetivos, iniciando pela obtenção de informações, passando por análises, seguida de elaboração e implantação de políticas públicas de Estado para esse propósito. Deve representar uma aproximação do governo com a realidade existente e encerramento de uma prática histórica de iniciativas pontuais e desvinculadas das verdadeiras necessidades sociais.

Por fim, é fundamental que, antes de se iniciar um processo gerencial visando ao desenvolvimento de políticas públicas para o lazer e o esporte, deve ocorrer preparação adequada dos quadros que atuarão nesse processo e a realização de diagnóstico desse ambiente, objetivando ações profissionais que se efetivem em resultados de excelência para toda a sociedade.

2.8 Referências

- AZEVEDO, P. H. **A gestão pública federal de atividades esportivas como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência no período de 1995 a 2002**. 2004. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- _____. O Esporte como negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 9/10, p. 939-939, set./out. 2009.
- _____. A necessidade de administração profissional do esporte brasileiro e o perfil do gestor público, em nível federal, que atuou de 1995 a 2002. **efdeportes.com** – Revista Digital, Buenos Aires, año 10, n. 74, jul. 2004a. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd74/admin.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- _____. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília – DF, v. 12, n. 01, p. 77-83, 2004b.
- _____. SUAIDEN, S. Caracterização do perfil do gestor esportivo dos clubes da primeira divisão de futebol do Distrito Federal e suas relações com a legislação esportiva brasileira. **Revista da Educação Física**, Maringá PR, v. 15, n. 01, p. 33-42, 1. sem. 2004.
- BRAMANTE, A. C. Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. In: PINTO, Leila. **O lúdico e as políticas públicas**: realidade e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995. p. 13-17.
- _____. **Gestão estratégica de negócios de lazer**. Brasília: SES/IDN, 2006.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa Do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Aptidão física relacionada à saúde de crianças e adolescentes: avaliação referenciada por critério. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 1, n. 2, p. 27-38, 1995.

HASKELL W. L. et al. Physical activity and public health: updated recommendation for adults from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. **Med Sci Sports & Exercise**, v. 39, n. 8, p. 1423-1434, 2007.

I RELATORIO Cidades do Esporte. Atletas pelo Brasil. Rio de Janeiro: Atletas pelo Brasil, 2014.

LOPES, J. P. S. de R.; PIRES, G. M. V. da Silva. Conceito de gestão do desporto: novos desafios, diferentes soluções. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 1, n. 1, p. 88-103, 2001.

MACIEL, M. G. Perfil do gestor de lazer nas empresas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/632/392>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MARCELLINO, N. C. **Estudo do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2002.

MALÁ, L. F. dos S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003. p. 81-100.

MATSUDO, S. M.; MATSUDO, V. K. R. Evidências da importância da atividade física nas doenças cardiovasculares e na saúde. **Revista Diagnóstico e Tratamento**, v. 5, n. 2, p. 10-17, 2000.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao Lazer**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.

SOUJIE, D. **Administración, organización y gestión deportiva**. Barcelona: Inde Publicaciones, 2002.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O. D. (Org.). Políticas públicas de juventud en América Latina. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

TAVARES, S. Avaliação de projetos sócio-esportivos. In: MELLO, V. A.; TAVARES, C. (Orgs.). **O exercício reflexivo do movimento**: educação física, lazer e inclusão social. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

UVINHA, R. R.; STOPPA, E. A. Gestão do lazer: competências e atuação multiprofissional. In: ISAYAMA, H. F.; MARCELLINO, N. C. (Orgs.). **ENAREL**: 25 anos de história. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 241-254.

CAPÍTULO 3

GESTÃO DO LAZER: ENTRAVES E PERSPECTIVAS RELATIVOS À PRODUÇÃO ACADÊMICA

Gisele Maria Schwartz³

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro⁴

José Pedro Scarpel Pacheco⁵

Há diversos modos de abordagem sobre a questão da gestão do lazer, uma vez que esse é um campo multifacetado. Para esta reflexão, a temática será focalizada à luz da produção de conhecimento e de informações sobre alguns dados existentes, os quais podem favorecer e, talvez, suscitar novos encaminhamentos aos estudos da área.

A gestão do lazer é um tema bastante atual e relevante. Entretanto, ainda é um campo pouco explorado em estudos no âmbito nacional. A produção de textos sobre essa vertente relativa à gestão do lazer parece não se apresentar, ainda, de modo regular, o que se torna um problema e, ao mesmo tempo, um desafio, no sentido de futuros estudos buscarem perceber o que deflagra ou inibe o interesse sazonal dos pesquisadores pelo desenvolvimento de pesquisas acerca da gestão do lazer.

Outro aspecto instigante é perceber que, não raro, nos textos sobre gestão, o enfoque dado ao lazer o associa diretamente ao âmbito das políticas públicas, ou o coloca entremeado com o esporte. Entretanto, quando isso ocorre, o lazer parece ser tomado em segundo plano, ou de forma minimizada, apenas sobre esse viés esportivo ou político, desconsiderando-se toda sua complexidade e abrangência como fenômeno cultural.

³ Livre docente em Atividades Expressivas pela Universidade Estadual Paulista e coordenadora do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP – Campus de Rio Claro – SP.

⁵ Graduado em bacharel em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro – SP.

Ao se tomar como foco a produção acadêmica específica sobre o tema da gestão do lazer no Brasil, nota-se que os estudiosos procuram compreender aspectos não muito variados, mas importantes, sobre essa temática. Também se pode notar que não há uma tradição de pesquisadores nacionais especificamente focalizando os estudos sobre gestão do lazer, mas sim, como já dito, em alguns aspectos que podem ser a eles associados ou que tangenciam a gestão, como será visto a seguir, deixando uma visão prismática sobre o tema.

Um dos pesquisadores que se destaca na produção de estudos designadamente sobre gestão do lazer é Bramante (1997, 2006), o qual tem prestado grande contribuição, sendo referência na temática. Esse autor, além de sua experiência como gestor, é pesquisador e trouxe um importante aporte teórico à baila, instigando outros estudiosos. Seus estudos abordam diversas facetas da gestão do lazer, ora privilegiando equipamentos, ora as formas de ação em contextos público e privado.

Em 1997, Bramante apresentou suas ideias, discutindo sobre a qualidade no gerenciamento do lazer, apontando reflexões decisivas para o crescimento dessa área. Em 2006, Bramante desenvolveu estudos sobre a gestão estratégica de negócios de lazer, favorecendo novos olhares sobre o setor. Esse autor apresenta à academia diversos textos e conferências em eventos científicos, difundindo suas ideias acerca da gestão do lazer nos âmbitos público e privado, ressaltando, além das formas de administração nesses setores, os equipamentos destinados ao lazer e os diferentes níveis de ações de gestores e animadores.

O estudo de Andrade (2001) também envolve nomeadamente o tema gestão em lazer e turismo. Nesse estudo, o autor apresentou o conceito de gestão, se referindo a um direcionamento e às formas de administração, com base em ações produtivas nos campos cultural, econômico ou social. As aproximações e peculiaridades dos dois polos envolvendo lazer e turismo foram também apresentadas a fim de auxiliar a organização de novas estratégias de gestão.

Castellani Filho (2007) ressaltava aspectos instigantes sobre gestão pública e política de lazer e a formação de agentes sociais. Esse autor procurou dinamizar reflexões que pudessem subsidiar os atores das tendências no campo das políticas públicas de lazer, assim como os gestores, em suas

atuações. Já Tavares e outros (2009) realizaram um estudo baseado em análise documental, buscando oferecer uma visão panorâmica sobre os grupos de pesquisa que focalizam, justamente, a temática *gestão do lazer*.

Para além desse conhecimento produzido sobre os grupos, a pesquisa de Tavares et al. (2009) aponta a dificuldade em se reconhecer efetivamente quem trata desse assunto, haja vista as lacunas ainda existentes sobre a eficácia na catalogação e disseminação das informações e do conhecimento, em âmbito acadêmico, acerca dessa e de outras importantes temáticas. A questão da gestão da informação sobre lazer parece representar um grande desafio, o qual precisa ser superado, para que se possam sistematizar as pesquisas acadêmicas com o intuito de viabilizar um panorama efetivo sobre o estado da arte dos estudos e pesquisas produzidos sobre esse tema.

Maciel (2009) abordou o perfil do gestor do lazer nas empresas. Nesse estudo, o autor evidencia a presença de profissionais de diferentes áreas, atuando diretamente no contexto do lazer. Além disso, o autor ressaltava a necessidade de que esses profissionais obtenham esclarecimentos sobre como atuar, de modo efetivo, para o desenvolvimento de atores sociais engajados com os processos de cidadania.

Uvinha e Stoppa (2014) elaboraram um estudo cujo título foi *Gestão do lazer: competências e atuação multiprofissional*. Nesse estudo, os autores ressaltam as investigações acerca das competências necessárias para uma atuação eficiente no setor por parte dos diversos profissionais que atuam em diferentes segmentos do lazer. Destaca-se a baixa apresentação de discussões relacionadas à formulação de experiências associadas à temática e casos de gestão ligados às instituições públicas governamentais, não governamentais, corporativas e privadas.

Esses são alguns dos trabalhos que vêm se tornando referência sobre esta temática em particular. Diversos outros estudos abordam alguns aspectos de gestão, porém associados a outros temas, não possuindo exatamente o termo “gestão do lazer” como título. Obviamente, também contribuem para enriquecimento do campo; entretanto, para uma avaliação sistemática, os termos exatos são necessários quando se pretende conhecer especificamente o estado da arte da gestão do lazer.

Ainda, certamente, ao se realizar uma busca sistematizada envolvendo, por exemplo, teses e dissertações ou apresentações de trabalhos em eventos científicos – ou mesmo com base em palestras proferidas –, outras contribuições poderão enriquecer o leque apresentado. Entretanto, para isso, novamente se faz necessário um efetivo investimento da gestão da informação e do conhecimento para aprimorar os meios de busca e dinamizar os processos de pesquisas exploratórias.

Outra possibilidade de se investigar a forma como o tema da gestão do lazer tem sido apreendido em âmbito acadêmico é focalizar os grupos de estudos e pesquisas vigentes. Ao se atentar, agora, para essa vertente de grupos de pesquisas, é possível notar, com base nos estudos de Gomes e Melo (2003) e de Schwartz (2008), que alguns já se fazem presentes, tendo em seus títulos, ou linhas de pesquisa, o termo *gestão do lazer*.

O trabalho realizado por Gomes e Melo (2003) elenca alguns exemplos nesse sentido. Os autores realizaram um estudo intitulado *Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa*. Nesse trabalho são citados os locais e grupos com títulos contendo a palavra *gestão*, podendo-se citar alguns como: Lazer e Gestão de Políticas Públicas e Privadas (CEFET/RN); Gestão e Avaliação em Políticas Públicas Setoriais de Educação Física, Esporte e Lazer (UFPEL/RS); Gestão do Lazer Público e Privado e Lazer, Cultura e Práticas Lúdicas (UNIVALI/SC); Gestão do Lazer e Turismo (FGV/SP).

Entretanto, ainda que esse levantamento tenha sua importância reconhecida no sentido de auxiliar a compreender o campo, diversos desses grupos podem ter sido desativados – bem como outros podem ter sido criados – após essas pesquisas elaboradas por Gomes e Melo e, mais adiante, por Schwartz, em 2003 e 2008. Isso denota a necessidade de nova busca, contendo pesquisa sistemática, para atualização desses dados e para auxiliar na gestão da informação sobre essa faceta dos estudos do lazer envolvendo a gestão.

Em relação a cursos de formação sobre essa temática, esses também já são oferecidos em território nacional e, nesse âmbito de cursos, os estudos sobre a gestão do lazer apresentam como interfaces, sobretudo, as políticas públicas, o entretenimento, os eventos e o turismo. Alguns

exemplos podem ser citados, como: Lazer e indústria do entretenimento (AM/SP); Gestão de lazer e eventos (UNIVALI/SC); Gestão do Lazer e Entretenimento (SENAC/SP); MBA em Gestão do Lazer, Recreação e Eventos (G7/Instituto/SP); Gestão Desportiva e de Lazer (Claretianos); Superior de Gestão Desportiva e de Lazer (Anhanguera), entre outros.

Porém, as informações a esse respeito também não estão devidamente sistematizadas, sendo difícil conseguir uma precisão metodológica para se proceder a um levantamento adequado. Esse é outro entrave relacionado, novamente, à necessidade de implementação de novos estudos, sobretudo no que concerne à gestão das informações acerca de cursos de formação em diferentes níveis, sobre gestão do lazer especificamente (SCHWARTZ et al., 2010), além de outras temáticas significativas e de interesse social.

Alguns congressos relevantes para a área do lazer, timidamente, também evidenciam a temática da *gestão do lazer*. O ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer, por exemplo, possui uma preocupação com a composição de material atualizado e diversificado sobre o lazer, divulgando e fornecendo subsídios para os estudos e pesquisas realizados no país sobre a temática (WERNECK, 2000). Em sua 20ª edição, o ENAREL, realizado em 2008, na cidade de São Paulo, teve como tema exatamente a gestão do lazer. Da mesma forma, o 27º ENAREL, cuja cidade sede foi Brasília, também tomou como título a *Gestão Estratégica das Experiências de Lazer*.

Esse fato demonstra a preocupação dos pesquisadores com a ampliação dos espaços de reflexões e com a difusão sobre o tema. Isso é importante, não apenas para disseminação da produção acadêmica sobre a temática, mas, inclusive, pela possibilidade de mobilização de novas estratégias de ação e intervenções exitosas de diversos setores associados ao lazer, como o Sistema “S” (SESC, SESI etc.), as organizações não governamentais, entre outros que participam desses fóruns de discussão temática.

No que tange às informações sobre cursos oferecidos fora do perímetro nacional sobre gestão do lazer, conforme o *site* Hotcourses Brasil (2015), existe a oportunidade de se frequentar cursos sobre gestão do lazer e gerenciamento do lazer/recreação em 608 instituições estrangeiras,

sendo oferecidos 1220 cursos, entre graduação, pós-graduação, extensão e outros níveis, em diversos países. Cursos específicos de pós-graduação em Gerenciamento de Lazer/ Recreação, em níveis de especialização, mestrado e doutorado, são oferecidos em 112 instituições de pós-graduação; e 140 instituições oferecem cursos específicos de pós-graduação em Gestão do Lazer no exterior, segundo a mesma fonte.

Ao se fazer uma pequena incursão na literatura internacional, pode-se constatar que já há muito mais tempo diversos estudos têm sido desenvolvidos envolvendo a gestão do lazer. Com essa tradição de pesquisas, pode-se ter acesso a um corpo de conhecimento bastante interessante para o embasamento da área e que, certamente, contribui para a evolução da temática em nível nacional.

Em uma busca assistemática realizada no *Scholar Google*, com o descritor "gestão do lazer" e "*leisure management*", a qualquer momento, isto é, sem definição de data a *priori*, foram encontrados textos que remontam aos anos de 1930 já escritos sobre o tema. Um dos precursores de estudos sobre a gestão do lazer foi Butterworth, o qual em 1934 desenvolveu uma reflexão acerca das tendências de empregabilidade no contexto do lazer. Nesse estudo, o pesquisador salienta as perspectivas de gestão do campo do lazer a partir dessas tendências elencadas. Torkildsen *et al.* (1982) trazem à tona a forma como a recreação e o lazer podem ser gerenciados. Nesse estudo, o autor atenta para o modo como os atuantes nesses ramos podem ser treinados para atingir a eficácia necessária.

Um dos fatores comumente estudados dentro da gestão do lazer, nessa produção internacional, é o econômico. Gratten *et al.* (1986) escreveram uma série de artigos direcionados ao estudo das interações econômicas na gestão do lazer. Nesses textos, os autores analisam essa relação, considerando as habilidades importantes para os gestores nas áreas de recreação e lazer, assim como relatam sobre a implementação de um Instituto de Lazer e Gestão de Serviços e discorrem sobre as análises técnicas e as especificidades dos insumos na gestão do lazer.

Já em 1992, Tancred *et al.*, no Reino Unido, desenvolveram um estudo focalizando detalhes sobre a gestão do lazer, o qual servia de base para cursos de formação e para gestores. A obra apresentava uma visão geral sobre a temática, desde conceitos e competências requeridas

para atuar nesse âmbito até argumentos sobre tomadas de decisão, *marketing* adequado e a apropriação pela área de *fitness*, envolvendo, também, detalhes sobre as instalações para esporte e recreação.

Em 1993, Torkildsen *et al.* elaboraram um importante documento acerca da gestão do lazer, no qual constava uma série de guias e dicas para os profissionais atuantes na formação ou na gestão de organizações e serviços. Nesse estudo, os autores tanto favorecem informações relevantes para o aprimoramento do conhecimento sobre a temática, como também evidenciam as habilidades necessárias para se lidar eficazmente com o campo da gestão do lazer. Esse estudo envolveu a gestão empresarial, assim como novas abordagens salientando competências humanas, funções organizacionais e planejamento estratégico para prestação de serviços nesse setor. Também desenvolvida no Reino Unido, essa obra presta orientações marcantes sobre a legislação vigente na época de seu estudo, discutindo com propriedade as implicações desses fatores nos serviços associados ao lazer.

Em seus estudos, Watt *et al.* (1998) e Watt (2004) buscaram apresentar uma visão abrangente sobre a gestão e organização de eventos de lazer e turismo na Inglaterra, apontando e divulgando grandes projetos e ações representativas de boas práticas nesse setor. Nessa obra, a qual privilegia eventos no lazer e no turismo, os autores apresentam aspectos relevantes da gestão envolvendo eventos, evidenciando a organização e comunicação, o financiamento, detalhes de *marketing* e diferentes formas de avaliação, apresentando, inclusive, algumas ações práticas sobre gestão de eventos, além de algumas fontes de apoio.

Em 2005, já na quinta edição do seu livro *Leisure and recreation management*, Torkildsen aponta as diferentes formas de percepção sobre o lazer entre os aspectos individual, comunitário, nacional e internacional. O autor também discute os serviços e as atividades dos gestores, bem como os produtos de mercado associados ao lazer, as formas de gestão e de treinamento para atuação, inclusive dentro das políticas públicas.

Mais recentemente, Liechty e Genoe (2015) apontaram a importância de se conhecer os diferentes objetivos e missões relacionadas aos serviços de lazer, uma vez que afetam a definição das estratégias de

gestão. Os autores também salientaram a intensa privatização dos serviços de recreação e lazer na América do Norte, exigindo maior discernimento de como se dá essa transição do setor público para o privado. Os autores sugerem que os gerentes devem se munir de cuidados necessários para que não sejam provocadas limitações para a participação da comunidade.

Outro viés pelo qual se podem aprimorar as informações acerca da produção sobre a temática da gestão do lazer é buscando os periódicos específicos de divulgação científica. Esse tema já tem sido utilizado como título de periódicos importantes na disseminação de informações sobre esse campo. Para ilustrar essa perspectiva, pode-se citar o periódico *Leisure Manager*, cuja primeira edição remonta ao ano de 1936. Essa revista era publicada por John S. Turner & Associates Ltd. no Reino Unido e tinha uma periodicidade mensal. Esse fato realmente chama a atenção, pois denota a regularidade do interesse da produção efetiva sobre o tema.

Leisure Management é um periódico ativo desde 1981, no Reino Unido. Essa revista é editada por Leisure Media Company Ltd. e possui periodicidade quadrimestral. Outro periódico que faz sua história com a temática é o *Managing Leisure*, o qual esteve em vigência de 1995 até 2014, com esse nome, atualizando-o, a partir de 2015, para *Managing Sport and Leisure*. Essa revista é editada pela Routledge e possui 6 versões por ano.

O Reino Unido possui inúmeros periódicos sobre a temática, o que denota sua contribuição para a área. Porém, outros países, apesar de com um menor número de revistas, também engrandecem as reflexões sobre o tema. Como exemplo, pode-se citar o periódico *Global Review of Research in Tourism: Hospitality and Leisure Management*, o qual surgiu em 2014 e tem sido mensalmente publicado nos Emirados Árabes. Há também a revista *Managing Leisure Journal Impact Factor & Information*, editada por Taylor & Francis (Routledge). Esse periódico é publicado quadrimestralmente e projeta tanto artigos quanto resenhas de livros relevantes sobre o tema da gestão do lazer.

Apenas como ilustração, ao se fazer uma busca no site *Ulrichweb* (2015), pode-se ter uma noção sobre os periódicos envolvendo diferentes países e que estão centrados na temática da gestão do lazer. Um resumo dessa informação se encontra na tabela a seguir:

Title	Publisher	ISSN	Country	Status	Serial Type	Format
<i>Leisure Manager</i>	John S. Turner & Associates Ltd.	0267-3754	United Kingdom	Cesad	Magazine	Print
<i>Leisure Management</i>	Leisure Media Company Ltd.	0266-9100	United Kingdom	Active	Magazine	Print
<i>Leisure Management</i>	Leisure Media Company Ltd.		United Kingdom	Active	Magazine	Online
<i>New Zealand Leisure Manager</i>	A G M Publishing Ltd.	1173-6291	New Zealand	Cesad		Print
<i>Leisure Management New Zealand</i>		1171-2317	New Zealand			
<i>Australian Leisure Management</i>	Australian Leisure Media	1446-1374	Australia	Active	Magazine	Print
<i>Australian Leisure Management</i>		1327-5453	Australia			
<i>Managing Leisure</i>		1360-6719	United Kingdom			
<i>Managing Leisure</i>		1466-450X	United Kingdom			
<i>Managing Leisure Time</i>						
<i>Managing the Leisure Facility</i>	Bilboard Publications, Inc. *	0147-7188	United States	Cesad		Print
<i>Managing Time and Leisure</i>	Amusement Business Division					
<i>Managing Sport and Leisure</i>	Routledge	2375-0472	United Kingdom	Active	Journal	Print
<i>Managing Sport and Leisure</i>	Routledge	2375-0480	United Kingdom	Active	Journal	Online

TABELA 1 – ALGUNS PERIÓDICOS COM OS TERMOS ESPECÍFICOS GESTÃO DO LAZER, NO ULRICHWEB

FONTE: THE GLOBAL SOURCE FOR PERIODICALS (ULRICHSWEB, 2015)

Os dados apresentados por meio de busca simples no site *Ulrichweb* (2015) permitiram a identificação de inúmeros periódicos estrangeiros com a temática gestão do lazer. Esse indicativo ressalta a tradição, a grande amplitude de estudos sobre o tema e as diversas possibilidades de publicações fora do Brasil para essa área, o que, infelizmente, ainda não ocorre em âmbito nacional.

Com base na pequena reflexão realizada, nota-se que a abordagem envolvendo a gestão do lazer possui uma grande amplitude em termos de associações temáticas e que a produção de estudos no Brasil ainda é bastante restrita, assim como a possibilidade de disseminação desse tema em periódicos específicos. Em contrapartida, no contexto internacional, o tema vem sendo abordado de forma bastante intensa e representativa.

Essas constatações reforçam os desafios para novas investidas dos pesquisadores do lazer sobre o tema. O desenvolvimento de um corpo de conhecimento ressaltando as peculiaridades nacionais é um desses desafios a ser superado para o enriquecimento da área. Outro desafio a se considerar tem por base o alerta feito por Werneck, em 2000, referente à necessidade de aprimoramento dos embates teóricos, no sentido de favorecer ganhos e avanços na produção científica nesse campo de estudos. Segundo a autora, em termos de produção científica, alguns estudos sobre o lazer ainda não alcançaram o amadurecimento e a profundidade com os quais outras áreas debatem determinadas questões, merecendo a devida atenção.

Outro alerta, que também se constitui em desafio, foi feito por Melo, já em 1999. O autor evidencia a falta de profundidade teórica de alguns estudos, comprometendo o redimensionamento da área como um todo. Melo ressaltava a necessidade de ultrapassar a autorprodução de forma automática e pouco crítica para que se possa avançar com o conhecimento. Parece indispensável o aprimoramento de estudos relacionados à gestão do lazer, sobretudo, no Brasil, pois essa área, de grande potencial, ainda não se estabeleceu cientificamente, tendo em vista que grande parte dos estudos permeia pontos de vista específicos, que visam a uma linha dentro das amplas possibilidades de abordagem permitidas por essa temática. Portanto, evidencia-se a necessidade de novas abordagens, de forma aprofundada, acerca dos aspectos conceituais e investigativos, no sentido de contribuir para suscitar novas reflexões na área.

Por fim, diretamente atrelada à importância de novos estudos sobre esse tema, existe a necessidade de superação do desafio de implementação e melhoria da gestão das informações já produzidas. Um avanço nos recursos dessa área poderá representar um diferencial importante para subsidiar a produção de novos estudos e pesquisas sistematizadas sobre a gestão do lazer e catalisar novos direcionamentos e evolução para esse campo, em nível nacional.

3.1 Referências

- ANDRADE, J. V. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BRAMANTE, A. C. **Gestão estratégica de negócios de lazer**. Brasília: SES/IDN, 2006.
- _____. Qualidade no Gerenciamento do Lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini. (Org.) **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 123-153.
- BUTTERWORTH, W. New leisure and a new job for management. **Factory Management and Maintenance**, New York, v. 92, p. 167-169, 1934.
- CASTELLANI FILHO, L. (Org.). **Gestão pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- GOMES, C. L.; MELO, V. A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 23-44, jan/abr 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2661/1294>. Acesso em: 14 nov. 2015.
- GRATTON, C. et al. Economics and the management of leisure. **Leisure Management**, Hitchin, v. 6, n. 1, p. 14-16, 1986.

HOTCOURSES Brasil. **Londres** (Reino Unido): Encontre seu curso. (2015). Disponível em: <http://www.hotcourses.com.br/study/training-degreess/international/leisure-recreation-management-courses/cgoy/n1-2-4/sin/ct/programs.html>. Acesso em: 16 nov. 2015.

LIECHTY, T.; GENOE, M. R. Management implications of transitioning between leisure service providers: a community leisure arts program case study. **Journal of Park & Recreation Administration**, Illinois, v. 33, n. 3, p. 17-31, 2015.

MACIEL, M. G. Perfil do gestor de lazer nas empresas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 2009. Disponível em: <http://rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/632/392>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MELO, V. A. Lazer: intervenção e conhecimento. In: Congresso Regional Sudeste do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1, 1999, Campinas. **Anais...** Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 1999, p.17-21.

SCHWARTZ, G. M. Grupos de pesquisa em gestão do lazer. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 20. 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Divisão de Esporte e Lazer – Serviço Social da Indústria – SESI São Paulo, 2008. p. 1-2.

_____. et al. **Gestão da informação sobre lazer e esporte recreativo**: balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010.

TANCREDO, B. et al. **Leisure management**. London: Hodder & Stoughton Ltd., 1992.

TAVARES, G. H. et al. Gestão do lazer: os grupos de pesquisa em foco. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 470-480, 2009.

TORKILDSEN, G. **Leisure and recreation management**. 5. ed. London: Psychology Press, 2005.

_____. et al. **Why leisure management? Leisure Management**, Hitchin, v. 2, n. 3, p. 6-11, 1982.

_____. et al. **Torkildsen's guides to leisure management**. London: Longman Group UK Ltd., 1993.

ULRICHSWEB. **The Global Source for Periodicals**. Disponível em: <https://uirichsweb.serialssolutions.com/search/849570142>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UVINHA, R. R.; STOPPA, E. A. Gestão do lazer: competências e atuação multiprofissional. In: ISAYAMA, H. F.; MARCELLINO, N. C. (Orgs.). **ENAREL**: 25 anos de história. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 241-254.

WATT, D. C. **Gestão de eventos em lazer e turismo**. São Paulo: Bookman, 2004.

_____. et al. **Event management in leisure and tourism**. Boston: Addison Wesley Longman Ltd, 1998.

WERNECK, C. L. G. A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboríu. **Coletânea...** Balneário Camboríu: Roca/ Universidade do Vale do Itajaí, 2000, p. 77-88.

CAPÍTULO 4

GESTÃO ESTRATÉGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER NA ESFERA FEDERAL

Andréa Nascimento Ewerton¹

Wagner Barbosa Matias²

Neste texto, procuramos apresentar algumas ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte (ME) no período de 2003 a 2015 no campo do lazer. Todavia compreendemos que, para entender melhor o que foi realizado nos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff, é necessário inicialmente refletir sobre algumas questões conceituais e históricas do lazer.

Sendo assim, o texto está organizado da seguinte forma: a) apresentação rápida dos aspectos conceituais e históricos do lazer; b) exposição de algumas experiências de ações e programas do ME; c) referência a um conjunto de desafios colocados para os gestores públicos e para a sociedade brasileira nesse campo.

4.1 Aspectos conceituais e históricos do lazer

O lazer é um fenômeno moderno, que surge do processo de ampliação da divisão social do trabalho (com o desenvolvimento da indústria) e das reivindicações sociais dos trabalhadores pela diminuição da jornada de trabalho (FERNANDES; HÜNGARO; ATHAYDE, 2011).

De acordo com Mascarenhas (2003), o lazer se materializa como tempo e espaço de vivência lúdica das diversas manifestações culturais, perpassado por relações de hegemonia. Para Marcelino (1987),

¹Mestre em Lazer pela UFMG.

²Mestre e doutorando em Educação Física pela UnB.

o lazer refere-se às vivências desinteressadas (praticadas e fruídas) no tempo disponível. Pinto *et al.* (2011) entendem o lazer como uma dimensão da vida dos seres humanos, marcada por possibilidades de transformações socioculturais.

No Brasil, as mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas iniciadas a partir de 1930, com o governo Getúlio Vargas, principalmente no que se refere ao crescimento da população urbana e da industrialização, concretizaram nos ordenamentos legais alguns direitos sociais. As primeiras manifestações que tratam do tempo de não-trabalho são as Constituições de 1934 e a de 1937. Nelas são garantidos direitos, como férias anuais, repouso aos domingos e jornada de trabalho não excedente a 8 horas (PINTO *et al.*, 2011). Já no período do Estado Novo foi editado o Decreto-Lei nº 5.452/1943, que dispôs da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A CLT regulamentou as conquistas trabalhistas, garantindo aos trabalhadores tempo e condições mínimas para usufruir o tempo de não-trabalho.

Até a Constituição Federal de 1988, as mudanças no marco legal foram periféricas, mantendo a temática do lazer vinculada às conquistas trabalhistas da CLT. Porém, entre ditaduras e rápidos governos democráticos, o Estado brasileiro desenvolveu programas e ações direcionadas para a ocupação do tempo livre dos trabalhadores. Da mesma forma, incentivou ações do sistema S com caráter recreativo e assistencialista – ações de descanso, divertimento e recuperação da força de trabalho (PINTO *et al.*, 2011). Ao passo que as transformações no modo de produção capitalista ocorridas a partir de meados da década de 1970, no centro e na periferia do capitalismo, provocavam a reestruturação do mundo de trabalho, a diminuição do Estado no âmbito social, a ampliação do processo de mercantilização do tempo e do espaço de lazer etc., ocorrem no Brasil movimentos “pelo alto” de abertura política, acompanhados da intensificação da luta social por mais direitos de cidadania (MATTIAS, 2013).

A correlação de forças entre os diferentes setores da sociedade civil na década de 1980 produziu uma nova Constituição Federal (CF). A CF de 1988, segundo Behring (2008), não representou a totalidade dos anseios das elites do país e nem dos movimentos sociais, mas assegurou

para os trabalhadores (enquanto fruto de sua luta) uma série de direitos sociais, até então inéditos para o Brasil, que, ao longo dos anos, passou por “saltos para frente”, modernização conservadora. Montãno (2010, p. 35), nesse mesmo sentido, afirma que a Carta Magna de 1988 “[...] consagrou um profundo avanço social, apontava pela primeira vez a construção de um ‘Estado de bem estar social’, enfrentando a dívida social”.

Desde então, o lazer passou a fazer parte do conjunto dos direitos sociais dos brasileiros, sendo responsabilidade do Estado desenvolver políticas sociais que garantam a todos o acesso às diversas manifestações culturais no tempo e espaço de lazer¹. A CF de 1988 estabeleceu no artigo 217, no terceiro parágrafo, que o lazer deve ser promovido pelo poder público como forma de promoção social.

Entretanto, a garantia do lazer como direito ocorre no momento em que o Brasil discutia outro modelo de Estado, mais voltado para a garantia dos meios de acumulação capitalista e com menor presença de garantia dos direitos de cidadania. As políticas sociais foram permeadas pela racionalização dos recursos, pela transferência dos serviços públicos para entidades privadas e do terceiro setor (processo de descentralização, publicização) e pela focalização do serviço público em detrimento da universalização como proposto no texto constitucional (BEHRING, 2008; MONTÃNO, 2010).

Ao longo da década de 1990, várias leis infraconstitucionais procuraram consolidar o lazer como direito, destacam-se: Estatuto da Criança e Adolescente (nº 8.069/1990); Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (decreto-lei nº 3.298); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/1996). Porém, no cenário das medidas neoliberais adotadas pelo Estado, foram poucos os avanços na garantia do direito ao lazer, tendo uma distância significativa entre a normatização e as políticas sociais desenvolvidas.

Pinto *et al.* (2011), analisando esse período, apontam alguns problemas que dificultaram a conquista dos brasileiros a esse direito: falta de consciência de tal direito; falta de estrutura; limites orçamentários;

¹ O artigo 6º da referida Constituição diz que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Informação disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 out. 2015.

ausência de gestão participativa e transparente; ausência de políticas intersetoriais, entre outros. Mesmo considerando a conceitualização do lazer e toda a contextualização de sua conquista pela classe trabalhadora e sua normatização, não existiam ainda políticas específicas voltadas para seu desenvolvimento em âmbito nacional.

Em 2002, portanto, após o resultado eleitoral, gestores de esporte e lazer de governos populares democráticos das cinco regiões foram chamados para contribuir com os trabalhos da equipe de transição governamental. A tarefa era a elaboração da proposta de construção do Ministério do Esporte. A esses gestores coube a tarefa de pensar como o lazer deveria fazer parte dessa nova estrutura governamental. É sobre isso que tratamos no tópico seguinte.

4.2 A política nacional do esporte e as conferências nacionais

A histórica ligação da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com os movimentos sociais e com a luta pela ampliação dos direitos sociais criou a esperança de uma reorganização na forma do Estado atuar com as políticas esportivas e de lazer. A expectativa de priorização de ações tendo o lazer e o esporte como direito se alimentava da produção existente de membros do setorial de esporte e lazer do partido e de outros intelectuais de esquerda ligados às políticas de lazer e esportivas, que serviam como suporte para administrações municipais e para os debates internos do PT.

O Ministério do Esporte², inicialmente foi composto por três secretarias finalísticas e pela secretaria executiva. O ME possuía duas secretarias finalísticas responsáveis pelo desenvolvimento de programas sociais. A primeira, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), cuidava especialmente do Programa Segundo Tempo (PST), criado a partir do programa *Esporte na Escola*.

² O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Disponível em: <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

A segunda, era a Secretaria Nacional de Esporte e Lazer - SNDEL, ocupada por pessoas com experiência em gestões municipais de esporte e lazer. O programa de destaque era o Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em substituição ao programa *Esporte Solidário*. Esse programa inicialmente estruturado com três ações, uma de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, outra de produção e difusão do conhecimento e uma última ligada à infraestrutura de esporte recreativo e de lazer.

A terceira secretaria finalística é a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), responsável pelo diálogo com as entidades esportivas, no fomento e disseminação dessa manifestação esportiva. Entre os programas durante o governo Lula destacam-se o *Rumo ao Pan* e *O Brasil no esporte de alto rendimento*.

Considerando que um dos pilares para o desenvolvimento de políticas públicas é a participação social, o Ministério do Esporte realizou em 2004, pela primeira vez na história do Brasil, uma conferência para discutir o esporte e o lazer no país. As Conferências Nacionais de Esporte aconteceram em várias etapas – livre, preparatória, regional, estadual/distrital e nacional –, sendo que a retirada de delegados para a etapa nacional somente ocorreu nas etapas regionais e estaduais/distritais de cada conferência. Os outros delegados foram os representantes de ministérios e secretarias do governo federal, membros do Conselho Nacional de Esporte (CNE), membros da comissão organizadora nacional, representantes das entidades nacionais de administração do esporte, secretários estaduais de esporte e representantes da sociedade civil organizada.

As conferências possibilitaram a ampliação da presença da sociedade na definição dos rumos e das ações dos ministérios, democratizando a definição da política setorial. Essa perspectiva fica clara no discurso do presidente Lula, proferido na abertura da I Conferência Nacional do Esporte:

Esta é uma Conferência Nacional que fala diretamente ao meu coração. Como cidadão e como Presidente da República sou um homem que valoriza - e muito - o esporte. Fico feliz de estarmos aqui para debater e enriquecer a Política Nacional do Esporte e Lazer. (...) Quero começar reafirmando o que disse

na abertura da Conferência Nacional do Meio Ambiente: nosso governo atua para fortalecer a sociedade porque acredita que só assim será possível transformar o Estado numa República a serviço de todos. (...) Por isso é necessário que continuemos a fazer esse diálogo de forma organizada e permanente, pública e transparente, autêntica e leal, dentro e fora dos gabinetes. Vocês sabem que no nosso governo, o como fazer é tão importante quanto o quê fazer. Temos por meta expandir e fortalecer a democracia participativa. (BRASIL, 2011, p. 2).

A I Conferência Nacional do Esporte ocorreu em junho de 2004 e teve como tema *Esporte, lazer e desenvolvimento humano*, com os seguintes eixos: esporte educacional; esporte de rendimento; futebol; esporte, lazer e qualidade de vida; direito ao esporte e ao lazer; esporte, economia e negócios; esporte, administração e legislação e; esporte e conhecimento.

Em 2005, consoante à diretriz universalização do acesso e promoção da inclusão social e os resultados da I Conferência Nacional do Esporte, o Ministério do Esporte, em 2005, divulgou o documento *Política Nacional do Esporte* que afirma:

O acesso ao esporte e ao lazer é direito de cada um e dever do Estado, pelo qual deve se garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda a população, combatendo todas as formas de discriminação e criando igualdade de oportunidade, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados, como negros, índios, deficientes e mulheres das camadas mais pobres. (BRASIL, 2005, p. 36).

A Política Nacional do Esporte aponta o lazer e o fomento do conhecimento científico e tecnológico em seus objetivos, princípios e diretrizes, quais sejam, respectivamente:

Objetivos:

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente.

- Descentralizar a gestão das Políticas Públicas³ de esporte e de lazer.
- Fomentar a prática do **esporte de caráter educativo e participativo**, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.
- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e para-atletas de alto rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva.

Princípios:

- Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social;
- Do Esporte e do Lazer como direito de cada um e dever do Estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão e da participação.

Diretrizes:

- Universalização do acesso e promoção da inclusão social;
- Desenvolvimento humano;
- Ciência e tecnologia do esporte: incentivo à pesquisa e produção do conhecimento;
- Promoção da saúde;
- Paz e desenvolvimento da nação;
- Desenvolvimento econômico;
- Gestão democrática, participação e controle social;
- Descentralização da política esportiva e de lazer.

Em conformidade com isso, em 2006 foi debatida com a participação da sociedade civil, em conferências municipais, estaduais e na edição nacional, a criação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer. Os

³ Cf. MEDEIROS, A. M. (2013). *Políticas Públicas*. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciencia-politica/politicas-publicas/#_blank>. Acesso em: 17 set. 2015

eixos de debate da II Conferência Nacional foram: estrutura, organização, agentes e competências; recursos humanos e formação; gestão e controle social; financiamento. Essa edição foi marcada com o lançamento da Lei de Incentivo ao Esporte, um marco no financiamento do esporte no Brasil.

Segundo o texto base para as discussões nas etapas da conferência:

A II Conferência Nacional de Esporte deverá abrigar uma discussão aprofundada e uma reflexão avaliativa da implementação da Política de Esporte no Brasil, visando a (re) construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo em conta as esferas local, municipal, regional, estadual e federal, os poderes, as instâncias e instituições que o constituem, bem como as responsabilidades sociais que lhe competem, procurando avançar na articulação das ações dos agentes que atuam nesse segmento, oferecendo à sociedade serviços de qualidade que garantam o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais. (BRASIL, 2006, p.3).

Na III Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2010, tendo como pano de fundo a conquista para realizar no país os principais megaeventos esportivos, a temática central foi a projeção do país entre os 10 mais no âmbito dos Jogos Olímpicos. Ainda assim, o lazer foi debatido pelos participantes, delimitando metas dos programas e ações para os anos seguintes.

Destaca-se que as três edições das Conferências Nacionais do Esporte, tiveram papel fundamental no crescimento e projeção dos programas de lazer e de fomento a pesquisa. Nessas três edições, o lazer e o fomento e difusão do conhecimento estiveram previstos, em linhas ou eixos orientadores dos debates, o que fez com que, nas diversas cidades, as propostas e programas não apenas ganhassem visibilidade, mas também passassem a compor o rol de proposições e deliberações das conferências, tais como a ampliação dos programas do Ministério do Esporte *Esporte e Lazer da Cidade*, *Vida Saudável*, *Rede CEDES*, *Segundo Tempo*, como também o reconhecimento da importância das ações de formação aos recursos humanos que atuam em políticas de esporte e lazer e da necessidade de ampliar as políticas de controle democrático e participação social.

4.3 O lazer e os programas sociais do ministério do esporte

Nos últimos 12 anos, o Ministério do Esporte desenvolveu uma série de programas sociais. Além disso, estabeleceu parcerias com o Ministério da Educação para ampliação da oferta de práticas esportivas no programa *Mais Educação*. Apoiou eventos esportivos de caráter educacional e de participação e projetos especiais para a população indígena, povos e comunidades tradicionais. Vale ressaltar que tais programas possuem o foco na democratização do acesso aos conteúdos culturais de lazer e de fomento à produção do conhecimento⁴.

Entre os principais programas sociais do ME, destacam-se o PELC, o PST e Rede CEDES. O primeiro, Programa Esporte e Lazer da Cidade – o que mais nos interessa nessa análise – busca “[...] suprir as carências de políticas públicas e sociais, que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica.” (BRASIL, 2008, s/p).

Em 2003, a SNDEL, a partir das experiências dos governos populares e democráticos, tomou a decisão de implementar um piloto do PELC. Em virtude dos poucos recursos aportados nessa secretaria, foi deliberado implantar 10 parcerias, sendo duas por região, em cidades de densidades demográficas diferentes, com mais experiências em gestão de políticas de esporte e lazer e outras onde o programa servia de referência para a formulação e implantação de políticas locais (EWERTON; ARAUJO, 2011).

O PELC desenvolvido pela SNDEL até 2010 e, desde então, pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS⁵ –, esteve ancorado, no primeiro momento, em três eixos: a) manter os núcleos esportivos nas comunidades e fomentá-los; b) consolidar os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes); c) implantar e modernizar a infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer.

⁴Informação disponível em: <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

⁵A partir de 2011 foi aprovada pelo decreto n.º 7.529, de 21 de julho de 2011, a reestruturação do Ministério do Esporte. A SNEED e a SNDEL fundiram-se e surgiram a Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e a Secretaria de Futebol e Direitos dos Torcedores (SNFDT).

Nos últimos anos, cada eixo se tornou ação própria. No que se refere ao aspecto *Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer*, o programa ampliou gradualmente, ao longo dos anos, a oferta de atividades de lazer para a população brasileira nas diversas faixas etárias, tendo criado, a partir de 2013, um programa específico para a população idosa – o programa *Vida Saudável*, que até então era apenas uma opção de núcleos dos convênios junto ao PELC⁶ (BRASIL, 2011).

Em ambos os programas, além das atividades regulares, as diretrizes preveem atividades assistemáticas (eventos), cujo objetivo é a integração entre os participantes do núcleo e os demais cidadãos. Os eventos são vistos como parte integrante da execução do PELC, organizados de forma coletiva, envolvendo a comunidade como um todo, em diversos momentos da execução do convênio. A marca do programa é a formação de agentes comunitários do lazer e de gestores públicos de esporte e lazer com vistas à institucionalização da política pública local, tendo o programa entre seus princípios o foco na municipalidade, intergeracionalidade, inter-setorialidade e o respeito à diversidade. Até 2010, foram formalizados 670 convênios, que permitiram 10.602.559 atendimentos a cidadãos de 1.277 municípios, com atividades de esporte recreativo e de lazer, gerando 18.995 postos de trabalhos e 22.898 agentes sociais (BRASIL, 2011).

Outro programa de destaque do ME é o *Segundo Tempo*, que busca democratizar o acesso de crianças e adolescentes ao esporte educacional. O programa funciona na forma de núcleos com 70 a 100 beneficiados cada (BRASIL, 2015). O PST no PPA 2008-2011 atendeu a aproximadamente quatro milhões de crianças e adolescentes⁷. Apesar da média de atendimento do PELC e do programa *Segundo Tempo* se reproduzir nos últimos cinco anos – com dados expressivos considerando o histórico de políticas na área –, ainda estamos longe de garantir aos brasileiros o acesso ao esporte e ao lazer. Isso fica ainda mais visível quando olhamos para as dificuldades financeiras que os programas sofreram ao longo da sua existência. Matias (2013), Teixeira *et al.* (2015), Athayde (2015) e Castellani (2011) demonstram

que a prioridade da agenda governamental desde 2003 foi o financiamento da infraestrutura esportiva e dos grandes eventos, deixando em terceiro plano os programas sociais de esporte.

Apesar disso, é importante reconhecer que os programas qualificados oferecem a oferta do esporte e do lazer ao longo dos anos, inclusive com a produção de material pedagógico, com ações de acompanhamento técnico e pedagógico e com parcerias intersetoriais (Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Cultura; Ministério do Trabalho e Emprego). Isso se materializa pela permanente aderência de entes municipais, estaduais e federais aos programas, que se caracterizam pela participação da sociedade civil no controle de suas ações, pela gestão descentralizada e pela auto-organização da comunidade no desenvolvimento das oficinas e dos núcleos de esporte e lazer. Ressalta-se que isso ainda não ocorre plenamente, seja pelos limites do modelo de convênio das parcerias ou pelo processo incipiente do exercício do controle democrático por parte da sociedade civil.

Outra ação fundamental desenvolvida pelo ME – por intermédio da SNELIS, inicialmente como eixo do PELC, mas nos últimos anos como ação específica – é a Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer – *Rede Cedes*. Ela qualifica os programas sociais do ME, com apoio à produção científica; democratiza o acesso às informações e conhecimentos relativos ao esporte e ao lazer; fomenta a difusão dos conhecimentos produzidos, com apoio à publicação de revistas, livros e eventos científicos; viabiliza a integração de pesquisadores e grupos de pesquisas nacionais e internacionais etc. (BONALUME, 2011).

A *Rede Cedes* possui centros de fomento à pesquisa em todos os estados do país, com grupos de pesquisas de universidades públicas e privadas e com o acervo todo digitalizado no repositório Vitor Marinho⁸. Portanto, o lazer é objeto de programas e ações do ME desde sua criação em 2003. Como descrito no decorrer deste artigo, o lazer foi pautado nos principais documentos norteadores das políticas do ME, como a *Política Nacional do Esporte*, e também configurou como tema e eixos de discussão nas três conferências do esporte. Além disso, é foco dos programas sociais finalísticos do ME, como o PELC, *Segundo Tempo* e *Rede Cedes*.

⁶ Inicialmente, PELC para todas as idades e, posteriormente, também a opção de *Vida Saudável* para o atendimento focalizado à população idosa. Passaram a ser tratados como programas e não mais apenas como eixos de atuação da secretaria.

⁷ Informação disponível em: <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

⁸ Os arquivos do acervo Vitor Marinho podem ser encontrados no site: <http://vitormarinho.ufsc.br/xmlui/>

Porém, além das dificuldades orçamentárias que já foram colocadas, as políticas públicas no âmbito do lazer também possuem outros fatores limitadores, por exemplo: dificuldade na implantação de políticas intersetoriais; pouca participação da sociedade no exercício do controle democrático; falta de um pacto federativo que defina papéis, agentes e competências e financiamento; desigualdade na infraestrutura entre municípios e estados, entre outros.

4.4 Desafios

Ainda que não tenha sido a prioridade orçamentária do Ministério do Esporte, é inegável que houve avanços sociais significativos no campo do esporte e do lazer, tais como a presença da sociedade civil discutindo os caminhos das políticas do governo federal para o setor e a constituição de programas com desenho conceitual inovador são algumas conquistas dos brasileiros que precisam ser ampliadas nos próximos anos. Para tanto é fundamental avançar, ainda mais, na construção participativa das políticas sociais de esporte e de lazer. A presença da sociedade civil é fundamental na formulação e no monitoramento das ações do Estado, bem como na materialização do esporte e do lazer como direitos sociais.

Da mesma forma, é necessário consolidar e ampliar as parcerias intersetoriais existentes. As atividades de esporte e lazer são multidimensionais e, portanto, devem ser tratadas conjuntamente pelas diferentes pastas dos governos federal, estadual e municipal, considerando as desigualdades de condições existentes entre as classes sociais. Isso provavelmente será facilitado com a implantação do Sistema Nacional do Esporte (SNE). O Ministério do Esporte, a partir da demanda registrada pela sociedade nas três Conferências Nacionais do Esporte, compôs o grupo de trabalho com representação de 33 setores que atuam diretamente com políticas de esporte e lazer no país, dentre eles: confederações, entidades científicas e representação de gestores públicos.

Esse grupo de trabalho teve como tarefa a elaboração de subsídios para formulação do projeto de lei para a criação do SNE. No projeto,

tem-se a concepção de um sistema aberto, articulado, regulatório, com visão integrada para assegurar o pleno desenvolvimento do esporte e do lazer no país, em que as responsabilidades se definem pela natureza dos entes vinculados, com prioridades estabelecidas por adesão, respeitando-se a autonomia de cada instância e, ainda, que possua caráter colaborativo para garantir o acesso amplo ao esporte e ao lazer da população, enfrentando as desigualdades regionais e as assimetrias sociais.

A criação de um SNE, acompanhada de ações de levantamento de dados da realidade – como Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte)⁹ –, podem ser passos fundamentais para estruturar uma política nacional de esporte e lazer, com ações de: formação e qualificação dos profissionais; infraestrutura; fontes de financiamento definidas; órgãos gestores e de controle democrático; programas e projetos com viés emancipatório.

Concluímos este artigo reafirmando que muito foi feito nos últimos anos para garantir o esporte e o lazer como direito, mas diante do quadro de desigualdade de acesso aos bens culturais da humanidade do campo do lazer existentes no Brasil, ainda temos muito a fazer. Sem dúvida, avançamos no desenvolvimento dos programas e projetos, na qualificação dos profissionais, na participação da sociedade civil etc. Contudo, precisamos avançar na definição das fontes de financiamento, na implementação de políticas intersetoriais, no acompanhamento e avaliação dos programas, na participação e controle social. Esses são alguns dos desafios colocados para aqueles que atuam no campo do esporte e lazer.

⁹ Diesporte é o Diagnóstico Nacional do Esporte, pesquisa realizada em todo o território nacional, para levantar as informações sobre os praticantes de atividade física, infraestrutura disponível, legislações existentes e os investimentos para a prática de esporte no país. Dados disponíveis em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/>

4.5 Referências

- ATHAYDE, Pedro Fernando. O “lugar do social” na política de esporte no governo Lula. In: MATIAS, Wagner Barbosa Matias; ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando. **Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 184-209.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Organização de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Wirtndt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (Coleção Saraiva de Legislação).
- _____. **I Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.
- _____. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.
- _____. **II Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2006.
- _____. **Prestação de Contas anual do Ministério do Esporte**. Brasília: 2008. s/p.
- _____. **Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/Decreto/D7630.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.
- _____. **Balanco da gestão do Ministério do Esporte- 2003 a 2010**. Brasília: Ministério do Esporte, 2011.
- _____. **Diretriz do Programa Segundo Tempo**. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.
- _____. **Diagnóstico Nacional do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BONALUME, Claudia Regina. A Rede Cedec como uma rede de política pública. 2011. In: PINTO, Leila Mirtes S. M. et al. (Orgs.). **Brincar, jogar e viver**: lazer e intersectorialidade com o PELC. Goiânia: Gráfica e editora América LTDA, 2008. p. 68-91.
- CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2011. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- EWERTON, Andrea Nascimento; ARAUJO, Luiz Roberto Malheiros Araújo. In: PINTO, Leila Mirtes S. M. et al. (Orgs.). **Brincar, jogar e viver**: lazer e intersectorialidade com o PELC. Goiânia: Gráfica e editora América LTDA, 2008. p. 92-108.
- HUNGARO, Edson M.; ATHAYDE, Pedro F.; OLIVEIRA, Bruno Assis de. O crescimento do “terceiro setor” no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. **EFDeportes**.com, Buenos Aires, ano 15, n. 153, fev. de 2011.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como Prática da Liberdade**: uma proposta educativa para a juventude, Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MATIAS, Wagner Barbosa. **O enigma Olímpico**: o controvérsio percurso da agenda e políticas esportivas nos anos Lula e Dilma. 2013. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MEDEIROS, Alessandro M. (2013). **Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciencia-politica/politicas-publicas/#_blank>. Acesso em: 17 set. 2015

MONTÂNHO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

PINTO, Leila Mirtes S. M. et al. O lazer. In: PINTO, Leila Mirtes S. M. et al. (Orgs.). **Brincar, jogar e viver**: lazer e intersectorialidade com o PELC. Goiânia: Gráfica e editora América LTDA, 2008. p. 74-91.

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer Cidade. In: MATIAS, Wagner Barbosa Matias; ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando. **Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 211-238.

CAPÍTULO 5

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: DISCUTINDO SUA CONSTRUÇÃO

Gustavo André Pereira de Brito¹⁰

5.1 Introdução

Ao ser convidado para escrever sobre gestão estratégica das experiências de lazer, inicialmente pensei em falar sobre formação profissional. Contudo, com a grande inquietação do momento político presente, resolvi voltar a refletir sobre um tema que muito me é caro, políticas públicas de lazer, principalmente pelo fato de me inquietar a cada vez que ouço as falas dos políticos em cujas retóricas afirmam a importância de políticas públicas, dentre elas as de lazer, sem contudo garantir a implementação de tais políticas. Isso posto, e apesar da importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas como problema social e como objeto de reivindicação ligado à qualidade de vida nas cidades, essa crescente valorização não vem sendo acompanhada por ações do poder público traduzidas pelo desenvolvimento sistematizado de políticas na área, talvez pelo fato de não haver parâmetros norteadores dessas ações.

No intuito de estabelecer essas políticas, Requixa (1980) destaca que se devem considerar algumas diretrizes para seu desenvolvimento, que são: a ordenação do espaço; a reordenação do tempo; e a política de recursos humanos, na qual estão incluídas a política de animação e a formação e qualificação dos quadros para a devida intervenção. Apesar de serem elementos distintos, a primeira – que diz respeito à operacionalização dos recursos físicos, das áreas de lazer, dos equipamentos e das instalações,

¹⁰ Mestre em Educação Física, professor pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN no curso superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer, pesquisador do grupo de pesquisa *Lazer e Gestão de Políticas Públicas e Privadas* – IFRN.

além da criação e aplicação de atividades, pelos recursos humanos, os chamados animadores socioculturais – e a segunda – que trata do desenvolvimento dos quadros por meio de programas de formação básica, de capacitação, qualificação e de aperfeiçoamentos contínuos para as várias funções no âmbito do lazer – são muitas vezes confundidas.

Outra confusão conceitual, segundo alguns autores, como Brante (1995), Pinto (1996), Marcellino (1996), Zingoni (1998), entre outros, refere-se às políticas de lazer – ou políticas públicas de lazer – que, na maioria das vezes, são traduzidas como políticas de atividades e, em alguns casos, como políticas de distribuição de materiais esportivos, ou ainda de construção de espaços públicos para a prática de atividades, sem contudo haver a preocupação com a participação humana consciente, que é a vida desses espaços.

Com isso, o objetivo deste artigo é sistematizar informações capazes de auxiliar verdadeiramente a criação de políticas públicas de lazer, devendo ela concretizar a cidadania e autonomia dos indivíduos, buscando sua liberdade e igualdade de direitos, na qual a política é feita para todos e não somente para classes específicas. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pois, com material selecionado por meio de análise textual e posteriormente sendo realizada uma análise temática com a compreensão da mensagem global veiculada na unidade (SEVERINO, 2002), acredito poder atingir meu objetivo.

5.2 Bases conceituais para uma política pública

Antes de abordar o tema *políticas públicas de lazer*, faz-se necessário recorrer a Ribeiro (1998, p. 13) para melhor compreender o termo política. Segundo esse autor, “Em qualquer de seus usos, na linguagem comum ou na linguagem dos especialistas e profissionais, [política] refere-se ao exercício de alguma forma de poder e, naturalmente, às múltiplas consequências desse exercício.”. Aliado a esse pensamento, o mesmo autor coloca que a política se preocupa “com o encaminhamento de interesses para a formulação e tomada de decisões”.

Contudo, é importante esclarecer que nem todo o encaminhamento de interesse para que se obtenha uma decisão pode ser tratado como um fato político, pois esse é aquele que é de interesse da cidade, tendo em vista que a palavra política vem do grego antigo *polis*, que significa cidade. Já o termo público, associado à política, não deveria ser entendido exclusivamente como uma referência ao Estado, mas com o que é de todos, sob a mesma intervenção e apoio tanto do Estado como da população.

Pereira e Grau (1998, p. 02) supõem:

[...] a existência de quatro esferas ou formas de propriedades relevantes no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa e a privada. A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo Direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado.

Após verificar essas quatro possibilidades, discutirei as políticas públicas como demanda social, tratadas, discutidas e fomentadas pelo Estado, ouvindo a sociedade no intuito de desenvolver ações políticas na perspectiva de consolidação do público para todos. Entretanto, não é isso que verifiquei na maioria das discussões sobre políticas públicas.

Amaral (2004, p. 183) é uma das autoras que conceituam política pública de forma restrita à intervenção do Estado. Para ela, é “[...] toda atividade política que tem como objetivo específico assegurar, mediante a **intervenção do Estado**, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. [grifo nosso]”. Dessa forma, as políticas correspondem somente à intervenção do poder público, fato contrário ao que acredito, mesmo que essa intervenção busque destinar verbas públicas para o atendimento da população em geral, em determinado campo social, incluindo aqui todas as classes, englobando as preferências, escolhas e decisões da comunidade.

Entendo assim que as políticas públicas devem ser estabelecidas a partir de diálogos entre o poder público e a sociedade civil. Rodrigues

(2003, p. 193-194) alerta que é dever do Estado, buscando a participação popular, tanto no âmbito nacional como no estadual e no municipal, desenvolver políticas de lazer que incluam todos os cidadãos. Quanto mais crescem as diferenças entre as classes sociais, maior deveria ser a eficiência e a eficácia do poder público em incluir a todos, principalmente os setores mais fragilizados de nossa sociedade, como as crianças, os adolescentes, as mulheres, os idosos e as pessoas com deficiência.

Atualmente, o que temos verificado é que o Estado vem se desresponsabilizando em executar políticas públicas diretas, a partir do momento em que estabeleceu leis de incentivos fiscais direcionadas para empreendimentos privados. Preocupada com isso, Cristan (1990) questiona essa transferência de recursos do Estado para a esfera privada, justificando que dessa forma as políticas públicas da área terminam por apenas reproduzir o sistema de desigualdades predominante na vida das comunidades, tendo em vista que o governo, por meio dessas políticas, acaba por anexar setores da sociedade civil, como os sindicatos e as entidades de cultura, esvaziando seus conteúdos de reivindicações e colocando-as sob sua tutela.

5.3 Políticas públicas de lazer

No campo do lazer, a questão não é diferente de outras áreas, pois as políticas são concebidas com o intuito de estabelecer padrões de decisões, aplicando-os aos tipos de situações consideradas singulares. Ela é o fruto do entendimento e ascensão de determinada filosofia, que estabelece princípios com a finalidade de determinar diretrizes orientadoras expressas por meio do regulamento para atingir metas e objetivos pré-estabelecidos (RIBEIRO, 1998). Portanto, podemos considerar que políticas são guias para ação e não a ação em si, gerando, dessa forma, caminhos para atingir determinados objetivos.

Entretanto, para o entendimento de políticas públicas voltadas para o campo do lazer é relevante ter a consciência que muitas vezes a política não é efetivada. O discurso não condiz com a realidade observável. Isso ocorre porque geralmente as políticas públicas que contemplam o lazer facilitam a realização de outros objetivos na gestão do governo.

Pelo exposto acima, independente da área de atuação, mas sobretudo quando se trata do lazer, é importante salientar a necessidade da criação de políticas públicas mais gerais que contemplem outras áreas sociais, culturais e políticas, e que essas políticas articuladas estejam voltadas para o desenvolvimento humano. Na maioria das vezes, o lazer vem sendo utilizado como massa de manobra política ou como instrumento de controle social desconectado da realidade do país, servindo para garantir a manutenção do *status quo*. No Brasil, as políticas públicas de lazer podem ser consideradas como uma intervenção exercida por autoridades ou por agentes sociais e pelo Estado, porém é importante não acreditar que somente uma área de investimento público solucionará todos os problemas da população.

A primeira política de intervenção brasileira no lazer surge no século XX com a criação dos jardins de recreio em Porto Alegre (com iniciativas do professor Frederico Gaelzer) e dos centros de recreio¹ em São Paulo (com iniciativas do professor Nilcanor Miranda). O objetivo de tal política era prevenir a delinquência juvenil, além de ser um local saudável que oferecia recuperação de energia para a classe trabalhadora por meio de espaços adequados para a leitura, recreação infantil e o descanso, contando ainda com quadras poliesportivas (AMARAL, 2003).

Na década de 1930, o Estado Novo, instituído pelo então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de incorporar o proletariado à sociedade, alicerçou iniciativas públicas para recreação, claramente vinculadas à expansão do capitalismo e ao controle dos trabalhadores, para que esses não questionassem as ações do governo (AMARAL, 2003). Ainda segundo a mesma autora, na década de 1970, período de ditadura militar, o lazer ganha força tanto como política de intervenção quanto como disciplina acadêmica (recreação), embora privilegiando exclusivamente as atividades ligadas à educação física e ao controle do corpo, principalmente porque o regime militar fez uso do esporte para dominar a população e coagir a juventude estudantil e a classe trabalhadora. Nessa época foram desenvolvidos novos instrumentos, mais precisos e diversificados, para descrição, avaliação e organização, pelos

¹Também chamados de "Praças de Esportes" e com sentido similar às "ruas de lazer".

profissionais da educação física, dos usos do tempo do não trabalho adquirido pelos indivíduos. Ainda, em 1970, conforme Bramante (1997, p. 137), surge “o primeiro curso de bacharel em turismo no país, cujo perfil profissional assemelha-se ao do campo do lazer”.

Nos anos 80 do século XX, o lazer aparece como uma prática e também como um campo de estudo, apesar de continuar sem haver, por parte de muitos governantes, o interesse em despertar no cidadão o valor crítico do lazer capaz de impulsioná-lo a questionar as causas das desigualdades socioculturais vivenciadas pelas classes trabalhadoras (AMARAL, 2003).

Foi nesse período que a Constituição Brasileira (1988), pela primeira vez, considerou o lazer como um direito de todos, aparecendo em seu capítulo II (dos direitos sociais), no artigo 6: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2002, p. 12). Já no título VIII (da ordem social), no capítulo III (da educação, da cultura e do desporto), na seção III (do desporto), o artigo 217 coloca que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”. Somente no § 3º, o lazer é tratado da seguinte forma: “O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.” (BRASIL, 2002, p. 132).

Assim, tradicionalmente, até pela forma como está expresso em nossa Constituição, o direito ao lazer – e consequentemente as políticas públicas da área – são geralmente apresentadas com um cunho assistencialista, como forma de minimizar os problemas sociais, justificado somente se estiver agregado a outro conceito, como: o lazer prevenindo doenças (lazer e saúde); o lazer como promoção social (lazer e assistência social); ou ainda ligado à diminuição da violência urbana (lazer e segurança), servindo unicamente para amenizar, ou até mesmo resolver, as mazelas impostas à sociedade.

O lazer pode até ser fundamental para a construção de um novo padrão de comportamento; entretanto, uma ação isolada pouco contribuirá nesse sentido, tendo em vista que é necessário que as atividades

estejam inseridas em um processo de mudança de atitude e mentalidades de seus participantes para que efetivamente ocorram transformações sociais.

Quanto a isso, Turino (2005, p. 134-135) afirma que:

Dar como solução apenas maior oferta de equipamentos de lazer não resolve o problema. São notórios os casos em que quadras esportivas, pistas de *Skate* ou salões sociais, construídos sem o necessário acompanhamento, sem programação dirigida ou manutenção permanentemente, antes de se transformarem em espaços integrados, são áreas que se degradam, tornando-se espaço de segregação, discórdia e violência.

Esse isolamento das ações no lazer acarreta também uma acirrada disputa pelo controle da agenda dessas áreas, objeto de prestígio e de poder local – sem falar que esses espaços acabam sendo frequentemente excluídos de um público predominantemente masculino e adulto, os “donos do pedaço”. O lazer deve ser entendido, no sentido humanista, como libertador, como algo que traz aos sujeitos, por suas vivências, a possibilidade de refletir com alegria e entender o mundo por meio das brincadeiras, fantasias e jogos.

Entretanto, o lazer, talvez por ser um tema transversal, acaba tendo interpretações diversas e limitadas, de acordo com Marcellino (2002, p. 13). Segundo esse autor, isso ocorre porque “Grande parte da população ainda associa o lazer às atividades recreativas, ou a eventos de massa, talvez pelo fato de que a palavra tenha sido largamente utilizada nas promoções de instituições com atuação dirigida ao grande público.” Além disso, o mesmo autor ainda coloca que esse fato é reforçado quando os meios de comunicação de massa divulgam as atividades separadamente, em verbetes consagrados como teatro, cinema, exposições, esporte, entre outros, e não consideram todos eles como lazer, o que seria o mais correto.

O conceito operacional do lazer, de acordo com Marcellino (1987, p. 31), deve ser entendido:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada e fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado”

dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

Apesar dos problemas gerados pelo entendimento restrito do lazer ou por seu vínculo exclusivo com o esporte, e mesmo tendo sido deixadas brechas na Constituição para a criação de políticas públicas assistencialistas, essa nova abordagem do lazer como direito vem acarretando, por parte do governo, uma atenção especial, porém com escassa participação popular². Essa ausência de participação no processo de concepção, operacionalização e acompanhamento das políticas públicas faz com que muitas vezes nem saiam do papel, e quando saem, são socialmente limitadas e pouco representativas.

Quanto ao vínculo exclusivo entre lazer e esporte, Amaral (2003) coloca que isso surge pela necessidade que o Estado teve em ocupar o tempo livre dos trabalhadores com atividades saudáveis, as quais, nos idos de 1930 a 1940, pautaram-se nas ideias de higienização social, quando as atividades de lazer deveriam promover experiências que a humanidade acumulou em diversas áreas, como literatura, música, jogos, dança e artes. Entretanto, na realidade, o que se desenvolveu foi a prática de exercícios corporais e a orientação para a aquisição de hábitos saudáveis e higiênicos em relação ao corpo.

Além disso, de acordo com Bramante (1997), em 1957 foi criada a Associação Brasileira de Recreação como apêndice da Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, tendo uma ação destacada até meados de 1970. Coube ao Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo, apenas a partir da década de 1970, por meio da abordagem interdisciplinar com cunho multiprofissional – sugerida por Joffre Dumazedier em suas diversas consultorias para a área no Brasil –, dar início a um processo

² A participação da população nos rumos das políticas públicas é entendida como a intervenção constante e de oportunidade homogênea da população [...] almeja atingir a efetividade das tomadas de decisão, definindo diretrizes políticas em conjunto com a população, para depois torná-las práticas sociais concretas, bem como possibilitar à sociedade civil espaço para que fiscalize os destinos que o legislativo e o executivo dão as verbas públicas” (AMARAL, 2003, p. 41). Com isso, a população acaba por aceitar e internalizar que, além dos direitos, existem deveres cruciais em prol de se viver verdadeiramente em sociedade. Os indivíduos se conscientizam e não deprimem os espaços públicos, diminuem os gastos desnecessários, pois, a partir desse momento, eles se sentem realmente donos dos espaços e pertencentes à comunidade.

de minimização do vínculo exclusivo do lazer como campo de atuação profissional dos professores de educação física (AMARAL, 2003).

Atualmente, muitos profissionais de diversas áreas (Arte-Educação, Pedagogia, Turismo, Educação Física, Hotelaria, Psicologia, Sociologia, Terapia Ocupacional, Administração, Serviço Social, dentre outras) vêm estudando e atuando no campo do lazer, seguindo a abordagem interdisciplinar sugerida por Dumazedier (s/d), Marcellino (1987), Werneck (2000) e Isayama (2004), entre outros autores. Entretanto, talvez pelo fato do lazer ser atualmente desenvolvido dessa forma multiprofissional, algumas pessoas ainda têm um pensamento equivocado de que não é necessário, para atuação na área, uma formação específica, perspectiva essa que deve ser mudada a todo custo para que ocorra realmente uma intervenção com qualidade.

Já com relação à participação popular nas decisões tomadas para a área, sabe-se que é preciso mudar o quadro atual; entretanto, para que isso ocorra, é importante ampliar reflexões e ações fundadas nos benefícios que as experiências de lazer geram para a vida dos sujeitos, tanto na esfera pessoal, como social, cultural e política. Para Bramante (1995, p. 14), “Cabe à União o papel normatizador e facilitador da educação de todos os segmentos da população para que possam, nas experiências de lazer, descobrir possibilidades de desenvolvimento pessoal e de integração social.”

Para superar problemas como desperdícios, mau planejamento dos espaços, recursos humanos com pouca qualificação, tanto para gestão quanto para a atuação, entre outros, deve-se ter como pressuposto a participação coletiva na construção do conhecimento, na discussão, reflexão e avaliação das práticas de lazer, tendo em vista a elaboração de uma política de interesse comum. Com isso, a educação para e pelo lazer (duplo aspecto educativo do lazer)³ pode trazer efetivamente a melhoria

³ O lazer pode ser um veículo privilegiado de educação quando, mesmo cumprindo objetivos consumatórios ou objetivos relaxantes e prazerosos, contribui para a compreensão da realidade. As atividades de lazer favorecem o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos por meio do reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao autoaperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade. Entretanto, para que esses sujeitos possam desenvolver-se por meio do lazer, é importante conhecer todas as possibilidades (conteúdos culturais) e, para isso, é importante que esses indivíduos sejam educados (para o lazer) com o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilite a mudança do nível conformista para o crítico e criativo (MARCELLINO, 2002).

na qualidade de vida, a partir do momento em que ela gera o desenvolvimento integral dos cidadãos, já que, segundo Pinto (1998, p. 53):

[...] do ponto de vista do desenvolvimento pessoal. [o lazer] contribui para nos atualizar sobre nós mesmos, exercitando sentimentos, organizamos, sonhos, músculos e nossa coordenação, apurando nossos mecanismos lógicos e técnicas de expressão corporal, conscientizando-nos sobre a expressão da nossa vida e uso do nosso corpo, restaurando energias, desfogando tensões, estimulando desejos, motivações e o aperfeiçoamento da nossa personalidade.

É verdade que, mesmo que não se fizesse a conexão entre as diversas possibilidades de desenvolvimento geradas pelas vivências de lazer – o que seria impossível tendo em vista a interdependência social, cultural e política –, ele já seria imprescindível para a vida humana por seu caráter de desenvolvimento pessoal. O lazer gera no indivíduo um acrescentamento à personalidade ao adquirir conhecimentos que lhe permitirão compreender, de forma diferente, determinados fenômenos, podendo influenciá-lo em uma nova atitude frente a antigas questões.

Quanto ao desenvolvimento social, de acordo com Requixa (1980, p. 51), é por meio dele que: “O homem terá, então, meios para melhor compreender sua posição no grupo, na comunidade e na sociedade em geral, para revestir-se de responsabilidades e discernir seu papel de participante, na realização dos objetivos maiores da sociedade:”. Isso ocorre por meio das múltiplas relações críticas e criativas, do autoconhecimento, do conhecimento do outro e consequentemente de uma maior e melhor participação na comunidade e na construção do mundo.

Do ponto de vista da cultura, o lazer propicia espaços de experiências, além de valores éticos e estéticos, valorizando modos de vivências culturais e de expressão da criatividade. Por fim, Pinto (1998, p. 53-54) destaca a importância do lazer como desenvolvimento político do ser, tendo em vista que ele representa: “[...] possibilidades de construção de alegrias e conquistas de direitos com consciência de deveres na realidade de sonhos e na posse do tempo e lugar disponíveis na vida.”

Assim, todos esses valores que podem ser gerados pelas vivências de lazer são responsáveis, juntos, por ações que têm a possibilidade de propiciar a autonomia e a cidadania, ou seja, a participação dos sujeitos

na vida em sociedade. Entretanto, isso só se concretiza no momento em que os cidadãos se conscientizam, em um aprendizado contínuo, da importância que as relações de resistência ao poder dominante e da valorização das reivindicações populares têm nessa prática educativa.

Pensando nisso, Pinheiro (2003, p. 140) destaca que uma política pública realmente democrática seria aquela na qual todos os setores da população, já incluídos pelo princípio da universalidade, tivessem a possibilidade de controlá-la de forma direta e transparente. Isso implicaria a adoção de mecanismos de participação popular por meio dos quais toda a população pudesse, de fato, participar da construção da política na totalidade de suas instâncias: planejamento, decisão, execução, fiscalização e avaliação – notadamente políticas dirigidas para setores específicos da população, situação na qual a participação direta dos beneficiários é fundamental.

Atualmente, não podemos perder de vista que existem algumas limitações circunscritas à participação popular junto às políticas públicas, pois Amaral (2003, p. 90) aponta que:

Muitas acusações estão presentes nos discursos de autoridades nacionais e internacionais, sendo as mais frequentes: a de que o povo é incompetente, incoerente e irresponsável; o povo é conservador e preconceituoso; o povo é vulnerável aos grupos de pressão e influenciável pelos superorganizados; o povo é dominado pelas paixões e pela tirania da maioria.

Contudo, não devemos ser derrotistas, e é necessário lembrar que, se por um lado a participação popular pode significar um espaço para que entidades populares disputem o controle e a destinação de verbas públicas, tendo em vista o exposto acima, por outro lado ela pode ser um meio de legitimar a política do Estado diante da população, basta que, para isso, haja uma educação capaz de tornar os sujeitos mais participativos nos processos de construção dos projetos de sua comunidade.

Além da pouca participação popular na formulação e controle de políticas públicas de lazer, outros problemas surgem no tocante a essa temática, como os poucos recursos financeiros nos orçamentos públicos destinados à área, o que reflete em má distribuição dos equipamentos,

que acabam quase sempre valorizando somente as questões relacionadas aos interesses físico-esportivos⁴. Os recursos humanos, quase sempre sem a devida qualificação e escolhidos em alguns municípios de acordo com a preferência partidária, são fatores que interferem diretamente na qualidade de uma política pública da área.

Para Marcellino (2000, p. 130): “Já está na hora dos discursos de campanha de um lazer emancipador, sejam acompanhados de verbas e infraestrutura e de atuação profissional, comprometida politicamente sim, mas com competência e ‘profissionalismo’”. Aliadas a esses fatores, de acordo com Miranda (2001, p. 08), cada vez mais as políticas sociais no país constituem mecanismo de reposição da força de trabalho, em que o lazer serve muitas vezes para que o trabalhador possa repor os desgastes ocorridos no trabalho. A mesma autora ainda lembra que essas políticas muitas vezes são políticas de “programas”, na maioria das vezes com caráter clientelista e burocrático, nos quais a assistência dada a esses programas varia de acordo com os arranjos políticos.

Essas questões se agravam quando o Estado não tem bons mecanismos de gerenciamento dos projetos desenvolvidos. Além disso, há a falta de mobilização social em exigir do governo ações consistentes para o setor, já que a comunidade não está preparada para cobrar o desenvolvimento de intervenções que gerem mudanças de atitudes, possibilitando o lazer como expressão da alegria humana para que esse indivíduo possa conquistar sua liberdade e autonomia. Nesse sentido, não se pode perder de vista o contexto mais amplo no qual as políticas setoriais de lazer estão inseridas.

Atualmente, apesar de os programas *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC) e *Segundo Tempo*, implementados e gerenciados pelo Ministério do Esporte, serem programas de uma política pública de lazer de alcance nacional e de, ao longo dos anos, o setor público municipal em vários Estados vir desenvolvendo ações pontuais, trabalhando em uma perspectiva mais crítica – tendo muitas vezes como eixo central a democratização dos espaços e oportunidades de lazer para a população em geral, entendendo essa questão como uma das prioridades de governo –, muito ainda falta para conseguirmos mudar a situação do país no tocante ao lazer.

Para isso, Maia (2003, p. 88) sugere que sejam desenvolvidas políticas públicas:

[...] na perspectiva de o Estado atender às demandas sociais, portanto, [que sejam] expressão de compromisso do poder público perante a sociedade, compromissos estes que devem ultrapassar os palanques eleitorais, os programas de campanhas dos candidatos e ser concretizados na prática social real. É mediante as políticas públicas que são distribuídos os bens e serviços públicos, minimizando as diferenças econômicas e socializando os direitos sociais.

Assim, apesar de serem poucas as ações na área do lazer, alguns estudos anteriores mostram caminhos já trilhados no intuito de formular políticas públicas de lazer coerentes. Entretanto, é importante salientar que não existem, em políticas públicas, receitas prontas e acabadas. Maia (2003, p. 91) coloca que é necessário levar em consideração vários fatores, como a diversidade cultural, a vontade política dos gestores públicos, a capacidade de envolvimento do quadro profissional, os recursos financeiros e os materiais, os equipamentos disponíveis, além do saber fazer, no qual o fazer político-pedagógico coerente implica a construção do desenvolvimento do indivíduo.

Marcellino (1996, p. 39) aponta, nesse processo de intervenção, um plano geral de ação no qual há muitas necessidades: conhecer a situação atual do local, ou seja, saber qual a realidade, os interesses e as aspirações da população; como se dá a participação da comunidade no planejamento, na organização e na avaliação das ações; verificar a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político, ou de recursos para manutenção e ampliação da ação. Além disso, o mesmo autor completa com a preocupação da formação e atualização de quadros para atuação na área, sobretudo o voluntariado, tendo em vista que ele é peça fundamental em todo o processo, mas principalmente na fase de sensibilização, buscando a participação de lideranças locais já que, muitas vezes, esses indivíduos se disponibilizam até na divulgação de experiências compartilhadas em suas realidades.

Ainda, no processo de intervenção é necessário minimizar riscos decorrentes da atuação de “especialistas” – que, muitas vezes, tendem

⁴Toda atividade na qual prevalece o movimento ou o exercício físico (prática, contemplação e informação).

a valorizar suas próprias preferências – e a atuação de ações institucionizadas, cumprindo apenas os objetivos e interesses da organização envolvida. Marcellino (1996) recorre a Requixa para explicar como a ação comunitária pode influenciar de forma positiva a formulação de políticas públicas da área, tendo em vista que a ação comunitária é um:

[...] trabalho socioeducativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo. (REQUIXA, 1973, p. 09).

Segundo Marcellino (1996, p. 39), a ação comunitária pode ser considerada uma alternativa operacional dentro de políticas de ação, principalmente quando a instituição que formula a política não quer ver sua ação confundida ou reduzida à da chamada indústria cultural. O mesmo autor divide em três momentos interligados o processo de intervenção para a área do lazer, chamando-o de plano geral de ação, cuja primeira fase é a da:

[...] *deflagração* propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos e intervenção e realização de *atividade impacto*. A ação dos técnicos está presente com muita intensidade, no planejamento, organização e execução, buscando estimular e coordenar as iniciativas detectadas na análise da situação. (MARCELLINO, 1996, p. 40-41).

Nessa fase é importante que sejam realizados levantamentos das necessidades da comunidade atendida, averiguações sobre a provável vocação para o lazer, além da história da identidade cultural local. Aqui acontece o início da intervenção propriamente dita junto à comunidade, cujo primeiro passo é a realização dos contatos iniciais com os líderes (formais e não formais) para esclarecer os objetivos e como será desenvolvida a ação, desde os preparativos até a realização

da “atividade impacto”, garantindo a capacitação de animadores socio-culturais. Por fim, deve-se avaliar e ajustar o plano de ação para as próximas vivências, a chamada ação continuada.

Quanto ao segundo momento, Marcellino (1996, p. 41) afirma que é uma fase marcada pela “[...] *avaliação* dos resultados da ação, geralmente ocorridos, no que pode ser denominado de período de carência. Aqui, a intensidade da ação dos técnicos já é menor, mas continua presente, buscando o levantamento de resultados e sua efetivação”. Com relação a essa avaliação, podem ser gerados dois grupos de resultados, os chamados de respostas – que, segundo o autor, estão intrinsecamente ligados aos objetivos da ação, já são previstos no projeto e precisam geralmente de acompanhamento técnico para a continuidade do processo – e reflexos, que independem de acompanhamento – já que são assumidos pelos grupos ou sujeitos, podem não estar previstos no planejamento.

É a partir de então que se percebe se os resultados alcançados estavam condizentes com os objetivos estabelecidos, para só depois entrar na fase de continuidade. Por fim, a terceira e última fase caracteriza-se como:

[...] *continuidade* da ação, com a retomada dos resultados dependentes de acompanhamento, num período de *sedimentação*, onde é exigido acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o alcance do estágio de *autonomia*, onde o acompanhamento será levado a efeito, a título de *reciclagem*. (MARCELLINO, 1996, p. 41).

Esse processo de intervenção só tem sentido, de acordo com Paiva (1996, p. 52), se:

[...] independente dos caminhos traçados, tenha desenvolvido nas pessoas o desejo e a capacidade de participar e construir, de forma coletiva, seus desejos e aspirações, que num primeiro momento passarão pela esfera do lazer, mas, em fases posteriores, poderão abranger outras áreas de interesse, dependendo da própria vontade da comunidade.

Também Bramante (1995, p. 14-15), quando fala em formulação de políticas públicas de lazer, lembra a necessidade de: considerar

estratégias como a busca da participação comunitária que auxiliará no diagnóstico da realidade local, contribuindo para a tomada de decisões; selecionar e desenvolver o pessoal técnico e os agentes voluntários que darão sustentação à execução da política, bem como servirão para disseminar a prática dos diversos conteúdos culturais, visando a contribuir com a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos daquela comunidade; promover encontros de formação e atualização profissional para disseminar conhecimentos da área do lazer, bem como orientar o corpo técnico sobre a política setorial a ser implantada.

Em ambos os processos para nortear a formulação de política pública de lazer discutidos anteriormente, tanto no proposto por Marcellino (1996) como em Bramante (1995), notamos a preocupação com a questão da participação popular, da chamada ação comunitária. Esta envolve a mobilização e a organização de grupos sociais, tendo em vista a importância da participação comunitária desde o diagnóstico, passando pelo encaminhamento de soluções, já que a comunidade é motivada a conhecer e analisar seus principais problemas, na perspectiva de buscar soluções, finalizando com a avaliação da ação. Esse momento de avaliação cria possibilidades de promover debates que gerem reflexões sobre essas mesmas políticas, com o intuito de formar um projeto democrático-mente coletivo, de forma qualificada e consciente.

Para Maia (2003, p. 90), essa participação comunitária pode acontecer de várias maneiras, tanto pela participação em conselhos constituídos, conferências públicas, orçamento participativo ou com base em uma metodologia de intervenção que favoreça a aproximação da comunidade em planejamentos, execução e avaliação das propostas desenvolvidas pelo poder público municipal ou estadual. Ainda para o mesmo autor, esse processo favorece a decisão mais próxima da realidade, amplia a transparência administrativa, além de contribuir com uma maior integração entre os diversos setores administrativos do governo.

Com essas explanações, verifica-se que é necessário buscar a adequação das experiências vividas às necessidades e aos anseios da população, de forma a estimular a participação de todos, colocando o cidadão no centro das decisões, incentivando o indivíduo para participar como organizador, como autor, e não somente como consumidor.

Dessa participação da comunidade nas discussões acerca dos problemas sobre lazer, Matos (2001, p. 130) destaca a importância dos debates na área, tendo em vista que:

Implementar um projeto em determinado espaço com uma linguagem ou modalidade esportiva que tenha pouco significado para os moradores da área onde acontecerá o projeto ou fazê-lo acontecer em dias da semana ou em horários do trabalho, de estudo, das obrigações religiosas, afazeres domésticos, que são normalmente diferenciados de um grupo social para outro, impõem a necessidade de conhecer profundamente costumes, interesses e aspirações daqueles que serão beneficiados pelos projetos, uma vez que existem enormes diferenças mesmo dentro de um bairro.

Entretanto, o que acontece geralmente é a imposição de determinadas programações e horários, definidos em função da disponibilidade dos técnicos sem que o público-alvo seja consultado. Notamos com isso, mais uma vez, a importância das propostas de participação popular nas decisões e planejamentos das políticas municipais de lazer. Contudo, não se pode esquecer que, em muitas cidades, essas propostas não se concretizam ou não passam de intenções em momentos de campanha eleitoral, dificultando uma perspectiva crítica do indivíduo que possibilite ao cidadão conhecer, entender e analisar a vida como um todo.

Outra preocupação encontrada em ambos os processos acima citados é a questão da formação e qualificação dos recursos humanos como um fator importante para implementação de uma política pública democrática e participativa. Recomenda-se o aumento da qualificação técnica, tanto dos profissionais como dos voluntários, por meio do aperfeiçoamento e atualização constantes, além de saber priorizar investimentos e desenvolver a habilidade no trato com o público.

Ainda com relação à qualificação profissional, é importante lembrar que há a necessidade de se ter competência técnica e política para efetivar os anseios e as expectativas da população, sendo importante que o profissional do lazer que atua nessas ações possa ser um mobilizador junto à comunidade, devendo contribuir com a ampliação do conhecimento dos indivíduos sobre os interesses culturais do lazer, além de favorecer no planejamento, ouvindo a população para que criem em conjunto atividades

contextualizadas com sua realidade. Também a execução deve ser realizada não somente para, mas com a comunidade atendida, assim como a avaliação das ações junto aos cidadãos.

Por fim, quando se pensa em políticas públicas de lazer é importante questionar as políticas geradas nos gabinetes das secretarias sem que estejam preocupadas com o desenvolvimento real dos indivíduos – já que, na maioria das vezes, essas políticas têm a função de possibilitar o descanso ou o divertimento –, levando em conta somente a política do “pão e circo” como paliativo descontextualizado das questões sociais que interferem diretamente na qualidade de vida e, consequentemente, no desenvolvimento humano das comunidades. Assim, para a formulação de políticas públicas de lazer, pressupõe-se que se deva perceber e identificar os diferentes atores e os interesses que se apresentam na disputa por determinado conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que serão os balizadores de uma nova política da área.

5.4 Considerações finais

Para minimizar esses problemas, as administrações públicas – sejam elas federal, estadual ou municipal – devem estar atentas para algumas questões do lazer que transcendem o executivo, garantindo uma aliança entre esse poder, o legislativo e a sociedade civil. Com isso, incentivam e participam de discussões e ações sobre temas como a redução da jornada de trabalho e a forma de ocupação do solo, entre outros, junto a universidades, federações, ligas, clubes e ONGs, envolvendo, também, profissionais do lazer, atletas, líderes comunitários, estudantes e a comunidade em geral.

Algumas discussões vêm ocorrendo nos âmbitos federal, estadual e principalmente no municipal. Dessa forma, na perspectiva de ampliar a participação popular, são desenvolvidos espaços como a conferência do esporte (nacional, estadual e municipal), o orçamento participativo, fóruns e conselhos de esporte e lazer no intuito de estabelecer locais contextualizados que envolvam os cidadãos para debater sobre a cidade, buscando soluções para seus problemas.

A formulação de políticas públicas municipais de lazer que, às vezes, é tão facilmente visualizada pela academia, nem sempre leva à sua implantação pelos governos. Isso ocorre por diversas causas, entre elas a ausência de uma proposta conectada entre a política geral do partido e a política empregada pela secretaria da área, a ausência de articulação entre as diversas secretarias e a falta de quadros preparados para atuação, entre outros. Entretanto, é imprescindível que os governos comecem a sistematizar políticas públicas na área, pois como diz a música da banda Titãs (1987): “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte [...]”.

5.5 Referências

- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. 2003. 192f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- _____. Políticas públicas. In: GOMES, Christianne Luce. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.181-185.
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, Wagner Wey. **Educação física e esportes**: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992. p.161-179.
- _____. Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. In: BELO Horizonte, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Esporte. **O lúdico e as políticas públicas**: realidade e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SME5, 1995. p. 43-17
- _____. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini. (Org.) **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 123-154.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Organização de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CRISTAN, Mara Lúcia. Políticas públicas para o esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 186-189, dez. 1990.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento teórico do lazer**. São Paulo: Secq, (s/d).
- ISAYAMA, Hélder Ferreira. Formação profissional. In: GOMES, Christianne Luce. (Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 93-96.
- MALÁ, Lerson Fernando dos Santos. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003. p. 81-100.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

- _____. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores associados, 1996.
- _____. O lazer na atualidade brasileira: perspectivas na formação/atuação profissional. **Licere**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 125-133, set. 2000.
- _____. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MATOS, Lucília da Silva. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.) **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 117-140.
- MIRANDA, Maria Ines Ferreira de; FERRIANI, Maria das Graças. **Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes**. Goiânia: AB, 2001.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Núria Cunill. Entre o estado e o mercado: o público não-estatal. In: Bresser Pereira e Núria Cunill Grau. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Caracas: CLAD/Paidós, 1998. p. 15-48.
- PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003. p. 137-155.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 61-70.
- _____. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 10, n. 11, p. 47-68, jul. 1998.
- REQUIXA, Renato. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.
- _____. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- RODRIGUES, Rejane Penna. Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003. p. 191-196.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TURINO, Célio. **Na trilha de macunaima: ócio e trabalho na cidade**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2005.
- ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 10, n. 11, p. 31-46, jul. 1998.
- WERNICK, Christianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/CELAR-DEF/UFMG, 2000.

CAPÍTULO 6

AS COMPREENSÕES DE LAZER NA POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÊM (2005-2012): A VISÃO DE GESTORES

Rita Maria de Fátima Peloso Grassos

Hélder Ferreira Isayama⁶

6.1 Introdução

As políticas públicas de esporte e lazer são incorporadas como agenda pública no Brasil por volta da década de 1930, e, em 1988, o lazer é incorporado legalmente como direito social na Constituição Federal. A partir desse contexto, a problematização das políticas públicas de esporte e lazer no território brasileiro ganhou ênfase, motivada por sua constituição histórica e pelo reconhecimento social e de valores culturais que emanam da questão.

No entanto, é preciso saber que a garantia de direitos não acontece por acaso, posto que as políticas sociais tratam de ações que garantam os direitos dos cidadãos. Por conseguinte, é necessário que haja o envolvimento dos cidadãos no debate político para criar canais de participação social e fortalecer o desenvolvimento da democracia, haja vista que a ocupação dos espaços vazios por meio da participação permite que a sociedade amplie e democratize a distribuição do poder (CURY, 2006; MATIAS-PEREIRA, 2012). Nessa ótica, é imprescindível que se construa uma política nacional explícita e articulada de esporte e lazer com diretrizes próprias, evitando os “pacotes de atividades”, comum nos contextos dos municípios brasileiros.

⁵ Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG, membro do Oricolé - Laboratório de Pesquisa Sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer.

⁶ Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da UFMG, líder do Oricolé - Laboratório de Pesquisa Sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer, bolsista do Programa de Pesquisador Mineiro da Fapemig (2014-2016).

É imperativo que a construção de uma política pública de esporte e lazer seja revestida de sentido e significado para a sociedade. Portanto, as políticas de incentivo ao esporte e lazer devem primar por normativas da política pública que viabilizem sua democratização e acesso e que sejam efetivadas pelo Estado, a fim de possibilitar e garantir a todos o acesso a bens e serviços como *status de direito*.

A análise de políticas públicas no campo político-administrativo de países em desenvolvimento como o Brasil é recente. O mesmo acontece com o desenvolvimento das pesquisas nessa área por vários motivos, dentre eles o grau ainda imaturo de configuração dessa prática como objeto de estudo e o contexto, caracterizado por disputas de reconhecimento do esporte e do lazer como assunto público e direito social. Esse cenário, nas últimas décadas, vem se modificando, uma vez que análises e avaliações de políticas públicas de esporte e lazer estão sendo realizadas, todavia ainda de forma limitada, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Infelizmente, a região Norte não acompanhou esse desenvolvimento, especialmente na produção de conhecimento, haja vista o pequeno número de trabalhos produzidos.

Entendemos que não se trata de uma discussão inovadora e puramente original, pois se têm diversas literaturas representativas desse diálogo. Contudo, a originalidade está na proposta de apresentar um estudo de análise de políticas públicas por meio de uma experiência de gestão de esporte e lazer ocorrida na Região Norte do Brasil, no Estado do Pará, em um município sem tradição nessa área. Assim, surge a justificativa desta pesquisa em buscar compreender as políticas públicas de esporte e lazer no município de Santarém/PA, e analisar como tais políticas foram desenvolvidas no período de 2005-2012.

Nesse texto, especificamente, procuramos descrever e analisar a compreensão de lazer presente nas políticas públicas de esporte e lazer do referido município na gestão de 2005 a 2012 a partir do que relatam seus gestores.

6.2 Metodologia

Para a realização do estudo, combinamos as pesquisas bibliográfica e de campo. Para a pesquisa bibliográfica, utilizamos a técnica de revisão bibliográfica, tendo como referência os seguintes termos-chave: lazer, esporte e políticas públicas. A pesquisa de campo foi realizada na Assessoria de Esporte e Lazer (AEL), órgão responsável, na Prefeitura Municipal de Santarém/PA, pelas políticas de esporte e lazer no período deste estudo. Fizemos um contato inicial com três secretarias (Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social), solicitando a autorização para a realização da pesquisa. Após a assinatura do termo de anuência, iniciamos o contato com os possíveis sujeitos da pesquisa.

Como técnica da pesquisa de campo, utilizamos a entrevista semiestruturada, com roteiro pré-estabelecido. Os critérios de seleção dos profissionais entrevistados envolveram sua participação na gestão das políticas de esporte e lazer no período estudado e o tempo de envolvimento. Assim, foram selecionados 12 sujeitos para o processo. De posse desse material, na análise dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdos de Bardin (1977).

6.3 Panorama das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil

A constituição de 1988 ampliou as funções dos governos municipais e descentralizou algumas ações. Com essa medida, os municípios foram revestidos de maiores competências na prestação e organização dos serviços e na condução das fundamentais políticas sociais (saúde, educação, transporte, lazer). Segundo Menicucci (2006), esse papel desempenhado pelos municípios a partir da Carta Magna de 1988 modificou o cenário das lutas políticas, além de ter aumentado as responsabilidades das gestões municipais: "A cidade constituiu-se como um ator político fundamental e

¹ A Constituição de 1988 estabeleceu, em seu artigo 38, que a organização político-administrativa do país compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos. Em termos políticos e administrativos, os municípios brasileiros gozam de bastante autonomia (DIAS, MATOS, 2012, p. 31).

polo central na articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais.” (MENICUCCI, 2006, p. 146).

Menicucci (2006) pontua que somente a partir dessas questões é possível entender os elementos necessários e/ou norteadores para a formulação de uma política pública de esporte e lazer, pois ela se insere no rol das políticas sociais. A autora propõe alguns elementos importantes, os quais vão congrugar para uma intervenção governamental nessa área específica. São eles:

A construção política do sentido e do significado do lazer na sociedade, processo que pressupõe uma construção teórica prévia. Isso passa pela definição mais precisa do lazer enquanto direito; do lazer nele mesmo e não como parte de outras ações, como o esporte, embora possa estar contido nele ou ser uma das manifestações do lazer; do lazer como necessidade social específica e não como subsidiário de outras necessidades, como promoção social, diminuição da violência, combate ao uso de drogas, mesmo que possa contribuir para tudo isso. A partir da construção do lazer enquanto “problema”. (MENICUCCI, 2006, p. 155).

É oportuno afirmar que o esporte e o lazer se fortaleceram nesse período, e sua temática começou a ser analisada em diversas instâncias. Nessa perspectiva, a área não deve ser entendida somente pelo viés do consumo, capaz de gerar lucros, impulsionando uma próspera indústria cultural, deve-se considerar seu ângulo de abrangência e de ação. Hoje as iniciativas de esporte e lazer são inúmeras na área governamental (federal, estadual e municipal), bem como em instituições não governamentais e corporativas.

São ainda muitos os desafios a serem encarados e vivenciados no intuito de possibilitar qualitativamente nossa intervenção e compreensão, porque o esporte e o lazer representam um tempo e um espaço de convivência e de ricas e expressivas possibilidades, de formação de hábitos, de gostos e de aprendizagem. Os debates têm avançado em vários ângulos de atuação, principalmente a partir do momento em que o esporte e lazer deixam de ser considerados benefícios sociais e passam a ser um direito social. Esse processo desafiou as gestões e/ou governos a produzir propostas para área, bem como a integrá-las às demais políticas sociais do país, como do transporte, da saúde, da educação e do idoso, dentre outras.

No Brasil, a gestão de políticas públicas de esporte e lazer tem dado alguns passos significativos para seu fortalecimento. Para Linhales *et al.* (2008), ainda não há, na área específica do lazer, um sistema nacional que os regule, apesar das inúmeras políticas e programas espalhados por todo o território nacional e implementados nos diferentes níveis de atuação do Estado. Além disso, os modelos de gestão do lazer desenvolvidos vêm sendo pautados pelo paradigma das ciências da gestão, que, por sua vez, não dão conta de tratar de pessoas, mas podem ser eficientes para a gestão financeira e/ou de logística.

Assim sendo, a gestão do esporte e do lazer é marcada por instabilidade, gerando dificuldades entre os gestores municipais na determinação do espaço do governo no qual a política de esporte e lazer deve ser alocada. Em alguns estados e/ou municípios, o setor aparece vinculado à educação, à cultura, ao turismo e, em outros, tem estrutura e institucionalidade próprias, sendo autônomo no âmbito da gestão. Seu formato se modifica, dependendo das concepções de esporte e lazer que norteiam o governo, dos acordos eleitorais estabelecidos ou dos quadros técnicos.

Essa indefinição é motivada por inúmeros fatores, que vão desde a fragilidade da área até a sua pluralidade. Apesar de todos esses contrastes, a área apresenta progressos nessa esfera específica da gestão, especialmente pós-regime militar. No entanto, ainda é possível identificar “[...] a permanência dos tradicionais sistemas táticos que barreganham votos distribuindo jogos de camisa e construindo alambrados para campos de futebol.” (LINHALES *et al.*, 2008, p. 17).

Marcellino (2008) afirma que as políticas de esporte e lazer devem estar nos programas e/ou plataformas dos governos. Contudo, é preciso tomar cuidado com sua institucionalização² a fim de impedir sua falência. Além disso, devem-se evitar os vícios assistencialistas, característicos das políticas embrionárias de lazer, frutos dos gabinetes das primeiras damas, especialmente na época da ditadura militar, e que ainda, por razões históricas, são estimulados nos dias atuais. Marcellino (2008) afirma ainda

² A institucionalização do esporte e lazer ocorre quando a atuação do Estado procura organizar os setores da vida social e legislar sobre os interesses de grupos e de mercado. No Brasil, as relações do esporte e lazer com o Estado vêm sendo desenhadas nas grandes cidades desde as primeiras décadas do século XX (LINHALES e outros, 2008, p. 15). O cuidado que se deve ter quanto à institucionalização é não deixar que essas políticas tornem-se somente “obrigadas” por lei, ou seja, as institucionalizadas.

que o lazer como problema social vem obtendo valor no cenário nacional, sendo objeto de reivindicação, ligado à qualidade de vida das pessoas.

Pinto *et al.* (2011) apresentam um estudo realizado com os gestores de esporte e lazer, no qual focam a questão da falta de experiência. O estudo aponta alguns dos principais fatores que limitam os gestores e, concomitantemente, a gestão: a falta de entendimento do esporte e o direito de acesso; as prioridades da população; infraestrutura insuficiente e concentrada em determinados bairros; programas e projetos construídos sem levar em conta as demandas do público-alvo; financiamento escasso; ausência de segurança nos espaços disponíveis; carência e desmotivação dos profissionais; falta de formações culturais e acadêmicas específicas; submissão às políticas locais; falta de hábitos de uma prática regular de vivências de lazer, dentre outras. Ressaltamos, todavia, que essa realidade detectada nos estudos dos autores não é uma realidade que permeia todas as administrações públicas. Posto que esses são fatos inseridos em situações e conjunturas diversas, cabe, portanto, seu diagnóstico e superação. É preciso considerar também que a área é nova e carece de amadurecimento.

Assim, entendemos que o papel a ser desempenhado por uma gestão moderna na área do esporte e lazer deve ser precedido de uma gama de conhecimentos que vão desde o entendimento do lazer como fenômeno social, até o gerenciamento e análise das possibilidades de implementação de programas e projetos. É necessário não perder de vista o contexto social, porque há uma tendência de fortalecimento da indústria cultural do entretenimento, tornando os cidadãos como pro-váveis consumidores de mercadorias lúdico-culturais. Por esse motivo, as discussões também devem abranger: a construção de ambientes de trabalho diferentes; a criação de uma política de interlocução e interação com a comunidade organizada; o debate sobre prioridades das políticas públicas de esporte e lazer para as administrações em seus diversos âmbitos de atuação (federal, estadual e municipal), além do debate sobre financiamento e formação de profissionais na área.

Consideramos que todos esses temas são limitadores e complexos e, se efetivados, potencializarão e consolidarão as políticas de esporte e lazer no território brasileiro. Essas condicionantes são variáveis que influenciam

a área, e é indispensável garantir os debates e as intervenções nessa esfera tão importante para a qualidade de vida individual e social dos sujeitos.

6.4 A compreensão de lazer na política do município de Santarém/PA

A pesquisa foi realizada na Assessoria de Esporte e Lazer (AEL), órgão responsável, na Prefeitura de Santarém/PA, pelas políticas de esporte e lazer no período deste estudo. Segundo o decreto n. 114 (SANTARÉM, 2005), artigo 2º, a Assessoria de Esporte e Lazer foi instituída no dia 19 de janeiro de 2005, e a assessora especial que preencheria o referido cargo foi também nomeada (art. 1º do referido documento). Pelo decreto, essa assessoria ficou vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Desporto, que teria como responsabilidade, a partir de sua estrutura organizacional, gerir: a) a política desportiva na área do município; b) o desenvolvimento, a coordenação e a supervisão do desporto amador; c) a assessoria e o apoio ao atleta amador; d) a administração e a supervisão das unidades desportivas do município; e) a coordenação e o apoio às atividades da juventude do município; f) a assessoria e a coordenação das políticas públicas para a juventude; g) o apoio e a coordenação às atividades de lazer³ (SEMED, 2004).

AEL iniciou suas atividades com o desafio de implantar a política de esporte e lazer em Santarém, além da educação física escolar na rede pública municipal de ensino. Apesar dessa vinculação à Secretaria Municipal de Educação e Desporto, as diretrizes iniciais de esporte e lazer estavam estabelecidas, embora os documentos não apontem que tenha havido, por parte do novo governo, uma ampla discussão com os setores representativos da população interessada – debate esse que poderia valorizar as iniciativas espontâneas existentes a fim de evitar seu possível isolamento de outros contextos sociais.

Está explícito no Relatório da AEL (2005) que, em janeiro do corrente ano, a equipe foi montada tendo à frente a assessora e mais duas

³ A Lei nº 17.875, aprovada e sancionada no dia 15 de dezembro de 2004, que trata sobre os fins da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, dentre outros, essas sete finalidades referentes à área do Esporte e Lazer.

profissionais. No total, o grupo iniciou com três profissionais, sendo que todos eram da área da Educação Física e, nos primeiros seis meses, faziam todas as tarefas. A estratégia, enquanto a equipe estava em processo de estruturação, foi fazer funcionar a rede de ensino de educação física escolar a partir da contratação de professores de Educação Física. Realizou-se um diagnóstico da cidade (espaços, equipamentos, ações) para que a equipe obtivesse mais subsídios e informações para suas intervenções. Outra ação visível no documento analisado foram reuniões com as Associações de Moradores e com grupos ligados à área esportiva (liga esportivas, clubes esportivos, dentre outros).

Nos relatórios anuais da AEL, a parte da gestão, como era intitulada, mostra uma evolução com o passar dos anos e com sua afirmação. Percebemos pelo Relatório da AEL (2009) que, no final de 2008 e início da segunda gestão, em 2009, a AEL estruturou-se em sete departamentos com a finalidade de melhor funcionalidade, apesar de essa nova estrutura organizacional ter sido somente interna, ou seja, não era institucionalizada. A figura 1 demonstra como ficou internamente configurada a Assessoria de Esporte e Lazer, a partir de 2009, até o final de 2012.

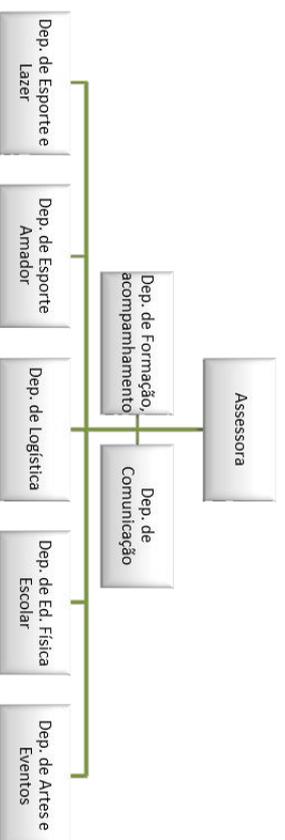


FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA ASSESSORIA, A PARTIR DE 2009
 FONTE: RELATÓRIO ANUAL (AEL, 2012)

Nesse contexto, foi possível perceber que o lazer e as ações no campo foram centrais no contexto das duas administrações analisadas (2005-2008 e 2009-2012). Por isso, neste recorte, buscamos analisar a compreensão de lazer presente nas falas dos gestores entrevistados.

É importante frisar que, no Brasil, nas últimas três décadas, os conceitos de esporte procuram avançar sobre a perspectiva na qual predomina o esporte de rendimento, de competição, abrindo espaço para o esporte de participação e lazer, em que os diversos segmentos da sociedade têm oportunidade de vivenciá-las. A falta de autonomia administrativa, de espaço específico, de dotação orçamentária, possivelmente fortaleceu essa concepção. Mas os diferentes movimentos, a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado em torno da questão, no sentido de regulamentar os direitos sociais e formular uma política pública que expressasse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos, fundamentaram a questão, promovendo um rompimento dessa estrutura (CARVALHO et al, 2002). A compreensão, portanto, desse tema dentro de um contexto político é importante porque permite decifrar as razões da ação das autoridades públicas na sociedade, ou seja, o que os governos produzem para alcançar resultados a partir das concepções que permeiam seu universo.

Dessa maneira, sobre o conceito de lazer, nossos entrevistados afirmam que:

Hoje eu entendo o lazer como uma categoria importante, necessária, como cultura. Ela é quase que natural do ser humano. Se a gente pensar no lazer, vamos sempre discutir, lazer e trabalho, não tem como não fugir de todo esse contexto. Entre as lutas de reivindicar garantias de direitos, em contraposição ao trabalho. Então se a gente pensar lá no princípio do *homo ludens*, *homo faber*, a gente vai perceber que o lazer é uma necessidade humana (Sujeito E).

Entendo o lazer como uma vivência pessoal, quando eu falo isso, é muito particular, tanto quando você opta pelo lazer, tanto quanto você se permite a viver no lazer. É uma vivência baseada sim na cultura, uma vivência baseada nos teus valores, no teu conhecimento (Sujeito M).

Por ser uma área em construção, dilemas, contradições, equívocos e fragilidades permeiam seus pilares e conceitos. Nesse sentido, as falas dos sujeitos exprimiam visões divergentes e próprias. No entanto, mostram uma relação com os debates acadêmicos da atualidade, posto que trazem um conjunto de elementos (opção pessoal, vivência, cultura, trabalho) presentes na produção teórica sobre o lazer. Pensado sob o

ponto de vista da cultura, o lazer é então produto humano, e sua construção ocorre por meio de processos que envolvem saberes, valores, motivações e aspirações de todos os sujeitos a partir dos sentidos e significados – atribuídos a cada experiência vivenciada – e do contexto social em que ocorre, permitindo que cada indivíduo institua e adeque suas próprias técnicas corporais de acordo com sua cultura (WERNICK, 2000).

Na fala do Sujeito E está embutida também a relação com o trabalho e suas conquistas por direitos institucionalizados. Na atualidade, abordar a questão relativa a direitos sociais significa desafiar os diversos dilemas existentes não só no Brasil, mas no mundo, em função de uma fragilização das condições de vida da população, e, conseqüentemente, da destituição dos direitos sociais (TELES, 1999). Quando se reflete sobre o lazer como direito social, é inevitável que o foco do debate se volte para as conquistas históricas às quais o fenômeno está vinculado – conquistas das várias reivindicações por um tempo institucionalizado (diminuição da jornada de trabalho, férias e feriados remunerados, dentre outras), embora se saiba que a garantia de um tempo livre por meio de leis, ou seja, formal, não garante necessariamente vivências de lazer (WERNICK, 2000).

A visão dos sujeitos, embora importante, traduz que o Estado deve garantir seus direitos e não algo que todos os cidadãos conquistaram a partir do Estado democrático: "O lazer para mim é um direito da população. Eu sou um profissional da área da saúde também, e vejo no lazer como algo primordial para que a população tenha saúde." (Sujeito L).

Hoje já existe no país uma gama de experiências que possibilitam o esporte e lazer enquanto direito social. Munhoz (2008) identificou em seu estudo, apesar das divergências entre os setores que trabalhavam a política pública de esporte e lazer na Prefeitura de Belo Horizonte/MG, a perspectiva do acesso da população a esse bem cultural. O mesmo ocorreu com Linhales *et al.* (2008) no estudo feito nas prefeituras da Grande BH, durante o qual detectou, entre os gestores entrevistados dos municípios pesquisados, apesar ainda das tensões e conservadorismo evidenciados nas ações implementadas de esporte e lazer, a compreensão das políticas de esporte e lazer como direito dos cidadãos e dever do Estado.

No caso específico deste estudo, foi possível notar uma preocupação com o acesso, com o princípio da participação dos cidadãos nas políticas

públicas de esporte e lazer – mesmo que nenhum programa e/ou projeto tenha se institucionalizado, como é possível notar pela fala do sujeito J: "Foi uma das lutas que nós tivemos nos nossos últimos anos na Assessoria, era que o os programas, os projetos e ações implementadas pela AEL, virassem políticas públicas de Estado, no sentido de que aquela política não deixasse de acontecer por conta de mudanças de governo." (Sujeito J).

Os direitos trazem em seu bojo uma forma de nomear e de proferir a ordem no mundo, originando novas experiências até então negligenciadas no conjunto das relações humanas. Por isso, é ímpar criar perspectivas a partir desse ângulo, com o intuito de descortinar novos horizontes, de abrir frestas com experimentos democráticos, apesar das dificuldades e incertezas encontradas ao nosso redor, as quais continuam resistindo e ocorrendo no território brasileiro. Desse modo, é essencial refletir sobre o lazer a partir da dimensão do direito social, evitando que a visão de consumo seja prioritária (CURY, 2006):

Eu acho que é fundamental para a vida das pessoas, e tem que ser lazer gratuito e de qualidade, não é porque é público e de graça que tem que ser uma política [de má qualidade]. Ele deve ser uma política social priorizada em todos os governos, porque do jeito que a vida está hoje um estresse, e do jeito que as pessoas perdem um pouco o seu poder aquisitivo, é necessário que o Estado, seja ele governo federal, estadual e municipal, coloque a disposição das pessoas, espaços públicos de qualidade e com segurança para as práticas esportivas e de lazer (Sujeito G).

Observamos na fala do sujeito G uma ideia de que o lazer tem poderes agregadores que possibilitam mudanças na ordem social, na melhoria da saúde e dão possibilidade para sair da rotina da vida e diminuir o estresse. É necessário compreender o lazer sem os conectivos "e" que visam a amenizar uma dada situação dos sujeitos que decidem praticá-lo, posto que o lazer não é, o lazer pode ser, sem carecer de justificativas agregadoras para que ocorra sua vivência.

Mesmo tendo clareza de que o lazer não precisa de justificativa para ser vivenciado, percebemos que a realidade ao nosso redor não ocorre racionalmente. O lazer quase sempre não se justifica por si só como um direito do cidadão, como um bem histórico e culturalmente

conquistado. Pensado sob esse ponto de vista, reproduz-se o discurso compensatório, salvacionista e redentorista (MARCELLINO, 2001).

Em diversos momentos eu entrei em conflito sobre isso, não falo de alguns componentes da AEL, mas da gestão municipal, eu vi em diversos momentos isso ser aflorado, parecia em vários momentos o governo municipal querer transformar os programas, os projetos e as ações em “pão em circo”. Repito essa dimensão não partia da Assessoria, ela tinha muita clareza que o esporte e lazer não faz milagre. Na época, teve muita gente, muita gente mesmo, que dava entrevista dizendo a respeito dessa dimensão de que o lazer pudesse salvar as pessoas: Ah é bom porque tira o menino da rua; ah é bom o esporte e lazer para os idosos por causa das atividades físicas para a manutenção do corpo, para melhor idade, esse tipo de coisa era muito falado também, por diversos setores da comunidade santarena, seja ela midiática, religiosa, política (Sujeito E).

As demais concepções dos entrevistados, por sua vez, giraram em torno do lazer como entretenimento, diversão e educação. Quanto às duas primeiras questões, faz-se necessário evitar o caráter parcial e limitado, apesar de sabermos que, no senso comum, esses conceitos são os mais incluídos, uma vez que valores como desenvolvimento pessoal e social são deixados em segundo plano, ou mesmo de lado, e sabemos que essas questões podem ser propiciadas pelo esporte e lazer. Afinal, ao serem relacionados como possibilidade educativa, evidencia-se a necessidade de entender o esporte e o lazer para além do descanso, do divertimento, e isso requer, no campo público municipal, que se façam intervenções e que se vincule esporte e lazer às demais políticas públicas, como educação, saúde, promoção social, de transporte, dentre outras. Educar para o lazer, portanto, leva o indivíduo a ser mais criativo, a desenvolver um espírito crítico, o qual não demande necessidades de consumo, mas satisfaça suas necessidades individuais e sociais (MARCELLINO, 2008).

Eu entendo o lazer como aquela prática que traz conhecimento, aquilo que constrói, que ajuda o nosso eu a despertar interesse por determinada área, numa prática ou cultural ou esportiva desenvolver um conhecimento acerca daquilo que está trabalhando (Sujeito B).

Hoje eu vejo o Lazer com essa potencialidade de formação da pessoa, de experiência ampliada, de vivência ampliada, de poder fazer questões que eu goste, questões que me sirva bem, numa troca com o outro, com o meio que estou. Hoje é essa visão que tenho do lazer (Sujeito M).

As falas dos sujeitos B e M abordam o lazer a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, de atitude, de sociabilidade, ou seja, como uma atividade de escolha, de opção individual, produzindo resultados, como descanso, divertimento e o desenvolvimento das pessoas. Entendido sob esse prisma, o lazer é compreendido a partir de uma visão ampla, na qual seus conteúdos abrangem outros diversificados a partir de interesses variados. O posicionamento do sujeito M é contundente ao privilegiar o lazer como um canal possível de mudanças, o que inclusive pode repercutir no plano social daqueles que optam por praticá-lo. Nesse sentido, o lazer é entendido pelo viés educativo, no qual sua prática leva a um desenvolvimento pessoal (MARCELLINO, 2008). Corroboramos as ideias do sujeito M, mesmo considerando a influência da indústria cultural do entretenimento, quando tenta, sob todos os aspectos, gerar necessidades unificadas de consumo, eternizando e/ou dificultando os avanços.

6.5 Notas finais

Sobre a concepção de lazer, identificamos diferentes compreensões dos gestores, traduzindo, dessa forma, as nuances da própria cultura da política de esporte e do lazer do país. Alguns defenderam o lazer como direito social cuja possibilidade de acesso é dever do Estado, como princípio da participação dos cidadãos nas políticas públicas de esporte e lazer, mesmo sem que nenhum programa e/ou projeto tenha se institucionalizado. Destacamos também um grupo que trouxe o conceito a partir da visão da cultura, ou seja, da vivência baseada em valores e como necessidade humana. Outra ideia que permeou a gestão é a de que o lazer tem poderes agregadores que possibilitam mudanças na ordem social e na melhoria da saúde, dando possibilidade para que o sujeito saia da rotina da vida e diminua o estresse. Apesar dessa polissemia presente

nas visões dos gestores, as concepções emitidas estavam em consonância com os debates que vêm se produzindo no meio acadêmico, posto que trouxeram um conjunto de elementos (opção pessoal, vivência, cultura, trabalho) que estão presentes na produção científica.

A construção de políticas públicas de esporte e lazer não é considerada uma tarefa simples por diferentes razões, mas, em especial, pela fragilidade da área de abrangência, mesmo que estudos apontem sua importância. Por isso, sua continuidade nas administrações públicas no Brasil constitui importante avanço do ponto de vista da gestão pública. Em outros termos, a garantia do acesso às políticas de esporte e de lazer é, acima de tudo, obrigação do Estado.

6.6 Referências

- ASSESSORIA DE ESPORTE E LAZER. **Relatório Anual das Ações da AEL**. Santarém, 2005.
- ASSESSORIA DE ESPORTE E LAZER. **Relatório Anual das Ações da AEL**. Santarém, 2009.
- ASSESSORIA DE ESPORTE E LAZER. **Relatório Anual das Ações da AEL**. Santarém, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Lazer, cidadania e responsabilidade social**. Brasília: SESI/DN, 2006.
- LINHALES, Meily Assbú *et al.* Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. (Orgs.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 13-57.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de Lazer: mercadores ou educadores? Os críticos bobos da corte. In: _____. (Org.). **Lazer e Esporte**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 5-29.
- _____. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: _____. (Org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008. p. 11-16.
- _____. **MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. (Orgs.). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 136-164.
- MUNHOZ, Virna Carolina Carvalho. O lazer como direito social na Prefeitura de Belo Horizonte. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú. (Orgs.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 59-99.

PINTO, Letta Mirtes Santos de Magalhães. Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* **Gestão de políticas de esporte e lazer**: experiências, inovações, potencialidades e desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 27-50.

SANTARÉM. **Decreto n. 114**, de 19 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a nomeação para cargo em comissão na Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Santarém, PA, 19 jan. 2005.

SEMED. **Lei 17.895**, de 15 de dezembro de 2004. Trata dos fins da SEMED. Santarém: 15 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/alpa/santarém/lei-ordinária/2004/>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

TELES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

WERNECK, Chistiane Luce Gomes. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

CAPÍTULO 7

BRASÍLIA 2060: BASELINE E OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS QUE ORIENTE O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende⁴

Alexandre Jackson Chan Vianna⁵

Pedro Leal⁶

7.1 Introdução

A ideia central deste artigo é analisar as políticas públicas para o esporte e sua relação com a melhoria da qualidade das opções de lazer para a população da área metropolitana de Brasília (AMB)⁷. Pretende problematizar as implicações negativas da divisão do conceito de esporte em dimensões, a desarticulação de ações de fomento ao esporte por diversos órgãos governamentais, bem como a necessidade de uma proposta para o desenvolvimento do esporte como algo indissociável das ações de educação e de saúde. Tomará como eixo central dessas discussões a produção, até a presente data, do projeto estratégico denominado *Brasília 2060*.

No processo de gestão estratégica, um componente tem papel relevante: a existência de estruturas e mecanismos que sejam capazes de coletar, sistematizar e divulgar informações que forneçam subsídios para as ações do poder público. O Instituto Brasileiro de Informação em

⁴Professor da Faculdade de Educação Física da UnB, doutor em Ciências da Saúde/UnB.

⁵Professor da Faculdade de Educação Física da UnB, doutor em Educação Física/UGF-RJ.

⁶Graduado em Educação Física/UnB.

⁷O conceito de área metropolitana é utilizado para fins de estudos econômicos e políticos das regiões das grandes capitais, diferenciando-o de outros conceitos que não levam em consideração o espaço geográfico da população que gira na centralidade da grande cidade. Dessa forma, a AMB é constituída, além do DF, por 12 municípios de Goiás que dependem de Brasília para atender às necessidades básicas, como o lazer, no cotidiano das pessoas.

Ciência e Tecnologia (IBICT) tem, por mais de 50 anos, absorvido, desenvolvido, customizado e operacionalizado ferramentas e metodologias que permitem o desenvolvimento de sistemas de informação de forma compartilhada, agregando valor à informação produzida em sistemas regionais, estaduais ou setoriais e dando visibilidade nacional aos dados sistematizados em diferentes instâncias.

A despeito dos avanços expressivos, o IBICT avalia que muito ainda precisa ser feito no sentido de reconhecer a importância de se criar uma infraestrutura informacional que subsidie a tomada de decisões estratégicas para uma política comprometida com o desenvolvimento metropolitano sustentável. Nesse contexto, o projeto *Brasília 2060* pretende contribuir para a gestão estratégica e a sustentabilidade de cidades, tendo Brasília como foco de suas aplicações piloto. O resultado final poderá servir de orientação para o próprio governo do Distrito Federal e para a maioria das unidades federativas brasileiras.

A descrição do escopo do projeto *Brasília 2060* faz parte do relatório apresentado pela Geoeconômica Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade à Fundação Eliseu Alves. Seu objetivo é definir os temas prioritários e a abrangência espacial para a elaboração do Sistema de Informações para a Gestão Estratégica e Sustentabilidade de Cidades – Módulo Brasília. A coordenação geral do projeto está sob a responsabilidade do Dr. Paulo César Gonçalves Egler.

A seguir, apontam-se os primeiros resultados dos trabalhos realizados no âmbito do projeto *Brasília 2060*. O objetivo é demonstrar a importância do modelo para se pensar nas ações de políticas públicas no desenvolvimento do esporte. Primeiramente serão apresentados os principais marcos do trabalho para, em seguida, refletir sobre conceitos importantes para se pensar o esporte e o lazer no desenvolvimento das cidades e das pessoas.

7.2 Metodologia

Por gestão estratégica entende-se aquela que cumpre quatro eixos considerados de fundamental relevância: (1) o planejamento

das metas e das ações a serem desenvolvidas, (2) a tomada de decisão convenientemente informada, (3) a implementação permanente e monitorada e (4) os resultados e o desempenho adequadamente avaliados. A metodologia do estudo, comum a todos os temas, abrange duas ações: (1) a realização inicial de um levantamento diagnóstico que forneça uma descrição do presente (*baseline*) e (2) a realização de um *workshop* para exposição do *baseline* e discussão, com grupo de especialistas no tema, sobre as opções estratégicas para o desenvolvimento do esporte na área metropolitana de Brasília (AMB).

7.3 Temas prioritários

Os temas foram divididos em ordem de prioridade, considerando: (a) a relevância para conceptualização do Módulo Brasília do Sistema de Informações Territoriais, (b) a disponibilidade de recursos financeiros, (c) o prazo para a execução do projeto e (d) o caráter estratégico das intervenções de políticas públicas. Os temas indicados com prioridade 1 foram: *educação, saúde e segurança pública*. Esses temas foram desenvolvidos na primeira fase do estudo por meio de uma parceria do IBICT com a Fundação de Apoio à Pesquisa da UFMG/Fundep.

Como prioridade 2, foram indicados os temas: *mobilidade urbana, ciência, tecnologia e inovação e cultura, esporte e lazer*. Esses temas foram desenvolvidos na segunda fase do estudo. No caso do tema *cultura, esporte e lazer*, o estudo foi realizado por meio de uma parceria com a Universidade de Brasília e seu Decanato de Extensão¹, que constituiu três equipes de trabalho com o intuito de contemplar a especificidade de cada subtema. O presente relato reúne os dados pertinentes ao subtema *esporte*².

¹ A equipe da UNB/DEX foi coordenada pela Prof.^a Dra. Thérèse Hofmann Gatti.

² Os temas que compõem a prioridade 3 são: *meio ambiente, habitação e saneamento e desenvolvimento econômico, trabalho e renda*. Os estudos relacionados a esses temas serão realizados nas próximas etapas da pesquisa.

7.4 Área de abrangência

No presente artigo, optou-se por utilizar a área metropolitana de Brasília (AMB), tal como definida pela Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2013, p. 29), que compreende, além do Distrito Federal, 11 municípios localizados no Estado de Goiás. Trata-se de uma região que exerce e sofre influência direta da capital federal em diversos aspectos, afetando suas políticas públicas de saúde, educação, transporte, trabalho, assistência social, entre outras.

Metodologias recentes de gestão estratégica, tais como Avaliação de Sustentabilidade (AS) e de Avaliação de Impactos Territoriais (AIT), podem instrumentalizar as ações de governo, em suas diversas esferas de intervenção, visando a dimensionar *ex ante* os possíveis impactos de políticas, planos, programas e projetos, orientando a escolha de alternativas estratégicas de desenvolvimento que favoreçam a negociação social em torno dos objetivos primordiais de sustentabilidade e de melhoria da qualidade de vida.

7.5 Objetivos do projeto Brasília 2060

- desenvolver um Sistema de Informações Territoriais para subsidiar a atividade de gestão estratégica em nível governamental, de forma a articular as entidades ligadas ao esporte e aumentar a transparência nas decisões de políticas públicas.
- Consolidar um projeto-piloto para Brasília e cidades de seu entorno, visando refinar os procedimentos de avaliação de sustentabilidade e calibrar o Sistema de Informações Territoriais para operar como instrumento de suporte à gestão estratégica de cidades.
- Colaborar para o planejamento estratégico de longo prazo de cidades, aplicando a avaliação de sustentabilidade como instrumento de suporte à tomada de decisão de políticas, planos e programas.

7.6 *Baseline* do subtema esporte

O estudo do subtema *esporte*, a exemplo dos demais, inicia-se pela realização de uma caracterização diagnóstica da situação existente na AMB no momento inicial, de maneira a estabelecer uma base de referência para avaliação comparativa nas fases subsequentes da pesquisa. O levantamento deve considerar três aspectos-chave: a legislação, as ações governamentais e as fontes de financiamento. A análise da legislação deve identificar dois aspectos-chave: o marco legal e a capacidade operacional.

O *marco legal do esporte* é a expressão utilizada para se referir ao conjunto de leis, regulamentos e normas relacionados ao esporte que proporcionam as bases jurídicas para que as diversas instituições sociais exerçam o papel que lhes compete no desenvolvimento do esporte. A análise final foi classificada em uma das seguintes possibilidades: (I) existe, (II) está em tramitação ou (III) não existe.

A *capacidade operacional* é a expressão que se refere à comprovação, na prática, de dois aspectos complementares: primeiro, do completo conhecimento do marco legal do esporte, que abrange tanto a legislação existente como suas lacunas, e segundo, da capacidade técnica para, de forma integral, requerer os direitos e cumprir os deveres estabelecidos pelos dispositivos legais, mediante a demonstração de experiência anterior na mobilização dos recursos necessários e na gestão dos conflitos de interesses que influenciam o desenvolvimento do esporte. A análise final foi classificada como: (I) eficiente, (II) ineficiente, (III) parcial.

A análise das ações governamentais foram divididas em dois grupos: os programas e políticas voltados para o desenvolvimento do esporte que são de iniciativa do governo federal e os de iniciativa do governo do Distrito Federal. Em função da dificuldade de acesso aos dados, o *baseline* não foi capaz de realizar o levantamento das fontes de financiamento existentes para garantir a viabilidade das diretrizes previstas na legislação e das ações propostas pelos governos. O diagrama a seguir ilustra o escopo do *baseline*.

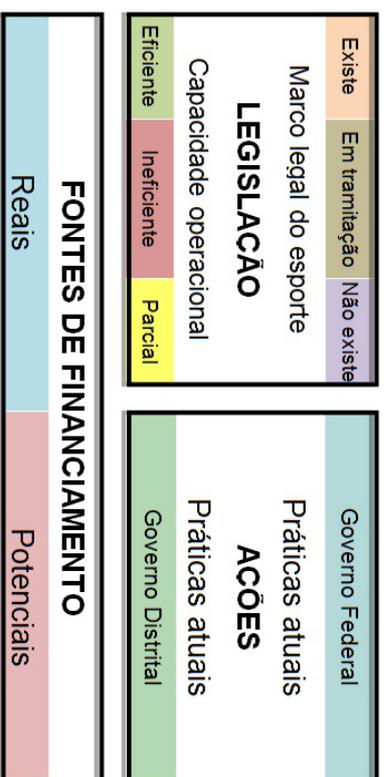


FIGURA 1 – DIAGRAMA DOS ASPECTOS CHAVES E CRITÉRIOS AVALIATIVOS UTILIZADOS NO BASELINE DO ESPORTE

7.7 Apresentação do *baseline*

As informações para o *baseline* devem ter um nível de detalhamento capaz de subsidiar a proposição de opções estratégicas para o enfrentamento das principais causas dos problemas que afetam o desenvolvimento do esporte na região metropolitana de Brasília. Em um primeiro momento, o período de análise para elaboração do *baseline* foi definido como o ano de 2000; porém, em relação ao Distrito Federal, os pesquisadores tiveram acesso somente a informações recentes, referentes ao ano de 2013. Esse quadro indica a ausência de um registro sistemático tanto da memória de políticas públicas como de indicadores sociais considerados estratégicos para o monitoramento do impacto social gerado por tais políticas. Os resultados do *baseline* foram objeto de validação por especialistas em esporte, gestores públicos, dirigentes esportivos e outros agentes sociais no *workshop* de identificação das opções estratégicas para o combate às causas que comprometem o desenvolvimento do esporte.

³ Os projetos e as ações de iniciativa da sociedade civil não fizeram parte desse primeiro levantamento diagnóstico, assim como suas demandas ou sua avaliação da legislação e das ações governamentais. Essas ações devem ser desenvolvidas nas fases posteriores que marcam a continuidade da pesquisa.

7.8 Estrutura e organização do esporte na sociedade brasileira

A realização do *baseline* requer uma análise prévia da estrutura e da organização do esporte na realidade social brasileira, de maneira a delimitar as características internas desse setor, ou seja, esclarecer se o *esporte*: (a) pode ser considerado como um *todo*, logo, como algo único e indivisível ou (b) se está dividido em níveis diferenciados que possuem especificidades distintas entre si. A partir da análise da legislação brasileira, da literatura científica e da própria estrutura administrativa do Estado, verifica-se que a compreensão do esporte no Brasil está marcada por uma divisão do conceito de esporte em torno do cruzamento de dois eixos principais: finalidade e local.

O quadro 1, a seguir, descreve os significados atribuídos ao esporte em função da finalidade social e das características dos seus praticantes. Utilizamos tanto o conceito tradicional de “manifestações esportivas”, proposto pela Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro (1985, p.7), presidida por Manoel Tubino⁴, e, em contraposição, a nova compreensão de esporte que consta da Proposta de Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte, elaborada por um grupo de trabalho do Ministério do Esporte (2015)⁵, que aponta a necessidade de uma compreensão abrangente do conceito de esporte, considerando que:

Nas resoluções da 2ª CNE (2006), as manifestações ou dimensões esportivas não são excluídas entre si, mas articuladas de forma equânime em uma estrutura aberta, democrática e descentralizada que envolve municípios, estados e a união, nos âmbitos públicos e privado, primando pela participação de toda a sociedade. (GTSNE, 2015, p. 6).

⁴ O conceito de manifestações esportivas foi considerado, na época, por seus proponentes, uma estratégia para ampliar a compreensão vigente de esporte, que até então se resumia à lógica do esporte de alto rendimento (TUBINO, 2010).

⁵ Na análise crítica do GT, “No atual momento histórico, podemos inferir que as manifestações esportivas, da forma em que foram elaboradas, não expressam um conceito com definições claras, incontundíveis, mais se parecem com enunciados para salvaguardar o *lôcus* de práticas diferentes”. (GTSNE, 2015, p. 6).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE			
Inspirada na legislação anterior	Inspirada nas Conferências Nacionais de Esporte	Tipos de serviços	
Manifestações esportivas	Níveis	Tipos de serviços	
		1.1 Vivência esportiva	
		1.2 Fundamentação esportiva	
1. Esporte Educacional	1. Formação Esportiva	1.3 Aprendizagem esportiva	
		2.1 Especialização	
		2.2 Aperfeiçoamento	
2. Esporte de Alto Rendimento	2. Excelência Esportiva	2.3 Alto Rendimento	
		3.1 Aprendizagem jovem/adulto	
		3.2 Esporte competitivo	
3. Esporte Comunitário ou de Lazer	3. Esporte para toda a Vida	3.3 Esporte de lazer	
		3.4 Atividade física	
		4. Esporte Social (ligado a entidades profissionais)	

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE CONCEITOS DE ESPORTE QUE DESCRREVEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SNE

O segundo eixo que contribui para a compreensão dos diferentes significados atribuídos à prática do esporte na sociedade brasileira é a análise do local em que é praticado e, conseqüentemente, da maneira como os agentes envolvidos com essa prática são denominados. O quadro 2, a seguir, descreve as características dos espaços institucionais em que o esporte é praticado.

LOCAL	AGENTES SOCIAIS	FUNÇÃO DOS AGENTES					ATIVIDADES		
							Prática	Treino	Competição
Escola	Estudante	aprendiz	atleta	praticante	professor	diretor	Sim	Sim	Sim
Clube	Atleta	atleta	treinador	dirigente	árbitro		Sim	Sim	Sim
	Sócio	praticante	aprendiz	dirigente			Sim	Não	Sim
Programas do Governo	comunidade alvo	aprendiz	atleta	praticante	monitor		Sim	Não	Sim
Ruas, Praças, Parques (espaços informais)	comunidade em geral	praticante	líder				Sim	Não	Sim
Grupos formados em função do trabalho	Funcionário	praticante	atleta				Sim	Não	Sim

QUADRO 2 – RELAÇÃO ENTRE CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS LIGADOS AO ESPORTE

NÍVEIS	FORMAÇÃO ESPORTIVA			EXCELÊNCIA ESPORTIVA				ESPORTE PARA TODA A VIDA								
	Tipo de serviço	Vivências esportiva	Fundamentação esportiva	Aprendizagem esportiva	Especialização Esportiva	Aperfeiçoamento esportivo	Alto rendimento	Esporte competitivo	Aprendizagem Jovens/adultos	Esporte de lazer	Atividade Física					
	Abrangência	Universal	Universal	Universal	Focalizada (Interesse)	Focalizada (Talento)	Focalizada (Talento)	Focalizada (Interesse)	Focalizada (Interesse)	Universal	Universal					
	Faixa etária	Criança Adolescente	Criança Adolescente	Criança Adolescente	Criança Adolescente Jovem	Adolescente Jovem	Adolescente Jovem Adulto	Jovem Adulto	Jovem Adulto	Jovem Adulto	Jovem Adulto					
BASELINE							Ama-ador	Profis.								
LEGISLAÇÃO	Marco legal	-2	-2	-1	0	0	0	+1	-2	-2	Esses dois serviços do nível "Esporte para toda a Vida" estão mais próximos do tema LAZER					
	Capacidade operacional	-2	-2	-2	-1	-1	-1	+1	-2	-2						
AÇÕES GOVERNAMENTAIS		A	A	A	C	T	C	T	C	A		C	A	C		
	Federais	-2	+1	+1	+1	-2	-2	+1	+1	+1		+1	-2	-2	-2	-2
	Distritais	-2	+1	+1	+1	-2	+1	+1	+1	+1		+1	+1	+1	+1	

A – Refere-se a Aprendizagem; C, refere-se a Competição e T, refere-se a Treinamento

QUADRO 3 – SÍNTESE DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O BASELINE DO ESPORTE E DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS NÍVEIS DE ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA COM O ESPORTE

Para apresentar os resultados do *baseline*, optamos pelo quadro 3, acima, que permite visualizar as informações obtidas de forma resumida, de maneira a fornecer uma visão de conjunto que permite uma análise comparativa entre os diferentes níveis da estrutura organizacional do esporte. Foi utilizada uma escala Likert de cinco pontos para retratar o cenário atual de cada nível do esporte nos dois indicadores chaves (de "Muito desfavorável" = -2 até "Muito favorável" = +2).

Uma das principais funções do quadro acima é deixar claro que o desenvolvimento do esporte requer a existência de ações políticas específicas voltadas para cada um desses níveis de interesse associados ao esporte (educação, competição e saúde), que se dividem em duas ações interligadas, porém com necessidades diferenciadas: (1) a aprendizagem ou treino, que se relacionam com o cotidiano do esporte, e (2) a competição, que é o climax dos processos anteriores e o momento de confraternização e superação do esporte.

O diagrama a seguir apresenta os níveis do esporte, com seus respectivos serviços, em função de uma estimativa da progressão etária, de maneira a apresentar a visão de conjunto, que esclarece o significado atribuído aos novos conceitos da estrutura organizacional do Sistema Nacional do Esporte.



FIGURA 2 – VISÃO DE CONJUNTO DO SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE
 FONTE: PROPOSTA DE PROLETO DE LEI DE DIRETRIZES E BASES DO SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE – BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE (2015)

É preciso destacar que, se o nível inicial de formação esportiva se caracteriza por recorrer a multimodalidades, os níveis relacionados à excelência esportiva e o esporte para toda a vida são marcados pela escolha de uma modalidade esportiva preferencial. Sendo assim, é preciso ter clareza de que os investimentos realizados para atender às necessidades de uma modalidade geralmente costumam não atender às necessidades de outra⁶.

Cada um dos níveis de esporte citados acima possui uma infraestrutura organizacional própria e características que exigem a aplicação e o investimento de recursos financeiros direcionados para a satisfação de suas necessidades operacionais específicas. Em outras palavras, não é suficiente destinar recursos apenas para um dos níveis, pois esses recursos não satisfazem as necessidades dos demais.

Essa ação política está marcada por uma discussão polêmica acerca da possibilidade (ou não) de interface entre esses níveis. É preciso estar consciente de que existem:

1. Contradições internas e conflitos de interesses entre os agentes sociais que participam de cada um desses níveis.
2. Contradições entre as características do esporte em si e as finalidades específicas de cada esfera institucional na qual está inserido, ou seja, conflitos entre a formação esportiva e os demais objetivos e finalidades da escola, assim como, os conflitos entre o esporte para toda a vida e os objetivos e finalidades dos espaços informais em que é praticado.
3. Contradições que caracterizam a própria sociedade brasileira, que possui uma economia dependente, situada em um contexto capitalista e globalizado.

De acordo com as diretrizes do Sistema Nacional do Esporte é evidente que não faz sentido fomentar a disputa dos recursos disponíveis entre os três níveis de esporte, como se um fosse mais importante do

que os outros. Na verdade, cada um dos níveis de esporte tem um valor singular, até mesmo porque se dirige para segmentos sociais e etários diferenciados. Como um não pode substituir os demais, devem-se empreender esforços para aumentar o montante de recursos destinados ao esporte como um todo, e não se desgastar colocando um determinado nível do esporte contra os outros.

⁶ Quando se considera que existem 33 modalidades olímpicas e 21 paralímpicas, e que cada uma dessas modalidades se divide em diversas provas, que também são separadas em função do sexo (masculino e feminino) – isso sem fazer referência a uma série de outras modalidades não olímpicas –, constata-se que os investimentos requeridos pelo esporte para atender às três principais ações (aprendizagem, treino e competição) de cada um dos três níveis (formação, excelência e para toda a vida) em todas as modalidades esportivas existentes são excessivamente altos.

7.9 Ações governamentais

Ministério do Esporte		Níveis de esporte			Finalidade	Brasília	Avaliação
Sec. Nac. Esporte de Alto Rendimento/SNEAR		Formação	Excelência	Toda a vida			
1.	Centro de Iniciação ao Esporte – CIE	Sim	Sim	Não	Programa	Não	Programa próprio equivalente: Centros Olímpicos
2.	Plano Brasil Medalhas	Não	Sim	Não	Financiamento	Sim	Atletas de Brasília podem ser contemplados
3.	Bolsa Atleta	Não	Sim	Não	Financiamento	Sim	Programa próprio equivalente: Bolsa Atleta
4.	Calendário Esportivo Nacional	Não	Sim	Não	Política	Sim	Eventos de Brasília fazem parte do calendário
5.	CENESP (Ciência e Tecnologia)	Não	Sim	Não	Ciência	Não	Rede de pesquisa não está em atuação
6.	Jogos Olímpicos Rio 2016	Não	Sim	Não	Evento	Sim	Sede do Futebol de Campo (masc. e fem.)
7.	Jogos Escolares Brasileiros	Sim	Não	Não	Evento	Sim	Brasília participa, mas pouco treinamento
8.	Atleta na Escola	Sim	Não	Não	Evento	Verificar	Financia a realização de competições esportivas
Sec. Nac. Esporte, Lazer e Inclusão Social/SNELIS		Formação	Excelência	Toda a vida	Finalidade	Brasília	Avaliação
1.	Programa Segundo Tempo	Sim	Não	Não	Programa	Não	Exceção: Ministério de Defesa
2.	Programa Segundo Tempo no Mais Educação	Sim	Não	Não	Programa	Não	Poucas escolas participam do PST Mais Educação
3.	Programa Segundo Tempo Universitário	Sim	Não	Não	Programa	Não	UnB já participou, mas atualmente está desativado
4.	Programa Segundo Tempo Pessoas Deficiência	Sim	Não	Não	Programa	Não	Não participa do PST para pessoas com deficiência
5.	Programa Segundo Tempo Navegar	Sim	Não	Não	Programa	Não	Brasília já participou (desativado)
6.	Recreio na Férias	Sim	Não	Não	Programa	Não	UnB já participou, mas atualmente está desativado
7.	Esporte e Lazer da Cidade	Não	Não	Sim	Programa	Não	Realizou diversas ações de capacitação (Lazer)

Ministério do Esporte		Níveis de esporte			Finalidade	Brasília	Avaliação
Sec. Nac. Esporte de Alto Rendimento/SNEAR		Formação	Excelência	Toda a vida			
8.	Rede Cedes (Ciência e Tecnologia)	Sim	Não	Sim	Ciência	Sim	Rede de pesquisa que se dedica ao Lazer
9.	Prêmio Brasil Esporte e Lazer de Inclusão Social	Sim	Sim	Sim	Ciência	Sim	Pesquisadores de todo o país podem participar
10.	CEDIME (Ciência e Tecnologia)	Sim	Sim	Sim	Ciência	NA	Sediado em outra unidade da federação
11.	Jogos dos Povos Indígenas	Não	Sim	Não	Evento	NA	Não se aplica
Secretaria Executiva		Formação	Excelência	Toda a vida	Finalidade	Brasília	Avaliação
1.	Pintando a Liberdade	Não se aplica			Afirmativa	Não	Ação com foco em penitenciários (desativado)
2.	Pintando a Cidadania	Não se aplica			Afirmativa	Não	Ação com foco na geração de renda (desativado)
Sec. de Estado de Esporte do Distrito Federal		Formação	Excelência	Toda a vida	Finalidade	Descrição	
1.	Centros Olímpicos	Sim	Não	Sim	Programa	Melhoria da QV e formação humana	
2.	Escola de Esporte	Sim	Não	Sim	Programa	Incentivar à prática esportiva	
3.	Bolsa-atleta Paralímpica	Não	Sim	Não	Financiamento	Apoiar atleta nos treinos e competições	
4.	Bolsa-atleta	Não	Sim	Não	Financiamento		
5.	Boleiros	Não	Não	Sim	Eventos	Apoio para serviços de arbitragem	
6.	Jogos Abertos	Sim	Não	Não	Eventos	Mobilizar a comunidade em torno do esporte	
7.	Apoio a eventos esportivos	Não	Sim	Sim	Eventos	Apoio a realização de eventos esportivos	
8.	Compete Brasília	Não	Sim	Sim	Eventos	Apoiar a participação em competições	
9.	Conselho – CONEF	Sim	Sim	Sim	Política	Órgão consultivo para desenvolvimento do esporte	

Ministério do Esporte	Níveis de esporte			Finalidade	Brasília	Avaliação
	Formação	Excelência	Toda a vida			
Sec. Nac. Esporte de Alto Rendimento/SNEAR						
9. Centro de Iniciação ao Esporte – CIE	Sim	Sim	Não	Programa	Não	Programa próprio equivalente: Centros Olímpicos
10. Plano Brasil Medalhas	Não	Sim	Não	Financiamento	Sim	Atletas de Brasília podem ser contemplados
11. Bolsa Atleta	Não	Sim	Não	Financiamento	Sim	Programa próprio equivalente: Bolsa Atleta
12. Calendário Esportivo Nacional	Não	Sim	Não	Política	Sim	Eventos de Brasília fazem parte do calendário
13. CENESP (Ciência e Tecnologia)	Não	Sim	Não	Ciência	Não	Rede de pesquisa não está em atuação
14. Jogos Olímpicos Rio 2016	Não	Sim	Não	Evento	Sim	Sede do Futebol de Campo (masc. e fem.)
15. Jogos Escolares Brasileiros	Sim	Não	Não	Evento	Sim	Brasília participa, mas pouco treinamento
16. Atleta na Escola	Sim	Não	Não	Evento	Verificar	Financia a realização de competições esportivas
Sec. Nac. Esporte, Lazer e Inclusão Social/SNELIS	Formação	Excelência	Toda a vida	Finalidade	Brasília	Avaliação
12. Programa Segundo Tempo	Sim	Não	Não	Programa	Não	Exceção: Ministério de Defesa
13. Programa Segundo Tempo no Mais Educação	Sim	Não	Não	Programa	Não	Poucas escolas participam do PST Mais Educação
14. Programa Segundo Tempo Universitário	Sim	Não	Não	Programa	Não	UnB já participou, mas atualmente está desativado
15. Programa Segundo Tempo Pessoas Deficiência	Sim	Não	Não	Programa	Não	Não participa do PST para pessoas com deficiência
16. Programa Segundo Tempo Navegar	Sim	Não	Não	Programa	Não	Brasília já participou (desativado)
17. Recreio nas Férias	Sim	Não	Não	Programa	Não	UnB já participou, mas atualmente está desativado
18. Esporte e Lazer da Cidade	Não	Não	Sim	Programa	Não	Realizou diversas ações de capacitação (Lazer)
19. Rede Cedes (Ciência e Tecnologia)	Sim	Não	Sim	Ciência	Sim	Rede de pesquisa que se dedica ao Lazer

Ministério do Esporte	Níveis de esporte			Finalidade	Brasília	Avaliação
	Formação	Excelência	Toda a vida			
Sec. Nac. Esporte de Alto Rendimento/SNEAR						
20. Prêmio Brasil Esporte e Lazer de Inclusão Social	Sim	Sim	Sim	Ciência	Sim	Pesquisadores de todo o país podem participar
21. CEDIME (Ciência e Tecnologia)	Sim	Sim	Sim	Ciência	NA	Sediado em outra unidade da federação
22. Jogos dos Povos Indígenas	Não	Sim	Não	Evento	NA	Não se aplica
Secretaria Executiva	Formação	Excelência	Toda a vida	Finalidade	Brasília	Avaliação
3. Pintando a Liberdade	Não se aplica			Afirmativa	Não	Ação com foco em penitenciários (desativado)
4. Pintando a Cidadania	Não se aplica			Afirmativa	Não	Ação com foco na geração de renda (desativado)
Sec. de Estado de Esporte do Distrito Federal	Formação	Excelência	Toda a vida	Finalidade	Descrição	
10. Centros Olímpicos	Sim	Não	Sim	Programa	Melhoria da QV e formação humana	
11. Escola de Esporte	Sim	Não	Sim	Programa	Incentivar à prática esportiva	
12. Bolsa-atleta Paralímpica	Não	Sim	Não	Financiamento	Apoiar atleta nos treinos e competições	
13. Bolsa-atleta	Não	Sim	Não	Financiamento		
14. Boleiros	Não	Não	Sim	Eventos	Apoio para serviços de arbitragem	
15. Jogos Abertos	Sim	Não	Não	Eventos	Mobilizar a comunidade em torno do esporte	
16. Apoio a eventos esportivos	Não	Sim	Sim	Eventos	Apoio a realização de eventos esportivos	
17. Compete Brasília	Não	Sim	Sim	Eventos	Apoiar a participação em competições	
18. Conselho – CONEF	Sim	Sim	Sim	Política	Órgão consultivo para desenvolvimento do esporte	

QUADRO 4 – DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL E DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

No quadro 4 é possível perceber o detalhamento dos programas desenvolvidos no âmbito dos governos federal e distrital. O quadro indica os programas federais que estão ou não sendo realizados em Brasília e os programas específicos do GDF.

O esporte possui um caráter transversal e está presente em diversas ações governamentais de outros ministérios, com destaque para: (a) o Ministério da Educação (PST no *Mais Educação* e *Programa de Apoio à Extensão Universitária* – PROEXT/SESU), (b) o Ministério da Saúde (*Academia da Saúde*), (c) o Ministério da Cultura (*Centros de Artes e Esportes Unificados* – CEUs), (d) o Ministério do Trabalho (*Jovem Aprendiz do Esporte* – JADE) e (e) o Ministério da Defesa (*Programa Força no Esporte* – PROFESP).

Se o esporte tem como vantagem sua aproximação com outras áreas, tendo em vista a existência de diversas ações de outros ministérios que envolvem de forma direta o incentivo à prática esportiva, é preciso esclarecer que essa característica não é suficiente para viabilizar a construção de políticas intersetoriais. Na verdade, não existe um planejamento integrado entre essas diversas instâncias do governo, o que gera o risco tanto na duplicação de ações como na falta de um sinergismo fundamental para o sucesso de cada um desses programas. Os que são realizados por outros ministérios atendem a demandas sociais relevantes, mas, como a implementação dessas ações não é realizada a partir de um planejamento estratégico, comprometem seriamente a viabilidade operacional, a qualidade do atendimento prestado à comunidade, a sustentabilidade e a continuidade dessas propostas.

A Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal, por sua vez, desenvolve, de forma direta, dois programas esportivos que viabilizam o acesso da população à prática esportiva, a saber, os Centros Olímpicos, descentralizados em algumas administrações regionais, e a Escola de Esporte, centralizada nas instalações localizadas no centro da cidade, com apoio de professores de Educação Física cedidos pela Secretaria de Estado de Educação do DF. A despeito de essas ações gozarem de excelente prestígio entre as pessoas que são beneficiadas, deve-se considerar que há uma sobreposição de papéis, pois a Secretaria de Esporte do DF, que tem a responsabilidade de formular e gerir a

política de esporte, ao mesmo tempo é responsável por executar parte dessas ações para atender a uma parte do público alvo.

O segundo bloco de ações que caracteriza a ação política da Secretaria de Esporte do DF reúne uma série de editais de apoio à realização ou à participação de atletas de Brasília em competições esportivas, o que caracteriza uma ação indireta de fomento ao esporte em uma de suas etapas mais marcantes: a competição. Tais ações são essenciais para o desenvolvimento do esporte, logo devem não apenas continuar a ser realizadas como também ampliadas. Porém, destinar recursos para as competições não contempla as questões relacionadas à aprendizagem e ao treinamento esportivo, que estão na base e determinam os resultados a serem alcançados nas competições.

A terceira iniciativa, a bolsa atleta, aponta o financiamento de parte das necessidades básicas para que os atletas se dediquem aos treinamentos. Destinar recursos diretamente para o atleta permite a ele definir a utilização que melhor atende às suas necessidades, porém, como o valor da bolsa é pequeno, o custeio das despesas é parcial. Essa avaliação não tem a intenção de criticar a concessão da bolsa para os atletas, mas de chamar atenção para uma discussão permanente sobre sua real finalidade: a bolsa tem uma função de apoio social ou de apoio ao desenvolvimento do esporte? Essa é uma questão-chave para a definição de seu valor e dos critérios para sua concessão.

Por último, observa-se, em uma avaliação crítica das ações da Secretaria de Esporte do DF, uma lacuna política nas ações com foco na (1) aprendizagem e no (2) treinamento esportivo. No caso das ações de aprendizagem, essa lacuna pode ser parcialmente explicada pelos seguintes fatos:

1.1. Costumam ser consideradas como parte da responsabilidade da Educação Física escolar, o que não é verdadeiro, pois os parâmetros curriculares nacionais da disciplina abrangem um conjunto diversificado de práticas corporais e de objetivos definidos pelo projeto político-pedagógico das escolas, que nem sempre abrangem tais ações;

1.2. Envolvem um número significativo de crianças e jovens, distribuídos nas diversas unidades de informação territorial, o que exigiria a aplicação de um volume de recursos financeiros de que a Secretaria de Esporte não dispõe;

1.3. Exigem uma infraestrutura adequada de equipamentos e recursos humanos de que a Secretaria de Esporte também não dispõe.

Já no caso das ações relacionadas ao treinamento esportivo, a lacuna política se dá porque essas ações:

2.1. Exigem instalações físicas, equipamentos e recursos humanos especializados, com um alto custo, para atender a potenciais talentos esportivos, o que gera uma relação custo-benefício normalmente crítica e avaliada de forma negativa quando comparada aos problemas e desigualdades sociais que existem em nossa realidade brasileira;

2.2. Implicam uma parceria entre o poder público e as entidades esportivas de caráter privado, como os clubes e as associações, o que também costuma ser alvo de críticas e de uma avaliação negativa.

O fato de a organização política do Distrito Federal ser dividida em administrações regionais também gera dificuldades adicionais para o desenvolvimento de uma política de esporte na área metropolitana de Brasília, pois reproduz a desarticulação política que ocorre no governo federal entre os diversos ministérios, cada qual sob a responsabilidade de um partido político diferente. Sendo assim, parte da desarticulação existente entre essas ações governamentais é fruto de uma ação política deliberada, tendo em vista que cada ministério (GF) ou administração regional (GDF) tem o interesse de figurar como protagonista, logo não se dispõe a cooperar com outro ministério (GF) ou com a Secretaria de Esporte (GDF) quando existe a possibilidade de o destaque na opinião pública ser conferido mais ao parceiro do que ao proponente.

A Secretaria de Esporte do DF, portanto, não tem espaço de influência para interferir na escolha dos gestores que atuarão com esporte nas administrações regionais, pois o vínculo político desses gestores é com a administração regional e não com a Secretaria de Esporte, o que limita, consideravelmente, a margem de ação da secretaria em uma perspectiva descentralizada.

7.10 *Workshop* sobre o esporte na área metropolitana de Brasília

O objetivo principal do *workshop* foi reunir especialistas que pudessem contribuir para ampliar o conhecimento sobre a temática do esporte por meio: (a) da validação do *baseline* e (b) do diálogo sobre as opções estratégicas que podem ser implementadas para promover o desenvolvimento do esporte na região metropolitana de Brasília.

7.11 *Questão central do workshop*

Considerando, obrigatoriamente, as diretrizes *executivo, sustentável*, com foco na unidade de informação territorial e com uma perspectiva intersetorial, os convidados do *workshop* foram questionados em relação: (a) aos principais problemas (P) do território-base apontados pelo *baseline* e (b) às opções estratégicas (OE) indicadas para resolução desses problemas.

O quadro abaixo é uma síntese das discussões realizadas ao longo do *workshop* e discutidas na plenária final (a listagem não está em ordem de prioridade).

P	A conceituação de esporte usada na legislação não corresponde às demandas sociais
OE	Rever a terminologia que divide o conceito de esporte em manifestações
P	Infraestrutura inadequada para o desenvolvimento do esporte
OE	(a) Definir de onde e o quê construir/manter e (b) Fomentar parcerias para uso da infraestrutura existente

P	A conceitualção de esporte usada na legislação não corresponde às demandas sociais
P	Formação inadequada de recursos humanos para o esporte
OE	(a) Criar Programa de Formação para professores/treinadores, árbitros e gestores do esporte e (b) Rever o currículo de formação em Educação Física e áreas afins ao esporte
P	Falta de continuidade e articulação intersetorial entre políticas públicas de esporte e áreas afins
OE	Criar mecanismos para aproximação entre as diversas instâncias políticas relacionadas com o esporte para uma ação política articulada
P	Indefinição de papéis na consolidação do Sistema Esportivo Nacional
OE	Pactuar responsabilidades dos diferentes entes da Federação em parceria com a sociedade civil
P	Falta investimento na formação esportiva e universalização do acesso ao esporte
OE	(a) Criar programa de formação esportiva nos locais em que o esporte acontece: escola, clube e espaços informais e (b) Incluir a formação esportiva no projeto político-pedagógico da escola e na proposta de educação integral da educação básica
P	Falta de um sistema de informações gerenciais que permita avaliar o desenvolvimento do esporte, acompanhar a execução das políticas públicas e mapear as demandas sociais
OE	(a) Realizar diagnóstico do esporte na área metropolitana de Brasília e (b) criar sistema de informações gerenciais que permita avaliar o desenvolvimento do esporte, acompanhar a execução das políticas públicas e mapear as demandas sociais

QUADRO 5 – Síntese final do *Workshop* sobre Esporte, Cultura e Lazer do Projeto Brasília 2060

A partir da análise de como os problemas do território-base se correlacionam entre si, é possível chegar à seguinte meta síntese: a opção estratégica prioritária, a ser desenvolvida em parceria com a educação, como uma das ações da política de educação integral, deve ser a: **UNIVERSALIZAÇÃO** da aprendizagem esportiva e **VIABILIZAÇÃO** da especialização esportiva para todos os interessados.

- A. Os programas de formação esportiva devem ser criados nos locais em que o esporte acontece e em parceria com as principais instituições ligadas ao esporte: (a) escola, (b) clube e (c) espaços informais (ONGs). Devem ser estabelecidas diretrizes políticas que definam:
1. Os agentes responsáveis;
 2. A forma de contratação dos profissionais;
 3. A formação adequada dos profissionais;
 4. A infraestrutura física necessária;
 5. Os recursos materiais; e
 6. As fontes de financiamento para custeio dessas despesas.
- B. O programa de formação para professores/treinadores, árbitros e gestores do esporte deve ser criado em parceria com as instituições de ensino superior e as confederações esportivas de cada modalidade.
- C. A criação do sistema de informações gerenciais como ferramenta de acompanhamento dos impactos dessas opções estratégicas deve envolver os diversos agentes responsáveis pelo esporte na AMB, de maneira a responsabilizá-los pelo compartilhamento de informações que permitam a avaliação e controle das ações que desenvolvem.

O tema esporte, portanto, possui interface com dois setores-chave: educação e saúde. Direcionar as ações para a aprendizagem esportiva como uma ação a ser realizada dentro das escolas cria a possibilidade de se ampliar a aproximação entre esses setores de maneira a, progressivamente, exercer influências cada vez mais precoces, ou seja, nos níveis dedicados para a vivência e a fundamentação esportiva (assinados

com tons de verde no diagrama do SNE). Da mesma forma, o sucesso da aprendizagem esportiva deixa como legado a saúde nas etapas posteriores da vida, ao criar uma geração de adultos que aprendeu a gostar de jogar, logo é mais suscetível a adotar um estilo de vida saudável pela prática permanente do esporte (assinado com tons de vermelho).

As necessidades específicas do setor esportivo também estão diretamente relacionadas à aprendizagem esportiva, que se posiciona no diagrama do SNE (tons de azul) como a porta de entrada para a especialização e o aperfeiçoamento esportivo das pessoas interessadas. Com isso, garante-se a oferta de um atendimento especializado para aqueles que forem identificados, ao longo do processo, a partir de uma perspectiva diagnóstica biopsicosocial, como pessoas que possuem altas habilidades esportivas e que têm o direito às condições que lhe propiciem o desenvolvimento dos seus potenciais talentos.

Em conclusão, observa-se que, para se conquistar o direito constitucional de acesso democrático e sustentável ao esporte, é necessário construir uma interface entre esse e outras esferas da vida cotidiana, em particular a educação e a saúde. Por outro lado, o acesso ao esporte também deve ser visto como um catalisador para a melhoria da qualidade dessas mesmas esferas. Assim, a organização e o fomento da formação esportiva, integrados à saúde e à educação, promoverão um círculo virtuoso, que tem no ganho da qualidade do tempo de lazer da população seu produto mais poderoso.

7.12 Referências

- BRASIL, Ministério do Esporte. Grupo de Trabalho para elaboração da proposta de Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte. **Sistema Nacional de Esporte**. Brasília: mimeo, 2015.
- CODEPLAN. **Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD**, Brasília: GDF, 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/PMAD/PMAD_Perfil_socioeconomico_dos_moradores_dos_municípios_da_AMB.pdf>. Acesso em: 23/01/2017.
- GEOECONÔMICA ESTUDOS E PESQUISAS EM SUSTENTABILIDADE LTDA. **Sistema de informações para a gestão estratégica e sustentabilidade de cidades**: Módulo Brasília. Produto 1 - Detalhamento do Plano de Trabalho, Brasília: mimeo, 2013. Disponível em: <http://www.ibict.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-1/copy_of_PlanodetrabalhoPlanoDeTrabalho.pdf>. Acesso em: 23/01/2017.
- _____. **Sistema de informações para a gestão estratégica e sustentabilidade de cidades**: Módulo Brasília. Produto 2 – Escopo do Projeto, Brasília: mimeo, 2013. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/noticia/-/asset_publisher/epbvop16e15of/content/projeto-brasil-2060-disponibiliza-documentos-para-consulta>. Acesso em: 23/01/2017.
- _____. **Sistema de informações para a gestão estratégica e sustentabilidade de cidades**: Módulo Brasília. Produto 3 – Definição do Modelo Conceitual do Sistema de Informações Territoriais, Brasília: mimeo, 2013. Disponível em: <<http://brasil2060.ibict.br>>. Acesso em: 23/01/2017.
- IBICT/MCTI. **Plano de Trabalho Simplificado: Projeto Brasília 2060 – Desenvolvimento de pesquisa para criação de um Sistema de Informações para Gestão Estratégica e Sustentável de Cidades /** Temáticas estratégicas: Desenvolvimento econômico, Trabalho e Renda; Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultura, Esporte e Lazer. Brasília: mimeo, 2013. Disponível em: <http://www.ibict.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-1/copy_of_PlanodetrabalhoPlanoDeTrabalho.pdf>. Acesso em: 23/01/2017.
- TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: EDUEM.

CAPÍTULO 8

O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO PÚBLICO E LAZER

Mirleide Char Bahía⁷

Silvio Lima Figueiredo⁸

8.1 A produção social da cidade

As cidades representam a intervenção humana mais significativa e profunda sobre o ambiente e, conforme Moreno (2002), desde o período neolítico, antes de se pensar em uma forma urbana de se residir, já se apresentavam condições iniciais para o surgimento das cidades, com a fixação do homem na terra em função do desenvolvimento da agricultura e da criação dos animais. Na verdade, antes mesmo de existir o formato que atualmente se reconhece como cidade, como afirma Mumford (1965), havia o agrupamento humano na caverna, no esconderijo, no acampamento, na aldeia e no pequeno povoado, com funções e finalidades diferentes, que foi se modificando a partir do momento em que o homem passou de nômade a caçador e agricultor, caracterizando uma forma fixa de moradia.

O processo de transformação do povoado ou da cidade-vila em um centro urbano-econômico demonstra a essência da cidade que foi, prioritariamente, um local de trocas, onde existia um espaço central de intercâmbio de mercadorias, característica presente no surgimento da maioria

⁷Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, professora/pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Umido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade (UFPA).

⁸Doutor em Comunicação (ECA/USP), realizou estágio pós-doutoral na Université René Descartes - Paris V Sorbonne, professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Umido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade (UFPA).

delas (SOUZA, 2003). Pode-se dizer que, com o surgimento de grandes centros comerciais e da nova classe burguesa, as cidades passam a assumir um papel essencial na transição das sociedades feudais para as sociedades capitalistas, com diferentes estruturas e funções, as quais nascem e se multiplicam nas rotas comerciais, no início às margens de rios e oceano e, depois, ao longo de caminhos que unem esses centros mercantis.

De acordo com o Monte-Mór (2006), alguns conceitos centrais contemporâneos derivam da cidade, tanto em sua forma espacial quanto em sua organização social. O conceito de política, por exemplo, advém da ideia grega de *polis*; os conceitos de cidade, de civilização, de cidadania e de cidadão vêm do latim *civis* e *civitas*. O sentido de urbano também se origina do latim e possui duas conotações. Quando se refere à povoação, origina-se de *urbanum* (arado), "a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos" (MONTE-MÓR, 2006, p. 11). No uso de sua simplificação semântica, originaram-se os termos *urbe* e *urbs*, sendo que esse último se refere a Roma, uma cidade-império, considerada o centro do mundo. Segundo Monte-Mór (2006), o termo "urbano" desapareceu até o surgimento das grandes cidades da era moderna¹.

Um novo modelo socioeconômico, surgido a partir da Revolução Industrial, provocou mudanças significativas nos lugares sociais das cidades, em um processo contínuo de transformação e degradação ambiental. Isso foi resultado da urbanização desordenada e do desenvolvimento industrial, da produtividade de bens materiais e do crescimento demográfico, trazendo, a reboque, consequências ambientais graves, desrespeitando os elementos naturais e a dinâmica do meio ambiente urbano.

Enquanto esses aspectos do processo de industrialização e de urbanização continuavam em andamento, as grandes cidades crescem e explodem, dando lugar à segregação de grande parte da população e ao aparecimento de subúrbios, de favelas, de conjuntos residenciais

¹ O termo *urbano* foi resgatado apenas no século XVI em português, segundo Houaiss, Villar e Franco (2001), para se referir à cidade-império, e particularmente no século XVIII à cidade-sede do Império Britânico em construção, segundo o *Webster's Lexicon* (LEXICON, 1987), sendo que mesmo a palavra *city* (vinda do francês *cit* e do latim *civitas*) se impôs na língua inglesa a partir do centro financeiro de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo. Raymond Williams (1973, 1983) mostra que a palavra *city* apareceu no século XIII de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas (em lugar de *borough* ou *town*) e qualificando representações do poder: cidade provincial, cidade catedral etc. [...] (MONTE-MÓR, 2006, p. 10-11).

ou complexos industriais e de pequenos aglomerados satélites. Dessa forma, a cidade contemporânea tem sido lugar de contradições e lutas simbólicas, alicerçadas pelo capitalismo. Nesse cenário, tanto a cidade quanto o lazer acabam virando mercadorias.

Atualmente, a manifestação do lazer é uma característica fundamental na vida urbana, no cotidiano das pessoas e em seu tempo disponível nas cidades. Isso significa dizer que, para que se tenham elementos para a gestão do lazer vivenciado nas cidades, é necessário se compreender a dinâmica das cidades e dos espaços públicos de lazer.

8.2 A cidade como espaço público essencial para as práticas sociais de lazer

Para Lefebvre (2001, p. 19), a cidade, caracterizada como um "tecido urbano" apresenta-se como o alicerce das relações socioambientais e dos modos de viver estabelecidos pela "sociedade urbana", com níveis e sistemas de valores diferenciados da vida social e cultural que se vivia no campo, influenciando-o com essa nova dinâmica. É no cotidiano da cidade e dessa realidade urbana que a reprodução das relações capitalistas acontece, subordinando e transformando o espaço, o lazer e a cultura em mercadorias, em valor de troca.

Na base econômica do "tecido urbano" aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e "cultural". Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os **lazers** ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 19, grifo nosso).

Percebe-se que, com o surgimento das novas cidades (cidades urbano-industriais), cria-se um sentido inverso. Paradoxalmente, via

² Cf. LEFEBVRE, 1999.

planejamentos urbanísticos elaborados por agentes do setor público, tentam democratizar o uso dos espaços e amenizar as segregações causadas pelo capitalismo. A busca pela melhoria da vida nesses centros urbanos, por meio de uma racionalidade ligada à sua eficiência, cria a necessidade de que os cidadãos busquem a natureza, criando na própria cidade a natureza perdida e/ou afastada dos grandes centros.

Para Sachs (1994, p. 41), apesar de as cidades se configurarem como ecossistemas, representando significativas fontes de recursos, como por exemplo, um solo urbano apropriado para o cultivo e o aproveitamento de resíduos recicláveis, além de “potencial para a economia de energia, de recursos financeiros e de água através de melhor manutenção dos equipamentos, da infraestrutura e das moradias” (p.41), muitas vezes, esses recursos são sub ou mal utilizados, resultando em uma deterioração do solo, no desperdício de energia e água, na acumulação de lixo, na degradação socioambiental, na “periferização” das moradias da população mais pobre, sem o atendimento às necessidades básicas.

Muitas áreas que possuem ambientes frágeis, como encostas, beiras de rios, mangues, mananciais, áreas alagáveis e outras, são protegidas legalmente e, portanto, não podem ser objeto de especulação do mercado imobiliário. Justamente por essa razão, como relata Maricato (2009), são as áreas que “sobram” para a moradia de grande parte da população que é segregada dos centros urbanos, resultando em consequências drásticas, como enchentes e desmoronamento de encostas, resultando em muitas mortes, poluição dos recursos hídricos e de mananciais, epidemias etc.

Para Santos (2009), as grandes cidades, mais do que antes, são lugares com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições subumanas, tornando-se o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, com numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal, com divisões sociais refletidas na configuração do espaço urbano e rural. Algumas características da cidade podem contribuir para o entendimento de suas funções, as quais são descritas por Lefêbvre (2008, p. 82) como sendo “[...] um objeto espacial, ocupando um sítio e uma situação

que é preciso estudar, enquanto objeto, com diferentes técnicas e métodos: econômicos, políticos, demográficos etc.”, sendo diferenciada do espaço rural e tendo sua relação dependente das relações de produção (do modo de produção e da divisão do trabalho na sociedade).

Lefêbvre (2008) descreve a existência de uma ordem próxima e uma ordem distante³, nas quais a cidade se apresenta como uma mediação entre as duas, configurando-se como o local onde as contradições da sociedade se manifestam, principalmente entre o poder político e os diversos grupos sobre os quais esse poder se estabelece. A cidade é resultado de vários tipos de processos socioespaciais gerados pela complexa interação entre agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais. Como afirma Souza (2006, p. 166), o Estado é apenas um dos agentes que fazem parte desse jogo e que, mesmo possuindo significativa força para suas intervenções e a instituição de marcos legais para se respaldar “[...] nas modernas sociedades capitalistas (inclusive nas cidades de países semiperiféricos, nas quais, apesar de muita coisa escapar ao controle do Estado), não se está diante de meros *quasi-states*”.

As relações contraditórias são vistas na sociedade contemporânea como uma disputa de poder por espaço das cidades, caracterizado como espaço de grande atrativo para o poder econômico, para a venda da cidade-mercado – de um lado, o Estado e os poderes do capitalismo; de outro, a população que se vê desrespeitada em seus direitos básicos. Existe uma nova contradição, ou seja, por um lado, estabelece-se nas sociedades urbanas uma fragmentação do espaço (para a venda e a troca) e, por outro, fortalece-se mundialmente a capacidade técnica e científica da produção do espaço social.

A “questão urbana”, expressão utilizada pela primeira vez em 1972 por Castells (1983, p. 23), é uma questão complexa e envolve elementos de tensão entre grupos com interesses diversos, relacionados à segregação socioespacial na sociedade capitalista. Souza (2000) relaciona cinco elementos para o agravamento dos problemas: a) o tráfico de drogas e a criminalidade violenta; b) os problemas socioespaciais e a

³ “A ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobre trabalho. A ordem distante é a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista etc.)” (LEFEBVRE, 2008, p. 82).

degradação ambiental dos centros urbanos; c) a crise dos movimentos sociais urbanos; d) a fragmentação do tecido sócio-político-espacial; e) a situação de falta de governabilidade urbana.

O espaço urbano, para ter qualidade, necessita de uma essência, firmada por meio da existência de uma centralidade da cidade, ou seja, não existe realidade urbana sem um centro, seja um centro comercial (com produtos e coisas), um centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), ou um centro de informações e de decisões.

Não existem lugares de *lazer*, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade. Mas na medida em que algumas relações de produção e de propriedade não sejam transformadas, a centralidade sucumbirá ao golpe dos que utilizam tais relações em seu proveito. (LEFFÈB-VRE, 1999, p. 91, grifo nosso).

No Brasil, de forma geral, o que se tem visto é que a construção de novas centralidades demonstra que o poder público entende esse movimento como o de transferir recursos para os grandes investidores do mercado imobiliário de alto padrão, utilizando-se de áreas pouco ocupadas para a construção de grandes complexos imobiliários (condomínios fechados) ou de serviços (*shopping centers* e outros centros), deixando a maior parte da população assentada em algumas áreas esquecidas, sofrendo com necessidades básicas não atendidas. De acordo com Matricato (2009), essa dinâmica tem sido uma constante em algumas cidades como Rio de Janeiro, com a Barra da Tijuca; São Paulo, com a Avenida Águas Espraiadas; Fortaleza, com a região do *Beach Park*; São Luís, com a exploração litorânea; Belém, com a expansão e exploração imobiliária das áreas localizadas na rodovia Augusto Montenegro e na Avenida Independência, as quais eram consideradas áreas de periferias e, atualmente, são áreas disputadas pelo mercado imobiliário.

Na lógica do estabelecimento das novas cidades, são instituídos centros de decisão, onde se concentram o poder, a riqueza e a influência. Os outros elementos da sociedade, ou seja, o restante da cidade sofre com a segregação, exclusão, separação uns dos outros no espaço, resultando em uma dissolução das relações sociais. Bahia

e Figueiredo (2008) refletem que o urbano se configura como uma representação de formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação dos espaços e de apropriação dos recursos das cidades e, por isso, um *locus* permanente de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social em seu conjunto.

Nessa perspectiva da problemática urbana, as cidades se apresentam fragmentadas, sendo possível verificar duas realidades paradoxais: a "cidade legal", ordenada e garantida apenas nos aparatos legais – Constituição Federal, Estatuto das Cidades, Plano Diretor –, e a "cidade real", com deficiências, falta de cumprimento dos preceitos legais instituídos, falta de participação popular nas decisões sobre o planejamento e as necessidades socioespaciais dos diversos grupos. Há um processo de "enclausuramento" e de estabelecimento de fronteiras entre grupos sociais, fragmentando ainda mais as cidades.

Na lógica dessa fragmentação e das transformações do cotidiano urbano, o lugar acaba por se tornar mercadoria, transformando o espaço, indispensável para a vida cotidiana, em um produto que se vende e se compra, na transmutação do valor de uso, em valor de troca, para cada pedaço da cidade. Para Lefebvre (2008, p. 83), "[...] tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto."

Atualmente, o processo de ocupação das cidades acirra a segregação e as disputas, pois "empurra" as classes mais pobres para a periferia, sem mínimas condições de infraestrutura, já que, historicamente, constituiu-se em um processo de ocupação e uso do solo. O processo de urbanização brasileira, por exemplo, se associa muito à pobreza nas grandes cidades, pois os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos, sendo repelidos das áreas rurais.

A maioria dos habitantes das *urbes* brasileiras fica à margem da própria legalidade urbanística e ambiental, vivendo em setores periféricos da cidade, cada vez mais distantes do centro urbano, sem infraestrutura básica e adequada (educação, saneamento, saúde, lazer etc.) e, muitas vezes, praticando a ocupação e a utilização de áreas socioambientais insalubres e não destinadas à função residencial no território urbano.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (SANTOS, 2009, p. 10).

Para Lefêbvre (2001, p. 22-23), a vida urbana pressupõe a existência de alguns elementos essenciais, que se traduzem nos “[...] encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”. Nesse sentido, o espaço urbano não pode ser visto como uma mercadoria ou *locus* de fragmentação, pois é o lugar da reprodução das relações sociais, incluindo-se nessa lógica o espaço urbano, os espaços de lazer, os espaços educativos e os espaços da vida cotidiana de uma sociedade.

A fragmentação do espaço se contrapõe à lógica da reunião de tudo o que se encontra separado, fragmentado, disperso. Para tanto, o autor supracitado propõe uma nova concepção de cidade, caracterizada pela possibilidade do encontro, do simultâneo, de viver a centralidade da cidade, do “direito à cidade”, que se refere ao direito dos cidadãos e dos grupos de todas as classes sociais à possibilidade de participar de todas as redes e circuitos de comunicação, de informações, de trocas e de decisões (BAHIA, 2012, p. 21).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos, realizada em Istambul, em junho de 1996, o “Direito à Cidade” encontra-se embasado como um direito fundamental, estabelecido como princípios de cidadania e de dignidade da “pessoa humana”, a qual, conforme Saule Júnior (1999, p. 23), deve ter o direito de “[...] exercer plenamente a cidadania, de ampliar os direitos fundamentais (individuais, econômicos, sociais, políticos e ambientais), de participar da gestão da cidade, de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável”. Os planos diretores elaborados para as cidades precisam contemplar o direito à cidade, ao meio ambiente e ao lazer.

Determinadas interpretações sobre a cidade que ressaltam seu aspecto funcional podem assumir quatro funções essenciais: de lazer, de

moradia, de trabalho e de circulação. Mas o que se observa no cotidiano é que há uma apropriação das três primeiras funções pela dimensão privada, tendo-se como dimensão pública apenas a função de circulação (ROLNIK, 2000). Atualmente, as classes sociais médias e altas vêm atraindo à cidade a função exclusiva de circulação, uma vez que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados, em seus condomínios fechados, em áreas de segunda residência. Entretanto, para as classes mais pobres, as quais não possuem muitas opções, a cidade continua tendo a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação.

Percebe-se que, cada vez mais, os espaços públicos de convivência social vêm sendo privatizados, o que favorece somente o usufruto da classe social de maior poder aquisitivo. A rua, por exemplo, que antes assumia um papel essencial como ponto de encontro entre as pessoas, atualmente vem assumindo somente a função de circulação de pedestres e de veículos ou uma função exclusivamente comercial, materializada, muitas vezes, pela substituição do comércio de rua pelos *shopping centers*; o bairro passa a ser substituído pelos condomínios fechados; as praias do litoral brasileiro passam a ser ocupadas, de forma ilegal (por serem áreas públicas de marinha), por enormes *resorts* (BAHIA, 2012).

Pensar o espaço público requer compreendê-lo como aquele onde ocorre uma ação política ou, pelo menos, onde há a possibilidade de uma ação política. É um espaço que não se caracteriza unicamente pelo local físico-geográfico, pois não é só o *locus* ou só o “palco” onde as coisas acontecem; é sobretudo um espaço socialmente produzido, contendo um significado simbólico para as pessoas. Caracteriza-se por ser um produto das relações das pessoas com o local, por ser simbólico, por ser um local de reprodução de diferentes ideias de cultura, “[...] da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos.” (SERPA, 2009, p. 9).

A acessibilidade ao espaço público, ou seja, à própria cidade e aos equipamentos públicos que a compõem –, não é somente física, pois possui subjetividades e nuances “[...] que ultrapassem o design físico de ruas, praças, parques, largos, *shopping centers* e prédios públicos.” (SERPA, 2009, p. 16). Essa acessibilidade não se reduz à questão material,

mas pressupõe, igualmente, representações sociais e é carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, imagéticas etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos ao espaço.

As ruas e calçadas, por exemplo, principais locais públicos de uma cidade, além de comportar apenas o fluxo de veículos e de pedestres como representação de passagem e circulação, possuem outros fins e, como defende Jacobs (2000, p. 29), “são seus órgãos mais vitais”. Esses espaços públicos estão carregados de significados, enquanto lugares de vivências e experiências cotidianas das pessoas. Para a referida autora, existe uma vida social nas ruas e calçadas, exatamente por serem públicas, já que reúnem pessoas que não se conhecem. No entanto, “[...] aparentemente despretensiosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade.” (JACOBS, 2000, p. 78).

Entretanto, o espaço público, cada vez mais, vem perdendo seu uso múltiplo/multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. Esse fato contribui para o “enclausuramento” das pessoas que, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, em espaços e em equipamentos destinados a essa prática, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico. Mas esse processo de “enclausuramento” não se reduz apenas à falta de espaços públicos para o lazer, à dificuldade de acesso a essas áreas, à falta de políticas de lazer para os espaços e equipamentos, à falta de divulgação desses espaços, à violência das cidades. Tudo isso também contribui para que a população tenha espaços res-tritos de lazer. Na verdade, como afirmam Melo e Peres (2004, p. 4), “[...] há uma construção simbólica que transforma o enclausuramento em algo valorizado. Elabora-se, assim, uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais [...]”.

Há uma tendência à privatização das vivências cotidianas, na qual é possível perceber que as pessoas ficam cada vez mais limitadas a seu espaço doméstico, utilizando os equipamentos tecnológicos (televisão, DVD, internet) como mediadores de seu contato com a realidade, com a cidade. Isso significa reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas, o contato com seus pares, o contato com a cidade, o contato

com a natureza, a experiência em espaços públicos. A acessibilidade se caracteriza, principalmente, por ter um caráter simbólico, muitas vezes estando relacionada à demarcação de territórios urbanos, ao capital cultural herdado da família, ao capital social educacional (BOURDIEU, 2007), aos modos de consumo, aos estilos de vida e às dimensões de classe (BOURDIEU, 2008), os quais se caracterizam por se configurarem como os elementos determinantes das identidades sociais.

O conceito de *habitus* é, sem dúvida, a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural. A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo desigual e diferente. Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, “hierárquica” (SERPA, 2009, p. 20).

Como produtos do *habitus* de classe de cada um, e a partir das relações sociais estabelecidas, surgem os estilos de vida, que se transformam em sistemas de signos qualificados socialmente. Trata-se de um capital simbólico, indutor de propriedades distintas – um capital pouco conhecido em sua verdade objetiva. Segundo Bourdieu (2008), o gosto, a propensão e aptidão à apropriação – material e/ou simbólica – de objetos e práticas, constituem-se em um princípio gerador de estilos de vida distintos, em um conjunto unitário de preferências distintas que exprimem uma intenção expressiva.

A privatização do espaço público, isto é, os equipamentos públicos de lazer, inclusive as áreas verdes e o lazer propriamente dito, os tornam produtos do mercado. Como bem explicita Santos (1987, p. 48), “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque são essenciais.”

Também a privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas nas periferias urbanas. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares (onde eles existem), agrava-se a questão das drogas e aumenta a violência urbana; decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços

públicos. Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas aos automóveis e camelôs (SERPA, 2009, p. 32).

Para Serpa (2009), muitas vezes a incorporação do espaço público se dá como mercadoria para o consumo de poucos, em uma lógica de produção e reprodução do sistema capitalista em escala mundial, o que significa dizer que, ainda que seja público, e teoricamente comum a toda a população, apenas poucos se beneficiam dele. Os agentes do poder público adotam, comumente, uma lógica de planejamento dos espaços públicos prioritariamente voltada para o olhar externo, objetivando a visibilidade da cidade em uma perspectiva de *a* turístico e venda de sua imagem para o mundo, sem atender os anseios e necessidades socioculturais internas da população local.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos visíveis, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Esses projetos sugerem uma ligação clara entre visibilidade e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo grande espetáculo em matéria de arquitetura e urbanismo (SERPA, 2009, p. 26).

Algumas ruas, calçadas, parques e praças ainda são lugares públicos com apropriação de populações pobres e que muitas vezes o são por representarem relações simbólicas significativas ou por serem os únicos lugares aos quais essa população tem acesso, em função da proximidade de suas moradias. No entanto, o que se percebe na atualidade é que muitos espaços públicos são projetados e implantados pelo Estado com intenções características de um estilo de vida de classes médias, o que torna homogêneas as diferenças culturais na defesa de modos de consumo globais.

Como relata Serpa (2009, p. 26), são novos parques públicos projetados mais para um o “mundo urbano exterior”, do que para a sua própria população, com fins de uma completa visibilidade e *marketing* de cidade, por meio do mercado da paisagem e do paisagismo, atualmente bastante em moda. “Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local – verdadeiras ‘grifes’ do mercado imobiliário –, os novos parques tornam-se importante instrumento de valorização fundiária.”

8.3 Considerações finais

Em várias cidades do Brasil é possível perceber como tem se dado a forma de planejamento urbano, com a centralização de uso do espaço da cidade e a deficiência na gestão e democratização do espaço público e dos equipamentos inerentes a ele. Uma das realidades é que nem todos têm a possibilidade de acesso aos espaços públicos e aos equipamentos de lazer, seja por falta de condições econômicas, as quais limitam o próprio deslocamento para tal acesso, seja por falta de políticas públicas de lazer, ou ainda por deficiência no planejamento de uma cidade, por inexistência de uma política de animação sociocultural para os espaços e de uma democratização cultural.

Mas outra realidade também se apresenta como uma variável importante a ser analisada. Levando-se em consideração as reflexões de Serpa (2009), percebe-se que existe uma distância mais social do que física na questão da garantia à acessibilidade, já que nem sempre o acesso ao espaço físico desses lugares representa sua verdadeira apropriação pelas classes populares. Os espaços públicos, entendidos também como áreas de sociabilidade e lazer, são indispensáveis ao cotidiano das cidades e também podem ser percebidos com dupla função, pois, de acordo com Figueiredo (2008), ao mesmo tempo em que proporcionam lazer aos moradores, podem ser vistos como uma pequena amostra cultural do que determinada sociedade possui, atraindo os visitantes que querem conhecer o que pode ser classificado como típico do lugar.

É preciso analisar se tais espaços são verdadeiramente públicos e democráticos ou se são implementados para apenas um tipo específico de público, já que o problema da democratização do acesso não deve se resumir apenas à divisão espacial equitativa dos equipamentos – a qual, em tese, permitiria uma possibilidade de utilização equivalente a todas as classes sociais. Como afirma Serpa (2009), para que seja realmente considerado público, deve-se considerar uma acessibilidade generalizada e irrestrita ao um espaço, o qual deve significar muito mais do que o simples acesso físico a espaços abertos de uso coletivo.

Na cidade cada vez mais urbanizada, tanto a criação e manutenção de espaços públicos quanto a viabilização de políticas públicas

8.4 Referências

- muitas vezes têm assumido um papel de suporte potencializador do uso da cidade e das possibilidades de vivências. O Estatuto da Cidade e o próprio Plano Diretor, sem dúvida, representam certo avanço na luta por um território mais justo e mais democrático. Porém ainda existe uma lacuna muito grande entre a promulgação da lei e a efetiva aplicação de seus princípios no planejamento das cidades em todas as regiões do Brasil. Junto com a promulgação da lei, são igualmente importantes a organização popular e a conduta política da gestão municipal.
- O planejamento e a gestão urbana não devem pertencer apenas ao domínio do político, na concepção de poder do Estado e de seus técnicos, mas devem pertencer igualmente à política, ou seja, à discussão verdadeiramente democrática sobre as decisões de interesse coletivo. Devem também ser exercidos como prática social a ser debatida e deliberada livremente pelos cidadãos. Concorrando com Souza (2006), entende-se que esse momento de discussão e de tomada de decisão pelos cidadãos precisa ser compreendido como uma arena em que todos são iguais por direito nos moldes em que aconteciam as assembleias da antiga Grécia.
- Como as formas de apropriação da cidade expressam o modo das relações de produção, desenvolvimento desigual, concentração, exclusão etc., tudo isso está presente também no modo de vida urbano. Nesse sentido, não é possível que o poder do dinheiro e da especulação trace o desenho das cidades. Enfatiza-se, portanto, a importância da compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano (crescimento urbano, “estrangulamento” das áreas verdes e das áreas de lazer), destacando-se tais aspectos como de grande importância para a construção de ações articuladas entre os vários setores.
- Por isso, há necessidade de estabelecimento de políticas urbanas voltadas à questão da função social das cidades e do verdadeiro “direito à cidade”. Dentre tais políticas, destaca-se a questão da manutenção de espaços públicos para a possibilidade de vivência do lazer, procurando, de um lado, acabar com o movimento especulativo em torno dos novos empreendimentos mercadológicos e, de outro, ampliar as possibilidades de lazer acessíveis ao conjunto da população.
- BAHIA, Mirleide C. O. **Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BAHIA, Mirleide C.; FIGUEIREDO, Sílvio L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-17, ago. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. Introdução, Organização e Seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FIGUEIREDO, Sílvio L. Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Sílvio. (Org.). **Turismo, lazer, planejamento urbano e regional**. Belém: UFPA; NAEA, 2008. p. 79-92.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 121-192.
- MELO, Victor A. de; PERES, Fábio de F. **Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de Equipamentos Culturais na Cidade do Rio de Janeiro—2004**. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufjf.br/producoes/Idac_Livro_colombia_2004.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2008.
- MONTE-MÓR, Roberto L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006.
- MORENO, Júlio. **O futuro das cidades**. São Paulo: SENAC, 2002.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. 1 e 2.
- ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC, WLRÁ, 2000. p. 179-184.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SAULE JUNIOR, Nelson. *Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo: Max Limonad; Pólis, 1999.

SERRA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Marcelo L. de. *O Desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A Prisão e a água: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAPÍTULO 9

A PRAÇA É NOSSA, VAMOS REVITALIZÁ-LA! CONEXÃO ENTRE LAZER, EDUCAÇÃO URBANA E PRÁTICAS AMBIENTAIS

Simone Rechia⁴

Emília Amelia Pinto da Costa Silva⁵

Sobczynski Felipe Gonçalves⁶

9.1 Introdução

Entende-se a cidade como um espaço complexo, pois, ao mesmo tempo em que inclui muitas pessoas, exclui muitas outras, geralmente as menos favorecidas em termos de acesso a seus direitos. Para Rechia (2003), além dessa questão social extremamente grave percebida no meio urbano, a cidade é também uma paisagem artificial construída pelas pessoas, constituída por ruas, avenidas, casas, edifícios, parques, praças e bosques. Ressalta-se que as grandes cidades contemporâneas se constituem em densos espaços, com funções diversas, por meio das quais se estabelecem múltiplas práticas sociais.

Gehl (2009) destaca que tais práticas sociais podem ser atividades necessárias (tendo enfoque de obrigatoriedade), atividades opcionais (quando existe um desejo em realizá-las) e atividades sociais (atividades em que há necessidade de outras pessoas nos espaços públicos; podem ocorrer em vários espaços e devem ser espontâneas). O referido autor ressaltava ainda que os espaços influenciam esse tipo de atividades e vivências. Ou seja, os ambientes naturais ou construídos podem

⁴ Professora adjunta da Universidade Federal do Paraná e líder do GEPLIC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade; presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

⁵ Doutoranda em Educação Física – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR – Brasil.

⁶ Doutoranda em Educação Física – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR – Brasil.

influenciar as experiências cotidianas e, principalmente, as experiências de lazer dos cidadãos. Dessa maneira, se o espaço público é de pouca qualidade, as atividades realizadas nele são aquelas necessárias; já quando o espaço tem qualidade, a tendência é que as atividades realizadas durem mais, ampliando também as opções e as relações sociais.

Nessa direção, Curitiba, a partir do projeto de modernização da cidade iniciado na década de 70, não só potencializou a criação de espaços públicos, como parques, praças e centros culturais, mas também implementou programas culturais adicionais¹, a fim de conferir vitalidade a esses lugares enquanto pontos de encontro dos curitibanos. Alguns fatores indicam que a comunidade incorporou tal processo, e hoje os parques e praças fazem parte do cotidiano da cidade (RECHIA, 2003).

Portanto, a criação de um conjunto de parques, praças e centros culturais com certa coerência arquitetônica, ou seja, com um estilo padronizado de conceber espaços dessa natureza, gerou dois momentos: 1) ambiente urbano singular, capaz de estabelecer uma espécie de comunicação imediata com a população, o que pode ter influenciado uma cultura voltada a vivências no âmbito do lazer em ambientes naturais/ou construídos; 2) projeção da cidade no cenário nacional e internacional (RECHIA, 2003).

Nessa direção, Garcia (1997) ressaltava que, independentemente do tipo ou modelo de espaços públicos adotado pelas cidades, o projeto de modernização do espaço urbano quase sempre incorpora, como valores, a ética e a estética do lazer. Curitiba não está isenta desse processo e vem acompanhando a maioria das cidades modernas onde os principais espaços públicos se constituem em lugares de sociabilidade, apresentados enquanto espaço-síntese da vida coletiva, os quais são apropriados sob a égide do lazer, do usufruto circunstancial e do consumo.

Considera-se interessante pensar que essas práticas sociais realizadas nos interstícios da vida cotidiana em espaços públicos destinados às vivências lúdicas podem significar certa “linha de fuga” ao tumultuado

¹ Esses programas culturais adicionais elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPU/C) datam de 1968, complementados por outros dois, de 1973 e de 1974, que derivavam do Plano Preliminar de Urbanismo, constituindo-se em uma plataforma teórica para a política de implantação e apropriação de áreas verdes para o lazer em Curitiba, ou seja, um conjunto de determinações com caráter normativo, cientificamente embasadas e alçadas previamente ao processo conceitual desses espaços (MATELLO, 2001).

meio urbano. Da mesma forma, essas atividades podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos, os quais se diferem de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas. Elas envolvem, pelo menos aparentemente, a relação ética com a natureza, o convívio um pouco mais harmonioso com a diferença, a autonomia e a vivência com a cultura local.

A partir dessa contextualização, o PET (Programa de Educação Tutorial), do curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, juntamente com o GEPELEC (Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade), vem desenvolvendo ações voltadas ao lazer e às práticas corporais por meio da pedagogia urbana, com o intuito de possibilitar a todas as pessoas e, em todos os lugares, o direito à cidade de Curitiba.

9.2 Conhecendo o pet – educação física e a pedagogia urbana

O PET (Programa de Educação Tutorial) está vinculado ao Ministério da Educação e é desenvolvido por grupos de estudantes, com supervisão de um docente, organizado a partir de diversos cursos de graduação de algumas instituições de ensino superior do Brasil. O princípio que orienta suas ações é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e tem por objetivo desenvolver atividades acadêmicas com padrões de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar.

Os bolsistas do PET Educação Física da UFPR realizam atividades sistemáticas na Vila Audi-União, no Bairro Uberaba² da cidade de Curitiba, com intuito de, a partir das práticas corporais, emancipar e exaltar o senso crítico dos sujeitos participantes, discutindo constantemente o direito à cidade. Vale ressaltar que o GEPELEC iniciou suas intervenções na Vila Audi União em 2008 com a implantação do PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade, vinculado ao Ministério do Esporte). A continuidade das ações do grupo nessa região se deu por meio de vários projetos, sempre relacionado à formação dos alunos do curso de Educação Física da UFPR, baseada no tripé ensino/pesquisa/extensão.

² De acordo com o censo de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população do bairro é de pouco mais de 72 mil habitantes.

Neste artigo será relatada uma ação conjunta entre o PET Educação Física e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, proposta para crianças e adolescentes vinculados a instituições parceiras, entre elas: Projeto Alcançe Madre Ângela, Recanto Feliz Santa Ursula, ONG Voice for Change, OSSA (Obra Social Santo Anibal), Escola Municipal Professora Maria Marli Piovezan e Unidade de Educação Integral Michel Khury. Todos esses espaços estão localizados na Vila Audi-União.

A partir dessa ação, percebeu-se que, além das intervenções vinculadas às práticas corporais realizadas na vila uma vez por semana no interior das instituições, já citadas com o tema Educação Urbana, precisávamos ampliar as possibilidades e acesso aos espaços públicos de lazer da cidade aos moradores dessa comunidade. Ressalta-se que o bairro Uberaba, onde está localizada a vila, desde os anos 90 está entre os bairros que mais crescem em se tratando do número de habitantes, sendo o quinto bairro mais populoso de Curitiba (TEIXEIRA, 2011). De acordo com o autor, conforme o bairro foi crescendo, no ano de 1998 houve uma invasão de terras que estavam desocupadas e, a partir daí, deu-se origem ao Bolsão Audi-União, hoje chamado pelo poder público de “bolsão de pobreza”.

Tais ocupações totalizaram 2.554 domicílios, de acordo com o Cadastro Único do Governo Federal (TEIXEIRA, 2011). Ressalta-se também a predominância de pessoas jovens nessa região. No ano 2000, 29,5% da população da vila tinham idade de até 14 anos (TSCHOKE, 2010). Ou seja, seriam necessárias políticas voltadas a esse público. É por isso que se justifica a necessidade de realizar projetos desse porte na Vila Audi-União. Dessa forma, acredita-se que a extensão universitária tem um papel fundamental para melhoria de vida em comunidade, ajudando também na qualificação das ações políticas dos alunos em formação vinculados às diferentes instituições parceiras. Adotou-se a meta de oportunizar ações humanizadas não com a intenção de proporcionar uma prática alienante, sem sentidos e significados, mas redimensionada enquanto possibilidades de produção cultural e de grande relevância social.

As ações já realizadas procuram amenizar as injustiças, exclusão e vulnerabilidade social, além de proporcionar práticas corporais no tempo/espaço de lazer. No entanto, no decorrer das intervenções, observou-se nesses anos de atuação que as crianças e adolescentes da

Vila Audi-União não têm acesso ao conjunto de parques, praças e centros culturais da cidade de Curitiba. É como se existisse uma barreira invisível fazendo com que esses sujeitos não pudessem frequentar determinados espaços da cidade onde vivem. Cabe destacar que a Vila Audi-União fica muito próxima do Jardim Botânico (um dos principais pontos turísticos de Curitiba); no entanto, ao questionarmos a comunidade escolar sobre tal ambiente, a maioria respondeu que nunca havia frequentado esse espaço.

Ressalta-se assim a importância de proporcionar a essas crianças e adolescentes diferentes oportunidades de lazer, com intuito de garantir o direito à cidade. De fato, Mascarenhas (2004, p. 13) acredita que as experiências no lazer possam significar a “[...] força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, valores e condutas para o convívio entre os homens.”. Para o referido autor, é também com essas experiências que construímos um sentimento de cidadania e, consequentemente, uma prática de liberdade.

A finalidade das intervenções não é possibilitar apenas vivências de lazer em diferentes espaços da cidade, mas proporcionar uma educação urbana para que essa comunidade atendida compreenda que, enquanto cidadãos, podem e devem usufruir apropriando-se dos espaços e equipamentos de lazer disponíveis na cidade de Curitiba-PR – ou seja, conhecer, usufruir e viver a cidade para além dos muros da Vila Audi-União. Nesse caso, o intuito deste projeto, especificamente, foi além de criar entre os alunos uma cultura cidadã urbana e de orientá-los no que diz respeito às políticas públicas de esporte e lazer da cidade, ampliando o número de referenciais de identidade com o lugar e, consequentemente, educando-as para lutar por espaços de esporte e lazer de qualidade no bairro onde vivem.

9.3 Metodologia

Observa-se que a distribuição dos espaços públicos de lazer se dá de forma desigual nas cidades, privilegiando apenas algumas regiões, quase sempre as mais centrais, resultando na segregação e nos guetos (BORJA,

2003; LEFEBVRE, 2001). Nesse mesmo enfoque, Borja (2003) ressaltava que, quando são efetuados grandes projetos de infraestrutura, raramente se tem a preocupação de redistribuição social e integração entre os excluídos.

Curitiba é conhecida nacionalmente pela quantidade de parques, praças e áreas verdes que possui. Mas, muitas vezes, esses espaços possuem uma barreira simbólica, dificultando que os próprios curitibanos conheçam e frequentem tais ambientes. A partir dessa perspectiva, pretende-se, de forma metodológica, utilizar a pedagogia urbana para possibilitar que as crianças e adolescentes envolvidos conheçam e se apropriem dos espaços de lazer de Curitiba. Cabe ressaltar que a pedagogia urbana é compreendida como "um conjunto de atividades educativas desenvolvidas dentro da cidade" (COSTA, 2004, p. 2).

Dessa forma, Medeiros Neta (2010, p. 214) entende que a pedagogia da cidade "[...] se expressa no estilo de vida urbano e o aprendizado da civilidade e do *direito e cidade*, bem como nas funções pedagógicas expressas em projetos urbanos e escolares, na relação entre o corpo urbano/corpo cidadão e na hermenêutica urbana e em uma postura sensível frente ao urbano.". Nesse sentido, é importante considerar a cidade ao mesmo tempo como detentora e produtora de pedagogias para os habitantes e, a partir daí, construir uma estreita relação entre a cidade e os cidadãos que nela habitam (MEDEIROS NETA, 2010, p. 215). Ainda de acordo com a autora, tal pedagogização ocorre também nas experiências cidadinas, visto que se vão construindo e ampliando nossas possibilidades de "encontro, de comunicação, o confronto de condições de vida e (re)construções de consciências".

A partir dessas considerações, propõe-se fomentar, por meio da pedagogia urbana, possibilidades para que as crianças e adolescentes da Vila Audi-União conheçam os parques, praças e bosques disponíveis na cidade. Portanto, em um primeiro momento, pretendeu-se, a partir de atividades lúdicas vinculadas a práticas corporais, apresentar tais espaços para os atores sociais. Nesse caso, a primeira etapa metodológica teve o intuito de aproximar essas crianças e adolescentes, como também a comunidade em geral, dos espaços que contornam a Vila Audi-União. Assim, foi realizada uma parceria entre a prefeitura da

cidade, a partir da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a comunidade (crianças, adolescentes, pais, professores, associação de moradores) e o GEPLLEC (Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade) da Universidade Federal do Paraná para revitalizar um dos espaços do bairro.

9.4 A ação: a praça da vila audi--união é nossa, vamos revitalizá-la!

A ação intitulada *A praça é nossa, vamos revitalizá-la* vinculou-se a um projeto-piloto desenvolvido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba/PR, que recebe o nome de Vilas Sustentáveis (adoção do espaço pela comunidade). O objetivo principal desse projeto "guarda-chuva" é desenvolver, em conjunto com a comunidade, práticas de sustentabilidade, permitindo que, durante o processo, as pessoas tomem decisões de maneira autônoma, considerando os valores que buscam o bem-estar individual e coletivo por meio da conservação do meio físico. Dentre os princípios que regem a proposta, destacam-se a percepção integrada do território; as escolhas para as ações desenvolvidas na vila, determinadas pela comunidade; atuações em rede das instituições envolvidas; percepção de integração comunitária; convivência de maneira pacífica, além da corresponsabilidade pelos espaços públicos de convivência. Esse ainda é um projeto piloto, pois até o momento não foi oficializado pela secretaria responsável. No entanto, no mês de dezembro de 2014, foi realizada uma ação que deu início aos objetivos e princípios que fazem parte do projeto: a revitalização de uma praça localizada no bairro Uberaba.

O espaço escolhido foi uma praça que teve seu nome sugerido por um vereador da cidade. A princípio teria o nome de *Frei Jorge Duda da Silva*; entretanto, a presidente da associação de moradores do bairro entrou com uma ação junto à prefeitura para tentar mudar o nome da praça, tendo como objetivo homenagear algum morador do bairro. Por esse motivo, esse espaço ainda não tem um nome definido.

Essa praça apresenta uma área total de 3.203 m² e está localizada entre as ruas Victor Luiz Magalhães e Dr. Fábio Rogério Bertoli Arns. Os equipamentos que compõe a praça são: um parquinho composto pelo trio de ferro (gangorra, escorregador e trepa-trepa), um brinquedo de tronco com escorregadores; uma quadra de vôlei de areia, com dois postes para colocação de redes; uma quadra de futebol de areia, com duas traves; cercada por alambrado, com entradas laterais, e uma cancha de malha; oito bancos de madeira e um *super pop* (postes de iluminação com 12 metros de altura e quatro pétalas).

No processo de construção do projeto de revitalização, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi a responsável por realizar a limpeza do local, retirando o lixo e os entulhos, além de cortar a grama e disponibilizar mudas de flores e árvores para que a comunidade auxiliasse no plantio. Já os estudantes de Educação Física, pertencentes ao GEPEFC, especificamente, vinculados ao grupo PET, auxiliaram a ação em todas as fases e, mais especificamente, assumiram a animação sociocultural durante a revitalização da praça, contribuindo assim com o processo coletivo de conscientização, cuidado e manutenção do espaço público.

Podemos inferir que esse foi um projeto de fundamental importância, pois mostrou à população que cuidar daquilo que é público, ou seja, que é de todos, é também compromisso da comunidade local. A continuidade dessa ação pode contribuir para evitar – ou ao menos diminuir – os dados apresentados pelas pesquisas realizadas por Tschoke e Rechia (2012) em outras praças localizadas na mesma região, as quais demonstraram, na época, que os espaços de lazer dessa vila estavam com falta de manutenção, condições precárias de uso, com equipamentos quebrados, sem pinturas ou enferrujados. Também apontaram falta de higiene nas quadras e nos parquinhos em função do acúmulo de lixo e detritos. Tais aspectos estavam relacionados à desapropriação efetiva por parte da comunidade, ausência de sentido de pertencimento, insegurança, entre outros fatores.

Nesse sentido, a proposta de revitalização da praça sugerida por meio do *Projeto Vila Sustentável* demonstrou que é possível sanar tais problemas com apoio das lideranças comunitárias, as quais incenti-

varam e mobilizaram as pessoas a participarem, de fato, da construção coletiva daquilo que é de todos. Percebe-se que a ação da prefeitura começa a surtir efeito e atingir o objetivo e os princípios propostos, pois essa intervenção inicial gerou frutos e possibilitou a organização da comunidade, que já solicitou aos órgãos competentes a revitalização de outra praça local, levando em consideração o formato de parcerias, agora entre a associação de moradores, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a escola localizada na região e a UFPR.



IMAGEM 1 – A PRAÇA DA PRAÇA VILA AUDI-UNIÃO
FONTE: OS AUTORES

9.5 Considerações finais

Entende-se que o método utilizado pode ser aplicado em outras comunidades de Curitiba, como também em outras cidades. Inferese que a pedagogia urbana é um importante meio para aproximar a cidade dos cidadãos que nela habitam. Nesse sentido, é possível promover a conexão entre conservação e preservação do meio ambiente, exercício da cidadania e experiências no âmbito do lazer. Percebe-se que há efeitos positivos nos grupos sociais que frequentam a praça, dando novos sentidos e significados ao espaço, inclusive oportunizando novas formas de viver o bairro e, consequentemente, a cidade de Curitiba em seu conjunto.

9.6 Referências

- Borja, J. *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- Costa, M. R. A. Criação e a cidade: elementos para uma pedagogia urbana. In: VANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2004, Curitiba - PR. Anais VANPEDSUL. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/jupload/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/06_47_44_A_CRIANCA_E_A_CIDADE_ELEMENTOS_PARA_UMA_PEDAGOGIA_URBANA.pdf
- Garcia, F. E. S. *Cidade espetáculo*: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.
- GEHL, J. *La humanización del espacio urbano*: la vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté, 2009.
- Letebvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- Mascarenhas, F. *Lazer como práticas da liberdade*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.
- MATELLO, A. M. *A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba-PR*: uma questão paradigmática? 2001. 283f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- MEDEIROS NETO, O. M. (2010). É Possível uma Pedagogia da Cidade? *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 40, p. 212-221, dez. 2010.
- RECHIA, S. *Parques públicos de Curitiba*: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. 2003. 189f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- TEIXEIRA, L. B. Desigualdade e estratificação social o padrão excludente da urbanização brasileira: o caso do boião Audi-União em Curitiba-PR. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, PR. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. ISSN: 2236-6636 Disponível em: file:///C:/Users/Juliana/Desktop/sbs2011_GT05_Luiz_Belmirio_Teixeira.pdf
- TSCHOKE, Aline. *Lazer na Infância: possibilidades e limites para vivência do lazer em espaços públicos na periferia de Curitiba/Paraná*. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná. 2010.
- _____, RECHIA, Simone. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 263-280, 2012.

CAPÍTULO 10

PARQUES DE BRASÍLIA/DF: ALCUNS APONTAMENTOS SOBRE FORMAS ESTRATÉGICAS DE GESTÃO DO USO PÚBLICO

*Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco*³

10.1 Introdução

O presente texto busca trazer à discussão algumas reflexões sobre as formas de gestão do uso público de parques urbanos, tomando como objeto os parques de Brasília/DF. Para isso, pretende-se situar o leitor em relação à importância dos parques urbanos no cenário do direito ao uso dos espaços públicos e do direito à cidade, elemento fundamental na construção da própria cidadania. De forma geral, busca-se discutir a emergência do tema do uso público de parques urbanos no campo dos estudos do lazer no Brasil e assinalar as recentes estratégias adotadas pelo Estado no sentido de qualificar a gestão do uso desses espaços.

Pretende-se refletir sobre o alcance e as possibilidades da gestão direta do Estado, da gestão por meio de autarquias (fundações, institutos, ou outras instituições públicas) e das atuais tendências de gestão terceirizada por meio de organizações sociais ou com participação ativa de atores privados. Discute-se a necessidade de se estabelecer estratégias de gestão adequadas ao cenário econômico e político e que, no caso dos parques urbanos, podem ser estratégias combinadas entre o Estado, organizações sociais e atores privados, com controle social e transparência e que preservem o direito à cidade e o acesso público a esses importantes espaços de construção da cidadania e garantia de direitos.

³ Professor da EACH-USP, Leste, no curso de Bacharelado em Lazer e Turismo e participante do GIEL - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer.

O que motivou a escrita deste texto foi a participação no curso de extensão universitária *Lazer em Parques e Unidades de Conservação*, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante¹ e oferecido pela Universidade de Brasília por intermédio do GESPORTE (Laboratório de Pesquisa de Gestão do Esporte), coordenado pelo professor Paulo Henrique Azevêdo. Essa atividade antecedeu a realização do 27º ENAREL (Encontro Nacional de Lazer e Recreação). O curso foi realizado em parceria com o governo do Distrito Federal e teve a participação ativa de gestores dos parques urbanos administrados pelo IBRAM (Instituto Brasília Ambiental), autarquia responsável pela gestão de 73 parques no Distrito Federal, criados por decreto, sendo que a maioria ainda não conta com infraestrutura de visitação pública e, portanto, não atendem ao direito ao lazer dos moradores.

O próprio sítio eletrônico do IBRAM indica que muitos parques necessitam de melhorias. Além disso, participaram também gestores de parques do Distrito Federal e que não são administrados pelo IBRAM, tal como o Parque da Cidade, situado em Brasília, e o Taguaparque, situados em Taguatinga, administrados respectivamente pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal (SETUR/DF) e pela Administração Regional do Distrito Federal (AR/DF). Além disso, houve a participação de especialistas ligados ao PARNA Brasília (Parque Nacional de Brasília), administrado pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), autarquia ligada à administração federal.

Foram visitados os seguintes parques na atividade de campo que antecedeu a discussão acadêmico-profissional com os gestores²: Parque Ecológico Dom Bosco (Lago Sul – IBRAM); Parque Olhos D'Água (Asa Norte – IBRAM); Parque Nacional de Brasília (ICMBio); Parque da Cidade (SETUR); Taguaparque (Taguatinga – AR/DF);

¹ O curso foi organizado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante e contou com a participação do Prof.ª Simone Rechia da UFPR – Universidade Federal do Paraná. Durante o ENAREL, teve a participação do especialista da NPRA – *National Park and Recreation Association*, Dietrich Stanford, responsável pela gestão de unidades-parque no Estado da Geórgia/EUA.

² Agradeço a acolhida dos gestores que muito gentilmente nos ofereceram uma visão ampla sobre os potenciais e as dificuldades de gestão destas unidades: Admilir do Nascimento Cambrata; Edeon Vaz Ferreira Júnior; Fabioli Assis de Abreu; Enrique Meza Balbuena; Alexandro Ribeiro; Sérgio Leal; Paula Campos Rodrigues Verri; Maria Ortência dos Santos; Givanilda Ribeiro Ferreira; José Souza Gato; Israel Aparecido Almeida Teixeira. Agradeço ainda às colegas Deborah Igreja e Akemi Hanazumi, ligadas à Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal, que nos acompanharam em todas as visitas.

Parque Ecológico Saburo Onoyama (Taguatinga – IBRAM); Parque Ecológico Águas Claras (Águas Claras – IBRAM).

10.2 Parques, cidades e o direito ao lazer

Os parques urbanos desempenham papel importante na reflexão sobre a cidade e cidadania. Tiveram papel marcante na formação das cidades como instrumentos de controle social e valorização territorial, e o lazer sempre esteve em suas finalidades. Adquirem essa configuração a partir das intensas modificações nas cidades vividas a partir do século XIX. Nesse contexto da intensificação dos processos de industrialização e urbanização, os parques aparecem como refúgios na cidade para que essa sociedade urbana possa escapar das “agrupas da cidade industrial” por justamente conter “elementos do campo”. No entanto, ao mesmo tempo em que o imaginário do homem urbano necessitava de ambientes “naturais”, ele não queria mais a vida “atrasada” do campo (GOMES, 2013).

Esse cenário fortaleceu o “modelo higienista”, que via nos parques a possibilidade de criar cidades “limpas”, “higienizadas” de toda sorte de movimentos urbanos e grupos sociais indesejáveis. Temos que lembrar que um “exército” de pessoas mal pagas pelas indústrias se aglomeravam em casas e bairros sem quaisquer condições de salubridade. A Revolução Industrial permitia às elites uma acumulação de riquezas sem precedentes, mas também gerava nas cidades graves problemas ambientais e demográficos. Friedrich Engels, ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, em obra publicada pela primeira vez em 1845, é bastante enfático a respeito do que viriam a ser as chamadas cidades industriais emergentes (ENGELS, 1975). O processo de uso e ocupação das cidades industriais já na metade do século XIX foi muito intenso e gerou um sentimento de imundície e desordem, pelo menos aos olhos das classes dominantes.

No Brasil, o “modelo higienista” foi implantado em praticamente todas as grandes cidades do início do século XX. A cidade do Rio de Janeiro é um exemplo disso: as reformas urbanas implantadas são de

cunho higienista e essas mudanças eram justificadas pelas elites da época em função da falta de saneamento das cidades. Em cidades como Belo Horizonte e Goiânia não houve necessidade de remoção de populações pobres pré-existentes, mas foram projetadas obedecendo a esse modelo. Belo Horizonte, em 1897, surge como cidade sob rígido controle para a área central, fixado em um sistema de lotes, avenidas e ruas dispostos em uma malha quadrangular, circundada por uma avenida de mediação periférica, mas incapaz de conter ou planejar a expansão das habitações periféricas (MARINS, 1998). O mesmo pode-se afirmar com relação a Brasília e suas “cidades satélites”.

Na cidade de São Paulo, algumas áreas das zonas oeste e sul transformam-se em bairros-jardim: Jardim América, Jardim Europa, Alto da Lapa, Alto de Pinheiros, Alto do Butantã, Cidade-Jardim, Morumbi. Contudo, nas periferias da cidade, inúmeros loteamentos da cidade levam também a alcinha de “jardins”, sem necessariamente levar em conta o planejamento urbano e a preservação de áreas verdes, especialmente rios e nascentes: Jardim Miriam, Jardim Campo-Limpo, Jardim Ideal, Jardim Fraternidade (OTTONI, 2002). Esses últimos são “jardins” apenas no nome.

Portanto, as origens não tão dignas e justas dos parques urbanos acabaram por transformá-los em locais que servem também à produção e reprodução do capital no tecido urbano. Contudo, no pós-segunda guerra mundial, o choque entre o público e o privado e entre a propriedade particular e os interesses coletivos passa a ser rediscutido, e a emergência da *Declaração Universal Dos Direitos Humanos* (1948) e a crise ecológica a partir dos anos de 1960 trazem novos elementos de pressão sobre a compreensão da importância dos espaços públicos e dos direitos sociais. A ideia de *recreação pública* passa a ser algo não mais estranho às discussões, e o Estado passa a intervir mais fortemente nessa problemática. Assim, ocorre a implantação seriada e multiplicada de estádios, piscinas públicas, quadras, ginásios e espaços para jogos e esportes, bem como parques urbanos. As ruas e demais espaços públicos nos centros das cidades, antes abandonados pelas elites nos processos de “higienização”, voltam a ser valorizadas como local de recreação, de ponto de encontro e como fundamentais à retomada do direito à cidade (ABRAHÃO, 2008;

LEFÉBVRE, 1969). Esse processo pode ser observado em São Paulo atualmente, ainda que com muita resistência da elite da cidade.

No Brasil, a cidade de Curitiba, nas duas gestões do prefeito Jaime Lerner (1971-1974 e em 1979-1983), passa por modificações que a transformam em uma marca de “cidade modelo”, “capital brasileira de qualidade de vida”, “capital ecológica” (ABRAHÃO, 2008). E tal processo vai refletir-se nos parques urbanos criados pelas elites, dominando a área central das cidades, mas agora sob outros referenciais. Rechia (2007) estudando Curitiba-PR, indica que:

A cidade adquiriu identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano, centrado em parques, com a acentuada preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil peculiar da cultura local por meio dos usos cotidianos desses espaços. Assim, o ambiente urbano de Curitiba e de outras cidades do Paraná estão marcados por um intenso planejamento que associa, entre outras dimensões, cultura, lazer, esporte e preservação da natureza. (RECHIA, 2007, p. 91).

Essas iniciativas pontuais no cenário brasileiro vão ganhar fôlego com as novas ideias urbanas que tiveram em Barcelona, na Espanha, um ponto de inflexão. A reestruturação urbana proposta para Barcelona foi idealizada em um plano denominado *Plano Barcelona 2000*. Segundo Abrahão (2008), esse plano tornou-se um paradigma nos anos 1990 para as intervenções urbanas por dar aos espaços públicos uma imagem forte, inclusiva, de protagonismo. Esse plano previa uma série de microintervenções estratégicas no plano geral da cidade, buscando o resgate da cidade democrática, ameaçada pela fragmentação e privatização dos espaços (ABRAHÃO, 2008). Nessas intervenções, as atividades de lazer têm um papel fundamental para oferecer aos cidadãos uma perspectiva crítica, criativa e libertadora nesses e desses espaços públicos da cidade. Dessa forma, os parques urbanos começam a ser pensados como pontos de encontro, onde a interculturalidade pode se expressar – algo a ser construído cotidianamente, pois implica em mudanças culturais na relação com o espaço público.

Os parques urbanos, imersos no cenário das cidades contemporâneas, apresentam-se como espaços potenciais do encontro intercultural

educativo. No entanto, observa-se que as políticas educacionais descon-sideraram as potencialidades desses espaços públicos de educação não formal ao não estabelecerem propostas integradas de políticas públicas que consideram as práticas culturais desenvolvidas nesses espaços. Na ampla maioria dos casos, os parques públicos urbanos são administrados por determinada secretaria municipal, estadual ou autarquia, invariavel-mente ligadas à questão ambiental, sem que haja troca de experiências e estabelecimento de programas conjuntos com as secretarias municipais ou estaduais de educação, cultura, esporte e lazer. Dessa forma, as atividades desenvolvidas nos parques urbanos deixam de aproveitar todo o potencial de inclusão social e de troca intercultural possível no cenário das cidades contemporâneas que cada vez mais demandarão serviços de cultura e lazer.

Assim, parece não haver a devida consideração aos aspectos do planejamento do uso público desses espaços que poderiam oferecer atividades planejadas de forma a proporcionar inclusão social e o direito ao lazer, promovendo inclusive maior conservação ambiental. Propõe-se que os gestores responsáveis pela administração desses espaços públicos aproximem-se dos campos de conhecimento e intervenção profissional, relativos às políticas públicas de cultura e lazer, e que as políticas educacionais do município considerem o potencial educativo não formal desses espaços.

10.3 Lazer em parques urbanos: construindo um programa de uso público (pup)

Pode-se imaginar que cada parque urbano deveria desenvolver um Programa de Uso Público (PUP) que pudesse atender aos obje-tivos da interação dos sujeitos e comunidades usuárias. No entanto, sabe-se bem que essa não é a realidade corrente. Os parques urbanos são unidades de serviço público que, na maioria dos casos, não se enquadram no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e, assim, não precisariam, obrigatoriamente, contar com um plano de manejo no qual estivessem descritas as possibilidades de uso público em capítulo específico (PACHECO, RAIMUNDO, 2015).

Dada a especificidade ambiental e territorial de cada unidade, algumas delas podem ter maior ou menor necessidade de ser pensadas enquanto espaço de conservação ambiental. Independentemente dessa maior ou menor potencialidade como unidade de conservação, defende-se a ideia de que todos os parques deveriam ter ao menos um PUP a induzir as possibilidades de uso adequadas, especialmente se a unidade estiver inserida em um território densamente ocupado e urba-nizado. Trata-se de planejar ações que contribuam para a conservação da natureza e, ao mesmo tempo, garantam o uso por parte das pessoas em seus momentos de lazer. Busca-se oferecer acesso a uma diver-sidade de práticas lúdico-educativas com potencial de reflexão sobre as ações dos sujeitos na cidade e sobre a natureza.

Assim, ao menos um Programa de Uso Público deveria ser neces-sário a cada uma dessas unidades de serviço urbano. O Programa de Uso Público deve propiciar recreação e educação ambiental para os visi-tantes, além de despertar uma consciência crítica para a necessidade da vivência ambiental a partir do lazer, em um processo de educação não formal. Deve-se compreender *educação ambiental e lazer ou recreação* como práticas interligadas e não excludentes. O potencial educativo dos parques urbanos é evidente. Contudo, para explorar todo esse potencial educativo são necessários investimentos em profissionais do campo da educação não formal e da animação socioambiental. Portanto, os poucos estudos específicos sobre o uso público em parques urbanos no Brasil são mais uma evidência de que é fundamental compreender o sentido desses espaços para que sirvam ao direito ao lazer.

A necessidade de discutir com maior profundidade e regularidade as questões relativas ao lazer em parques urbanos levou à proposta, no curso de Lazer e Turismo (EACH-USP Leste), de realização de uma disciplina optativa livre sobre *Uso público em parques urbanos*. Oferecida no segundo semestre de 2013, 2014 e 2015, essa disciplina teve cerca de 180 estudantes matriculados, o que é um indicativo do interesse na temática. Os obje-tivos fundamentais da disciplina têm sido: a) apresentar aos estudantes as confluências dos estudos sobre uso público em parques com o campo dos estudos do lazer; b) proporcionar aos estudantes vivências de campo para

subsidiar a construção do olhar analítico sobre o uso público em parques urbanos; c) estimular entre os estudantes a proposição de programas de uso público que alien educação ambiental, conservação e lazer.

No primeiro ano do curso, a vivência em campo foi realizada nos parques urbanos de Curitiba. Fomos recebidos pela Prof^a Simone Rechia e integrantes de seu grupo de estudo da UFPR em um dos parques da cidade, o que resultou em uma atividade de campo bastante importante na formação dos estudantes. Foram visitados ainda outros quatro parques com o grupo todo, cerca de go estudantes. No domingo pela manhã, divididos em grupos, os estudantes realizaram a visitação de mais dez parques na cidade de Curitiba. Os resultados dessas observações conduzem à inevitável constatação de que há maior cuidado com os parques ícones da cidade em detrimento dos parques mais periféricos. Pode-se observar que mesmo em uma cidade tida como “exemplo” em relação aos parques urbanos, os gargalos em relação aos recursos humanos, financeiros e de participação popular na gestão dessas unidades são evidentes.

Procurou-se observar em trabalho de campo, no segundo ano de oferta da disciplina, os parques da cidade de São Paulo, fazendo um comparativo entre aspectos da gestão municipal e estadual dos parques. Mesmo que os parques municipais em São Paulo disponham de um sistema mais organizado de participação popular na gestão das unidades, o que não ocorre nos parques estaduais, notou-se que os gargalos para uma gestão mais eficaz continuam a ser os recursos escassos, tanto humanos como financeiros. Portanto, a participação popular que poderia ser mais incentivada no caso dos parques municipais, já que há lei municipal nesse sentido, ainda é pífia, e notou-se que dadas as dificuldades de induzir a uma maior cultura da participação da população com relação aos espaços públicos, não é apenas esse aspecto que deve ser considerado na melhoria da gestão dos parques urbanos.

No terceiro ano de vivência em campo na disciplina, pôde-se observar a gestão dos parques urbanos de Belo Horizonte/MG, administrados pela Fundação de Parques Municipais. Constatou-se que a administração por meio de uma autarquia conferiu maior agilidade às tomadas de decisão em relação à gestão, mas o corpo técnico e os recursos financeiros continuam extremamente escassos, o que motiva

a administração pública municipal a pensar em estratégias de maior participação da iniciativa privada nesses espaços públicos.

10.4 Considerações finais: qual a estratégia para gestão de parques urbanos?

Observando-se especificamente os parques visitados no trabalho de campo realizado em Brasília, pode-se notar que há um esforço bastante elogiável por parte do IBRAM (Instituto Brasília Ambiental) em qualificar a gestão e os gestores responsáveis pelas unidades parque. No entanto, ficou também bastante evidente o gargalo em termos de recursos financeiros e humanos, o que dificulta sobremaneira a elaboração de um PUP mais democrático, incluyente e participativo. Seria necessário discutir com seriedade o papel do Estado em relação a esses espaços públicos; dados os exemplos aqui revisitados, observa-se que ocorrem problemas graves de gestão nos diferentes modelos propostos.

No modelo de gestão direta – quando o parque urbano é administrado diretamente por uma entidade do governo municipal, estadual ou distrital, tal como uma Secretaria ou Departamento de Turismo, de Esporte e Lazer, de Meio Ambiente –, o que temos observado é que ocorrem muitas dificuldades orçamentárias, já que não há nenhuma “cota” do orçamento público destinada especificamente a esses setores. Isso não seria impedimento para elaboração de melhores políticas de uso caso houvesse um esforço real de intersectorialidade que considerasse o aporte de recursos para realização de atividades nos parques executados por parte dos departamentos e secretarias de Educação, Cultura, dentre outras. No entanto, o gargalo com relação à formação e atuação profissional nesse modelo é evidente e parece difícil de ser superado na atual conjuntura que envolve a extrema restrição do Estado para contratação de servidores devido à chamada Lei de Responsabilidade Fiscal³. Ocorrem, portanto, dificuldades na gestão de recursos humanos, bastante restritos.

³ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, foi promulgada em 4 de maio de 2000 e tem como objetivo controlar os gastos da União, Estados, Distrito Federal e municípios. Leva em conta a capacidade de arrecadação de tributos e estabelece um teto de despesas de pessoal a depender do ente federado, mas que não vai além de 60% do orçamento público no caso de estados e municípios.

O modelo de gestão autárquica – quando o parque é administrado por uma autarquia pública que tem maior autonomia na gestão de recursos recebidos pelo Estado – facilita a contratação de pessoal não estável, mas pode implicar também na precarização do trabalho profissional. Permite com maior facilidade o estabelecimento de parcerias com instituições da sociedade civil e empresas privadas. Pode exercer um papel regulador na relação entre entes privados e organizações da sociedade civil que prestem serviços específicos nos parques, relativos tanto à segurança, manutenção, limpeza, alimentação e até mesmo lazer. Ainda que restritos, nos parece que nessa forma os recursos humanos podem ser mais variados e abertos a uma necessária multiplicidade com relação à formação profissional. Não cabe mais nos parques urbanos uma gestão extremamente conservacionista e reativada quase que exclusivamente por profissional do campo ambiental. Torna-se fundamental a participação de outros profissionais na gestão desses espaços, tais como administradores, economistas, profissionais de lazer, turismo, esportes, pedagogia, artes, dentre outros.

Não se trata, neste pequeno ensaio, de estabelecer uma “opção” entre esse ou aquele modelo de gestão. Nota-se que há necessidade de se estabelecer estratégias de gestão adequadas ao cenário econômico e político de cada momento histórico, em cada cultura organizacional. No caso dos parques urbanos, podem ser estratégias combinadas entre a administração direta do Estado, as autarquias e a participação de organizações sociais e atores privados, desde que essas estratégias sejam claras, transparentes e com controle social e participação popular. O objetivo fundamental deve ser a preservação do direito à cidade e o acesso público a esses importantes espaços de construção da cidadania e garantia de direitos.

10.5 Referências

- ABRAHÃO, Sérgio Luiz. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, 2008.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975. Editorial, 2013.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paço Editorial, 2013.
- LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Habituação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. IN: NOVAES, Fernando (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**: 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 131-214.
- OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. **Cidade-jardim: formação e percurso de uma ideia**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. p. 10-99.
- PACHECO, Reinaldo; RAIMUNDO, Sidnei. **Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa**. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 43-66, set./dez. 2014. Dossiê Lazer e Meio Ambiente.
- RECHIA, Simone. **Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte**. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89- 107, maio 2007.

CAPÍTULO 11

PERSPECTIVAS FUTURAS DA GESTÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO DO LAZER: O PAPEL DOS PARQUES PÚBLICOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

*Detrick Stanford*⁴

11.1 Welcome – highlight three main points to come: present, future, NRPA

11.1.1 *The present*

- a. Parks and recreation are making measurable difference in the lives of millions of people through conservation, health and wellness and social equity. And new economic impact research shows our national economic value:
 1. Local and regional public park agencies' operational and capital spending generated nearly \$140 billion in economic activity and supported almost 1 million jobs in 2013.
 2. This is a *conservative* estimate of the economic significance of local and regional park and recreation agency spending
 3. When combined with the economic impact of national and state systems, park and recreation are responsible for more than \$200 billion in annual economic activity (State parks = \$43 billion and National Parks = \$27).

⁴Presidente do Conselho de Diretores da Associação Nacional de Recreação e Parques dos Estados Unidos da América do Norte.

- b. Park and Recreation operations have evolved. We've moved beyond just the traditional recreation center and program provider. We've had to become more innovative, more businesslike and we've had to survive some tough economic times.
 1. According to PRORAGIS – NRPA's benchmarking platform, while metrics vary significantly by its size and mission, the "typical" local park and recreation agency:
 - a. Has operating expenditures per capita of \$69.79
 - b. Has 9.9 acres per 1,000 in jurisdiction population
 - c. Recovers 29.6% of its operating expenditures through fees and other revenue sources.
 2. Staffing is rebounding following the last recession
 - a. Authorized full-time positions: median 48 in 2014 vs. 30 in 2010
 - b. Authorized part-time position: median 168 in 2014 vs. 144 in 2010
 3. We serve communities in expanded ways – offering myriad of services
 - a. Actively manage open space (86%)
 - b. Conduct major jurisdiction-wide special events (83%)
 - c. Administer/manage tournament/event quality outdoor sports complexes (70%)
 - d. Manage major aquatic complexes (59%)
 - e. Maintain jurisdiction public areas (58%)
 - f. Manage historic properties (53%)
 - c. But above all, we provide powerful benefits and help solve for some of the nation's toughest challenges – and the public recognizes that. NRPA recently worked with Penn State University to conduct a national study with the public about their perceptions around local parks and recreation. This study replicates a study conducted 25-years ago and

- support for local parks remains strong even as America has changed drastically during the time span between studies
1. 83% of Americans report they personally benefit from local parks; 92% of Americans say local parks benefit their communities
 2. Support for local parks is strong, across virtually every major demographic group-age, gender, income, household formation, employment status and political affiliation-and even whether the person takes advantage of their park's offerings
 3. Americans overwhelmingly see the NRPA Pillars as local parks' top priorities:
 1. Conservation: Conserving the natural environment (86 percent); Protecting open space (80 percent)
 2. Health & Wellness: offering facilities and services to improve physical health (84 percent); Offering facilities and services to reduce stress and improve mental health (80 percent)
 3. Social Equity: Ensure that quality programs and facilities are equally accessible to all members of the community (88 percent); Addressing the needs of disadvantaged populations (77 percent)
 4. Americans support funding of their local park systems
 1. Four in five Americans agree that park and recreation services offered by their local park and recreation agencies are worth the average \$70 per household member spent each year.
 2. Agreement that local parks are well worth what the average household members spends on them annually spans across virtually all demographic grouping (e.g., gender, age, income, household formation, political affiliation) and whether or not they actually use their local parks.
 3. Two in five Americans are willing to pay even more than the 2015 U.S. average of \$70 per person in local taxes to support their local and regional park systems

11.2 The future for parks/open space and the “professional”

- a. Our communities are changing – and we must adapt and innovate. Generational shifts, demographic shifts – these are going to change how we operate as park and recreation professionals.
 1. Millennials are moving into the center of influence and make up the largest share of the U.S. population at 29 percent
 2. Understand their unique preferences and interests because they are ultimately shaping the future of our cities and communities
 3. However, Baby Boomers have the time, money and they vote
- b. Demographic shifts are going to have significant implications on what our communities look like and the populations we will serve
 1. The U.S. is approaching a 125-year record for immigration – what does this mean for how we serve these populations?
 2. Pew Research Center report shows the percentage of people living in the USA who were born outside the country reached 13.7% in 2015 and is projected to hit a record 14.9% in 2025.
 3. Immigration since 1965 has swelled the nation’s foreign-born population from 9.6 million then to a record 45 million in 2015.
- c. Income inequality and poverty will spread to areas that haven’t experienced such a thing before – what does this mean for our social equity principles?
 1. The fastest pace growth of the number of poor residents living in concentrated poverty since 2000s is in the suburbs
 2. Between 2000 and 2008 the number of suburban poor living in distressed neighborhoods grew by 139 percent – almost three times the pace of growth in cities
- c. How will parks address homelessness as it relates to growing poverty?

- b. Traditional park and recreation spaces are changing. What does the park of the future look like? We don’t have the answers yet but some trends:
 1. Unusual spaces are being transformed into parks – underground park in New York City called the Low-line, linear parks and replica High-lines (in places like Mexico City)
 2. Pop-up parks and pop-up recreation services – such as a proposed pop-up forest in Times Square; pop-up community pool in Philly
 3. Clean transportation becoming priority/driving business
 - a. Biking, walking and active transportation becoming an expectation. How can parks and recreation become integral in these active transportation options?
 - b. Open streets/Car free days – turning streets into parks and community gathering spaces
 - c. Tilikum Crossing bridge in Portland, OR – No cars. Only open to pedestrians, bicycles, light-trail trains, streetcars, buses.
 3. Old infrastructure being converted into public open spaces
 - a. Vallico Shopping Mall, in the heart of suburban Silicon Valley – developers are proposing the creation of the world’s largest green roof and replacing the mall, if it’s approved by the city of Cupertino in 2016, into a downtown-like street grid with town squares for farmers markets, and will be lined with stores, offices, and hundreds of apartments. And it will be wrapped inside a 30-acre park with running trails, vineyards, orchards, and gardens.
 - b. Tennessee – demolition of old stadium – possibly to become open space/park
 - c. To be successful as a park and recreation professional, what skills or mindsets will we need to have?
 1. A commitment to technology: You have to become savvy with tools that will help demonstrate the value and benefits of what you do. GIS, Benchmarking, PRORAGIS, Mobile and Web technologies
 2. Advanced marketing and communications skills: You have to be able to tap into more advance ways to market and communicate. Social

- media, mobile apps, responsive web design, e-marketing. And it so much more than just marketing your programs to your users. You must be able to communicate about the impact and benefits you bring to the community as a whole, community-wide.
3. **Measurement/Evaluation:** Get comfortable with measuring the programs and services you provide and communicating about the results. This benefits not only your case for support, but also your decision making.
 4. **Strategic positioning:** Communicate to elected officials and decision-makers how parks and recreation provides solutions to problems and saves taxpayer money. Without question, the well-equipped professional must know how to position his or her agency as a problem-solver, money-saver, and provider of the public good. As more and more responsibilities are assigned to park and recreation agencies, this is becoming a vital skill set.
 5. **Collaboration:** Build partnerships, whether for fundraising, public/private partnerships, community and friends-raising, or interagency cooperation. The skill to build collaborative partnerships is critical to success in the future.
- a. Provide programs that demonstrate our ability to solve issues
 1. Guided by our Three Pillars, in the next three years we will provide programs that you can implement to demonstrate the impact of parks and recreation – programs that connect millions more people to physical activity, and improved nutrition; millions of children to experiences in nature in the outdoors; increase agencies roles in creating sustainable communities, improve underserved communities
 - b. Showcase what you do and how you change communities
 2. NRPA will continue to work with national partners that will help us shine light on the impact of parks and recreation – both within local communities and on the national stage

1.1.3 How NRPA will help you in the future.

3. We will continue to promote the story of the power of parks and recreation and our three pillars – sharing success stories, communicating via social media and through traditional press
4. Magazine continues to be the leading publication for parks and recreation field
- c. Provide professional/agency membership services:
5. Research:
 - a. NRPA Facility Market Reports – Powered with demographic and marketing data from the U.S. Census Bureau and Esri, these reports give park and recreation agencies detailed information about the residents living near park agency facilities. The report's insights, which include forecast trend data, help park and recreation professionals make informed decisions on programming and capital expenditures at their facilities.
 - b. Field Report – an annual report summarizing budgetary, performance and responsibility data for hundreds of local park and recreation agencies as collected by NRPA's PRORAGIS database.
 - c. Calculators:
 - I. Park Values Calculator: By inputting data on acreage, number of trees and users of park facilities, calculate the environmental, economic, and social areas derived by the local park agency.
 - II. Water Values Calculator: An interactive GIS-powered calculator that takes acreage of parks and water bodies to estimate the economic value of the local ecosystem service values of park and recreation assets within a community.
 6. Education: NRPA continues to refine education offerings for professionals and is exploring such opportunities as online courses in conjunction with Universities in key topic areas identified by the membership (public health, leadership, marketing, conservation)
 7. Networking: Innovation Labs, NRPA Connect, the Annual Conference – all opportunities to learn, share and innovate together.

CAPÍTULO 12

DOS LÍNEAS ARGUMENTALES POR LAS QUE NO ES ACEPTABLE EN RECREACIÓN EL CONCEPTO DE GESTIÓN ESTRATÉGICA

*Pablo Alberto Waichman*¹

Desde hace más de cinco décadas trabajo dedicándome al no trabajo de los otros. Esta posición merece un análisis más amplio: los que operamos en el tiempo libre, el ocio y la recreación (lazer) lo hacemos para lograr que los participantes se recuperen de las consecuencias de sus tiempos ocupados obligatoriamente por una parte, y por la otra puedan generar territorios de libertad apropiándose de sus reales necesidades (no las de la sociedad de consumo).

El párrafo anterior expresa algunas supuestas (o reales) contradicciones. Habría más de un "tiempo"; habría más de una concepción/práctica de la libertad; habría distintas concepciones y varios sentidos de las prácticas en ese tiempo disponible.

Para agregar a este intríngulis de términos e ideas, parece que debemos incorporar el concepto de "Gestión Estratégica". Ruego a mis colegas que compartan este texto sepan perdonar (y discutir) mis análisis. La Gestión Estratégica corresponde a una ideología empresarial: optimizar los recursos; generar más ganancias; planificar sólo en función de resultados contables o marquetineros, etc. Una invasión de la teoría económica deshumanizada que opera sólo con empresas y no con "experiencias". Si el ENAREL se dedicase sólo a eso –perdón por lo que sigue- se parecería a una sucursal de la WLRA: todo es negocio y lo único que vale y sirve es el negocio. La rentabilidad es la medida del éxito; la competencia (no la solidaridad) es la metodología exitosa. El ocio es una mera mercancía que hay que vender. Qué lástima que vean

¹Maestro, profesor y licenciado en Ciencias de la Educación por la Universidad de Buenos Aires, rector emérito del Instituto Superior de Tiempo Libre y Recreación del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, abuelo (Avó).

el mundo tan sesgado: se pierden lo más importante, la práctica de la libertad confundida en consumo irracional y superfluo!

Notarán en lo anterior como en lo que sigue cierto tono de sorna: intenta jugar de disparador para una posterior discusión y jamás una burla a quienes operan con ese concepto.

Bien, en mis cinco décadas dedicadas al *lazer* siempre me dediqué a otra cosa! A la negación del negocio. Y no es un juego de palabras. Es una concepción del mundo, de los hombres y de sus vínculos.

Desde lo etimológico (algo que los estrategas-gestores quizás desconozcan) el ocio era considerado entre los griegos como el mejor desarrollo de los valores humanos, la bondad, la belleza, la verdad, el culto de la oratoria, la investigación científica, la búsqueda del origen de las cosas, la contemplación activa. Y sólo podían dedicarse al ocio los hombres libres (debemos recordar que el ocio puede aparecer, en este caso, sólo cuando otros producen riquezas materiales para que consuman los esclavistas). La otra parte de la realidad, la de las necesidades materiales, eran cubiertas por los esclavos, los que se dedicaban a la negación del ocio, al *ne-cotium* o, más claro, al negocio. Así, el negocio era considerado como la inexistencia de las virtudes dada la incapacidad de ciertos sujetos (los esclavos) de acceder a ellas; era lo más negativo a lo que podría dedicarse alguien.

Veintidós siglos después—lamento decir lo que sigue—esa incapacidad, esa actividad propia de los esclavos, es el paradigma a seguir! Y para ello, la Gestión Estratégica parece que ayuda mucho (al menos, al dueño de la empresa, claro!).

Volvamos al comienzo. Eva—que dicen algunos no fue la primera mujer— generó el primer estropicio que registra la Biblia: el trabajo como castigo. Por comer la manzana—para Erich Fromm¹ el primer acto libre del hombre— Adán fue castigado a ganar el pan con el sudor de su frente. El trabajo es sufrimiento. Todos fuimos castigados—al menos para los creyentes—y como contraprestación, a necesitar ese “otro” tiempo, el mal llamado “libre” que debiese denominarse, en realidad, “desocupado de obligaciones exteriores”.

¹ FROMM, Erich. *El miedo a la libertad*. Buenos Aires: Paidós, 1954.

Tal tiempo desocupado fue aumentando con los siglos y las luchas sociales. Pero nunca fue considerado valioso sino lo contrario, ya que dejaba al hombre liberado a su arbitrio, cosa peligrosa si la hay para los dominantes de turno. De ahí el énfasis religioso—particularmente del protestantismo—en ocupar “bien”, “constructivamente”, “positivamente” el tiempo, construyendo una concepción existencial basada en el dinero y el éxito que destaca como tesis fundamental Max Weber² en su esencial libro “La ética protestante y el espíritu del capitalismo”. La formación humanista queda en manos del catolicismo y la productivista a rajatabla la sostiene el protestantismo en sus infinitas variantes (incluidas las televisivas). De esta última deviene el concepto en discusión que olvidada al ser humano para convertirse en un mero consumidor de mercancías, entre otras, el *lazer*.

Así *management*, *marketing*, gestión estratégica, gerencia—*management* estratégico, liderazgo organizacional, etc.—se han convertido en los nuevos ídolos para pensar el ocio y la participación de los sujetos en él. Obviamente, el único objetivo es el aumento del lucro, la ganancia, el crecimiento de las cuentas bancarias, el prestigio, el éxito, etc. Pero, qué pasa en aquellas estructuras de ocio y recreación que no poseen fines lucrativos? Me refiero a programas sociales, estudiantiles, confessionales, ONG, de grupos políticos. También necesitan del economicismo terminológico y su concepción teórica?

Porque, y lo que sigue es esencial, las propuestas para la práctica pueden ser radicalmente diferentes según la cosmovisión del dirigente y su concepción del ocio (o del negocio?)³:

- Por qué en todos los juegos debe haber ganadores?
- Y sólo competencia?
- Cuál es el valor de los juegos cooperativos?
- Son éticamente válidos (o discriminadores?) aquellos juegos que generan la eliminación de los jugadores menos hábiles?
- Es lo anterior el “darwinismo lúdico”?

² WEBER, Max. *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. Madrid: Península, 1905.

³ WACHSMAN, Pablo. *Tiempo libre y recreación: un desafío pedagógico*. Buenos Aires: Pw, 1993. Hay edición brasileña (2000) por Papirus.

- Acaso el juego no es un acto político?⁴
- No es, éticamente, más generoso y humano jugar “con” otros que “contra” otros?
- Por qué el eficientismo ludicotecnológico no evitó –ni lo podrá hacer– el aburrimiento?

Encuentro en las palabras de Nelson Carvalho Marcellino⁵, colega de fuste si lo hay, palabras geniales que explicitan mejor que el autor de este pobre texto el sentido de la humanización de lo humano en el ocio y la recreación:

“Rehacer las energías mediante la convivencia humana, mediante la recuperación de lo humano en las relaciones entre las personas, inmensamente oprimidas por un sistema social inmediatista y fascinado por la diosa eficiencia y el dios lucro – es un proyecto que sólo podría ser pensado y discutido por un especialista en lazer”.

En síntesis: encontramos lecturas diferentes de la misma realidad. El humanismo que pone el eje en el hombre y su práctica liberataria por un lado; por el otro, el economicismo invasor, sediento de lucro, competencia y prestigio.

Obviamente, rechazo la terminología “*gestión estratégica*” en nuestro campo. Atención: no rechazo ni la gestión ni las estrategias; rechazo una concepción con la que el capitalismo neoliberal intenta invadirnos para transformar la práctica de la libertad en la compra de mercancías alienantes.

Lo que sigue es la “Carta de Montevideo”, generada en 2005 con la participación de colegas brasileros, uruguayos y argentinos, que expresa una visión crítica y comprometida de las temáticas que nos incumben y ratifica lo explicitado más arriba o, al menos, va en la misma dirección.

12.1 Carta de Montevideo

“Presentación”

1. Esta carta es el producto de la discusión y el intercambio que se dio en el 1er. Congreso Internacional sobre Juego, Recreación y Tiempo Libre realizado del 13 al 17 de mayo del año 2005 organizado por el Foro Permanente de Tiempo Libre y Recreación.

Introducción

2. En las últimas décadas el juego, la Recreación y el Tiempo Libre (Lazer, Animación), han cobrado nuevo impulso tanto para la sociedad civil como para los estados. Eventos de todo tipo, programas y planes públicos como privados se realizan con un mismo propósito: tomando a estos aspectos de la realidad social como ejes importantes para el desarrollo de la vida humana y la plena ciudadanía.

El Juego, la Recreación y el Tiempo Libre como fenómenos sociales, vienen siendo tomados en cuenta por diversos campos del conocimiento y la intervención desde mediados del siglo veinte.

Atendiendo a esta coyuntura regional, del Foro Permanente de Tiempo Libre y Recreación hace diez años se crea la necesidad de intercambiar, conocer, discutir y proponer sobre las distintas corrientes de la región.

Hoy el Congreso es parte del proceso de búsqueda y producción teoricopráctica que el Foro se ha planteado desde el principio. En tanto esto, el presente documento intenta ser un elemento disparador de la discusión, el intercambio y la propuesta y el consiguiente crecimiento de nuestro movimiento.

Desarrollo

3. Nuestra región tiene una historia rica y particular en el campo de los juegos y otras formas de cultura popular que debemos resignificar, para no ser presa del consumo imperante proveniente de los países productores de formas culturales para la dominación. Debemos constituirnos

⁴REBOREDO, Aida. *Jugar es un acto político: el juguete industrial, recurso de dominación*. México, Nueva Imagen, 1983.

⁵CARVALHO MARCELLINO, Nelson. *Lazer e humanização*. Campinas, Papirus, 1995.

en "intelectuales orgánicos" y hacer frente a la oleada de placer com-pensatorio propugnando el protagonismo en la tarea de recreación.

Los países de América Latina están hoy en la búsqueda concreta y específica de su propio paradigma de Tiempo Libre y Recreación. No nos sirven los modelos que históricamente desarrollaron otros estados. Nuestras realidades comunes que marcan el desmembramiento, la pérdida de expectativas como de valores, la desocupación y la mortali-dad infantil, la pobreza estructural y el analfabetismo, nos marcan un rumbo: no debe ser el juego un mecanismo control y desaburrimiento; no debe ser el Tiempo Libre ese espacio vacío que debe ser controlado; no podemos hacer de la recreación un conjunto de acciones pasatistas.

Entender el juego como dimensión educativa es otorgarle un valor singular ya que nadie aprende lo que no desea. Pero también, validar que el juego debe identificar, dignificar y sostener valores priori-tarios para la construcción de una subjetividad democrática y solidaria. Por eso, no puede ser sólo un instrumento sino que, además, debiese constituirse en un objetivo a lograr para que el placer de su práctica no signifique solamente la diversión recuperatoria sino el placer existencial y profundo de "ser feliz", más que de "estar feliz".

Desde esta región, podemos señalar que se han producido un cuerpo de ideas que requieren ser profundizadas y ampliadas, pero que parten de una realidad específica y particular, de un análisis crudo de una realidad cruda. Que la concepción de recreación de los países dominantes no puede ni debe ser implementada por una visión abso-lutamente compensatoria de la vida laboral y porque su concepción de hombre supone un modelo esquizofrénico: ser uno en el tiempo de trabajo y su opuesto fuera de él. Que negar el acercamiento al pen-samiento crítico es una forma perversa de control de los pueblos por parte de los poderosos de turno. Que el juego y la recreación pueden constituirse en energicos modelos de educación no formal tendientes a la construcción de valores que, partiendo de la voluntad de los partici-pantes, modifiquen la realidad que los rodea constituyéndose en prota-gonistas de su construcción como seres históricos.

Pensar el juego como mero divertimento es una ofensa a la inteligencia. De no entender que las sociedades construyen desde y a

través del juego como modelos de aprendizaje social, es seguir enten-diendo que la educación debe mantenerse aburrida y desconectada de lo cotidiano. Y claro, entonces la recreación no puede ser otra cosa que el opuesto a la escolaridad. Sin embargo, nuevas alternativas existen y han sido probadas. El juego como compromiso colectivo y solidario; la recreación como estructura de aprendizaje social y autogestivo; el tiempo libre como proceso de apropiación del tiempo disponible para transformarlo en tiempo de humanización de la realidad.-"

Montevideo, 17 de mayo de 2005.

CAPÍTULO 13

ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER

Luiz Wilson Pina⁶

Lucas Goulart⁷

Sandra de Campos Seixas⁸

13.1 Introdução – interpretações do espaço de lazer

As dimensões existenciais nas quais se desenvolvem as experiências de lazer conduzem para uma de suas noções mais banalizadas: o lazer individual e coletivo, como as demais atividades humanas, se processa concretamente no tempo e no espaço. Essa ideia também é redutora, ao não considerar as dimensões analisadas pela Psicologia e pela Psicossociologia como, por exemplo, a percepção que se diferencia entre indivíduos e culturas sociais.

A dimensão tempo é objeto de vasto estudo, desde que o lazer passou a ser um assunto analisado por pesquisadores acadêmicos. Suas características sociais e culturais mudaram muito nos dois últimos séculos, ao se observar o fenômeno com uma perspectiva mais alongada. Atualmente, os estudos feitos nos 35 países componentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, sigla em inglês OECD), informados em quadros estatísticos, indicam que 20% do tempo anual, na média do conjunto de seus membros, é utilizado no trabalho, sobrando 80% para outras ocupações e funções

⁶ Graduado em Ciências Econômicas, com especialização e mestrado em Lazer e Recreação pela UNICAMP e mestrado em Educação Ambiental pela UNIP-SP. Consultor em Lazer.

⁷ Mestrando em Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade – USP.

⁸ Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, com especialização em Gestão Ambiental pelo Senac-SP.

existenciais. Em paralelo, os estudos do uso do tempo, análises sofisticadas com uma sólida base matemática e estatística, são realizados em muitos países desde meados da década de 70 do século passado, e embasam políticas sociais, inclusive no lazer e na recreação.

Quanto ao espaço do lazer, ainda pode ser considerado como um campo do conhecimento em construção. Poucos estudiosos se dedicam ao assunto, mesmo nos países onde o lazer faz parte do acervo acadêmico desde a segunda ou terceira década do século passado, como Grã-Bretanha e Estados Unidos, seguidos pela Canadá e pela França nos anos cinquenta¹. Uma das poucas referências a respeito do tema é do professor da universidade canadense Université du Québec à Trois-Rivières, Robert Soubrier, que publicou em 2000 a obra *Planification aménagement et loisir*, com foco no planejamento dos espaços de lazer.

Referências referentes aos estudos sobre o espaço, com base na Sociologia, na Antropologia, na Economia, na Geografia, na História, na Arquitetura, no Urbanismo, na Ecologia e na Psicologia, no entanto, são numerosas, tanto no exterior quanto no Brasil. Pode-se citar, entre outros, os estudos do NAU, Núcleo de Antropologia Urbana, na USP, *Campus Butantã*, coordenado pelo Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani, com várias pesquisas de sólido conteúdo teórico e resultados consistentes obtidos.

Como explica Fuão (2004, p. 01), o espaço está sob as mesmas influências do processo humano e civilizatório da ocupação do território do planeta:

O espaço não é, como creí a maioria dos arquitetos, uma realidade rígida e válida para todos. Ele em si é tão plástico e imaterial como o próprio tempo, variando com os indivíduos, com os povos, com as épocas, e, principalmente, com os pontos de vistas. Não existe um espaço objetivo e autônomo do ser humano. Existem diferentes maneiras de perceber e compreender esse espaço "bruto", lá fora, sem significação, a espera de minha chegada. Por exemplo, desse mesmo espaço podemos produzir as mais diversas representações, como a do pintor, do arquiteto, do fotógrafo, do engenheiro, do médico etc. Mas

¹ Cf. PRONOVOST, Gilles. *Introdução à sociologia do lazer*. São Paulo: Senac, 2011.

certamente, a somatória deles nunca retratará a experiência de cada um, apenas ampliará seus sentidos, mostrando a existência de diversos pontos de vista.

A referência acima direciona para outras compreensões do espaço de nossas vivências: ele seria rico de significados e de representações, que merecem estudos, análises e ponderações, considerando a qualidade das experiências que neles podemos desenvolver. Dentre essas experiências, por que não estudar as relações funcionais, qualitativas, de uso, apropriação e percepção dos indivíduos e das coletividades com os seus respectivos espaços de lazer?

13.2 A cidade e os espaços de lazer

Pela primeira vez na história da humanidade, a população da Terra será predominante urbana. Neste século mais da metade dos habitantes do planeta já reside nas cidades, e essa proporção aumenta ano a ano, principalmente com os deslocamentos demográficos nas duas nações mais populosas do mundo, Índia e China, que estão trocando o mundo rural pelos núcleos urbanos. No Brasil, em 2010 a taxa de urbanização era de 84,36%, segundo o IBGE, tendendo a alcançar 90% por volta de 2020.

A cidade é uma criação resultante dos desígnios e das ações humanas, segundo seus interesses, motivações, necessidades e condições. Como sintetiza Laborit (1990, p. 21), "A cidade constitui uma criação humana. Seria, de resto, mais exato pensar que a cidade representa o produto de um grupo social". E corresponde ao que esse imenso grupo social, a humanidade do século 21, após milênios de processo civilizatório complexo e pleno de alterações, gerou como resultado espacial de sua ocupação: uma complexa associação de fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais, exigindo múltiplas funções das áreas urbanas. É um dos temas mais estudados pela sociedade atual, e sobre a cidade escreveram poetas, historiadores, filósofos, sociólogos, dramaturgos, geógrafos, urbanistas, psicólogos, romancistas, economistas, políticos e jornalistas. Todos têm suas

idades preferidas e expõem suas ideias sobre tais cidades, imaginando como elas poderiam ser ou propondo como poderiam mudar.

Um desses inúmeros autores, o arquiteto franco-suíço Charles-Edouard Jeanneret Gris, mais conhecido como Le Corbusier, no texto da Carta de Atenas, referente ao IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, evento ocorrido em Atenas, em 1933, descreveu as quatro funções da cidade: habitação, circulação, trabalho e lazer. Tal documento exerceu forte influência no pensar e planejar as cidades nas décadas posteriores, e também foi criticado por outros estudiosos do assunto. Todavia, serve como referência para a questão do lazer, ao enfatizar sua importância no uso dos espaços urbanos.

Para outra urbanista, Françoise Choay (1979), existem fundamentalmente três modelos de pensar a cidade: o racionalista, orientado pela abordagem progressista – as cidades planificadas segundo funções urbanas bem estabelecidas, cujo exemplo clássico pode ser apontado na concepção de Brasília, possível transcrição geométrica da Carta de Atenas, de Le Corbusier; o modelo tradicionalista, com uma orientação afetiva ligada aos valores antigos da vida urbana; e o modelo antiurbano, que renega a cidade gerada pelos processos capitalistas de produção, e prega a sua integração ao campo.

Nesse terreno tão vasto de estudos, elaborar uma síntese cria o risco de simplificar demasiadamente a questão. Mesmo sob tal limitação, pode-se pelo menos indicar que, no desenvolvimento mais recente dos núcleos urbanos, três lógicas determinantes foram exercidas, quando se procurou orientar sua evolução, crescimento ou expansão, ou a implantação de iniciativas que pudessem melhorar suas qualidades de moradia, de circulação, de trabalho e de lazer:

- A lógica do planejamento: planejar a cidade, planejar sua estrutura, planejar suas construções. Os planos diretores, as leis de zoneamento e os códigos de obras e edificações.
- A lógica da evolução orgânica: a cidade como um organismo vivo, que vai elaborando e recriando seus espaços, conforme suas transformações. Como um organismo, tudo vai se ajustando ao longo do tempo (a cidade medeval).

- A lógica integradora: associação entre o planejamento e os desígnios humanos. Teorias e práticas do Urbanismo orientando a organização e o desenho urbano, respeitando-se simultaneamente os processos autônomos de criação e de modificação de seus espaços, sempre para o maior benefício dos seus habitantes.

Nos modelos e nos princípios lógicos norteadores e orientadores da evolução urbana, observa-se geralmente pouca ênfase ou pouca atenção para os espaços de lazer. Talvez porque muitos espaços urbanos, desenhados e implantados com outras finalidades, podem ser utilizados para o lazer. Ou porque muitos outros espaços urbanos, como praças e parques, já têm intrinsecamente finalidades de lazer e recreação. Também não se pensa em cidade sem imaginar que devam dispor de teatros, cinemas, bibliotecas, parques de diversão e áreas para práticas esportivas.

Um campo de estudo pouco explorado até o presente diz respeito aos modos de apropriação dos espaços de lazer pela população e, complementarmente, pela apropriação das demais áreas não específicas para o lazer, mas com possibilidades de servir como cenário para tais experiências. A apropriação pela sociedade dos espaços urbanos tem sido estudada com enfoques antropológicos, relativos aos modos de percepção culturais, referentes aos modos como indivíduos e grupos se relacionam com os ambientes e como intervêm sobre eles, e psicológicos, condizentes com as formas de comunicação estabelecidas nos espaços da vivência social. Resta estender tais análises para os espaços utilizados para o lazer pelos habitantes das cidades, inclusive para subsidiar e orientar posteriormente políticas de transformação urbana e políticas sociais de usufruto do tempo livre pela população.

Quanto aos espaços fora das cidades, no meio rural e nas grandes áreas ainda não ocupadas por cidades, vilas e vilarejos, observe-se que as experiências de lazer ou semelhantes são realizadas preponderantemente pelos habitantes das cidades. Os parques nacionais e estaduais, e outras áreas de conservação ambiental, são visitados pelos moradores do meio urbano, sendo que esses mesmos moradores criaram as experiências de turismo ambiental (ou turismo ecológico) no país. Os atrativos da cidade de Brotas, no Estado de São Paulo, um dos polos do ecoturismo no Brasil, começaram a ser explorados por iniciativa e incentivo de visitantes vindos

principalmente da capital, que demonstraram para os residentes locais suas potencialidades. É o habitante das cidades que procura por alternativas fora delas, buscando melhorar sua qualidade de vida e criar alternativas de lazer com novos interesses e atrativos.

1.3.3 Sugestões para ocupação e apropriação dos espaços urbanos para o lazer

Antes de estudos mais aprofundados, algumas sugestões podem ser consideradas, para um melhor uso dos espaços urbanos para o lazer, sejam específicos, isto é, desenhados e construídos com essa finalidade, sejam não específicos, como aqueles implantados com outras funções, mas que podem ser utilizados para essas experiências.

Em primeiro lugar, há necessidade de uma gestão mais cuidada dos poderes públicos, principalmente dos parques e praças públicas. Por que esses espaços não podem contar com um quadro fixo de animadores, realizando um trabalho orientador e pedagógico (de educação para o lazer), facilitando sua apropriação pela população? Não se trata de atividades programadas, mas sim de uma ação facilitadora e estimuladora do uso dessas áreas urbanas.

Segundo, devem-se utilizar as capacidades ociosas existentes. As cidades, em geral, dispõem de muitos espaços, mas muitas vezes são pouco utilizados. Políticas de ação que dinamizem as experiências de lazer no tecido urbano podem aproveitar em muito a capacidade ociosa que se pode observar em muitos casos, quando analisamos as experiências de lazer nas cidades.

Terceiro, é preciso elaborar e implantar políticas de animação: melhorar as condições de uso pela população, completando os espaços com alguns recursos que estimulem as experiências de lazer; demonstrar, com ações apropriadas, o que é possível fazer em cada espaço; desenvolver e incentivar a autonomia dos moradores e residentes, nas diferentes formas e possibilidades de utilização dos espaços urbanos para o lazer.

Aprofundando a questão, as cidades poderiam adotar políticas de lazer para a população, elaborando planos e programas associados às

demais políticas sociais. Nesse caso, deveria ser neles incluída uma política de espaços de lazer, a ser iniciada pela exploração das melhores formas de uso dos espaços existentes no contexto urbano, antes de se pensar em novas construções e novos projetos. Isso se constituiria em excelente embasamento para pensar, prever, planejar e construir novos equipamentos no futuro, somente quando considerados estritamente necessários para melhorar a estrutura física de espaços e instalações de lazer para a cidade.

Um exemplo estimulante nesse sentido vem do Canadá, onde as administrações municipais, mesmo nas cidades menores, propõem políticas de lazer e recreação para suas respectivas populações, com metodologia participativa de decisão, planejamento e gestão, elaborando planos diretores e empregando sistemas e procedimentos profissionais com embasamento teórico e aprimoramentos técnicos constantes.

Acrescente-se que os espaços para as experiências de lazer podem ser agrupados com os seguintes critérios:

- Espaços de lazer para atividades bem definidas, com regras de participação, como as instalações para as práticas esportivas, ou exigindo produções específicas, como os teatros e as salas de espetáculos.
- Espaços de lazer para atividades pouco definidas, com poucas regras ou com regras fluidas ou pouco estruturadas, como as áreas para recreação e as piscinas recreativas.
- Espaços de lazer para atividades livres, sem regras pré-definidas, como as praças e os parques, as grandes áreas livres, como os gramados e praias, a rua de lazer, os pátios das escolas.

Os três tipos de espaços de lazer são incorporados ao conceito a seguir, o de *equipamentos de lazer*.

1.3.4 Os equipamentos de lazer

O conceito de *equipamento de lazer* foi enunciado primeiramente por dois urbanistas franceses, Coronio e Muret², em sua obra *Loisirs: guide pratique des équipements* (1976, p. 17-18):

² As citações de CORONIO & MURET (1976) são traduções livres dos autores deste artigo.

[...] é necessário precisar claramente aquilo que se entende quando se aborda a noção de **equipamento** (grifo nosso). Trata-se primeiramente de um elemento material, os equipamentos se traduzindo fisicamente por um certo número de locais e de instalações construídas (um cinema, um ginásio) ou de espaços arranjados (um estádio, um parque urbano) ou até mais ou menos deixados em estado natural (uma floresta com área de passeio). Mas não se trata apenas disso. Encontra-se, com efeito, com frequência, e intimamente associado a esse aspecto material, um elemento humano muito importante, se bem que numa primeira abordagem sua presença não se impõe com a mesma força que o quadro físico que o abriga e seja desse fato mais difícil a descobrir e a perceber. Esse elemento, representado por uma instituição, um serviço, uma equipe, um órgão ou mesmo uma associação informal, será em numerosos casos a alma do equipamento.

Se esse é um campo do conhecimento pouco estudado no Brasil, por enquanto, em outros países o assunto vem sendo tratados há algumas décadas, como no Canadá, conforme os exemplos anteriormente relacionados (a ação municipal: os *master plans*, ou planos diretores; a produção acadêmica do professor Soubrier), nos Estados Unidos, na Austrália etc. Um dos poucos profissionais que se dedicam ao tema no país, o engenheiro e professor de Educação Física Fernando Telles Ribeiro (2011), em sua obra *Novos espaços para esporte e lazer*, relata e comenta os processos de planejamento desenvolvidos e utilizados com rigor técnico na Austrália, na França, no Canadá, nos Estados Unidos e na Inglaterra, oferecendo dessa forma um acervo consistente de informações para se aprofundar no assunto. Luiz Wilson Pina (2014) propõe um processo de planejamento de equipamentos de lazer em seu livro com o mesmo título, buscando incentivar os debates a respeito no Brasil.

Para um país como o Brasil, com uma federação de 26 estados, um Distrito Federal e 5.570 municípios, ainda é muito pouco. Faltam principalmente exemplos demonstrativos e de referência de procedimentos de planificação, planos diretores de equipamentos, relatos históricos de projetos bem-sucedidos, experiências que possam servir de *benchmarking* na área, publicações periódicas sobre aspectos técnicos, arquitetônicos, urbanísticos e operacionais.

Os equipamentos de lazer incorporam alguns princípios orientadores – importantes para sua qualidade construtiva e, sobretudo, operacional – que resultam das observações realizadas em seu planejamento e funcionamento, em muitos casos no Brasil e no exterior, como:

- Os equipamentos de lazer devem ser atrativos e estimulantes para quem os vê de fora; devem criar a atitude e a vontade de permanência para quem está dentro.
- É importante que tenham transparência visual e construtiva: quem está dentro vê o entorno urbano do local onde estão situados; quem está fora pode enxergar o que ocorre em seu interior. É exatamente o contrário das “caixas fechadas” dos modelos de *shopping centers* de nossa era.
- As atividades neles propostas e oferecidas devem estar diretamente relacionadas à cultura local: país, região, estado, cidade, bairro. A diversidade cultural é critério fundamental.
- Incorporar conceitos e metodologias de sustentabilidade ambiental, bem como as normas técnicas orientadoras, por exemplo, as da Série ISO 14.000.
- Cuidados especiais na constituição do quadro de pessoal (recursos humanos). Devem ser multi ou pluridisciplinares e evidenciar as diversidades da população local.
- Seguir normas e conceitos de acessibilidade universal. No caso do Brasil, as normas da ABNT e as legislações nacional, estaduais e municipais.
- Estudar criteriosamente as dimensões espaciais. Os espaços devem ser amplos e com pé-direito elevado.
- Incorporar critérios de uso de iluminação e ventilação naturais.
- Os espaços e as instalações devem ser confortáveis e agradáveis, física, estética, sonora, visual e ambientalmente.
- Diversificar ao máximo a programação das atividades oferecidas quanto às modalidades, aos públicos, às preferências da população. Devem oferecer experiências de lazer para todos, sem privilegiar algum público específico.

Essas sugestões são apenas uma etapa inicial para colaborar com as análises sobre os equipamentos de lazer, espaços que disputam com outras

finalidades sociais na exigência de melhor qualidade de vida para todos. Assim como é necessário aprimorar a qualidade de todos os serviços sociais fornecidos para a população, seja pelos poderes públicos, seja por organizações do terceiro setor e empresas privadas, também os espaços para as experiências de lazer merecem um trabalho aprofundado, direcionado para o seu aperfeiçoamento, incluindo um processo de planejamento prévio que leve em conta as transformações do meio urbano e as motivações, solicitações e interesses da população, que deve ser cada vez mais envolvida em processos participativos de orientação democrática e aberta.

13.5 Referências

- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras; Lisboa: CPHITS, 2003.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia**. Tradução de Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CORONIO, Guy; MURET, Jean-Pierre. **Loisirs: guide pratique des équipements**. Paris: Centre de Recherche d'Urbanisme, 1976.
- FUÃO, Fernando Freitas. **O sentido do espaço: em que sentido, em que sentido? Vitruvius**, São Paulo, ano 4, mai. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04_04/81582>. Acesso em: 10 set. 2015.
- LABORIT, Henri. **O homem e a cidade**. Sintra: Publicações Europa-América, 1990.
- LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec/Universidade de São Paulo, 1989.
- PINA, Luiz Wilson. **Planejamento de Equipamentos de Lazer**. São Paulo: Perse, 2014.
- Ribeiro, Fernando Telles. **Novos espaços para esporte e lazer**. Planejamento e gestão de instalações para esportes, educação física, atividades físicas e lazer. São Paulo: Icone, 2011.
- PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Senac, 2011.
- SOURBIER, Robert. **Planification aménagement et loisir**. Québec: Presses de l'Université, 2000.

ASPECTOS LEGAIS E DE SEGURANÇA EM ESPAÇOS DE LAZER NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DO PARADIGMA DO DESENHO UNIVERSAL

Junior Vagner Pereira da Silva³

Nas últimas décadas, mesmo com a crescente ocupação do tempo disponível em atividades na natureza, a cidade ainda figura como principal espaço de lazer. Isso tem corroborado para que, no âmbito acadêmico/científico, diversos estudos venham sendo desenvolvidos com o fim de analisar os fatores que atuam como barreiras:

Dentre as barreiras, nos últimos anos, temos destinado atenção àquelas oriundas do ambiente físico, em especial à ausência de acessibilidade, condição que dificulta e impede a ocupação de espaços de lazer por parte considerável da população, sobretudo por aqueles/aquelas que não se enquadram no estereótipo de “homem-padrão”, além de às vezes oferecer riscos em decorrência da falta de segurança. É pautando nesse olhar sobre a cidade que desenvolveremos nossas reflexões.

14.1 Acessibilidade e paradigma do desenho universal

Com o intuito de promover uma sociedade inclusiva, as questões referentes à acessibilidade ganharam popularidade no Brasil na década de 80 (PRADO, LOPES; ORNSTEIN, 2010), estando inicialmente pautada no *desenho acessível*, paradigma defensor da criação de condições adequadas para que pessoas com deficiência usufruam dos diferentes equipamentos urbanos. Diferentemente da perspectiva fundamentada no *desenho acessível*, o *desenho universal*, desenvolvido mundialmente a

³ Doutor em Educação Física pela UCB e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Esportes, Lazer e Saúde/GEPPELS.

partir da década de 70, se apresenta como alternativa inclusiva para além do primeiro, buscando a inclusão não apenas de pessoas com deficiência, mas do ser humano em sua pluralidade, englobando suas diferentes características – etárias (crianças-adultos-idosos), físicas (altos-baixos, eutróficos-obesos, fracos-fortes), em diferentes circunstâncias de mobilidade e percepção (pessoas com deficiência-pessoas sem deficiência), em diferentes posições (sentados e em pé) e situações anatómofuncionais (estática, dinâmica e funcional).

Conforme argumenta Santos Filho (2010, p. 39), “[...] os projetos feitos segundo esses critérios trazem benefícios para todos os usuários, como por exemplo, o uso de rampas feitas para pessoas em cadeiras de rodas acabam ajudando pais com carrinhos de bebê, carrinhos de compra e outros casos [...]”. Tratar a acessibilidade a partir do *desenho universal* (acessibilidade universal) significa criar meios adequados não apenas para que as pessoas tenham plenas condições de adentrar as edificações/equipamentos, mas também que, ao fazerem-no, sejam adequadamente atendidas.

Consiste em criar não somente acesso físico, mas também informativo, comunicativo, metodológico e instrumental, livre de barreiras, a fim de que um número maior de pessoas possa obter acesso, percepção e entendimento com segurança, autonomia e conforto a produtos, ambientes, programas e serviços. Logo, exige criar mecanismos não apenas para a inclusão em edificações/equipamentos, mas também aos meios de transportes e comunicações; não somente a edificações/equipamentos de trabalho, mas também a edificações/equipamentos de lazer; não exclusivamente a edificações/equipamentos relacionados a um tipo específico de lazer, mas sim aos diversos interesses.

Para atingir tais objetivos, o *desenho universal* se encontra estruturado em três elementos – segurança, autonomia e conforto –, contemplados por sete princípios: a) **uso equitativo** (equiparação das possibilidades de uso a fim de atender a grupos diversos); b) **uso flexível** (promoção do uso por indivíduos com preferências e habilidades diferentes); c) **uso simples e intuitivo** (facilitar o uso de modo que ele ocorra independentemente do nível de formação, idioma ou capacidade de concentração do indivíduo; que

seja de fácil compreensão); d) **informação de fácil percepção** (garantia das formas de comunicação – visuais, verbais e táteis – de modo eficaz, visando a promover o uso independente de qualidades ambientais ou habilidades sensoriais – cegos, surdos, analfabetos, entre outros); e) **tolerância ao erro** (minimização dos riscos e consequências de possíveis acidentes, criação de condições para o uso seguro); f) **baixo esforço físico** (uso de forma eficiente e confortável, com mínimo de esforço e fadiga muscular) e g) **dimensão e espaço para aproximação e uso** (dimensionamento de espaços para acesso e uso de todos os usuários (CAMBIAGHI, 2007; NBR9050/2015).

Delineada a partir do paradigma do *desenho universal*, a acessibilidade é compreendida como:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p. 2).

Nota-se que, diferentemente do que com frequência permeia a interpretação dos gestores públicos, a acessibilidade não se restringe a adequações físicas/arquitetônicas de espaços, mobiliários, equipamentos e edificações, mas também se estende aos meios de transporte, informação e comunicação e ao contexto rural, sendo os critérios e parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

1.4.2 Aspectos normativos e legais de segurança: a acessibilidade em debate

As discussões empreendidas no Brasil a respeito do *desenho acessível* na década de 80 foram fundamentais para o desenvolvimento de normas que estabeleceram critérios e parâmetros técnicos a serem observados e seguidos em projetos, construções, edificações, instalações e adaptações urbanas e rurais, colhendo os primeiros

resultados em 1985, com a publicação da Norma Técnica Brasileira – NBR (NBR9050/1985¹), direcionada à adequação das edificações e mobiliários urbanos às pessoas com deficiência.

A partir de 1994² (período de 1991-1994), alterações foram empreendidas junto à NBR9050/1994, inclusive em seu título: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Contudo, a mudança mais significativa foi em relação ao paradigma de fundamentação, uma vez que o modelo do *desenho acessível* foi substituído pelo modelo do *desenho universal*.

Conforme consta na ABNT (2015, p. 1):

No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar as necessidades individuais.

Visando também a promover a inclusão, diversas normas técnicas foram elaboradas, assim como, no decorrer dos anos, revisões, erratas e emendas foram procedidas, estabelecendo os critérios e parâmetros. Contudo, nem todas as normas, conforme consta no quadro 1, se encontram pautadas no paradigma do *desenho universal* (DU):

NBR	Título original	Revisões	Erratas	Emendas	Pautada no D.U.
9050/1985	Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa com deficiência	1994 2004 2015			Sim
12255/1990	Execução e utilização de passeios públicos – Procedimento				Não

¹ A NBR9050 é a principal norma técnica destinada à acessibilidade.

² Em 2004 e 2015, novas alterações foram realizadas na NBR9050.

NBR	Título original	Revisões	Erratas	Emendas	Pautada no D.U.
14020/1997	Acessibilidade à pessoa com deficiência. Trem de longo percurso				Não
14021/1997	Transporte. Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano		2005		Não
14022/1997	Acessibilidade a pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus para atendimento urbano e intermunicipal	2005		2009 2011	Sim
14273/1999	Acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ao transporte aéreo comercial				Não
13994/2000	Elevadores de passageiros – elevadores para transportes de pessoas portadoras de deficiência				Não
14970/2003	Acessibilidade em veículos automotores				Não
15250/2005	Acessibilidade em caixa de atendimento bancário				Sim
15290/2005	Acessibilidade em comunicação na televisão				Sim
15320/2005	Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário				Não
15450/2006	Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário				Sim

NBR	Título original	Revisões	Erratas	Emendas	Pautada no D.U.
15570/ 2008	Transporte – Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros			2009 2011	Não
15599/ 2008	Acessibilidade – Comunicação na Prestação de Serviços				Sim
15646/ 2008	Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros - Requisitos de desempenho, projeto, instalação e manutenção			2011	Não
15208/ 2011	Aeroportos – Veículo autopropelido para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida – Requisitos				Não
15610/ 2011- 2012	Televisão digital terrestre – Acessibilidade				Sim

QUADRO 1 – NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS DE ACESSIBILIDADE

Em sua maioria, os critérios e parâmetros universais utilizados pela ABNT são elaborados a partir da abordagem ergonômica e se pautam em medidas antropométricas: estática (parado, sem realizar esforço), dinâmica (movimentos isolados do plano corporal – horizontal, frontal e sagital) e funcional (conjunto de movimentos usados para uma tarefa específica), com dimensões referenciais estabelecidas até 2004, por medidas extremas (*percentis* 5% e 95%) de populações internacionais e nacionais. Esse quadro foi modificado em 2015 com o uso de dados apenas da população brasileira. Além dos parâmetros antropométricos, parâmetros visuais (cone visual e ângulos visuais) e

parâmetros auditivos (frequência, intensidade e duração) também se configuram em bases norteadoras.

Mesmo essenciais para a promoção da inclusão, uma vez que estabelecem critérios e parâmetros para que o objetivo seja atingido, cabe ressaltar que, a priori, as NBRs consistem apenas em especificações técnicas. Assim, muitas figuram como recomendações (um *vir a ser*), não dispondo de obrigatoriedade devido à ausência de leis, o que limita a efetividade prática dessas normas.

Para que se tornem de cumprimento obrigatório, conforme dispõe o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (criação de leis normatizadoras de construções de logradouros e edifícios de uso público e fabricação de transportes coletivos acessíveis às pessoas com deficiência), se faz necessária a criação de leis, como ocorreu com a maioria dos itens que compõem a NBR9050, normatizada pela lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e regulamentada pelo decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que tratam de normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade, ambas complementadas em questões específicas pelas leis federais n. 10.048, de 2000; 10.257, de 10 de julho de 2004; 10.690, de 16 de julho de 2003; 10.741, de 1 de outubro de 2003; 11.982, de 2009; 13.146, de 2015; 7.102, de 20 de junho de 1983; 7.405, de 12 de novembro de 1985; 7.405, de 1988; 8.160, de 8 de janeiro de 1991; 9.472, de 16 de julho de 1997; 9.503, de 23 de setembro de 1997; 9.784, de 29 de janeiro de 1999; 947, de 16 de junho de 1997; 13.146, de 2015; lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e decretos n. 2.592, de 15 de maio de 1998; 3.298, 20 de dezembro de 1999; n. 3.507, de 13 de junho de 2000; n. 4.769, de 27 de junho de 2003; 5.296, de 2 de dezembro de 2004; 5.645, de 2005 e n. 564, de 2005.

Considerando que diversos espaços de fomento ao lazer se encontram inseridos na NBR9050, a fim de atender à especificidade do Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL e manter a fidelidade ao minicurso que nos foi confiado, discutiremos a seguir as especificações voltadas à segurança aplicadas aos espaços públicos/equipamentos promotores dos conteúdos culturais do lazer de interesse físico/esportivo, artístico, intelectual, social, manual (DUMAZEDIER, 1980) e turístico (CAMARGO, 1986), pois em outros estudos já desenvolvemos discussão mais aprofundada sobre o assunto (SILVA, 2014).

14.3 Conteúdos culturais e segurança no lazer

Não restam dúvidas sobre as contribuições acadêmicas de Joffre Dumazedier referentes aos estudos do lazer no Brasil, sobretudo a respeito da taxinomia criada sobre os diferentes conteúdos culturais possíveis de motivar a população a ocupar o tempo disponível. Antes de discutir sobre os itens que tratam especificamente da segurança em espaços de lazer, cabe informar que existem alguns que são aplicados a todos os equipamentos urbanos, independente do tipo ou função, como ocorre com a exigência de ao menos uma via acessível.

A existência de, pelo menos, uma via acessível consiste na eliminação de quaisquer barreiras físicas, informativas e de sinalização, de forma a prevenir riscos de acidentes, como quedas (decorrentes de piso escorregadio, inclinação demasiada de rampa, obstáculos em forma de degraus superiores a 10 cm, ausência de sinalizações visuais em degraus ou ausência de corrimãos), tropeções (potencializados pela existência de degraus superiores a 10 cm e falta de informação tátil) e lesões por choque com objetos suspensos (oriundas da existência de mobiliários urbanos e vegetações com limite inferior aos 2,10 m exigidos).

Ainda, há os que se aplicam a espaços relacionados aos diversos interesses culturais do lazer, como aqueles que exigem a cobrança de ingressos e bilhetes, conforme estabelece o item 9.2.3 da NBR9050/2015:

BILHETERIAS, BALCÕES DE INFORMAÇÃO E SIMILARES	
9.2.3.4	As bilheterias e balcões de informação acessíveis devem possuir superfície com extensão mínima de 0,90 m e altura entre 0,90 m a 1,05 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m. Deve ser garantida aproximação lateral à P.C.R. e circulação adjacente que permita giro de 180°.
9.2.3.5	Deve ser assegurada altura livre sob a superfície de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,30 m para permitir a aproximação frontal ou lateral.

QUADRO 2 – BILHETERIAS, BALCÕES DE INFORMAÇÃO E SIMILARES

FONTE: NBR9050/2015

Essas adequações são essenciais para que pessoas com baixa estatura não sejam obrigadas a se apoiar em bilheterias e balcões para ter acesso à aquisição de bilhetes, minimizando assim a chance de acidente. Por sua vez, a disponibilização de largura livre e profundidade adequada são essenciais para que as pessoas em cadeira de rodas se aproximem bem do local, evitando que possíveis flexões de tronco para alcançar a bilheteria sejam exigidas, minimizando os riscos de queda.

Em relação aos cuidados específicos com a segurança no lazer, eles se encontram especificados nos itens 10.11 (locais de esporte, lazer e turismo), 10.12 (piscinas) e 10.13 (parques, praças e locais turísticos), espaços que prioritariamente fomentam o lazer de interesse cultural físico/esportivo (experiências com exercícios físicos e esportes).

Locais de Esporte, Lazer e Turismo	
10.11.1	Todas as portas existentes na rota acessível, destinadas à circulação de praticantes de esportes que utilizem cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários.
10.11.2	Nas arquibancadas deve ser atendido ao descrito em 4.8 e em normas específicas.
10.11.3	Uma rota acessível deve interligar os espaços para P.C.R. ³ e os assentos para P.M.I. ⁴ e P.O. ⁵ às áreas de apresentação, incluindo quadras, vestiários e sanitários.
10.11.4	As áreas para prática de esportes devem ser acessíveis, exceto os campos gramados, arenosos ou similares.
PISCINAS	
10.12.1	O piso no entorno das piscinas não pode ter superfície escorregadia ou excessivamente abrasiva. As bordas, degraus de acesso à água, corrimãos e barras de apoio devem ter acabamento arredondado.
10.12.2	O acesso à água deve ser garantido através de uma das quatro seguintes formas: a) bancos de transferências [...]; b) degraus submersos [...].

³ Pessoas em Cadeira de Rodas – P.C.R.

⁴ Pessoas com Mobilidade Reduzida – P.M.R.

⁵ Pessoas Obesas – P.O.

Locais de Esporte, Lazer e Turismo	
	c) rampas submersas [...]];
	d) equipamentos de transferência para piscinas com profundidade máxima de 1,20 m, conforme [...].
10.12.2.1	Quando o acesso à água for feito por banco de transferência, este deve atender à Figura 148 e aos seguintes requisitos:
	a) ter altura entre 0,40 e 0,48 m;
	b) ter extensão de no mínimo 1,20 m e profundidade de 0,45 m;
	c) ter barras para facilitar a transferência para piscina. Quando forem instaladas duas barras, a distância entre elas deve ser de no mínimo 0,60 m.
10.12.2.3	A inclinação das rampas de acesso à água pode ser de no máximo 8,33 % e o piso deve atender às especificações desta Norma. A rampa deve ter corrimão nos dois lados, a 0,70 m do piso.
10.12.4	Recomenda-se a instalação de barras de apoio nas bordas internas das piscinas, na altura do nível da água, em locais que não interfiram com o acesso à água [...].
PARQUES, PRAÇAS E LOCAIS TURÍSTICOS	
10.13.4	Pelo menos 5%, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender ao descrito em 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

QUADRO 3: Interesses Físico-Esportivos do Lazer

FONTE: NBR9050/2015

A exigência de vãos livres de no mínimo 1,00 m, medida superior aos 20 cm estabelecidos para out-as portas, decorrendo fatoda as cadeiras apropriadas (cambada) serem compostas por três ou quatro rodas, com maior abertura lateral em relação às tradicionais, o que resulta na exigência da maior largura. A diferenciação no tipo de cadeira decorre da busca de maior estabilidade e diminuição da probabilidade de quedas e choques durante a prática esportiva, assim como a estrutura de apoio das mãos junto às rodas servem para proteger as mãos dos praticantes de possíveis choques. Além de proporcionar maior conforto no deslocamento, a exigência de vãos

livres com no mínimo um metro é relevante para que pessoas em cadeira de rodas não se choquem com as portas em seu deslocamento entre o espaço de jogo, via de circulação, banheiros, vestiários etc.

Essa mesma interpretação pode ser aplicada aos itens 10.11.3, pois uma rota acessível consiste na existência de vãos em largura adequada e barreiras físicas em seu trajeto removidas, de forma a evitar acidentes. Ainda se aplica a necessidade de que o piso não seja liso, pois pode potencializar quedas, sobretudo em espaços esportivos, frequentemente molhados por suor.

Quanto aos cuidados a serem adotados com a adequação das piscinas para que riscos de acidentes sejam minimizados, observa-se que eles se concentram na exigência de pisos que não sejam escorregadios, uma vez que isso dificulta tanto o deslocamento de pessoas em cadeira de rodas quanto o de pessoas com mobilidade reduzida, sendo maiores os riscos de quedas em pessoas que fazem uso de equipamentos auxiliares (muletas, andadores, bengalas) ou tenham condição motora comprometida, como idosos e obesos. Ademais, encontram-se relacionados à criação de condições para que essas pessoas adentrem o meio líquido, seja assistido por mecanismos tecnológicos de transferência ou por adaptação do espaço com a criação de rampas de acesso e instalações de corrimãos que possibilitem o deslocamento pelo espaço com segurança, uma vez que as quedas serão amenizadas pelo apoio junto às barras.

Por sua vez, em locais voltados ao lazer de interesse artístico (busca pelo estético, imaginário, pelas artes), a segurança se encontra especificada no item 10.3 (cinemas, teatros, auditórios e similares), 10.4 (plateia, palco e bastidores – circulação) e 10.6 (camarins):

Cinemas, Teatros, Auditórios e Similares	
<i>1.1.1 Gerais</i>	
a)	ter garantido no mínimo um assento companheiro ao lado de cada espaço reservado para pessoa com deficiência e dos assentos destinados às P.M.R. e P.O.
b)	estar instalados em local de piso plano horizontal.

Cinemas, Teatros, Auditórios e Similares	
10.3.2.5	Os assentos para P.M.R. e P.O. devem estar localizados junto aos corredores e de preferência nas fileiras contíguas às passagens transversais, sendo que os apoios para braços no lado junto aos corredores devem ser do tipo basculantes ou removíveis, conforme [...].
10.3.4.1	O espaço para P.C.R. deve possuir as dimensões mínimas de 0,80 m por 1,20 m e estar deslocado 0,30 m em relação ao encosto da cadeira ao lado, para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção. Deve ainda ser garantida uma faixa livre de no mínimo 0,30 m entre o M.R. e a fileira posterior ou entre o M.R. e a fileira frontal [...]. Quando o espaço para P.C.R. estiver localizado em fileira intermediária, a faixa livre de 0,30 m deve ser garantida em relação às fileiras frontal e posterior ao módulo [...].
10.3.4.4	O assento para P.O. deve atender ao descrito em 4.7 e à Figura 145 – profundidade (0,47m-0,51m), largura – 0,41-0,45 e suportar 250kg.
10.3.5	Deve ser previsto um espaço para cão-guia junto de um assento preferencial, com dimensões de 0,70 m de comprimento, 0,40 m de profundidade e 0,30 m de altura.
PLATEIA, PALCO E BASTIDORES – CIRCULAÇÃO	
10.4.1	Os corredores de circulação da plateia devem ser livres de obstáculos. Quando apresentarem rampa ou degrau, deve ser instalado pelo menos um corrimão, conforme 4.6.5, na altura de 0,70 m, instalado de um só lado ou no meio da circulação. Admite-se que os corredores de circulação que compõem as rotas acessíveis aos lugares da plateia possuam inclinação máxima de rampa de até 12 %.
10.4.2	Uma rota acessível deve interligar os espaços para P.C.R. ao palco e aos bastidores.
10.4.2.1	A rota acessível deve incluir sinalização luminosa próxima ao piso ou no piso das áreas de circulação da plateia e de bastidores.
10.4.3	Quando houver desnível entre o palco e a plateia, este pode ser vencido através de rampa com as seguintes características: a) largura de no mínimo 0,90m

Cinemas, Teatros, Auditórios e Similares	
	b) inclinação máxima de 1:16 (16,66%) para vencer uma altura máxima de 0,60m
	c) inclinação máxima de 1:10 (10%) para vencer alturas superiores a 0,60m
	d) ter guia de balizamento
CAMARINS	
10.6	Pelo menos um camarim para cada sexo deve ser acessível. Quando existir somente um camarim de uso unissex, este deve ser acessível e seu sanitário deve atender ao descrito na Seção 7. Havendo instalações para banho, deve ser prevista também uma superfície para troca de roupas na posição deitada, conforme a Figura 130.

QUADRO 4 – Interesses Artísticos do Lazer

FONTE: NBR909/2015

Em síntese, os diversos cuidados estabelecidos como necessários à promoção da segurança em espaços voltados a esse tipo de interesse cultural buscam evitar que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida se desloquem muito no interior dos recintos e que sua mobilidade seja livre de qualquer obstáculo, minimizando as possibilidades encontros/colisões e, conseqüentemente, as lesões.

No que concerne ao interesse intelectual (contato com o real, com a informação e busca do conhecimento), a segurança se encontra estabelecida no item 10.16 (bibliotecas e centros de leitura):

BIBLIOTECAS E CENTROS DE LEITURA	
10.16.1	Nas bibliotecas e centros de leitura, todo o mobiliário deve atender à Seção 9. [...].
10.16.2	Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis, conforme Seção 9. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

BIBLIOTECAS E CENTROS DE LEITURA	
10.16.3	A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura [...]. Nos corredores entre as estantes, a cada 1,5 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra, conforme 4.3.
10.16.4	A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme Seção 4.

QUADRO 5 – Interesses Intelectuais do Lazer

FONTE: NBR9050/2015

Observa-se que o item que trata especificamente da promoção da segurança é o 10.16.3, visto que determina parâmetros que corroboram o afastamento de obstáculos físicos nos corredores.

Sobre os interesses sociais (contatos face a face ou por meio de comunicações tecnológicas, a partir das quais as pessoas buscam manter e/ou ampliar o círculo de amizade), algumas questões relativas à segurança são encontradas nos itens 8.g (assentos públicos), 9.3 (mesas ou superfícies de refeições) e 10.8 (restaurantes, refeitórios, bares e similares):

Assentos Públicos	
8.9.2	Os assentos devem estar implantados sobre uma superfície nivelada com o piso apoiado.
8.9.3	Deve ser garantido um M.R. ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação.
Mesas ou Superfícies de Refeição	
9.3.2.2	As mesas ou superfícies de refeição acessíveis devem garantir um M.R. posicionado para a aproximação frontal. Deve ser garantida ainda circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R.
9.3.2.3	As mesas ou superfícies de refeição devem ter altura de tampo entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado.

Assentos Públicos	
9.3.2.4	Devem ser asseguradas sob o tampo a largura livre mínima de 0,80 m, altura livre mínima de 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m para possibilitar que as P.C.R. avancem sob a mesa ou superfície.
9.3.3.1	As bandejas, talheres, pratos, copos, temperos, alimentos e bebidas devem estar dispostos dentro da faixa de alcance manual.
RESTAURANTES, REFETÓRIOS, BARES E SIMILARES	
10.8.1	Reserva de 5% do total de mesas, com no mínimo uma, acessíveis à P.C.R., interligadas a rota acessível, e atender ao descrito em 9.3.2.
10.8.2.1	Nos locais em que as refeições sejam feitas em balcões, estes devem atender ao descrito em 9.3.3.
10.8.2.2	Nos locais em que são previstos balcões de autosserviço, deve-se atender ao descrito em 9.4.3.

QUADRO 6 – Interesses Sociais do lazer

FONTE: NBR9050/2015

Nota-se que há o cuidado com a eliminação de degraus por intermédio do nivelamento entre as superfícies nos locais com assentos, o que é de suma importância para a segurança do cadeirante. A existência de desnivelamento pode resultar em quedas e viradas de cadeiras de rodas quando a superação desse tipo de obstáculos venha ocorrer, sobretudo quando forem superiores a 10 cm.

Em relação ao interesse turístico (contato com novas paisagens, seja em cidades diferentes ou na própria cidade em que o sujeito reside), a segurança pode ser visualizada nos itens 10.2 (bens tombados), 10.9 (locais de hospedagem) e 10.14 (praias):

Locais de Hospedagem	
10.9.3	As dimensões do mobiliário dos dormitórios acessíveis devem atender às condições de alcance manual e visual previstos na Seção 4, e ser disposto de forma a não obstruírem uma faixa livre mínima de circulação interna de 0,90 m de largura, prevendo área de manobras para o acesso ao banheiro, camas e armários. Deve haver pelo menos uma área, com diâmetro de no mínimo 1,50 m, que possibilite um giro de 360°. A altura das camas deve ser de 0,46m.
10.9.5	Os dispositivos de sinalização e alarme de emergência devem alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva, conforme 5.6.
10.9.6	O sanitário deve possuir dispositivo de chamada para casos de emergências, conforme 5.6.4.1.
10.9.7	Quando nas unidades acessíveis forem previstas cozinhas ou similares, deve ser garantida a condição de circulação, aproximação e alcance dos utensílios, conforme Seção 4. As pias devem possuir altura de no máximo 0,85 m, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m, conforme Figura 147.
PRAIAS	
10.14.1	Para vencer o desnível entre o passeio e a areia deve ser instalada rampa com largura mínima de 0,90 m e declividade, corrimãos e demais parâmetros definidos na Seção 6. Para proteção contra quedas, deve ser observado o descrito em 4.3.7.
10.14.2	Para o trajeto até o mar, deve ser garantida uma faixa livre de obstáculos, com no mínimo 0,90 m de largura.

QUADRO 7 – Interesses Turísticos do Lazer

FONTE: NBR9050/2015

Embora não abordados neste texto, demais locais – equipamentos urbanos, escolas, locais de comércio, bancos, delegacias e penitenciárias – e itens – telefones públicos, cabinas telefônicas, bebedouros, lixeiras, cabinas sanitárias, ornamentação da paisagem e ambientação urbana, vegetação, assentos públicos, mobiliário, balcão de atendimento e caixa bancário, caixa de pagamento, mesas ou superfícies (de trabalho e de

refeição), caixas de autoatendimento, dentre outros – também devem ser considerados em projetos arquitetônicos e estudos que visem a tratar das questões referentes à segurança a partir da acessibilidade pautada no *desenho universal*, pois a intimidação àqueles/aquelas que fogem ao estereótipo de “homem-padrão”, em decorrência das diferentes barreiras existentes, começa já no passeio público.

14.4 Considerações finais

Diversos são os cuidados que devem ser tomados a fim de que as experiências de lazer sejam democraticamente oportunizadas à sociedade, sem restrição, por meio do *desenho universal*, sendo as NBRs as guias mestras e a lei nº 10.098/2000 e o decreto nº 5.296/2004 os instrumentos jurídicos que estabelecem seu cumprimento.

É importante destacar ainda as normas técnicas que normatizam a segurança em *playgrounds* e no turismo de aventura, normas essas de grande relevância para garantia da segurança em oportunidades de lazer, mas que, em decorrência da complexidade e dificuldades em tratar as questões referentes à segurança no lazer em vários contextos em apenas um texto, não foram abordadas.

14.5 Referências

- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; LOPES, Maria Elisabete e ORNSTEIN e Sheila Walbe. (Orgs.). Apresentação. Trajetória da Acessibilidade no Brasil. In: PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; LOPES, Maria Elisabete e ORNSTEIN, Sheila Walbe. (Orgs.). **Desenho Universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. p. 9-17.
- SANTOS FILHO, Gildo Magalhães dos. Construindo um itinerário histórico do desenho universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade. In: PRADO, Adriana de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe. (Orgs.). **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. p. 35-44.
- SILVA, Junior Vagner Pereira da. **Políticas Públicas de esporte/lazer e in(x)clusão de pessoas com deficiência**. Campo Grande: Editora UEMS, 2014.

CAPÍTULO 15

GESTÃO DE PESSOAS NO LAZER

Luiz Fernando de Oliveira⁶

A gestão do lazer nos diversos equipamentos, públicos, privados ou do terceiro setor, deve se preocupar com a gestão dos espaços, com a gestão financeira, com a gestão do *marketing*, com a gestão da programação a ser oferecida, mas jamais podemos esquecer a gestão de pessoas. A gestão do lazer acontece por pessoas oferecendo seu trabalho, sua energia, seus conhecimentos e sua hospitalidade para outras pessoas. Por essa razão, esse profissional deve ser bem selecionado, ter um bom treinamento e reciclagem permanente e principalmente estar motivado para poder oferecer um serviço que transforme cada momento de seu cliente em uma experiência inesquecível.

O ponto de partida da gestão dos profissionais de lazer é entender quem é esse profissional que existe no mercado há pouco tempo e vem recebendo diferentes denominações, sendo que no 12º Encontro Nacional de Recreação e Lazer, realizado em novembro de 2000 em Balneário Camboriú, o tema foi *Formação Profissional no Lazer – Perspectivas e Tendências*. Para o sucesso de um empreendimento de lazer é fundamental uma gestão operacional adequada, e um dos pontos importantes nessa gestão é termos claro como devem ser nossos colaboradores, quanto ao seu perfil, e quais suas funções, pois sem essas informações não teremos os dados necessários no momento de sua contratação.

Alguns autores observam que esse profissional, de difícil identidade, recebe os mais diversos nomes como: monitor, recreador, agente cultural, gentil organizador, ou o que é mencionado neste artigo, animador cultural. Para se traçar o perfil e a formação desse profissional, alguns autores foram

⁶Mestre em Hospitalidade da Universidade Anhembis Morumbi, Gesporte – Laboratório de pesquisa sobre gestão de esporte.

pesquisados, dos quais se pode destacar Camargo (1998), segundo o qual o animador cultural deve ter as seguintes características:

- Uma polivalência cultural, ou seja, um conhecimento pelo menos elementar dos diferentes campos de ação cultural e das diferentes técnicas de trabalho; mesmo os animadores especializados em uma determinada prática cultural (ginástica, dança, música, cinema etc.) necessitam dessa polivalência.
- Conhecimento sobre as peculiares de participação dos diferentes públicos do ponto de vista do sexo, da faixa etária, da classe socioeconômica ou sociocultural.
- Capacidade para montar e coordenar equipes com profissionais de variada formação ou origem.
- Conhecimentos sobre formatação financeira de projetos, sobre estudo de viabilidade econômico-financeira, sobre determinação de ponto de equilíbrio financeiro de projetos.
- Consciência das sutilezas de espaço físico e das diferentes respostas que podem provocar em diferentes públicos.
- Informação sobre tipos e formas de abordagem de outras instituições públicas e privadas que possam associar-se à programação.

Ao observar autores ligados à hotelaria, pouco se viu em relação ao perfil do profissional do lazer. Castelli (1992) afirma que as pessoas ligadas ao departamento de lazer devem ser educadas, sociáveis, cordiais, entusiastas, dispostas, além de líderes e responsáveis, ter boa aparência física e flexibilidade de horários.

No 12º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (2000), Bramente defendeu a formação de um profissional do lazer, que tenha o seguinte perfil:

- Formação cultural sólida, com uma visão de mundo abrangente e profunda, capaz de compreender o lazer e o entretenimento, de maneira crítica e criativa, como uma das necessidades básicas do ser humano.
- Conhecimentos e habilidades nos diversos interesses culturais do lazer, físico-esportivos, sociais, artísticos, manuais, intelectuais, turísticos e

da mídia, entre outros, para poder ampliar a oferta de opções de lazer e de entretenimento, em suas perspectivas educativa e transformadora, a um público variado.

- Formação para pesquisa, visando a desenvolver diagnósticos de necessidades e administrar programas de lazer e de entretenimento para diferentes públicos (gênero, faixa-etária, classe socioeconômica etc.); nos locais mais diferenciados (parques, escolas, ambientes de trabalho, hospitais), tanto no setor público como na iniciativa privada e, ainda, no chamado terceiro setor (ONGs).
- Conhecimentos e habilidades específicas no tratamento com o público, tanto na animação de experiências de lazer e de entretenimento como na gestão de recursos humanos (recrutamento, seleção e desenvolvimento), sejam eles profissionais ou voluntários.
- Formação adequada na área financeira para desenvolver estudos de viabilidade econômica de empreendimentos voltados ao lazer e entretenimento.
- Conhecimento das novas tecnologias voltadas à implantação de recursos físicos específicos e equipamentos destinados às experiências de lazer e entretenimento.
- Habilidades para trabalhar de maneira interdisciplinar e em equipe multiprofissional, buscando estabelecer alianças estratégicas com instituições que atuam no campo do lazer e entretenimento.

Percebe-se que nesses diversos olhares, vários pontos são comuns, porém alguns preconceitos podem ser observados em resorts que trabalham na sua maioria com profissionais de educação física e não diversificam profissionais de diferentes áreas como turismo, artes, teatro, entre outras.

A intervenção do profissional de lazer segundo Marcellino (2000, p.8) ainda é muito recente, muito embora o mercado de trabalho venha crescendo, em função do processo de urbanização que se acelera.

É do prazer do trabalho que deve nascer o bom humor, mas isso não significa ausência de seriedade, competência e compromisso político, e são esses três elementos que tornam o exercício da profissão digna.

Outro ponto a ser repensado na gestão de pessoas no lazer é a qualidade no atendimento, que deve fazer com que os clientes se sintam encantados. Nesse aspecto, o maior exemplo de encantamento é o mundo maravilhoso criado por Walt Disney. O *case* de sucesso Disney é utilizado por diversos setores da economia e não poderia ficar de fora da análise da gestão de pessoas no lazer, pois um de seus diferenciais é a capacidade de selecionar, treinar e reciclar seus colaboradores.

Para Tom Conellan (1998), um dos maiores especialistas norte-americanos em fidelidade de clientes, em seu livro *Nos bastidores da Disney*, afirma que muitos dos segredos do sucesso da mais poderosa empresa de diversões do mundo estão relacionados à gestão de pessoas. Dentre os sete segredos apresentados por Conellan (1998) em seu livro, podem ser destacados aqueles relacionados à gestão de pessoas:

15.1 Lição 3 – todos mostram entusiasmo

Segundo Conellan (1998, p. 49), a Disney possui em sua cultura o lema no qual se deve ajudar o convidado, essa cultura prevê que todos os funcionários, independente de seu cargo ou função, devem obrigatoriamente, dentro do possível, parar o que estão fazendo para atender o convidado (visitante) em suas necessidades, mostrando a importância da gestão de pessoas dentro de sua política de recursos humanos.

15.2 Lição 5 – múltiplos pontos de escuta

Uma grande preocupação com a qualidade dos serviços prestados por empreendimentos de lazer é saber se o cliente está gostando, se a programação e a instalação estão agradando. Para conseguir tal feito, não basta apenas ouvir os clientes por meio, por exemplo, de uma pesquisa de opinião. É preciso ampliar os canais de escuta e meios.

Todos os colaboradores e profissionais do lazer devem ser escutados e valorizados em suas opiniões, pois sabem o que deve ser feito

para cada vez mais promover a qualidade dos serviços. Independentemente do grau de importância do colaborador, todos devem ser ouvidos, pois quem está envolvido com os clientes tem uma melhor visão do aquele que está por trás dos bastidores – não que esses devam ser deixados de lado, mas devemos valorizar todos.

15.3 Lição 6 – recompensa, reconhecimento e comemoração.

Como já foi mencionado anteriormente, os colaboradores de um empreendimento de lazer são de fundamental importância para seu sucesso. O “vestir a camisa da empresa” significa incorporar a cultura de trabalho. O cliente é o foco de satisfação e deve ser atendido com o máximo de qualidade possível e perceptível. Sendo assim, quando um colaborador – a quem a Disney chama de “membro do elenco” – faz adequadamente seu trabalho, supera a expectativa do visitante e mantém mágico o momento de sua experiência, esse colaborador merece o reconhecimento, uma recompensa e comemoração.

Divulgar atodos as ações positivas e de destaque dos colaboradores e incentivá-los com prêmios por seus feitos fazem parte da recompensa. Festejar, comemorar com todos os colaboradores eleva sua autoestima, pois todos gostam de ser queridos e considerados importantes. Quem sai ganhando com essa cultura de foco no cliente é o próprio cliente.

15.4 Lição 7 – todas as pessoas são importantes

Existe nessa lição segundo Conellan (1998) uma frase que diz: “para obter um bom trabalho de equipe e incrementar a fidelidade dos clientes, é preciso derrubar paredes” (p. 109). Estas são o isolamento que muitas vezes um departamento de uma empresa cria ao desenvolver soluções que facilitem seu trabalho, sem se preocupar com a repercussão que trará a outros departamentos da mesma empresa, sendo que todas as pessoas são importantes dentro da gestão em um empreendimento de lazer.

15.5 Referências

- BRAMANTE, Antonio Carlos. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUNHS, Heloisa T. (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. Lazer: concepções e significados. Belo Horizonte: *Licere*, v. 1, n. 1, p. 9-17, set.1998.
- _____. Gestão do Lazer e do Entretenimento: uma proposta de currículo para formação profissional. **Encontro Nacional de Recreação e Lazer**, 12. Baneário Camboriú: UNIVALI, 2000.
- CAMARGO, Luiz Octávio de L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CASTELL, Geraldo. **Administração hoteleira**. Caxias do Sul: Educs, 1992.
- CAVALLARI, Vinicius e ZACHARIAS, Vânia. **Trabalhando com recreação**. São Paulo: Icone, 1994.
- CONNELLAN, Tom. **Nos Bastidores da Disney**. São Paulo: Futura, 1998.
- MARCELLINO, Nelson C. **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papius, 2000.

CAPÍTULO 16

DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS E COMUNICACIONAIS PELO GESTOR DO LAZER

*Nicolas Caballero Lois*¹

16.1 Introdução

Estamos passando da economia de mercado do século XX para a economia de serviços do século XXI. Tanto em países desenvolvidos como nos denominados em desenvolvimento, os serviços apresentam os principais índices de crescimento econômico entre as nações. De acordo com Beting (2000), os serviços correspondem a 70% da economia dos Estados Unidos. De igual forma, é na economia de serviços que se concentram as principais indústrias do mundo. Entre elas, pode-se citar a indústria do entretenimento.

Pesquisas apontam que, atualmente, uma significativa parcela da sociedade mundial é composta por indivíduos denominados passivos, isto é, crianças, jovens e a melhor idade, os quais não desenvolvem nenhum tipo de atividade profissional. Para eles, bem como para os demais indivíduos que dispõem de tempo livre entre suas jornadas, torna-se fundamental a existência e oferecimento de atividades de entretenimento. Entre os principais segmentos que constituem a indústria do entretenimento, podem-se citar o turismo, o *showbiz* e o esporte. De acordo com dados do Ministério do Turismo, essa atividade movimentou R\$ 492 bilhões no Brasil em 2014. Da mesma forma, o *showbiz*, segmento que concentra atividades como música, *shows*, teatro, televisão, entre outros,

¹ Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC, coordenador do curso de Publicidade e Propaganda e da pós-graduação em Marketing Esportivo do Centro Universitário IESB, pesquisador Membro do GESPORTE-UNB.

apresenta, cada vez mais, um crescimento significativo. Prova disso é que, segundo a Agência Nacional do Cinema - Ancine, em 2014, 155,6 milhões de pessoas frequentaram uma sala de cinema no Brasil, gerando uma arrecadação de R\$ 1,96 bilhão. Já no que tange o esporte, segundo dados da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, essa atividade movimenta mais de US\$ trilhão no mundo.

De olho nesse mercado, grupos comunicacionais criaram, em suas estruturas, empresas e/ou departamentos especializados em trabalhar com o produto entretenimento, oferecendo oportunidades e/ou criando e desenvolvendo ações para seus clientes (empresas). Esses dados seriam suficientes para demonstrar o amplo e promissor mercado de atuação para o gestor na área do lazer. No entanto, apenas potencialidades da indústria não garantem um sucesso no desenvolvimento das atividades. É imprescindível a adoção de uma postura profissional desde o início do processo, desenvolvendo estratégias mercadológicas e comunicacionais eficientes. Dessa forma, procurar-se-á apresentar estratégias que possam contribuir para uma eficiente gestão das atividades de lazer, atendendo às necessidades dos mais variados públicos-alvo.

16.2 Marketing de relacionamento

Devido ao acirramento da concorrência, muito mais do que conquistar clientes e/ou consumidores, é imprescindível fidelizá-los, construindo relacionamentos duradouros. De acordo com Kotler e Armstrong (2007), o marketing atualmente deve ser compreendido a partir do entendimento do cliente, com a satisfação de seus desejos e necessidades, com vistas a relacionamentos de longo prazo. Nesse sentido, o gestor do lazer deve trabalhar eficientemente junto a seus mais variados públicos-alvo. Entre os principais, podem-se citar praticantes, parceiros (apoiadores e patrocinadores) e meios de comunicação. Para cada um deles é necessário desenvolver estratégias específicas.

16.3 Relacionamento com praticantes

Para os praticantes, o oferecimento de produtos adequados às suas necessidades, como qualidade das atividades, locais adequados para a prática, recursos disponíveis, segurança, entre outros, tornam-se fundamentais para a criação de valor da marca, interesse e fidelização. Dessa forma, as variáveis do composto de *marketing* definidas por McCarthy (1978), denominadas 4Ps (produto, preço, praça e promoção), devem ser desenvolvidas com ênfase no cliente. Isto é, um evento adequado às necessidades e desejos (produto), com acessibilidade financeira (preço), em um local adequado (praça) e com uma comunicação eficiente (promoção), possuem significativas possibilidades de uma identificação eficiente entre o serviço oferecido e as expectativas do consumidor. Deve-se ressaltar que, com a evolução dos conceitos mercadológicos, é possível realizar essa adequação junto a novas variáveis, como os 4As (análise, adaptação, ativação e avaliação) de Richers, ou ainda os 4Cs (cliente, custo, conveniência e comunicação) de Lauterborn. Seja qual for a variável utilizada, o foco deve estar na constante adequação dos produtos e/ou serviços da indústria do lazer às necessidades e desejos dos consumidores.

16.4 Relacionamento com os parceiros

Um evento e/ou ação de lazer pode alcançar resultados significativos a partir do ingresso de parceiros no processo. Entre os principais parceiros, podem-se citar apoiadores, patrocinadores e meios de comunicação.

16.5 Relacionamento com apoiadores

Muitas empresas, mesmo não possuindo recursos financeiros para ingressar na categoria de patrocinadores de eventos ou ações de lazer, desejam uma inserção no processo, seja por uma associação de suas marcas a valores contidos no segmento do lazer (alegria, interação, emoção, entre outros), seja por objetivos institucionais,

relacionamento com a comunidade (*awareness*) ou até mesmo uma mídia espontânea que possa vir a ser gerada. Dessa forma, esses parceiros podem ingressar no processo adquirindo contas menores ou até mesmo fornecendo produtos e/ou serviços dentro de sua *expertise* para o sucesso do evento como um todo. Esses podem ser denominados apoiadores do evento e/ou ação de lazer.

Já no que tange o poder público, seja em qualquer esfera (federal, estadual, municipal), sempre existirá um real interesse em colaborar com eventos e/ou atividades relacionadas ao lazer, seja para promover opções de entretenimento e saúde para sua população, seja para promover a cidade, estado ou mesmo o país a partir dessas ações (promoção da imagem institucional). Dessa forma, projetos adaptados às necessidades da esfera pública (retorno institucional, retorno de mídia, relacionamento, entre outros) devem ser considerados pelo gestor do lazer.

16.6 Relacionamento com patrocinadores

Verbas de patrocínio podem garantir significativos ingressos para o gestor do lazer levar a cabo seus eventos e/ou atividades. No entanto, deve-se ressaltar que investimentos em ações, a partir de interesses pessoais dos principais acionistas das empresas, comum na década de 70 (Mecenato ou Caridade), são praticamente inexistentes no mercado nos dias de hoje. Atualmente, a aprovação de patrocínios passa, implicitamente, pela análise minuciosa dos custos do projeto, potencialidade de exploração das propriedades, bem como retorno a ser obtido. Assim, o gestor do lazer deve trabalhar de forma profissional todas as etapas do processo de patrocínio, analisando detalhadamente os *players* para quem está sendo apresentada a proposta (posicionamento, participação no mercado, concorrência, objetivos, entre outros), adaptação do projeto à sua realidade e objetivos (deve-se ter ciência que o referido projeto está concorrendo com outras propostas pela verba promocional da empresa), acompanhamento das ações desenvolvidas e monitoramento de resultados (retorno institucional, mídia espontânea, geração de negócios, entre outros).

16.7 Relacionamento com os meios de comunicação

Com o aumento significativo do número de meios de comunicação, principalmente com o advento de novas plataformas digitais, somadas à quantidade significativa de horas de transmissão, os veículos de comunicação necessitam de conteúdo para preencher suas grades de programação. Eventos, atividades e/ou ações de lazer podem ter incidência na mídia desde que obedeçam a determinados procedimentos que permitam sua veiculação. Tempo de duração, atratividade, participação de protagonistas sociais, produto de interesse para patrocinadores e anunciantes, entre outros aspectos, devem ser considerados.

16.8 Comunicação integrada de marketing

É imprescindível que os gestores desenvolvam uma comunicação eficiente com vistas a uma promoção de seus eventos e/ou ações de lazer. A Comunicação Integrada de Marketing (CIM) assume, nesse interím, uma importância significativa. São inúmeras as estratégias comunicacionais que podem ser desenvolvidas pelos gestores. No entanto, devido às próprias características do segmento do lazer, e sem descartar a eficiência das demais estratégias promocionais, devem-se analisar as técnicas de publicidade, relações públicas e plataformas digitais.

16.9 Publicidade

É na técnica comunicacional *publicidade* que ainda recaem os maiores investimentos dentro do planejamento da Comunicação Integrada de Marketing das organizações, isso tanto em mídias *online*, quanto *offline*. Dependendo dos objetivos e da verba a ser investida, o gestor do lazer tem à sua disposição inúmeras peças com formatos, objetivos e funções distintas, bem como veículos de comunicação direcionados para públicos específicos. A escolha das peças e da linguagem da campanha publicitária deve basear-se no público-alvo a ser atingido,

no apelo trabalhado (emocional e/ou racional), bem como em estudos de audiência, impacto e frequência quando da seleção dos veículos de comunicação. Para o desenvolvimento dessa estratégia promocional, um trabalho em parceria junto a uma agência de comunicação torna-se fundamental.

16.10 Relações públicas

Para alcançar a incidência na mídia, uma determinada organização pode valer-se de publicidades nos intervalos e/ou espaços comerciais, *merchandising* (menção e/ou aparição casual do produto e/ou serviço em um determinado programa), ou ainda por meio de matérias pagas. No entanto, quando se tratar de uma organização com carência de recursos financeiros, a procura por estratégias comunicacionais de custo reduzidos deve ser uma constante. Nesse aspecto, a técnica *relações públicas* apresenta-se como uma das principais estratégias dentro da CIM. De acordo com Duncan e Caywood (1996), uma das funções das relações públicas é garantir espaço editorial, desvinculado do espaço pago, em todos os veículos que atingem os clientes atuais ou potenciais de uma organização, com o propósito específico de ajudar o atingimento das metas pré-estabelecidas. Na indústria do lazer, o gestor pode valer-se dessa ação, promovendo e divulgando eventos, atividades e/ou ações de lazer, por meio de apresentações ou informações (*releases*) enviados aos meios de comunicação para a obtenção de uma mídia espontânea e retorno institucional. Por tratar-se de atividades ligadas à qualidade de vida social, notícias com ênfase social e notícias sobre o lazer são significativamente bem recebidas pelos meios de comunicação. Ries e Ries (2003) relatam que os maiores *cases* de sucesso dos últimos anos no meio empresarial mundial foram desenvolvidos por meio de ações de relações públicas em detrimento da técnica publicidade.

16.11 Plataformas digitais

Com o grande avanço tecnológico dos últimos anos, o gestor do lazer possui inúmeros canais de comunicação para um relacionamento eficiente com seus públicos, seja na promoção e divulgação de seus eventos

e/ou ações, seja na veiculação de informações, fotos e vídeos antes, durante e pós-evento. No entanto, a simples presença nas redes sociais não garante um sucesso nas ações. É imprescindível a adoção de uma postura profissional, explorando todas as potencialidades do processo. A seguir, serão apresentadas as principais plataformas digitais à disposição do gestor do lazer, bem como procedimentos a serem seguidos.

16.12 Facebook

Segundo site mais visitado na internet, atrás apenas do Google, o Facebook oportuniza o relacionamento eficiente junto aos mais variados públicos-alvo. De igual forma, os próprios participantes, espectadores e comunidade em geral podem interagir, de forma significativa durante as postagens. Segundo Caballero e Pádua (2015), para um retorno significativo no Facebook, alguns procedimentos devem ser considerados:

- Os *posts* com imagem normalmente têm mais interações.
- Os *posts* podem ser grandes ou pequenos. No entanto, devem ser interessantes e bem escritos.
- Dependendo do público-alvo, reconhecer quais são os melhores horários para publicação.
- Evitar posts em demasia, especialmente quando forem repetitivos. Grande parte dos indivíduos está nas redes sociais por razões pessoais e de lazer. A organização deve respeitar o espaço pessoal dos membros que aceitaram conviver *online* com ela.
- Interagir com aqueles que leem é essencial para manter o interesse no tema.
- Criar uma página institucional desvinculada da página pessoal.
- Possuir, quando possível, uma equipe que desenvolva a gestão da rede social.

16.13 Twitter

Criada em 2006, a rede de mensagens curtas permite aos seus utilizadores escrever mensagens de no máximo 140 caracteres, estabelecendo uma comunicação direta com seu público-alvo. Nesse caso, a velocidade na comunicação apresenta-se como o grande diferencial dessa mídia social. O grande desafio social consiste no poder de síntese nos textos. Assim, a atratividade das chamadas torna-se fundamental.

O gestor do lazer pode-se valer do Twitter para mensagens promocionais pré-evento, bem como informações em *realtime* durante a ação. Pode-se ainda, a partir de um monitoramento constante, ser fonte de pesquisa de satisfação do serviço oferecido, contribuindo para uma melhor adequação do produto lazer às necessidades dos públicos-alvo.

16.14 Instagram

Atualmente, mais de 90 milhões de pessoas estão conectadas ativamente à rede social, enviando mais de 40 milhões de fotos diárias, gerando 8.500 *likes* e 1.000 comentários por segundo. Por tratar o lazer, entre outras coisas, de atividades lúdicas e de recreação, valores emocionais oriundos dessa ação devem ser postados com objetivos comunicacionais e/ou promocionais.

Caballero e Pádua (2015) listam procedimentos a serem seguidos quando da utilização do Instagram:

- O Instagram é uma rede para compartilhar fotos com qualidade significativa ou ainda vídeos de apenas 15 segundos.
- Deve-se ser consistente, publicando fotografias interessantes com alguma frequência e sem exaustos.
- Os seguidores estão mais interessados nos momentos e não em *selfies*.
- É possível colocar texto nas imagens, tendo-se claro, no entanto, que o Instagram é uma rede baseada em uma aplicação para telefones celulares.

16.15 Youtube

Cerca de 100 horas de vídeo são carregados no YouTube a cada minuto (os vídeos continuam a ser o conteúdo mais compartilhado nas redes sociais). O site conta com 800 milhões de usuários únicos por mês. Nesse contexto, a criação de um canal no YouTube, por parte do gestor do lazer, apresenta-se como uma eficiente estratégia de divulgação de suas atividades. Nesse canal, o gestor pode inserir vídeos de eventos e/ou ações para um compartilhamento de todos os utilizadores das diversas redes sociais. Pode-se ainda utilizar o canal para a transmissão de eventos ao vivo (a consistência do YouTube permite uma transmissão sem quaisquer interrupções, independentemente do número de utilizadores assistindo ao mesmo tempo).

16.16 Considerações finais

É notória a necessidade de profissionalização, cada vez mais, da gestão do lazer no Brasil. Apesar do crescimento desenfreado da indústria do entretenimento, bem como de atividades ligadas à qualidade de vida, lazer e recreação no Brasil e no mundo, é imprescindível a adoção de estratégias mercadológicas eficientes para explorar, ao máximo, as potencialidades do processo. O gestor da área deve procurar atender às necessidades e desejos dos seus mais variados públicos-alvo, sejam eles os praticantes, parceiros (apoiadores e patrocinadores) ou meios de comunicação, por meio da formatação de produtos e/ou serviços adequados às suas expectativas. O desenvolvimento de estratégias comunicacionais também deve ser explorado pelo gestor do lazer, divulgando e promovendo seus eventos e/ou ações, além de construir um relacionamento de longo prazo com seus *targets*.

16.17 Referências

- BETTING, J. *Seminário Futebol S. A.* São Paulo, 2000.
- CABALLERO, N.; PADUA, R. *Comunicação e marketing*. 27^o ENAREL, Brasília, 2015.
- DUNCAN, T.; CAYWOOD, C. **The Concept, Process and Evolution of Integrated Marketing Communication**. In: THORSON, E.; MOORE, Jeri (Eds). *Integrated Communication: synergy of persuasive voices*. (pp. 13-14.) Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 12^a edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MCCARTHY, J. **Marketing basic: a managerial approach**. 6th. ed. Richard D. Irwin, Homewood, 1978.
- RIES, A.; RIES, L. **A queda da propaganda**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- www.turismo.gov.br
- www.adorocinema.com.br
- www.ancham.com.br

CAPÍTULO 17

O ESTADO DA ARTE ACERCA DO ENCONTRO TEMÁTICO DE PROFESSORES E PESQUISADORES EM RECREAÇÃO E LAZER NO ENAREL

Gisele Maria Schwartz¹

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro²

Giselle Helena Tavares³

Os Encontros Temáticos ocorridos durante vários anos no ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer discutem sobre diversos temas e têm contribuído para a exposição de ideias dos profissionais e estudantes que trabalham ou pretendem trabalhar com a recreação e o lazer, propiciando um espaço para a realização de debates, troca de experiências, levantamento de problemas concretos e suas possíveis soluções, entre outras opiniões as quais têm possibilitado grandes avanços para a área. Um dos grupos de discussões formados durante os encontros é o de Professores e Pesquisadores de Recreação e Lazer, coordenado pelas professoras Gisele Maria Schwartz e Giselle Helena Tavares, desde 2011, tendo essa última sido substituída pela professora Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro em 2014 e 2015. Discorrer sobre o estado da arte desse encontro é o objetivo deste capítulo.

Os encontros temáticos são realizados a partir de questões mobilizadas/morteadoras previamente estabelecidas, permitindo o início das discussões e o direcionamento das reflexões em grupo. Nesse sentido, esse tipo de metodologia vem facilitando, inclusive, o acompanhamento de tudo o que foi apresentado e comentado pelos participantes durante esses anos de existência, além de os resultados advindos desses

¹ Livre docente em Atividades Expressivas pela Universidade Estadual Paulista e Coordenadora do LEL - Laboratório de Estudos do Lazer.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP - Campus de Rio Claro – SP.

³ Doutora em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil e professora adjunta da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

encontros poderem ser analisados posteriormente, levando à tomada de novos rumos baseados nos dados apreendidos ao longo dos encontros.

No ano de 2011, o Encontro Temático de Professores e Pesquisadores em Recreação e Lazer iniciou as discussões partindo da seguinte questão mobilizadora/norteadora: quais os problemas e perspectivas referentes à interlocução entre ensino, pesquisa e extensão? Os participantes desse encontro apresentaram algumas reflexões importantes para a melhoria no ensino, tais como a relevância em abordar os temas recreação e lazer nas escolas, a necessidade de ampliação da formação acadêmica e a promoção de maior evidência ao profissional do lazer para a sociedade.

As principais discussões relacionadas à pesquisa ocorridas durante esse encontro se pautaram na importância de os pesquisadores darem maior relevância aos temas recreação e lazer, além de estarem motivados para investir na ampliação do número de publicações e se envolver mais com os eventos acadêmicos. Em se tratando da extensão, foi ressaltada a necessidade de maior envolvimento do pesquisador, participando ativamente, integrando-se às atividades desenvolvidas na prática, as quais, geralmente, são executadas por estudantes.

No ano de 2012, o encontro ocorreu a partir da questão mobilizadora/norteadora: quem deve começar a agir para alcançar o objetivo de integração entre ensino, pesquisa e extensão? Os debates gerados repetiram muitos problemas citados no ano de 2011, além de enfatizar outros, como: no ensino, os professores apresentam limitações para perceber a importância de se pautar nas pesquisas já realizadas e nas ações de extensão para atualizar os conhecimentos na formação. Assim, portanto, possuem dificuldade de visualizar a importância da extensão e da pesquisa como fatores propícios para aprimorar o ensino. Ainda, especificamente, ao se abordar a pesquisa, foi levantada a problemática referente à dificuldade de publicações em periódicos de alto impacto e o baixo retorno à sociedade.

Em se tratando da extensão, foram apontados alguns problemas, como a falta de recursos e a desvalorização existente frente aos outros pilares (ensino e pesquisa). Além disso, os participantes elencaram algumas perspectivas de avanço, tais como: a importância em reforçar

os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, integrando as diferentes áreas para avançar o conhecimento.

Já no ano de 2013, foram discutidas três questões mobilizadoras/norteadoras: como imprimir maior visibilidade aos projetos de extensão, para que sejam mais bem reconhecidos? Como garantir a equidade na valorização entre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão? Que recursos os professores das disciplinas de recreação e lazer têm como suporte para seus conteúdos? Entre os relatos específicos do ensino, os participantes apontaram a dificuldade de incentivar os alunos à leitura e os inúmeros obstáculos relacionados ao uso de recursos para o ensino em sala de aula. Foram inúmeras as sugestões propostas para minimizar esses problemas; entre elas destacam-se: a necessidade de professores utilizarem recursos da *internet* (sala virtual, rede sociais, confecção de vídeos), além da criação de grupos de discussão para compartilhar informações, ou seja, trocar estratégias de ações desenvolvidas em aulas com outros professores; estar aberto para o planejamento participativo (aluno e professor), revitalizando a teoria, com a construção de músicas sobre temas a serem apresentados em sala de aula, utilizando recursos diversos, como dramatizações, músicas, filmes e jogos que levem à reflexão.

Nesse mesmo ano, em se tratando da extensão, os participantes do encontro discorreram sobre os principais problemas enfrentados na prática, como as diferenças existentes entre as universidades públicas e as privadas, nas quais não se possuem centros de pesquisa ou histórico de tradição com pesquisas. Segundo os participantes, isso acaba influenciando na valorização do próprio projeto, ficando claras as diferenças nos valores de bolsas de estudo e até mesmo nos salários dos professores. Como sugestões, indicaram possíveis estratégias para difundir os projetos e as experiências por meio da participação em eventos e, assim, ter a possibilidade de divulgar os projetos, além de maior valorização por parte dos periódicos científicos no sentido de ampliar os espaços para as publicações em formato de relatos de experiência de projetos de extensão. Também explicitaram a importância do incentivo à coparticipação, na qual o pesquisador convidaria professores da extensão para realizar parte de pesquisas em conjunto.

No ano de 2014, foram discutidas as seguintes questões mobilizadoras/norteadoras: como garantir o impacto social das pesquisas produzidas nos campos do lazer e da recreação? Quais estratégias os docentes e pesquisadores poderiam adotar para auxiliar a ratificação da valorização do campo do lazer? As respostas permearam temas envolvendo a importância de se reforçar o compromisso de integração entre os três pilares, compreendendo o papel de cada um para se atingir metas, aceitando as diferenças e limitações de cada pilar, mas ampliando o engajamento em propostas de mudanças.

Em 2015, o tema central de discussão do Encontro Temático de Professores e Pesquisadores em Recreação e Lazer esteve relacionado à gestão da informação, produção acadêmica sobre lazer e recreação e suas interfaces com a atuação profissional. Os próximos parágrafos descrevem alguns questionamentos e apontam os principais conteúdos elencados pelos participantes durante esse encontro.

A produção de conhecimento acerca das temáticas lazer e recreação vem ganhando respaldo, nas últimas décadas, catalisada por uma somatória de fatores, os quais tangenciam a evolução tecnológica (LAMBERTI; SANNA; MONTUSCHI, 2015), o aumento de financiamento público para o desenvolvimento de projetos sociais e de pesquisas (DE ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010) e a gradativa valorização da área como campo de pesquisas em âmbito acadêmico (SCHWARTZ, 2015). Cada um desses aspectos presta sua contribuição na perspectiva de legitimação desse campo de conhecimento.

Com base nessas vertentes, pode-se perceber um avanço nos processos de reflexão sobre as tendências temáticas envolvendo os campos da recreação e do lazer, sobretudo no que tange à compreensão sobre os principais problemas sociais, buscando novas investidas, em termos de estratégias, para solucioná-los. Esse aspecto pode redimensionar a relevância dessa produção, tendo implicações nas dinâmicas sociais.

Porém, quando se focaliza a questão do impacto social dessas pesquisas, alguns entraves se fazem presentes, principalmente a respeito de como avaliar a efetividade dessa produção no contexto social. Essa não é uma tarefa simples, uma vez que os parâmetros para isto são bastante

subjetivos. Entretanto, alguns projetos de intervenção podem conter indicadores reais que favorecem essa avaliação. Esse pode ser o caso de alguns projetos financiados pela Rede CEDES, uma ação do Ministério do Esporte com a finalidade de apoiar projetos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de ensino superior. Essa ação tem merecido a atenção e, com base em um balanço elaborado por Schwartz *et al.* (2010) sobre esses apoios, já se podem apontar ressonâncias sociais positivas.

A produção do conhecimento, assim, se torna um fator importante para consolidar as áreas da recreação e lazer. Contudo, para além da produção em si, os aspectos da gestão dessas informações e a disseminação desse conhecimento são igualmente relevantes e podem impactar socialmente da mesma forma. O acesso a todo o corpo de conhecimento produzido parece ainda ser precário (SANTOS; REJOWSKI, 2013) e não estar devidamente democratizado. Mesmo que os avanços que envolvem o comportamento informacional tenham facilitado a transmissão de diferentes tipos de dados, poucas iniciativas são desenvolvidas para se ter uma avaliação sobre como essa produção tem sido divulgada e se ela atinge seus objetivos de difusão do conhecimento.

Somado à produção de conhecimento e à difusão de informações produzidas, encontra-se outro ponto que pode ser nevrálgico: saber como se dá a apropriação de toda essa produção pelos profissionais que atuam diretamente com intervenções e práticas, seja no âmbito da docência em diferentes níveis, ou no da atuação no contexto recreativo. Não é possível, de maneira clara, dimensionar quanto os teóricos investem em atingir a atenção dos profissionais ligados à atuação e nem como os profissionais ditos da prática fazem uso efetivo dos conhecimentos produzidos e divulgados no campo acadêmico, tornando-se temas importantes a serem ponderados.

Sobre essa questão, Stewart (1999) evidenciou a necessidade de se compreender e criar um modo para minimizar esse distanciamento entre as bases teóricas de fundamentação de uma área e a efetiva utilização desse conhecimento na prática. Para tanto, o autor apresenta algumas proposições, apontando detalhes sobre a simplificação da linguagem acadêmica pelos produtores do conhecimento teórico, o

incentivo à leitura de textos para os profissionais da prática e motivação para participação desses últimos como coadjuvantes no processo de dinamização e desenvolvimento de pesquisas.

Essas inquietações passaram as reflexões promovidas durante o Encontro Temático 5 (Encontro de Professores e Pesquisadores em Recreação e Lazer), ocorrido durante o 27º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), Brasília-DF, no dia 06 de novembro de 2015, o qual contou com a participação de 23 pessoas e foi coordenado pelas professoras Gisele Maria Schwartz, Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro e membros do LEL (Laboratório de Estudos do Lazer – DEF/IB/Unesp – *Campus* de Rio Claro).

No início do encontro, foi apresentado um resumo dos objetivos e estratégias adotados nos encontros anteriores, de 2011 a 2014, pela professora Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro. Nessa oportunidade, foram elencadas, inclusive, algumas sugestões de novos encaminhamentos para futuras reflexões. Na sequência, os participantes foram divididos em dois grupos, sendo um grupo composto por pesquisadores e professores de recreação e lazer atuantes no ensino superior (GRUPO A) e outro grupo formado por professores de diversos setores do ensino e profissionais do campo do lazer, focalizando a atuação em escolas, clubes e parques (GRUPO B). Em seguida, foram apresentadas as questões mobilizadoras/norteadoras do ano de 2015, para iniciar a discussão e os debates, no sentido de se contribuir para conhecer o estado da arte desse setor ligado à docência e pesquisas nos campos do lazer e recreação.

O tema 1, apresentado ao GRUPO A, foi: quais as principais fontes de produção de conhecimento que norteiam a formação e a atuação profissional no campo do lazer? Além disso, quais estratégias são utilizadas pelos pesquisadores para que esse conhecimento alimente os profissionais que atuam nos campos do lazer e da recreação? O tema 2, apresentado ao GRUPO B, foi: Quais são as sugestões dos professores e recreadores para motivá-los a se apropriarem da produção acadêmica para subsidiar suas práticas?

Após as apresentações individuais, foram levantadas problemáticas e estratégias, em ambos os grupos, tendo como relatores no GRUPO

A as professoras Giselle Helena Tavares e Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro. No GRUPO B, os relatores foram as professoras Gisele Maria Schwartz e Nara Heloisa Rodrigues, além dos alunos de graduação em Educação Física José Pedro Scarpel Pacheco, Fernanda Lopes Andrade e Marília Amábilie Guarizo. Todos os citados são membros do LEL.

As principais problemáticas levantadas pelo GRUPO A, formado por pesquisadores e professores de recreação e lazer atuantes no ensino superior foram:

- Distanciamento entre o campo teórico e o campo prático.
- Dificuldade em compartilhar conhecimentos.
- Muitos alunos e poucos professores.
- Dificuldades de motivar os alunos.
- Poucos professores que estudam o lazer nos departamentos de Educação Física ou na mesma instituição.
- Preconceitos com relação às disciplinas relativas ao lazer.
- Pouco financiamento para a área do lazer no que tange às pesquisas, quando comparado a outras áreas.
- Alunos não possuem hábitos de leitura.

As principais problemáticas levantadas pelo GRUPO B, formado por professores de recreação e lazer de diversos setores e profissionais do campo do lazer, foram:

- Falta de consenso sobre os termos recreação e lazer.
- Escassez de relatos, encontros, produção de conhecimento e trocas de experiências.
- Falta de apropriação do conhecimento por parte dos profissionais atuantes na área do lazer.
- Literatura distante da necessidade do profissional (muito técnica, muito teórica ou muito prática).

- Sistemas fechados que inibem a produção, a busca por conhecimento e a criatividade.
- As principais estratégias sugeridas pelo GRUPO A foram:
- Estimular alunos para participação em grupos de estudo e em iniciação científica.
 - Oferecer disciplinas da pós-graduação com exigência de produção de artigo científico como critério de avaliação.
 - Aproximar ensino, pesquisa e ações de extensão por meio de empresas juniores, projetos de extensão, grupos PET, entre outros exemplos.
 - Estimular a internacionalização, por intermédio do oferecimento de disciplinas em língua estrangeira.
 - Estimular maior produção de artigos do que de livros ou capítulos.
 - Ampliar o número de grupos de pesquisas.
 - Alternar a realização dos eventos ENAREL e CBEL, para não serem concorrentes.
 - Investir em maior aprofundamento dos assuntos nos eventos científicos.
 - Diversificar as estratégias de ensino, utilizando novas metodologias, como a resolução de problemas, a abordagem significativa, a realização de trabalhos de campo, a realização de projetos, o uso de tecnologias, entre outros.
 - Estimular a participação de alunos em congressos e a promoção da divulgação de trabalhos de campo realizados nas disciplinas.
 - Promover maior relacionamento de alunos de pós-graduação com os de graduação.
 - Revitalizar os periódicos científicos que aceitam a produção sobre as temáticas lazer e recreação.
 - Oferecer disciplinas optativas livres, planejadas para desenvolverem atividades de campo.
 - Mobilizar de forma conjunta os professores e pesquisadores para a criação de centros de pesquisa.

As principais estratégias sugeridas pelo GRUPO B foram:

- Utilizar mais estratégias lúdicas, pois antes havia maior preconceito contra o lúdico, agora ele já está sendo mais bem aceito.
- Embasamento para a aplicação e ensino das atividades.
- Cursos e oficinas para motivar a busca por novos estudos.
- Aproximação de regiões possibilitando trocas de experiências.
- Proposta de criação de encontros temáticos locais ou regionais, pré-ENAREL, para diagnosticar problemas e propor soluções, a fim de aumentar o nível das discussões e, consequentemente, da produção de conhecimento.

Ao término das discussões, um membro de cada grupo foi convidado para ser relator e apresentar, a todos os participantes do encontro um resumo das reflexões desenvolvidas. Após essa etapa, os relatores se reuniram e formularam um único documento, apresentado na plenária final do evento, sobre os encontros temáticos, pela professora Gisele Maria Schwartz.

Certamente, outros questionamentos gerarão novas dúvidas e aumentarão a necessidade de aprimoramento de estratégias que possam ampliar as possibilidades de avançar na configuração dos campos de produção de conhecimentos sobre recreação e lazer. Os espaços criados para reflexão são vitais para que o debate se faça presente e se possa crescer em direção à criação de impactos sociais relevantes.

Gerar instrumentos de avaliação desses impactos também representa um fator condicionante para a eficácia dessas ações, assim como o aprimoramento da gestão do conhecimento e da informação sobre lazer. Esses fatores, somados à conscientização sobre a responsabilidade dos atores sociais, são cruciais para o avanço e solidificação das áreas do lazer e da recreação. Portanto, a iniciativa de abertura de espaços de reflexão promovida pelos encontros temáticos representa um diferencial importante, contribuindo sensivelmente para a legitimação da área.

17.1 Referências

- DE ALMEIDA, Bárbara Schausdeck; MARCHI JUNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.
- DE OLIVEIRA SANTOS, Glauber Eduardo; REJOWSKI, Mirian. Comunicação científica em turismo no Brasil: Análises descritivas de periódicos nacionais entre 1990 e 2012. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 149-167, 2013. Disponível em: <<http://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/578/0>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- LAMBERTI, Fabrício; SAINNA, Andrea; MONTUSCHI, Paolo. Entertainment Technologies: Past, Present, and Future Trends. *Computing Now (Online)*, North York, v. 8, n. 2, [s.p.], 2015. Disponível em: <<http://www.computer.org/web/computingnow/archive/february2015>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- SCHWARTZ, Gisele Maria. Pesquisas sobre lazer: visibilidade e perspectivas. In: GOMES, Christianne Lucy; FERREIRA, Hélder Isayama (Org.) *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2015, p. 183-199.
- _____. et al. *Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer*: Balanço da Cedes. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.
- STEWART, Bill. Myths of leisure research: an uneasy alliance. *Journal of Leisure Research*, Ashburn, v. 31, n. 2, p. 185-188, 1999.

CAPÍTULO 18

LAZER E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

*Tiago Aquino da Costa e Silva*¹
*Alípio Rodrigues Pines Junior*²

O encontro temático institucional *Lazer e a Animação Sociocultural*, realizado no 27º ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer), levado a efeito entre os dias 04 e 06 de novembro de 2015 em Brasília/DF, foi liderado pelos professores Tiago Aquino da Costa e Silva (LEL/UNESP) e Alípio Rodrigues Pines Junior (GIEL/USP/CNPq).

Isayama (2013) considera o lazer como um espaço privilegiado para vivências lúdicas de conteúdos culturais, caracterizando-o como esfera abrangente, em profundas relações com o trabalho, com a educação, com a família, entre outras esferas do sujeito, além da compreensão como direito social previsto na Constituição Federal de 1988. Essa perspectiva apresenta a necessidade de formação de profissionais nesse campo que compreendam seu papel político e cultural e, assim, a ação profissional deve avançar na ideia de estímulo à vivência qualitativa relativa ao lazer, sendo necessário contextualizar sua ação e atribuir novos significados e olhares sobre ela.

Para Ribeiro (2014), são considerados profissionais de lazer aqueles que atuam no tempo livre das pessoas em organizações públicas (centros esportivos, parques, museus, secretarias, entre outras), privadas (hotéis, acampamentos, condomínios, academias, parques, entre outros) e nas organizações do terceiro setor (clubes, SESC, ONGs, entre outros). São

¹ Membro do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer/ Departamento Educação Física, IB. UNESP Rio Claro, presidente da ABRE - Associação Brasileira de Recreatores, diretor da KIDS MOVE e Entretenimento SP.

² Bolsista CAPES no mestrado em Ciências da Atividade Física (EACH-USP), membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (GIEL/USP/CNPq).

várias as possibilidades de intervenção na esfera do lazer, mas é preciso ter clareza sobre aspectos referentes à especificidade e abrangência dessa ação. Se, por um lado, essa diversidade é interessante, por outro ela é complicada na medida em que envolve um domínio amplo de fundamentos, competências e habilidades nem sempre trabalhados adequadamente na formação profissional (WERNECK; STOPPA; ISAYAMA, 2001).

Os profissionais do lazer recebem várias denominações – como animadores socioculturais, agentes culturais, instrutores, recreadores e monitores – que trazem uma carga semântica mais leve, aparentemente descompromissada e menos ambiciosa de acordo com Silva e Gonçalves (2010). Corroborando a mesma ideia, Ribeiro (2014) afirma que as diversificadas nomenclaturas dependem da organização em que atuará e do tipo de ação que se espera do profissional.

Complexa e diversificada é a caracterização do profissional que atua no lazer. Podem ser encontradas as mais diversas denominações para esse profissional, como monitor, recreacionista, militante cultural, consultor de lazer, animador cultural, recreador, entre outras (MARCELLINO, 2000). Essa multiplicidade de denominações é escolhida com base no tipo de ação que se quer tratar, sendo que, para Stoppa e Isayama (2001), algumas delas nem sempre requerem uma formação profissional específica.

Neste artigo, assumiremos o termo *animadores socioculturais* para categorizar os profissionais de lazer. Animação sociocultural é um conjunto de práticas sociais que têm como finalidade estimular a iniciativa e a participação das comunidades no processo de seu próprio desenvolvimento e na dinâmica da vida sociopolítica em que estão integradas (UNESCO, 1982). Para Ventosa (1993), é um modelo de intervenção dirigido a desenvolver processos sistematizados individuais e coletivos de caráter social, cultural e educativo, por meio de uma metodologia ativa, criativa e participativa.

O animador sociocultural desenvolve ação pedagógica, emba-sadora de novos valores para a efetiva participação dos sujeitos no âmbito do lazer, de modo crítico e criativo, além de ser uma denominação bastante aceita por grande parte da comunidade acadêmica e profissional (BRITO, 2007; NEGRINE *et al.*, 2001).

Para Gillet (2006, p. 34) a função de um animador seria: “[...] a de facilitar as condições de um envolvimento na vida da cidade, seja por meio de uma atividade qualquer (esportiva, cultural, ambiental, cívica). Essa elaboração conjunta permite, passo a passo, a cada um construir-se como sujeito, pensar e agir de maneira mais autônoma.”. Camargo (1998) afirma que os animadores socioculturais devem ter as seguintes características: uma polivalência cultural, conhecimento sobre as peculiaridades de participação dos diferentes públicos; capacidade de montar e coordenar equipes com profissionais de variada formação e origem; conhecimentos financeiros para elaboração de projetos; consciência das sutilezas do espaço físico e das diferentes respostas que podem provocar em diferentes públicos; além de informação sobre tipos e formas de abordagem de outras instituições públicas e privadas que possam associar-se à programação.

Esse profissional deve ser capaz de atuar como um estimulador de novas experiências, alguém que pretende discutir e estimular o acesso ao novo. Para Brito (2007), o compromisso central desse animador é com a educação de sujeitos capazes de se engajar na construção de uma coletividade mais justa, criando espaços que permitam, por parte dos cidadãos, a construção de visões mais ampliadas sobre as perspectivas qualitativas da recreação, descobrindo novos olhares e diferentes possibilidades de vivências de prazer e alegria. Conforme evidenciaram Negrine *et al.* (2001, p. 53) os animadores devem ter “[...] facilidade de estabelecer relações interpessoais; respeito à opinião dos outros; capacidade de tomar iniciativa; capacidade de ser mediador; e ter espírito coletivo.”.

Segundo Melo e Junior Alves (2012) espera-se, quanto à postura profissional, que o animador cultural tenha: formação – rompendo os limites de sua formação acadêmica, mantendo a disposição de dialogar com outros profissionais e áreas; liderança – sendo capaz de liderar grupos, desenvolvendo o programa de lazer em conjunto com o público; comunicação – dispondo-se a estabelecer contatos frequentes tanto com o público quanto com os profissionais de outras áreas; criatividade – alimentando a capacidade de inovar, criar e recriar em suas propostas; organização – instaurando uma visão estratégica de sua atuação; atualização – empenhando-se na busca de atualização permanente; e senso crítico – capacitando-se para identificar a sociedade e suas características.

Esses profissionais podem assumir inúmeras funções: planeamento, organização, execução e avaliação das atividades, de pessoas, de projetos, entre outros (RIBEIRO, 2014). Para Silva e Gonçalves (2010), os profissionais podem atuar nos equipamentos e espaços de lazer desempenhando três ações: administração, execução/animação e avaliação/manutenção.

Silvestre Neto (1980) traça requisitos essenciais para a atuação do profissional do lazer: 1) uma formação cultural profunda e ampla; 2) ação social voluntária; 3) atuação relacionada à influência e liderança; 4) desconformação da rotina e do consumismo; 5) inquietação social e cultural; 6) ligação afetiva à prática cultural; e 7) caráter crítico e opinativo. O aumento nas ofertas para o trabalho no lazer tem resultado no aparecimento de uma diversidade de funções que se pode assumir, desde administração, até organização e execução de atividades. Observa-se, portanto, o aparecimento de um promissor mercado de trabalho em lazer, o que permite destacar a presença de profissionais com formação diversa, trabalhando em várias instituições privadas, públicas e de terceiro setor, segundo Isayama (2013).

Pela complexidade e peculiaridade do trabalho dos animadores em diferentes setores, torna-se necessário que esses profissionais tenham uma formação ampla e contínua, já que lidam com os valores e com a expectativa de vivência dos conteúdos culturais do lazer, segundo Pines Junior *et al.* (2014). A formação de profissionais no campo do lazer deve ser fundamentada nas competências técnica, política, científica, pedagógica e filosófica. Para tanto, a formação deve romper com a visão apenas tecnicista, buscando, sobretudo, uma *práxis* consciente (MARCELLINO, 2010).

As reflexões sobre a formação profissional em diferentes áreas têm sido ampliadas frente às exigências atuais, que buscam qualificar as ações para o atendimento das demandas da sociedade (SAYAMA, 2013). Autores como Silva e Gonçalves (2010) defendem a tese sobre a necessidade de formação universitária e profissional para que o animador adquira informações e conhecimentos precisos para o desenvolvimento mais qualificado de seu trabalho.

Muitos cursos universitários apresentam disciplinas que tangenciam as temáticas da animação, como: Turismo, Lazer, Serviços Sociais, Pedagogia, Hotelaria, Sociologia, Artes Cênicas e Educação Física, agregando conhecimentos específicos e técnicos. Porém, nem sempre essas áreas possuem um olhar interdisciplinar que possa efetivamente subsidiar todo o conteúdo necessário para a adequada atuação do profissional em campos específicos, como a da animação em cruzeiros marítimos, por exemplo.

No Brasil, a formação profissional no âmbito do lazer vem se concretizando, sobretudo, por duas perspectivas: a primeira tem como ênfase a preocupação em formar um profissional mais técnico, que tenha como orientação primordial o domínio de conteúdos específicos e metodologias, privilegiando a familiarização com as práticas e as atividades apresentadas no dia a dia do animador cultural; a segunda perspectiva aponta como prioridade a formação centrada no conhecimento, na cultura e na crítica, que se dá por meio da construção de saberes e competências que devem estar alicerçados no comprometimento com os valores disseminados em uma sociedade democrática, bem como, na compreensão do papel social do profissional na educação para e pelo lazer (SAYAMA, 2013).

Somente existirá um indivíduo capacitado e pronto para atuar quando esses dois eixos de formação forem trabalhados simultaneamente. Segundo Isayama (2010), é preciso superar uma das tendências encontradas no campo do lazer que considera a recreação como a prática e o lazer como teoria, salientando ainda mais as discrepâncias na formação. A teoria deve ser pensada, formulada e aplicada com base na realidade concreta da animação sociocultural, sendo fundamental para a transformação das vivências no lazer presentes no mercado. Para tanto, todos os componentes da formação devem trabalhar a unidade teoria-prática de diferentes configurações, tendo em vista a necessidade de pensar a totalidade da intervenção profissional e da formação como possibilidade de minimizar as distorções decorrentes da priorização de um dos eixos.

Entretanto, para Melo e Alves Junior (2012), três iniciativas devem estar presentes para compor uma formação de qualidade:

- A discussão dos aspectos teóricos do lazer e da cultura em suas mais diferentes dimensões.
- A discussão das mais diferentes linguagens e suas possibilidades de incorporação a um programa de animação cultural.
- O estímulo à formação cultural dos alunos.

De fato, se o âmbito de atuação do lazer não pode ser entendido por uma ótica disciplinar, o ideal seria montar uma equipe multidisciplinar que, atuando em conjunto, comporia o programa com base em diversas experiências e visões, segundo proposta de Melo e Alves Junior (2012). Na perspectiva de se aprimorar, sobretudo, a atuação do animador e/ou recreador no Brasil, a ABRE – Associação Brasileira de Recreadores vem desenvolvendo ações na busca da valorização dos profissionais do lazer.

Por fim, o profissional de lazer deve estar atento quanto à sua formação, seja técnica e/ou acadêmica, a fim de intensificar suas ações laborais, sendo capaz de organizar e sistematizar programas recreativos e de lazer que possam oferecer à comunidade favorecida a autonomia, a responsabilidade social, bem como a possibilidade da diversão.

18.1 Referências

- BRITO, G. A. P. **Formação e qualificação para atuação profissional em lazer: o caso da política pública de Piracicaba-SP**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP. 2007.
- CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- GILLET, J. C. A perspectiva socioeducativa da animação social. In: ARREGUI, C. C.; WANDERLEY, M. B. (Orgs) **Colóquio de animação sociocultural**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2006.
- ISAYAMA, H. F. Formação profissional no âmbito do lazer: desafios e perspectivas. In: _____. (Org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 09-26.
- _____. O profissional do lazer. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 37-61, 2013.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- _____. A relação teoria e prática na formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas, SP: Papirus, 2010, p. 59-86.
- MELLO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- NEGRINE, A. et al. **Recreação na hotelaria: o pensar e o fazer lúdico**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.
- PINES JUNIOR, A. R. et al. Estudos sobre a formação acadêmica dos animadores socioculturais em navios de cruzeiro no Brasil. In: **I Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/ XV Seminário O Lazer em Debate**, 2014, Belo Horizonte: Coletânea do I Congresso Brasileiro de Estudo do Lazer/ XV Seminário O Lazer em Debate. Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO/DEF, 2014. v. 1.
- RIBEIRO, O. C. F. **Lazer e recreação**. São Paulo: Érica, 2014.
- SILVA, T. A. C.; GONÇALVES, K. G. F. **Manual de Lazer e Recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos**. São Paulo: Phorte, 2010.
- SILVESTRE NETO, D. Quem é o animador cultural? **Leituras Celazzer**, São Paulo, n.6, p. 1, 1980.
- STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e Mercado**. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 71-100.
- UNESCO. **Conferencia mundial sobre las políticas culturales**. Informe final. México, D.F., 26 de julio – 6 de agosto, 1982. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/0525055b.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- VENTOSA, V. J. **Fuentes de La Animación Sociocultural en Europa**. Madrid: Editorial Popular, 1993.
- WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e Mercado**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CAPÍTULO 19

GESTÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER NO SESC E NO SESI NO BRASIL: DA CRIAÇÃO E DO PROCESSO HISTÓRICO AO ESTADO DA ARTE NO SÉCULO XXI

Luiz Wilson Pina¹

Luiz Carlos Marcolino²

Márcia Cristina Pinto Bickel³

19.1 Introdução

Este texto abordará o Sesc desde sua dimensão de serviço social à recreação e ao esporte, seguindo-se por sua atuação no campo da ação comunitária ao campo do lazer, chegando-se à sua gestão integrada de programas socioculturais, culminando com o planejamento como política de ação. A criação das organizações conhecidas como Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social da Indústria (Sesi) é consequência histórica da Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada no município fluminense de Teresópolis, de 1.º a 6 de maio de 1945, que deu origem ao documento *Carta Econômica de Teresópolis*, na qual os empresários do comércio e da indústria registraram um conjunto de sugestões para a melhoria das condições produtivas da sociedade brasileira, considerando as profundas mudanças no panorama das nações do mundo com o final da Segunda Guerra Mundial e a formação das Nações Unidas, destinada a alterar as relações políticas e econômicas entre os países de todos os continentes.

¹ Graduado em Ciências Econômicas, com especialização e mestrado em Lazer e Recreação pela UNICAMP, mestre em Educação Ambiental pela UNIP-SP, consultor em Lazer.

² Graduado em Educação Física, com especialização em Lazer pela UFMG.

³ Mestre em Lazer pela UFMG, assessora técnica da Gerência de Lazer do Sesc Departamento Nacional.

Como resultante desse documento, foi elaborada a *Carta da Paz Social*, que apresentava algumas propostas para o aperfeiçoamento da qualidade de vida da população brasileira, publicada em 1946. Essas ideias e conceitos inspiraram os textos legais que fundaram Sesi e Sesc. A criação do Sesi foi determinada pelo decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946. Seu primeiro artigo explicita:

Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar, planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.

§ 1º Na execução dessas finalidades, o Serviço Social da Indústria terá em vista, especialmente, providências no sentido da defesa dos salários - reais do trabalhador (melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene), a assistência em relação aos problemas de vida, as pesquisas sociais - econômicas e atividades educativas e culturais, visando a valorização do homem e os incentivos à atividade, produtora.

Quanto ao Sesc, o decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, enuncia, em seu artigo inicial:

Art. 1º - Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (Sesc), com a finalidade de planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade.

§1º - Na execução dessas finalidades, o Serviço Social do Comércio terá em vista, especialmente, a assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte); providências no sentido da defesa do salário real dos comerciários; incentivo à atividade produtora; realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem, pesquisas sociais e econômicas.

Encontrar semelhanças e similitudes em suas ações é simplesmente uma consequência inevitável das ideias que nortearam sua criação, com praticamente a mesma missão claramente definida nos termos dos respectivos documentos legais que as instituíram e definiram sua implantação definitiva.

Nessas sete décadas de funcionamento, podem-se identificar algumas fases de sua evolução histórica, com características e procedimentos diretamente vinculados às várias épocas e momentos do processo civilizatório brasileiro.

19.2 Primeira fase (1946-1960) – estruturação e consolidação

As organizações foram criadas em significativa época de transformação social, política e econômica no Brasil, em pleno processo de industrialização do país, embora tardia em comparação com outras sociedades mais desenvolvidas, e no início do crescimento da urbanização da população brasileira, mudando em quantidades cada vez maiores do campo e das cidades menores para as maiores e para as metrópoles, em busca de melhores condições de trabalho, de educação, de saúde e de moradia. Observa-se, desde as primeiras décadas do século passado, a expansão do papel social das organizações da sociedade civil (sindicatos patronais e de trabalhadores, associações etc.), que exigiram dos poderes públicos maior participação nas decisões políticas e econômicas.

Sesc e Sesi surgiram com a proposição de oferecer programas sociais que pudessem melhorar a qualidade de vida da crescente população trabalhadora, cada vez mais concentrada nas cidades e manifestando crescentes demandas de serviços públicos que pudessem contribuir para seu bem-estar. Ambas as organizações se caracterizavam, e se caracterizam ainda hoje, por serem entidades jurídicas privadas com finalidades públicas, com ofertas complementares ou suplementares aos serviços públicos em geral.

Em seus primeiros anos de funcionamento, como seus recursos econômicos ainda eram reduzidos e era evidente para os seus dirigentes que deveriam inicialmente montar uma estrutura física que pudesse atender minimamente seus beneficiários, as organizações atuaram com perspectivas limitadas, com alguns programas de serviço social, sobretudo no atendimento familiar e em algumas ações comunitárias. Desde essa primeira fase de sua história, seus quadros técnicos e profissionais constataram que Sesc e Sesi ofereciam possibilidades concretas e efetivas de conceber, planejar e implantar programas e ações para o benefício, a inclusão e a transformação social dos trabalhadores dos setores industrial e terciário e seus familiares, com efeitos e resultados definidos por seus próprios limites físicos, econômicos e políticos.

Essa ideia continua atual ainda hoje, mesmo que o quadro social, econômico, urbano, demográfico, tecnológico, ambiental e cultural em todas as unidades da federação sejam totalmente diferentes daquela época em que surgiram as organizações. É uma constatação que acompanhou toda a sua história, e que transparece nos documentos e diretrizes organizacionais, mesmo com palavras e termos diferentes.

Nessa primeira fase, foram definidas as diretrizes de ação que deram origem às respectivas culturas organizacionais, foram elaborados os primeiros programas operacionais, direcionados, como observado anteriormente, às ações pertinentes ao serviço social, e foram estruturados os quadros técnicos, profissionais e de gestão. Por razões consequentes e evidentes, os primeiros grupos técnicos foram formados por assistentes sociais oriundos de faculdades que ofereciam uma formação de qualidade, o que teve forte influência direta nos desfechos de Sesc e Sesi ao longo das décadas seguintes e está presente em suas respectivas culturas organizacionais.

A *cultura organizacional*, segundo Jones, um dos mais conhecidos autores sobre o tema, é construída com base em diversos fatores (2010, p. 06-07):

Cultura organizacional é o conjunto de valores compartilhados e normas que controla as interações de membros da organização entre si, com fornecedores, consumidores e outras pessoas de fora

dela. A cultura é modelada pelas pessoas dentro da organização, pela ética da organização, pelos direitos trabalhistas concedidos aos empregados, pelo tipo de estrutura usado pela organização. Assim como a estrutura organizacional, a cultura organizacional modela e controla o comportamento dentro da organização. Isto influencia a maneira como as pessoas respondem a uma situação e como interpretam o ambiente ao redor da organização.

Na década de 1950, de lenta expansão dos recursos físicos, a oferta de programas foi incrementada, atuando-se também nas áreas da saúde, da educação (mais o Sesi), das férias dos trabalhadores (mais o Sesc), do esporte (de performance no Sesi e de participação no Sesc) e na recreação. Essa oferta foi também uma resposta às perspectivas proporcionadas pela CLT (1º de maio de 1943), que garantia as férias dos trabalhadores e o tempo livre nos finais de semana sem perda de sua remuneração. Nesse aspecto, o Sesc apresentou uma iniciativa interessante e até mesmo original naquele momento, ao inaugurar em São Paulo, em 1948, a então denominada Colônia de Férias de Bertioiga, distrito do município de Santos (Bertioiga tornou-se município autônomo em 1991). Era praticamente um *resort* para o trabalhador, em região isolada onde existia uma pequena vila de pescadores. Quando não se pensava em soluções práticas para as férias dos trabalhadores, dentro das suas possibilidades financeiras, o Sesc adiantou-se com uma oferta concreta que funciona efetivamente ainda nesta segunda década do século 21. Outras colônias de férias foram implantadas nos anos seguintes, como a de Nogueira, distrito de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, inaugurada em 1952.

1.9.3 Segunda fase (1960-1980) – avanços técnicos e conceituais

Na era desenvolvimentista do final da década de 50 e do começo da década seguinte (Índice de crescimento médio anual do PIB de 8,1% no governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961), com o consistente crescimento da receita compulsória que, conforme estipulado

legalmente, sustentava financeiramente as organizações, em percentual calculado sobre as folhas de pagamento das empresas industriais e comerciais gerando valores pagos pelos empregadores (ainda hoje muitos pensam que são os trabalhadores que pagam, interpretação equivocada, visto que essa contribuição sempre foi paga pelas empresas), registra-se um incremento significativo das estruturas físicas de Sesc e Sesi, que já estavam presentes em todos os estados com suas respectivas administrações regionais.

Expandem-se os programas oferecidos aos beneficiários, são construídas muitas novas unidades, são implantados novos espaços construídos, de dimensões e capacidade de atendimento amplamente superiores aos mais antigos, e são criados alguns novos conceitos de equipamentos socioculturais, com modelos que agrupam instalações diversificadas para atividades esportivas, artísticas, associativas e recreativas tanto pelo Sesc como pelo Sesi. Este investe em amplas instalações esportivas para treinamento e performance, e o Sesc opta por espaços para atividades esportivas com foco na participação. Contudo, no conjunto, passam a apresentar uma oferta importante para essas práticas pela população beneficiária – industriários e comerciantes e seus familiares. Nessa fase, surgem também novos conceitos de ação, como o atendimento à terceira idade, o turismo social, as ações comunitárias que utilizam os espaços públicos disponíveis nas cidades e o foco no lazer, como base para as propostas de ação e de intervenção junto a seus públicos respectivos.

Devido ao progresso econômico dos setores industriais observado nesse período, o consequente crescimento da arrecadação compulsória destinada ao Sesi permitiu a construção de uma rede física relevante, superior em quantidade e em tamanho à rede do Sesc, em muitos dos estados do país, com equipamentos de maiores dimensões e capacidade, estruturados sobre conjuntos de instalações esportivas pensadas para o preparo e a competição, completados por espaços para atividades associativas e conjugados com escolas de nível básico e médio que ganharam avaliação favorável posteriormente pela qualidade do ensino nelas ministrado.

O Sesi, a partir da década de 1950, acrescentou um diferencial comparativo em relação ao Sesc: além do atendimento nas unidades físicas e móveis, também atuou diretamente nas empresas contribuintes com vários programas e projetos em espaços das próprias corporações, prestando os benefícios aos empregados no próprio local de trabalho, com mais ênfase e com um volume bem superior de atividades do que a organização do comércio na mesma modalidade. Essa iniciativa do Sesi foi mantida ao longo de toda a sua existência, transformando-se em mais uma característica importante de sua cultura organizacional. Em contrapartida, o Sesc teve uma atuação bem mais tímida e sem a mesma contínuidade apresentada pela organização da indústria. Essa é uma diferença interessante nas culturas organizacionais a ser registrada.

19.4 Terceira fase (1980-2000) - a expansão da rede física

Nas duas últimas décadas do século passado, a situação comparativa se inverteu. Devido ao maior crescimento do setor terciário, de comércio e serviços, graças à urbanização e às mudanças qualitativas da economia brasileira, a arrecadação do Sesc aumentou mais do que a do Sesi em termos percentuais, sobretudo em consequência do Plano Real, possibilitando o incremento de sua estrutura física de equipamentos, com projetos de grande porte sendo desenhados e construídos em muitos lugares, dotando a organização de uma rede importante nas grandes cidades e em várias regiões do país. Conceitualmente, seus equipamentos se diferenciavam daqueles do Sesi: as piscinas são planejadas para atividades recreativas e não para competições, com profundidade mais reduzida e bordas geralmente de formato livre; muitos dos ginásios não têm arquibancadas, sendo pensados para uso integral em atividades participativas; essas instalações são associadas a teatros, auditórios e outros espaços para atividades artísticas em diversas modalidades, considerando-se o tempo de lazer como o período privilegiado para o usufruto das manifestações e do patrimônio culturais da sociedade brasileira, como orientação conceitual de programas e do planejamento dos recursos físicos.

Esse período também se caracteriza pelo foco na gestão, aperfeiçoando-se gradativamente os processos e metodologias de administração financeira e de pessoal, adotando-se intensivamente novas tecnologias, como aquelas articuladas sobre os meios digitalizados, e aprimorando-se os sistemas de controle de receitas e despesas, visando a viabilizar economicamente o futuro das organizações. A gestão de recursos humanos é um capítulo à parte: desde a sua criação, Sesc e Sesi constataram a necessidade de adotar métodos de treinamento complementar para seus quadros de pessoal, considerando as características peculiares de seus sistemas de funcionamento e atendimento, de seus programas de ação e das formas de interação com os comerciantes, industriários e suas respectivas famílias.

Esse trabalho registrou grande avanço a partir da década de 1960 e foi consideravelmente aprimorado nos anos seguintes, adotando-se programas internos e externos de preparação e treinamento de recursos humanos. Dentre as medidas implantadas, pode-se destacar a realização de vários cursos de pós-graduação *lato sensu* em parceria com renomadas instituições universitárias. Foram implantados programas formais de bolsas de estudo para graduação, aperfeiçoamento, especialização e mesmo mestrado e doutorado. Ambas as organizações se envolveram também na realização, direta ou em parcerias, de inúmeros eventos técnicos, profissionais e acadêmicos, nos quais inscreviam numerosos funcionários, visando igualmente à melhoria de sua qualificação. O ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer) que, em 2015 registrou sua 27ª edição consecutiva, foi várias vezes organizado pelo Sesc ou pelo Sesi.

Sem que se houvessem associado ou debatido essa questão, as duas organizações adotaram o princípio de que somente uma gestão de qualidade de seus recursos físicos, materiais, econômico-financeiros e de pessoal poderia assegurar a continuidade de sua existência efetiva na sociedade brasileira, garantindo o atendimento de boa parte de sua população beneficiária no cumprimento de sua missão original: a de proporcionar melhor qualidade de vida aos comerciantes, industriários e seus dependentes. Assim ingressaram no novo século, para o qual as análises prospectivas evidenciam

mudanças e transformações em todas as estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais e demográficas.

19.5 Quarta fase (2000 em diante) – revisão, renovação ou inovação: novos conceitos para os novos tempos

As organizações ingressaram no novo século e no novo milênio beneficiando-se das ações socioculturais que haviam concretizado até então. Atendiam a milhões de beneficiários por ano, desfrutavam de um bom conceito junto à sociedade, recebiam demonstrações de respeito por parte das autoridades públicas, dos setores empresariais e dos meios de comunicação. O panorama que se visualizava exigia, em primeiro lugar, a manutenção do que fora realizado nos anos anteriores. A gestão integrada dos programas socioculturais, a continuidade dos processos de planejamento, o foco mais amplo na cultura como fundamento programático, o lazer como referência para a ação cultural e a continuidade da expansão dos recursos físicos delineavam a necessidade de aperfeiçoar ainda mais os instrumentos e as metodologias de gestão.

Verificou-se nesses primeiros anos do século XXI um trabalho redobrado de modernização dos sistemas tecnológicos como base de todos os sistemas operacionais e administrativos, embora com algumas diferenças conforme a capacidade econômica e financeira de cada departamento regional. A impressionante evolução dos dispositivos e sistemas informatizados veio indicar, durante esses primeiros 15 anos do novo tempo, que o conjunto de ações relacionadas acima não é mais suficiente.

A sociedade brasileira passa por amplas e profundas mudanças e transformações, comportamentais, sociais, culturais, ambientais, políticas, tecnológicas, demográficas e urbanas. Em decorrência, motivações e interesses da população beneficiária também passarão por alterações. As formas de participação individuais e coletivas igualmente deverão mudar. Verifica-se uma tendência à busca por atividades auto-organizadas e auto-orientadas nos vários campos culturais. As pessoas começam a não procurar por ofertas de atividades esportivas, artísticas ou associativas, mas

tentam realizá-las de modo grupal, obtendo espaços públicos ou privados e levantando outros recursos por coleta coletiva ou por cessão por terceiros (empresas ou órgãos públicos). O movimento conhecido como *crowdfunding* faz parte dessa realidade recente. Altera-se a relação de dependência entre quem fornece a oferta e quem exerce a demanda, procedimentos que Sesc e Sesi souberam suprir com eficiência até então.

Complementa-se esse quadro com a constatação de que em muitas cidades e regiões, notadamente nas áreas metropolitanas, mas também ganhando pouco a pouco municípios de médio e pequeno porte, surge uma oferta mais consistente de equipamentos e de programas justamente naquelas áreas atendidas pelas organizações analisadas, determinada e definida por agentes públicos e do terceiro setor. As pessoas se associam em torno de um ou de alguns interesses culturais e, com o tempo, formalizam uma organização do terceiro setor que obtém e viabiliza recursos físicos, materiais e financeiros e desenham ofertas interessantes de atividades acessíveis para a população.

Os poderes públicos, em suas três instâncias, mas principalmente os estaduais e municipais, progressivamente estão montando uma estrutura de atendimento nessas mesmas áreas nas quais Sesc e Sesi atuaram e atuam. Um exemplo desse fato é o programa dos Centros Educacionais Unificados, os CEUs, da Prefeitura Municipal de São Paulo, escolas que dispõem de um conjunto de instalações muito semelhante às das unidades operacionais das entidades do comércio e da indústria: piscinas, ginásios poliesportivos, teatros etc. Hoje a Prefeitura Municipal de São Paulo administra uma rede de teatros localizados justamente nos bairros da cidade que anteriormente não dispunham desse tipo de instalação. Qualitativamente, já existem exemplos consistentes de um padrão equivalente, como o Centro Cultural Banco do Brasil (no Rio de Janeiro e em São Paulo).

Diante do que foi aqui sintetizado, que justifica descrição mais ampla e mais profunda, enquadra-se no horizonte do futuro, tanto mediato quanto imediato, o risco da irrelevância das organizações, que podem se tornar mais uma oferta de serviços e programas entre tantos outros. Por enquanto, ainda existe um diferencial qualitativo na comparação geral, mas essa realidade também está mudando e pode mudar ainda mais.

Sucintamente, as organizações Sesc e Sesi defrontam-se com uma conjuntura comum de fatores que podem afetar a qualidade de suas decisões, ações e programas, que são pertinentes à sua própria natureza e ligados diretamente às origens de sua criação e implantação:

- Estrutura organizacional hierarquizada e burocratizada, mesmo com todos os avanços e aperfeiçoamentos da gestão.
- Pouca valorização da importância da história das organizações. Ambas têm uma história rica em experiências, em proposições concretas e efetivas nos diversos campos socioculturais nos quais atuaram, dispondo de um acervo metodológico importante nesse sentido. Mas registram e divulgam pouco a sua história.
- Os processos de comunicação, em geral, são exercidos de forma não linear e não bem articulados entre programas, áreas de atuação, unidades operacionais e departamentos regionais. Observa-se que, após quase 70 anos de funcionamento, as organizações deveriam ser mais conhecidas e mais valorizadas pela sociedade brasileira.
- Os modelos que orientam as ações administrativas e técnicas estão se tornando anacrônicos, diante das transformações socioculturais apontadas anteriormente.
- Mesmo com todas as experiências até então realizadas, continua recorrente a dificuldade em lidar com processos de trabalho de caráter transdisciplinar.
- Como em todas as organizações muito bem estruturadas e com uma longa história, há resistência ao novo e ao diferente. Essa característica de atitude interna cultural foi superada muitas vezes quando as organizações desenvolveram e registraram avanços conceituais e programáticos. Nos novos tempos, a postura dos quadros gerenciais, técnicos, administrativos e operacionais deve ser muito diferente para abrir caminho a novas proposições melhor articuladas com a sociedade do século XXI que está em fase de formação.
- Uso restrito e pouco elaborado de processos de avaliação. Poucas tentativas foram feitas para a construção de um sistema de indicadores coerente com os programas de ação e que possa fornecer indicações e parâmetros para a gestão.

- É pouco estimulado e valorizado o potencial criativo dos profissionais do quadro de recursos humanos. Paradoxalmente, nunca foram tão bem preparados, do ponto de vista da qualificação, resultado direto e concreto dos programas de formação e treinamento de pessoal implantados nas décadas anteriores. Esses profissionais têm condições viáveis e possibilidades factíveis de pensar e elaborar propostas de ação condizentes com as novas realidades, que permitam a continuidade dos programas socioculturais das organizações com qualidade e boa aceitação pela população beneficiária.
- Pertence ao passado recente a situação confortável na qual Sesc e Sesi podiam escolher com relativa tranquilidade os campos de ação para os quais poderiam propor programações de serviços e atividades. Existiam lacunas e deficiências na ação dos poderes públicos em muitas áreas, a população se ressentia de tais carências, e as organizações vinham suprir em parte, obviamente para os seus beneficiários diretos, tais deficiências que afetavam negativamente o bem-estar e a qualidade de vida. Com a mudança desse quadro, ainda em processo de transformação, porém indicando tendências claras para as próximas décadas, tornou-se mais difícil, contestável e complicado o processo de tomada de decisões sobre a escolha, definição, concepção, desenho, preparação e implantação de programas socioculturais que possam viabilizar uma atuação de qualidade.

Finalizando este breve ensaio, podem-se indicar algumas metodologias para fundamentar esse processo:

- Valorizar e continuar investindo na qualificação profissional dos funcionários, de todos os setores da estrutura organizacional.
- Pesquisar e implantar modelos de formação mais ajustados aos novos tempos, às novas situações, às novas tecnologias, e aceitar as inovações sugeridas ou as experiências propostas. Conforme apontado anteriormente, as organizações continuam oferecendo possibilidades concretas para o desenvolvimento de proposições consistentes e viáveis de intervenção na realidade sociocultural da sociedade brasileira.
- Adequar as redes físicas às novas realidades. Em muitos países, a estrutura de equipamentos de lazer ou de equipamentos culturais está sendo repensada e readequada, justamente para corresponder às novas exigências da população e para responder ao advento das tecnologias digitais, que interferem direta e pesadamente nos comportamentos e atitudes individuais e sociais.

- Apropriar dessas mesmas novas tecnologias. Sesc e Sesi as utilizam intensivamente nos processos administrativos convencionais, mas ainda são pouco consideradas e empregadas nas programações de atividades socioculturais. Assim como avançaram ao estudar, analisar e aplicar diretamente as teorias, noções e práticas do lazer no século passado, podem avançar novamente com a inclusão consistente e efetiva das novas tecnologias em sua ação direta.

Finalmente, quanto ao cenário onde atuam as organizações, a sociedade brasileira com suas variações estaduais, regionais, urbanas e locais, Sesc e Sesi têm uma missão ainda atual. É necessário, contudo, em primeiro lugar, demonstrar para todos os agentes socioculturais que ainda podem desempenhar um papel relevante nas inevitáveis transformações e na vida individual e coletiva da população beneficiária – comerciais, industriários e seus dependentes –, desde que propostas e programas sejam pensados, definidos, decididos, planejados e implantados de acordo com essas tão citadas novas realidades.

19.6 Referências

- BRASIL. **Decreto-Lei n. 9.403**, de 25 de junho de 1946. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126555/decreto-lei-9403-46>>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- _____. **Decreto-Lei n. 9.853**, de 13 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19853.htm>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- JONES, Gareth R. **Teoria das Organizações**. Tradução de Luciane Paleti e Daniel Vieira, 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CAPÍTULO 20

GESTÃO ESTRATÉGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER EM CLUBES SOCIORECREATIVOS

Marcos Ruiz da Silva¹

Para falar sobre a gestão estratégica das experiências de lazer nos clubes socio-recreativos é necessário indicar uma série de disposições que estão incorporadas ao universo que circunscreve a forma de pensar e agir administrativamente dessas entidades. Para isso, a discussão deste texto está mais demarcada no levantamento de um conjunto de questões sobre a complexa trama que implica a gestão dos clubes, do que no indicar caminhos ou sugestões de caráter técnico sobre o tema – ou seja, de orientar a estruturação de um planejamento estratégico para um clube socio-recreativo.

Concebidos no Brasil a partir do século XIX, os clubes socio-recreativos² surgiram como a representação dos interesses de diferentes grupos sociais – sejam esses interesses a manutenção das tradições e costumes étnicos; a mobilização para a assistência social de determinadas comunidades; a prática esportiva; a mobilização política; as práticas artísticas e literárias, dentre outros. É comum a presença dessas instituições em outros países da América do Sul e também em outros continentes, como na América do Norte e Europa (SILVA, 2008).

Mesmo considerando que as características estruturais gerais dessas entidades são similares quanto à forma de funcionamento, sua constituição jurídica, e outros fatores mais globais³, há particularidades muito distintas na organização da vida cotidiana desses espaços. Dentre elas, podemos dizer que a própria construção na forma das sociabilidades vividas pelas pessoas é carregada de sentidos muito particulares.

¹ Mestre em Educação Física – História e Sociologia do Esporte (UFPP), doutorando em Educação Física (UEM), coordenador de Pós-graduação no Centro Universitário Internacional – UNINTER, Curitiba, PR. E-mail: mruiz4@hotmail.com.

² Os termos como: clubes socio-recreativos, sociodesportivos, associações e gremiações são considerados para este artigo sob o termo socio-recreativo. Cf. SILVA, 2009.

³ Cf. SILVA, M. R. *Lazer nos clubes socio-recreativos*. São Paulo, SP: Factach Editora, 2009.

Essas singularidades são frutos de um conjunto de variáveis que influenciaram a composição de uma cultura cooperativa. Assim, a partir de um conjunto de normas e valores que foram – e são – compartilhados pelos membros que pertencem à organização, as pessoas acabam por atribuir significado à natureza da vida associativa da qual fazem parte. Assim, tratar da gestão de um clube da Região Nordeste de nosso país nos indica a necessidade de levar em consideração um conjunto de aspectos que são distintos em relação a um clube da Região Sul. Da mesma forma, é necessário pensar um clube da capital de algum estado de forma distinta daquele que está localizado no interior do mesmo território.

Acreditamos que essa diversidade característica de cada clube é a própria tradução de um país que foi construído pela mistura de culturas e etnias, associadas à sua dimensão territorial, à manutenção de algumas tradições dentro dessas estruturas e à forma de gestão adotada ao longo dos anos pelos clubes. Considerar a combinação desses elementos de forma interligada pode nos ajudar a compreender melhor o sentido atribuído às experiências de lazer nos clubes sociorecreativos.

Tratando mais detalhadamente sobre os sistemas de gestão adotados pelos clubes para administrar a vida associativa de seus associados, encontramos algumas propriedades que exercem influência sobre esse aspecto. Dentre elas está sua gênese, sua origem de estar ou não vinculada a outra instituição que contribua para a manutenção – parcial ou integralmente – de questões de ordem financeira, física ou mesmo ideológica. Nesse caso, podemos dizer que, apesar de diferentes motivações na constituição dessas entidades, como dissemos anteriormente, existem praticamente dois grupos distintos: um que está ligado a outra entidade, seja ela uma instituição religiosa, escolar ou empresarial, independentemente de seu segmento no mercado – comércio, indústria, serviços –, seja ela pública ou privada; outro que é o resultado da mobilização de grupos sociais ou empreendimentos imobiliários independentes.

No primeiro caso, vemos a necessidade da pessoa pertencer à instituição mantenedora¹ para poder fazer parte do quadro associativo do clube, porque há uma vinculação do clube a essa entidade, como por exemplo, os clubes de funcionários de empresas, como a Associação Viking, vin-

¹Estamos considerando como instituição mantenedora aquela de caráter jurídico que mantém um vínculo com o clube, seja pelo suporte financeiro ou outro qualquer.

culada à Volvo; a Associação Desportista Classista Mercedes-Benz, voltada aos funcionários da Mercedes-Benz; os diversos clubes de funcionários da Petrobrás, dentre outros. Nesses exemplos, as experiências de lazer dessas pessoas estão imbricadas em uma ética condicionada aos valores, comportamentos, normas, hierarquias e objetivos estabelecidos dentro do ambiente laboral. Os funcionários que participam das atividades oferecidas por esses clubes estão envolvidos, de alguma forma, sob aspectos constrangedores assimilados no trabalho que exerce, um fator de coerção, considerando como se predispõem a participar das atividades oferecidas. Também é possível afirmar que as empresas que oferecem clubes para o usufruto de seus funcionários e familiares têm certa intencionalidade – como o aumento da produtividade – que é efetivada na forma que pensam os calendários de eventos e outros serviços oferecidos aos usuários.

No segundo caso, apesar de também existirem mecanismos coercitivos que geram constrangimentos e orientam a conduta das pessoas, o interessado em associar-se a esses clubes não sofre – de forma direta – alguma repressão, mesmo que simbólica, da entidade em que exerce suas atividades religiosas, escolares ou laborais. Assim, as experiências de lazer acabam por conformar-se sob a influência de diferentes referências éticas construídos nos diversos ambientes em que a pessoa convive – igreja, escola, trabalho, família – e que são reproduzidos pela determinada associação.

Levando em conta os fatores motivadores e a gênese desses clubes, é pertinente afirmar que há uma grande diversidade de clubes em todo o território nacional, quanto ao conteúdo, ao tamanho, às condições econômicas, sociais e culturais. Assim, encontramos os clubes classistas como as AABs Associação Atlética do Banco do Brasil –, os clubes do Sesi Serviço Social da Indústria – e de outras empresas representadas por diferentes segmentos, como o setor automobilístico, dentre outros. Encontramos também as instituições vinculadas à organização dos trabalhos de instituições públicas, como prefeituras, universidades e outros. Há ainda aqueles vinculados a grupos étnicos, como outros organizados pelo conteúdo (dança, esporte, música ou outros). Dessa forma, acreditamos que a maneira de pensar e agir sobre as experiências de lazer também é muito distinta.

Apesar de, no passado, os clubes contarem com uma representatividade numérica mais expressiva do que nos dias atuais, é possível afirmar que ainda

há um número considerável de pessoas que usufruem desses equipamentos específicos de lazer e, consequentemente, dos serviços oferecidos por eles para desfrutar de experiências de lazer. É relevante destacar que há um discurso recorrente no meio administrativo-clubístico justificando as dificuldades que muitas dessas instituições vêm sofrendo para se manter em funcionamento. A ampliação de ofertas de lazer nos grandes centros urbanos, como *shoppings*, o aumento significativo dos centros esportivos e de ginástica, a proliferação de empreendimentos imobiliários residenciais com infraestrutura de lazer, como prédios e condomínios horizontais, são os argumentos mais frequentes.

Entretanto, mesmo havendo um crescimento na quantidade de estruturas voltadas ao lazer das pessoas, aumentando assim a concorrência com os clubes, pensamos que o problema central está na gestão assumida por algumas entidades. Isso porque essa dificuldade de sobrevivência dos clubes não é algo relacionado à conjuntura dos dias atuais, visto que, no século XIX, milhares de clubes foram criados e outros milhares desapareceram.

Contudo, há de se destacar que realmente houve uma significativa alteração no modo do brasileiro, associado a um clube, relacionar-se com essas instituições a partir da década de 1990. Apesar de não ser possível atribuir esse fato a um único fator, é pertinente dizer que um dos fatores que influenciou esse comportamento foi uma mudança no aspecto econômico do cidadão brasileiro. Com a estabilização da economia nessa época, provocada pelo Plano Real, houve uma evasão expressiva das pessoas dos clubes. Até então, não era incomum um associado pertencer ao quadro associativo de dois ou mais clubes, ou mesmo pagar, sistematicamente e por um longo período, sua contribuição mensal, comumente chamada de TMD², ou taxa de condomínio, sem frequentar suas instalações.

Uma hipótese sobre essa diminuição expressiva dos associados nos clubes deve-se ao fato de que, com a estabilização da moeda, o cidadão conseguiu ter uma ideia mais concreta de como seu dinheiro estava sendo consumido por suas despesas mensais e planejar melhor seu orçamento. E, dentro desse cenário, aqueles associados que já não frequentavam mais os clubes há algum tempo, optaram por eliminar essa despesa.

Vinculado a esse fato, também fica claro para Silva (2009) que há uma transição da forma com que o associado percebe o clube em sua vida. De um

² Taxa de Manutenção e Desenvolvimento.

caráter mais romântico, no qual ele passa de um vínculo afetivo com a instituição a qual pertence – mais característico dos associados mais velhos e com maior tempo como associado – para um caráter mais pragmático – característico dos associados mais jovens, com menor tempo no quadro associativo de alguma entidade clubística. Assim, esse associado dos dias atuais procura por um espaço que lhe ofereça serviços de qualidade, atrelados ao custo/benefício.

Mesmo levando em conta que o fator socioeconômico da sociedade brasileira tenha influenciado o cenário financeiro dos clubes em virtude da redução do número de associados, existem alguns pontos críticos na administração dessas entidades que contribuiriam para tornar o quadro mais desfavorável. Dentre eles estão a perdas financeiras com processos judiciais trabalhistas; o uso indevido dos recursos (pessoal, material e financeiro) das entidades, com gastos que não estejam relacionados à vida do clube; investimento em projetos e obras sem o devido planejamento, levando a desperdícios de recursos; propostas de serviços oferecidas distantes das necessidades e interesses dos associados; além de problemas no treinamento dos funcionários no que tange o atendimento ao cliente, entre outros.

Esses problemas são frutos da combinação de algumas características que mediam a gestão dos clubes, como: administração predominantemente amadora; ambiente administrativo eminentemente político; ausência de um plano diretor – planejamento estratégico – para conduzir a vida do clube com metas de médio e longo prazo; carência de informações com base em pesquisas para tomada de decisão e a falta da participação do associado na vida administrativa do clube.

É possível afirmar ainda que esses aspectos variam conforme a postura que cada clube adotou frente à administração que escolheu para conduzir o clube. Assim, aqueles que adotaram uma administração mais profissional tomarão decisões com menor envolvimento político e com maior apoio em dados provenientes de pesquisa de interesse dos associados. O oposto também existe quando encontramos a diretoria – que exerce seu papel de forma voluntária – tomando as decisões envolvidas em percepções particulares ou para ceder às exigências de grupos específicos, em detrimento da instituição como um todo.

Dentro de um panorama em que o planejamento do clube seja pensado estrategicamente, consideramos algumas perspectivas para sua concepção. Dentre elas, destacamos: a necessidade de pensar a médio e longo prazo; de

envolver os associados no planejamento dos caminhos do clube; sistematizar instrumentos que promovam o levantamento de informações que auxiliem na tomada de decisão; estabelecer procedimentos que inibam a tomada de decisão em oposição às metas estipuladas.

Acreditamos que ainda há um grande caminho para que os clubes percorram, de modo geral, e conquistem um planejamento mais próximo de algumas características fundamentais dos pressupostos teóricos do lazer, como por exemplo, levar em conta que as pessoas são motivadas a buscar atividades de lazer por diferentes estímulos e que tais estímulos são carregados de valores e sentidos. Além disso, a maneira com que a pessoa consegue satisfazer esses interesses é diversa e muito particular, havendo a necessidade de contemplar a pluralidade de forma e conteúdo em seus planejamentos.

Ainda, mais do que oferecer um conjunto diversificado de práticas, julgamos que os clubes podem se consolidar como um espaço do exercício da cidadania, a partir das experiências de lazer, independentemente do público que o frequenta e do tipo de associação. Mas, para isso, é necessário pensar sobre suas ações e agir estrategicamente.

20.1 Referências

- BRAMANTE, A. C. Administração de clubes sócio-recreativos: perpetuando os vícios públicos. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 59-73, 1999.
- SILVA, M. R. *A estrutura dos clubes sócio-recreativos na América do Sul*: primeiros indicativos. 1º Encontro da ALESDE, 2008. Disponível em: <http://www.rededeceles.ufpr.br/Artigos/2.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. *CAMARGO, L. A. R. Os clubes sociais e recreativos e o processo civilizatório brasileiro*: uma relação de hábitos e costumes. XI Simpósio Internacional do Processo Civilizador, BUE, AR, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/artigos/09%20-%20Camargo%20e%20Silva.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. *Lazer nos clubes sociorecreativos*. São Paulo, SP: Factach Editora, 2009.
- _____. Planejamento de eventos em clubes sociorecreativos. In: Silva, M. R. (Org.). *Temas para administração de clubes sociorecreativos*. São Paulo, SP: Factach Editora, 2010.

CAPÍTULO 21

A GESTÃO DE CLUBES SOCIAIS RECREATIVOS NA MODERNIDADE LÍQUIDA: O CASO AABBS

Antonio Sergio Riede³

21.1 Introdução

Quais são os fatores críticos de sucesso na gestão das AABBS (Associações Atlético-Banco do Brasil) Como contribuir para a eficácia da ação gerencial nesses clubes? Qual é a participação dos associados na construção da programação de eventos das AABBS? Como é o processo de comunicação dos clubes? Para responder a essas e outras perguntas, o autor deste artigo desenvolveu em 2002 uma dissertação de mestrado⁴, a qual depois foi transformada em livro⁵ publicado pela Fenabb (Federação Nacional das AABBS).

A intenção deste artigo é retomar as principais conclusões da citada dissertação de mestrado, correlacionando-as a alguns conceitos fundamentais desenvolvidos por Zygmunt Bauman em suas diversas obras que abordam o que ele chama de *modernidade líquida*. O interesse é discutir como os fatores críticos de sucesso na gestão dos clubes são afetados pela *modernidade líquida* e desenvolver algumas reflexões sobre o que se pode fazer para aperfeiçoar a qualidade da gestão dos clubes nesse contexto.

³ Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pelo UniCeub, ex-presidente da Federação Nacional das AABBS.

⁴ A dissertação *Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBS* foi apresentada e aprovada para obtenção do grau de mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas em 2002.

⁵ Cf. RIEDE, Antônio Sergio. *Gestão de Clubes Esportivos – o caso das AABBS*. Brasília (DF): Fenabb, 2002.

2.1.2 o que é o sistema AABB

O Sistema AABB é uma rede com mais de 1.100 AABBs. Trata-se de clubes esportivos, sociais, culturais e recreativos ligados aos funcionários do Banco do Brasil. Os mais antigos têm quase 90 anos de história. No âmbito estadual, esses clubes são coordenados por um Conselho Estadual de AABB (Cesabb); nacionalmente, quem coordena todo o sistema é a Federação Nacional de AABBs (Fenabb).

Originariamente, as AABBs eram privadas dos funcionários do Banco do Brasil e de seus familiares. Com o tempo foi surgindo a necessidade de os clubes se abrirem para as comunidades onde estavam inseridos. Atualmente, as AABBs contam com grande número de sócios comunitários, categoria em que se enquadraram os que não são funcionários do BB. O Sistema AABB conta hoje em dia com cerca de 250 mil associados. Considerados os familiares, pode-se afirmar que a rede de clubes convive com um público aproximado de um milhão de pessoas. Isso representa uma das maiores redes de clubes do mundo, ligados a uma mesma empresa.

Os principais cargos de direção dos clubes ainda são privados de funcionários do Banco do Brasil da ativa ou aposentados. Isso significa dizer que a gestão das AABBs passa pelas mãos de bancários que não possuem *a priori* uma formação específica como gestores de clubes. Embora a Fenabb tenha desenvolvido ao longo dos últimos 15 anos várias iniciativas de capacitação gerencial para os dirigentes de AABBs e Cesabbs, pode-se afirmar que ainda há um longo caminho a percorrer nesse sentido.

2.1.3 Alguns fundamentos da dissertação

A dissertação citada teve como objetivo principal identificar os fatores críticos de sucesso na gestão das AABBs e, com isso, contribuir para o aumento da eficácia da ação gerencial nos clubes. Dentre os objetivos específicos estavam: definir o que é sucesso na gestão das AABBs; conhecer as práticas administrativas nos clubes; identificar o tipo de racionalidade e ação gerencial predominantes; levantar como se dava o uso da

infraestrutura existente nos clubes; revelar como era o relacionamento dos clubes com o Banco do Brasil, com a Fenabb e com os Cesabbs; além de descobrir como os clubes identificavam as demandas dos associados; saber como se dava a participação dos sócios na vida e na gestão das AABBs.

Para cumprir a tarefa foram utilizados os seguintes procedimentos: a) foi realizada pesquisa de campo, com questionários estruturados, fechados, respondidos por amostras de três públicos: dirigentes de AABBs; gerentes do Banco do Brasil, responsáveis pelo relacionamento institucional do BB com as AABBs em cada localidade; e associados dos clubes; b) os questionários foram enviados e recebidos pela internet; houve retorno de 10,6% dos questionários encaminhados aos associados – 13,5% dos gerentes do BB e 30% dos dirigentes de AABBs; c) também foram utilizadas pesquisa bibliográfica e documental. Para embasar o estudo foi utilizado o referencial teórico-crítico, com ênfase nos conceitos expressos nas obras de Jürgen Habermas, tendo como pressuposto que a teoria crítica permite revelar o que está latente nos processos organizacionais, criando condições para a remoção de obstáculos que impedem a emancipação do homem.

Também fundamentaram a dissertação duas perspectivas de lazer desenvolvidas por Christianne Werneck (2000): a primeira, como direito social, fruto de conquistas dos trabalhadores ao longo da História; a segunda, como possibilidade de produção de cultura por meio da vivência lúdica de diferentes conteúdos, mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos.

2.1.4 Alguns achados significativos da pesquisa feita com as AABBs

Constatou-se que 51% dos associados não iam ao clube há mais de um mês e que 32% não frequentavam o clube há mais de um ano. Várias causas extraculbe devem ter impactado o nível de frequência nas AABBs. Dentre elas estavam a disseminação do acesso à internet e às

redes sociais, a proliferação de *shopping centers* e suas áreas de lazer e alimentação, o crescimento do número de academias de ginástica em locais mais próximos às residências e a expansão da oferta de canais pagos de televisão. Por outro lado, também se pode afirmar que diversos fatores internos aos clubes contribuíam para afastar os associados de suas sedes. Alguns desses fatores serão comentados a seguir.

Em relação à qualidade da experiência de lazer proporcionada pela AABB, os resultados da pesquisa foram os seguintes:

TABELA 1 – QUALIDADE DA EXPERIÊNCIA DE LAZER OFERECIDA PELA AABB

Alternativas	Associado	Administrador BB	Dirigente AABB
Muito boa	30%	41%	21%
Boa	66%	55%	70%
Ruim	4%	4%	7%
Muito ruim	0%	0%	2%

FONTE: RIEDE, Antonio Sergio. Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBs. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Dois aspectos merecem destaque nas respostas: primeiro, que a maioria de respondentes dos três segmentos entendia que a experiência de lazer no clube era considerada *boa*; segundo, que, enquanto 30% dos associados e 41% dos administradores do BB avaliaram as respectivas experiências de lazer como *muito boa*, apenas 21% dos dirigentes de AABB entenderam que a qualidade do lazer oferecido pelo clube merecia essa conceituação. Ou seja, na atribuição do conceito *muito boa*, a autoavaliação dos dirigentes da AABB foi mais rigorosa que a opinião dos associados e administradores do BB.

Na sequência, foi perguntado aos três segmentos pesquisados sobre o que contribuía para que uma experiência de lazer na AABB fosse positiva. O fator mais citado foi a AABB ter *instalações físicas atrativas e de boa qualidade*. É de se ressaltar que essa alternativa também foi a primeira colocada junto aos segmentos de administradores do BB e

dirigentes de AABB. Em segundo e terceiro lugares, para os associados, apareceram a *localização* e o *estado de conservação* da sede da AABB, fatores igualmente relacionados às instalações físicas. Em penúltimo lugar ficou a *divulgação dos eventos* pela AABB.

Na visão dos administradores do BB, a principal razão que fazia a experiência de lazer na AABB ser positiva continuava sendo a *qualidade das instalações físicas* do clube. Já a *divulgação da programação da AABB* ficou em penúltimo lugar entre as alternativas oferecidas. Na opinião dos dirigentes de AABB, as *instalações físicas do clube* também foram apontadas como o principal fator a contribuir para que a experiência de lazer fosse positiva. Já a *divulgação da programação oferecida pela AABB* ficou em penúltimo lugar.

Também foi perguntado aos três segmentos pesquisados o que faz uma experiência de lazer na AABB ser negativa. A primeira coisa que saltou aos olhos foi que o fator considerado como o que mais contribuía para a experiência ser negativa era a *má divulgação dos eventos da AABB*. Ou seja, o diálogo com o associado evidenciou-se precário. Talvez por isso tenha aparecido em segundo lugar o fato de os *eventos realizados pela AABB não serem de interesse do associado*. Como é de se presumir que uma diretoria do clube não programe um evento tendo convicção que não agrada ao associado, infere-se que a AABB deve ter elaborado sua programação sem ouvir adequadamente seu público. Merece ênfase também o fato de terem aparecido como pontos fracos três itens ligados ao relacionamento da AABB com os associados: *falta de ações para envolver o sócio*; *pouca informação sobre os eventos*; e *centralização de poderes*. Isso denota ausência de uma ação gerencial de caráter dialógico.

Dentre os fatores que contribuíam para tornar negativa a experiência de lazer vivenciada na AABB, na *visão dos administradores do BB*, apareceu mais uma vez, agora em terceiro lugar, a *má divulgação da programação* oferecida pelo clube. Também apareceram entre os pontos fracos outros fatores decorrentes da ausência de uma comunicação efetiva com os associados: *falta de atrações motivadoras*, *centralização do poder* e *clube fechado para a comunidade*.

Por sua vez, os *dirigentes de AABB* fizeram uma priorização diferente dos fatores que podem ter contribuído para tornar a experiência

de lazer negativa. Enquanto os associados e administradores do BB colocaram a *má divulgação da programação de eventos* como o principal ou um dos principais fatores para tornar a experiência de lazer negativa, os dirigentes de AABBS colocaram apenas em 7º lugar, dando a esse fator um peso bem menor. Isso reforça a hipótese levantada anteriormente: a de que os gestores não tinham consciência adequada de que se comunicavam precariamente com o seu público.

2.1.5 Comunicação, participação e estilos de gestão nas AABBS

Uma vez que a *divulgação dos eventos programados pela AABBS* apareceu como fator bastante problemático na gestão dos clubes, torna-se ainda mais relevante conhecer o posicionamento direto dos três segmentos pesquisados sobre o assunto. Primeiramente, vejamos como os associados e administradores do BB viam o tratamento dado pela AABBS à questão, em comparação com a visão dos dirigentes dos clubes:

TABELA 2 – GRAU DE INFORMAÇÃO SOBRE A PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS DA AABBS

Alternativas	Associado	Administrador BB	Dirigente AABBS
Não têm qualquer informação	23%	0%	2%
Têm pouca informação	49%	37%	30%
As informações que têm são suficientes	28%	63%	65%
Em branco	0%	0%	3%

FONTE: RIEDE, Antonio Sergio. Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBS. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Uma análise inicial mostra que o grau de informação que os administradores do BB diziam ter é bastante similar à crença dos dirigentes da AABBS sobre o nível de informação que propiciavam a seus associados. Um segundo olhar mostra algo mais preocupante: os associados da AABBS, ao

falar da informação que detinham sobre os eventos programados pela diretoria do clube, demonstraram um conhecimento bem menor – nada menos que 72% deles disseram ter *pouca* (49%) ou *nenhuma* (3%) informação sobre a programação da AABBS. Paralelamente, 65% dos gestores dos clubes acreditavam que seus sócios estavam bem informados. Aqui fica patente que a comunicação que a AABBS *pensava que fazia* não chegava aos destinatários. Isso é muito sério, porque a falta de consciência sobre a existência de um problema praticamente impede sua resolução.

Fenômeno semelhante se repetiu em relação à participação dos associados no processo de elaboração da programação da AABBS, o que se pode verificar na tabela 3:

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIADOS NA ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA AABBS

Alternativas	Associado	Dirigente AABBS
Sempre	0%	7%
Muitas vezes	0%	4,0%
Poucas vezes	26%	4,6%
Nunca	74%	7%

FONTE: RIEDE, Antonio Sergio. Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBS. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

O que se vê é que, enquanto 47% dos dirigentes de AABBS acreditavam que os associados participavam *muitas vezes* ou *sempre* da elaboração da programação, os próprios associados tinham percepção diametralmente oposta: 100% deles afirmaram que participavam *poucas vezes* (26%) ou *nunca* participavam do processo (74%). Esse último dado é ainda mais intrigante quando apenas 7% dos dirigentes de AABBS entendiam que *nunca* era dada oportunidade de participação aos associados. Mais uma vez aparecem evidências de que faltava uma ação gerencial mais dialógica que promovesse a efetiva comunicação entre gestores e sócios da AABBS.

Isso também ocorria, embora em menor intensidade, com a participação dos administradores do BB na elaboração da programação da AABB, conforme se constata na tabela 4:

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES DO BB NA ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA AABB

Alternativas	Administrador BB	Dirigente AABB
Sempre	4%	10%
Muitas vezes	18%	27%
Poucas vezes	52%	53%
Nunca	22%	10%
Em branco	4%	0%

FONTE: RIEDE, Antonio Sergio. Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBs. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

As diferenças entre os percentuais das respostas dos administradores do BB e dos dirigentes da AABB foram bem menores do que a verificada quando se estudou a participação dos associados. Mas fica a observação de que as respostas dos dirigentes da AABB apontaram sempre para um nível de participação maior dos administradores do BB na elaboração dos programas da AABB do que eles mesmos reconhecem. Ou seja, repetiu-se o fenômeno da AABB *pensar* que propiciava um espaço participativo maior que o percebido por seu público.

Na pesquisa com os três públicos, procurou-se também verificar os estilos de gestão predominantes na forma de atuação das diretorias das AABBs. Com a finalidade de diminuir a possibilidade de contaminação nas avaliações, foram separadas as consultas sobre diretorias anteriores e a diretoria atual da AABB. Os resultados estão nas tabelas 5 e 6, a seguir:

TABELA 5 – FORMA DE ATUAÇÃO DAS DIRETORIAS ANTERIORES DA AABB

Alternativas	Associado	Administrador BB	Dirigente AABB
Participativa	21%	30%	23%
Centralizada	49%	18%	30%
Individualista	21%	11%	44%
Não tem informações	0%	41%	0%
Em branco	9%	0%	3%

FONTE: RIEDE, Antonio Sergio. Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBs. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Em relação às diretorias anteriores, percebe-se que a maior incidência de respostas dos associados foi para a forma de atuação *centralizada* nos dirigentes (49%); a maior concentração dos administradores do BB (30%) – excetuando-se os 41% que diziam não ter informações sobre gestões passadas – via as diretorias anteriores como de estilo *participativo*; por fim, os dirigentes atuais da AABB, em maior incidência (44%), avaliaram a atuação de seus antecessores como *individualista*, restrita à figura do presidente. Como se vê, não há consenso na resposta dos três segmentos, o que não permite uma avaliação conclusiva do estilo de gestão predominante no passado.

Já no tocante à diretoria atual da AABB as respostas foram as seguintes:

TABELA 6 – FORMA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA ATUAL DA AABB

Alternativas	Associado	Administrador BB	Dirigente AABB
Participativa	21%	55%	80%
Centralizada	60%	33%	13%
Individualista	11%	8%	7%
Em branco	8%	4%	0%

FONTE: RIEDE, Antonio Sergio. Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBs. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Há um dado gritante na tabela 6: 80% dos dirigentes de AABB que responderam à pesquisa acreditavam que a gestão praticada por eles era *participativa*. O preocupante é que os administradores do BB viam uma ênfase bem menor na gestão *participativa* (55%), e a maioria dos associados dos clubes (60%) continuava vendo nas AABBs gestões de estilo *centralizado*. É mais uma situação em que a autoimagem dos dirigentes de AABB não correspondia à visão apresentada nem pelos administradores do BB e muito menos pelos associados (apenas 21% deles via nos clubes traços de administração *participativa*).

A discrepância apontada também apareceu nas sugestões apresentadas livremente pelos associados para aperfeiçoar o processo de gestão das AABBs. Dos seis itens mais citados pelos associados, cinco deles trataram de aspectos ligados à ação gerencial dialógica: a) *promover eventos que motivem a participação dos sócios*; b) *ouvir mais os sócios*; c) *oferecer maiores informações aos associados*; d) *implantar gestão participativa*; e) *realizar pesquisa de satisfação junto aos sócios*. A outra sugestão que apareceu foi *treinar dirigentes e funcionários da AABB*, que se repetiu com maior destaque nas respostas de administradores do BB e de associados dos clubes.

21.6 A modernidade líquida e as AABBs

Para Zygmunt Bauman (2001), *modernidade líquida* é uma expressão que retrata o mundo atual: as ideias e as ações não têm mais bases sólidas. As pessoas moldam seus pontos de vista e orientam suas atitudes de acordo com as circunstâncias, assim como fazem os líquidos em relação aos recipientes que os acolhem. Nesse sentido, segundo Bauman, as pessoas não constroem mais relacionamentos; elas fazem conexões. Quem apenas se conecta, pode se desconectar a qualquer momento, basta perder a paciência. Isso explicaria a perda do sentimento de *pertencimento* a grupos de qualquer espécie por um tempo razoável, sejam partidos políticos, entidades religiosas, associações, sindicatos, ou mesmo um relacionamento afetivo. Nesse universo, inserem-se os clubes sociais e esportivos, como as AABBs, até pelo grau

de afeto que balizou o relacionamento dos funcionários do Banco do Brasil com esses clubes ao longo do tempo.

Na *modernidade líquida*, ainda segundo Bauman, predominam a artificialidade, a superficialidade e o mundo virtual. As informações raramente chegam à forma de conhecimento; as conclusões são precipitadas; predomina o individual sobre o coletivo e há uma intolerância agressiva às opiniões divergentes. Como isso afeta a vida das AABBs? Com a eclosão de uma grande diversidade de novos atrativos para as pessoas (*tablets, smartphones, redes sociais, TV por assinatura, academias de ginástica, condomínios residenciais com estruturas similares à de clubes, shopping centers* com áreas de lazer e alimentação etc.), ficou mais difícil levar os associados aos clubes. Ficou mais difícil inclusive conseguir e manter associados.

O sentimento de pertencimento diminuiu. As pessoas tratam também as AABBs acionando botões de conexão e desconexão, com extrema volatilidade. Parafraseando expressões de algumas redes sociais, trocaram-se os relacionamentos duradouros com os clubes por manifestações de “curti” ou “não curti”. Se não curti, caio fora.

Nesse cenário, passa a ser ainda mais relevante conhecer com profundidade os desejos dos associados, atuais e futuros. Quem não tem esse conhecimento, não consegue elaborar programação de eventos capaz de atrair pessoas para os clubes. Para isso, a gestão precisaria ser muito mais dialógica, tanto entre os pares dirigentes, quanto com os administradores do Banco do Brasil e, principalmente, com os associados. O processo de comunicação adquire enorme relevância nesse contexto.

Na contramão desse caminho, a pesquisa constatou que os meios que as AABBs utilizam para *identificar e atender às demandas dos associados* não eram os mais adequados. Os clubes não possuíam formas sistematizadas de consultar seus sócios. Os eventos eram programados por empirismo, por intuição ou por tradição.

Segundo Antonio Carlos Bramante (1998), há uma clara predominância no conjunto dos clubes brasileiros de atividades esportivas em detrimento de todas as demais práticas de lazer. Como decorrência, forma-se mais um círculo vicioso: a frequência ao clube tem como base esportistas, restando aos demais familiares (esposas, filhos) o papel de acompanhantes.

Quando a diretoria do clube quer fazer uma pesquisa sobre eventos futuros, consulta informalmente os mesmos esportistas que já frequentam o clube, os quais normalmente solicitam novas atividades esportivas.

Outra questão importante que emerge é sobre a forma de participação dos associados na vida dos clubes. Como ficou claro por todos os dados coletados na pesquisa, os sócios das AABBs participavam muito pouco da vida da associação: iam poucas vezes à sede, não tinham acesso a eventos de interesse de todos os segmentos; não faziam parte dos conselhos que dirigiam a entidade; não recebiam comunicação adequada sobre a dinâmica da agremiação. Obviamente, havia AABBs que fugiam à regra geral, mas tratava-se seguramente de exceções. Essa situação crítica era agravada pelo fato já descrito de os dirigentes de AABB acreditarem que já praticavam uma gestão participativa.

Uma questão adicional emergiu como crítica na gestão dos clubes. Em todos os dados coletados, apareceu com muita recorrência uma espécie de *terceirização da culpa* pelos problemas de administração dos clubes. Assim, os associados apenas esperavam que os dirigentes oferecessem instalações, serviços e eventos melhores, mas não demonstravam interesse genuíno em partilhar as responsabilidades de gestão, seja assumindo cargos diretos na associação, seja comparando às assembleias e reuniões para oferecer ideias e alternativas de rumos.

Por seu turno, os gerentes do Banco do Brasil afirmavam que o BB deveria apoiar mais as AABBs. Ora, em suas cidades, os gerentes são os mais graduados representantes do Banco do Brasil. Figurativamente, pode-se dizer que o BB na praça é primordialmente o seu gerente. Mas esse administrador, de maneira *estranhamente comum*, deu a entender que o BB que deveria ajudar a AABB não tinha nada a ver com ele. Com quem teria, então?

Da parte dos dirigentes de AABB também se pôde perceber a mesma transferência de responsabilidades sobre os problemas de administração das associações: ora era culpa da falta de recursos, ora eram instalações físicas precárias, ora faltava apoio do BB, ora eram heranças problemáticas de diretorias anteriores, ora eram os sócios que não se interessavam pelo clube, ora faltava profissionalismo nas AABBs. Mas esse último problema nunca estava relacionado ao dirigente que

falava dele. Seriam sempre outros dirigentes e funcionários do clube que precisariam se profissionalizar mais³. Com posturas assim dos três segmentos que responderam aos questionários, as AABBs teriam baixa probabilidade de resolver suas dificuldades.

2.1.7 Reflexões sobre o que fazer

Por tudo o que foi exposto neste artigo, conclui-se que o sucesso na gestão das AABBs está associado à utilização de uma gestão do tipo social, que caminhe na direção de uma racionalidade comunicativa e de uma ação gerencial dialógica. As principais características observáveis desse tipo de gestão nas AABBs são:

- a) Continuada capacitação profissional dos dirigentes e do corpo técnico das AABBs para atuar especificamente na gestão de clubes;
- b) Atuação articulada de todos os órgãos de governança dos clubes;
- c) Relacionamento harmônico e integrativo entre os dirigentes de AABB e os administradores do Banco do Brasil, no qual não haja nem omissões nem dominação de uns pelos outros;
- d) Utilização, quando for o caso, dos programas e da consultoria oferecida pela Fenabb e pelos Cesabbs, como forma complementar para atrair, satisfazer e manter associados;
- e) Desenvolvimento de parcerias com órgãos públicos (como prefeituras, secretarias municipais e estaduais), entidades do terceiro setor, empresas privadas e imprensa, como forma de conquistar e manter associados, gerando novas receitas para a agremiação;
- f) Conhecimento sistematizado das preferências e das demandas de todos os segmentos de associados, sem discriminação de qualquer natureza, como por exemplo de faixa etária, de gênero ou por tipos de atividades;

³ Em seu livro *Igualdade e Meritocracia*, Lúvia Barbosa afirma que o desempenho na sociedade brasileira é visto como decorrente mais do ambiente e das circunstâncias em que o indivíduo atua do que de seu próprio talento e esforço. Por isso, as circunstâncias costumam ser lembradas para justificar a qualidade do que cada um foi e é capaz de produzir. A responsabilidade, segundo a autora, nunca fica com o indivíduo. Assim, todo mau desempenho pode ser justificado.

- g) *Oferecimento de uma programação de eventos compatível com a demanda identificada junto aos associados;*
- h) *Boa qualidade dos serviços colocados à disposição do quadro social e da comunidade;*
- i) *Estrutura física diversificada, bem conservada e, sobretudo, bem aproveitada no interesse do conjunto dos sócios;*
- j) *Estabelecimento de adequado sistema de comunicação com os associados, com os administradores do Banco do Brasil, com autoridades locais, com parceiros atuais e futuros da AABB, com sócios potenciais, com a imprensa e com a sociedade em geral.*

A base da atuação para o atingimento de sucesso na gestão das AABBS fundamenta-se na *ação gerencial dialógica* ou *comunicativa*, de acordo com Habermas. Para ele, "Participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade." (HABERMAS, 1975, p. 159).

É muito importante deixar claro que não se pretende, com este artigo, oferecer uma *receita de bolo* para os gestores da AABB, até porque tal prática seria incompatível com o referencial teórico utilizado. O que se quer é chamar a atenção para fatores que são críticos no processo de gestão da rede de clubes fundados por funcionários do Banco do Brasil. O resultado oferecido com este artigo representa apenas um "por enquanto". O conhecimento precisará ser atualizado permanentemente, porque ele não se compõe apenas de respostas e de *know-how*, mas também de indagações, dúvidas e incertezas. Portanto, as AABBS terão que lidar com a *gestão do conhecimento* e, ao mesmo tempo, com a *gestão da ignorância*, entendido que "A gestão da ignorância envolve a estimativa do que não se sabe sobre um certo objeto, processo ou situação, a avaliação das consequências dessa ignorância e a descoberta de estratégias para lidar com ela." (VASCONCELOS, 2001, p. 100).

2.1.8 Referências

- BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAMANTE, Antonio Carlos. *Recreação e lazer: concepções e significados*. *Revista Lazer*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.
- _____. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. v. 1. Madrid: Taurus, 1987.
- _____. *Crítica de la razón funcionalista*. v. 2. Madrid: Taurus, 1987.
- RIEDE, Antonio Sergio. *Gestão de Clubes Esportivos: o caso das AABBS*. Brasília, DF: Fenabv, 2002.
- _____. *Fatores críticos de sucesso na gestão das AABBS*. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- VASCONCELOS, Flávio C. *Da gestão do conhecimento à gestão da ignorância: uma visão co-evolucionária*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, EAESP/FGV, v. 41, n. 4, p. 98-102, out./dez. 2001.
- WERNECK, Christiane. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

CAPÍTULO 22

LAZER NA ESCOLA: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Tereza Luiza de França²

22.1 Unidade universidade-escola

Em um século em que duas instituições interagem em uma unidade para superar os limites e assegurar os avanços impostos pela magnitude das transformações, cabem-lhes atribuições desafiadoras no sentido de contribuir para uma organização social, política e educacional expressiva de autonomia, criatividade, criticidade e curiosidade. São transformações que imprimem, a cada dia, aos diferentes atores que constituem esses universos, o compromisso diante de uma formação cidadã com novos enfoques metodológicos dinâmicos, de atitudes e de prazeres.

Pensar sobre essa formação é pensar em uma gestão estratégica e pedagógica que implique solidariedade, respeito às pessoas com as quais convivemos, que lutam por melhores condições de vida. É fato que as tecnologias que permeiam esses universos educacionais com “[...] mensagens mais variadas – lúdicas, informativas, publicitárias – transmitidas pelos meios de comunicação social entram em concorrência ou em contradição com o que as crianças aprendem na escola.” (DELORS *et al.*, 1998, p. 153-154).

Expor essa questão não significa negar a relevância histórica e formativa que as tecnologias têm colocado em larga escala para a vida

² Doutora em Educação, coordenadora e líder do Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (NIELU) – DEF-UFPE.

em sociedade, sendo frequente objeto de nossas pesquisas. Entretanto, refletir e debater sobre essa questão é pertinente, na medida em que, como afirmam Lisboa e Araújo (2013, p. 1):

Na sociedade contemporânea percebemos que o avanço tecnológico subtrai gradativamente os brinquedos regionais do cotidiano infantil, as crianças muitas vezes desconhecem os brinquedos que seus pais e avós costumavam ter acesso, havendo uma precariedade de informações e práticas culturais relacionadas ao brinquedo e ao brincar tradicionais e forte influência da mídia para o consumismo de brinquedos industrializados. E a escola, enquanto espaço de formação e informação sociocultural, pode e deve fazer uma intervenção positiva nesta situação.

Uma vez que a escola representa um ambiente de formação e de transformação social de interação e cooperação, de produção e otimização do conhecimento, inclina-se sempre para uma participação crítica e criativa dos sujeitos sociais. O olhar e a escuta para essa realidade reafirma a relevância de uma estreita relação estabelecida entre universidade e escola na direção de um “que fazer” inovador, provocativo e ousado. Sobretudo, com os pés no chão dessas instituições, por acreditar em um sonho possível decodificado em direção à práxis *lazerenta*¹, em dimensões indissociáveis da teoria e prática em ensino-pesquisa-extensão, que indicam e alertam para alimentar um sonho utopicamente partilhado, que acredito ser, possivelmente, realizável.

[...] sonhos possíveis, enquanto prática utópica. Mas não utópica no sentido do irrealizável; não utópica no sentido de quem discursa sobre o impossível, sobre os sonhos impossíveis. Utopica no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia e o anúncio, entre a denúncia de uma sociedade injusta e exploradora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade que pelo menos seja menos exploradora. (FREIRE, 1985, p. 100).

Ou, ainda, como pergunta Magnani (2015, p. 8): “[...] pode transformar-se em desafio, em hipótese de trabalho: não seria justamente

¹Esse termo foi extraído da narrativa do professor Antonio Carlos Bramante, quando entrevistado, em Santa Cruz do Sul em 2002, como ator-brincante da tese de doutorado *Lazer – corporeidade – educação: o saber da experiência cultural em prelúdio* (FRANÇA, 2003).

essa particularidade o que lhe permitiria, com base na análise de experiências vividas em outros contextos, alargar os horizontes e abrir novas possibilidades para a compreensão daquilo que entendemos comumente como lazer?”.

Esse pensar não se insere em uma perspectiva ingênua, pois na verdade aqui nada tem de ingênuo (FREIRE, 1985), mas, sim, trata-se de uma práxis com processo de humanização, socialização e singularização que permite romper a visão individualista e fundamentar-se em princípios de apropriação/pertencimento do patrimônio humano – as práticas de lazer. É fundamental destacar que as estratégias pedagógicas de uma gestão democrática que qualifique a formação cidadã têm como princípios na condução da escolarização o incentivo e a valorização de ações educativas para fortalecer, propor e fomentar práticas sistemáticas dos conteúdos culturais do lazer.

Como escreve Duarte (2015, p. 24) “Ainda acredito piamente: o direito ao lazer deve ser compreendido como condição e consequência concomitante do exercício de cidadania ativa e efetiva”. A concretude dessa cidadania ativa e efetiva resulta de gestões que buscam potencializar e qualificar ações profissionais. Não resta dúvida de que a escola, universo de saberes para construção de conhecimentos, tem o compromisso de chamar para si investigações, ideias, experiências e diálogos conscientizadores do papel socioeducacional da educação para e pelo lazer como um direito social e humanizante.

Centrado nesse ser humanizado, crítico, criativo, um desafio para o processo do ensino fundamental, médio e superior é exigir dos gestores estratégias pedagógicas de abrangência em todas as dimensões da vida, possibilitando o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando com base em concepções que se revelem eficazes e que estimulem a preparação do aluno. Ou seja, como afirma com habilidade Pinto (2011, p. 41), devem ser estratégias que:

[...] nos desafiam[em] a pensar o lazer em estreita relação com a vida humana em conjunto e ações educativas para a autonomia dos sujeitos no lazer. Além disso, nos impulsiona a elaborar ações educativas formadoras de lideranças atuantes em vários

âmbitos, que serão desafiadas a participar de mudanças na cultura política local e a re(er)rever suas práticas nessa realidade.

Este capítulo, nascido do real concreto, dotado de investigações, ideias, experiências e diálogos conscientizadores do papel socioeducacional da escola como um universo propício à educação para e pelo lazer como um direito social e humanizante, conforme já referido, aborda situações de ensino-aprendizagem com base em teorias críticas, expondo o compromisso político educacional de duas instituições públicas do estado de Pernambuco: Escola Estadual Timbi-Camaragibe e Programa de Iniciação à Docência na Universidade Federal de Pernambuco. Elas assumem uma prática cultural de estratégias pedagógicas que compõem a gestão democrática com autoridade coerentemente democrática, convicta de que “A disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta.” (FREIRE, 1996, p. 37). Devem ser experiências vividas em práticas culturais cotidianas de formação e de intervenção, revelando a importância na formação cidadã que a educação para e pelo lazer tem ao gerar e difundir conhecimentos na e da vida dos alunos da escola e dos alunos universitários.

Essa práxis oferece experiências de lazer a um todo vivo, e aprendemos a descobrir os pilares sobre os quais cientistas e pensadores constroem conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade. Existem pistas suficientes para sabermos que ações apoiam o aumento da complexidade pelo saber da experiência cultural do lazer, em que se torna fonte de produção, sociabilização e apropriação do conhecimento em uma perspectiva de criação e transcendência humana.

2.2.2 Práticas de lazer às contribuições no processo de escolarização

Um processo de escolarização torna-se crítico-reflexivo ao firmar compromisso com diretrizes em que os alunos estabelecem relações “[...] com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens. [...] Não se pode ser plenamente humano se não se puder trabalhar, exercer

atividade teórico/prática na sociedade.” (SÁ, 2000, p. 174). A saúde educativa é tomada “[...] como processo e resultado das opções de vida, opções relativas ao trabalho, à moradia, ao lazer, mas especialmente aos valores e princípios da vida que se quer, que se acredita ser melhor.” (CARVALHO, 2001, p. 11-12), da educação como prática da liberdade que se contrapõe àquela prática autoritária que domina e oprime – educação que possibilite e mobilize o coletivo educativo a viver os problemas reais de forma corajosa, consciente de seu papel nesse contexto: “Que o adversasse dos perigos de seu tempo, para que, conscientes deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias.” (FREIRE, 1983, p. 89-90); do lazer como um direito social proposto por “[...] políticas sociais comprometidas com a intersectorialidade, é essencial para o exercício da cidadania plena, sendo imprescindível para uma vida com dignidade.” (GOMES, ISAYAMA, 2015, p. 2).

São, sem dúvida, diretrizes educativas de uma escola que se constitui como universo de práticas sociais incluindo-se “[...] experiências vividas em práticas culturais cotidianas, de formação e de intervenção profissional, revelando a importância que o lazer tem tido na vida do povo brasileiro.” (GOMES, PINTO, 2009, p. 67). São diretrizes de gestões estratégicas pedagógicas e norteadoras de práticas educativas fomentadas pela incompletude do ser humano em busca permanente de viver “[...] manifestações de lazer cujas práticas sejam prazerosas, mas com formulação político-pedagógica fundamentada na crítica e na transformação da realidade” (TAFFARELL, SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 157) – um ser de buscas aventureiras *lazerentas* e sérias que o fazem consciente em constante interação no mundo e para o mundo.

É nessa interação lúdico-dialética que somos capazes de ver e compreender a harmoniosa relação lazer-escola-universidade movida por uma educação como prática da liberdade, compreendendo-se que:

“Não há educação sem amor: O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama o próximo, não o respeita. Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama.” (FREIRE, 2007, p. 29).

Nessa relação dialética, o lazer no espaço escolar é tempo conquistado pelo conjunto de atores da prática pedagógica: alunos, professores, gestores, comunidade, os quais ampliam o tempo pedagógico pela natureza interdisciplinar da proposta de práticas culturais. É um lazer como campo de conhecimento construído e comprometido com interesses e necessidades do contexto real concreto, complexo e contraditório local, nacional e mundial, é um lazer lúdico, prazeroso, crítico, criativo, reflexivo e consequentemente assumido e reconhecido com os compromissos sociais que se constituem em um conjunto de ações intencionais para contribuir à humanização do humano como unidade na multiplicidade do ser.

Assim, tem-se um lazer dançante, jogado, poetizado, nadado, dramatizado, frenético, dentre outras manifestações que são materializadas nas escolas, nas ruas, nas praças, nas praias, nos açudes, nos terrenos de várzea – um lazer:

[...] pensado como fundamental no processo de educação e vice-versa, levando-se em conta os aspectos sócio-filosófico-epistemológicos, que se manifestam a partir da práxis nas mais variadas formas. Partindo desse ponto, o jogo, a brincadeira, a dança, a contemplação, entre outras manifestações *lazerentas*, encerram um valor sociopedagógico inquestionável. (FRANÇA, 2003, p. 21).

Ao assumir essa dimensão sócio-educativo-cultural, a escola reconhece no aluno um ser cidadão mediado pelos princípios da emancipação, o qual toma decisões pelas escolhas de seus interesses e necessidades; da humanização em que, ao expressar atitudes com o outro, identificando o sensível e o belo nas ações individual e coletiva, se faz mais humano; da totalidade quando, ao incorporar o sentido e o significado da educação para e pelo lazer, consegue com reflexões formatar o pensar sobre as diferentes possibilidades de explicar e interpretar a própria realidade cultural.

O que significa dizer que essa escola tem como eixo a construção e apropriação do conhecimento concretizadas por meio das experiências culturais, da acessibilidade às mais diferentes formas de apreender o universo cultural, dos limites e das possibilidades contraditórias da vida

pessoal-social. A escola, espaço democrático em que a dialogicidade é um dos fundamentos educativos por tomar para si uma relação do saber amparado nos desejos, nos sonhos possíveis, nas curiosidades e nas descobertas sustentadas por bases epistemológicas.

Trata-se de uma escola séria, intelectualizada, comprometida com a apropriação do conhecimento e fundamentalmente prazerosa e alegre. Mas é importante destacar que esse prazer e essa alegria “[...] nada têm a ver com uma escola fácil, irresponsável. Pelo contrário, ela é cuidadora, trabalha criticamente a disciplina intelectual da criança, estimulando-a e desafiando-a a engajar-se seriamente na busca do conhecimento.” (FREIRE, 2001, p. 196).

Eu gostaria que os testemunhos de alegria na escola aparecessem como índices precursores, propondo através de exceções o que a escola poderia vir a ser em geral. Ou melhor, que esses testemunhos fossem pontos de apoio para que isso ocorresse, assim como certos homens são os precursores do que o homem pode se propor. (SNYDERS, 1993, p. 12).

A universidade, com base na tríade ensino-pesquisa-extensão, formadora dos profissionais atuantes nesse universo escolar, torna-se coadjuvante ao propor e sensibilizar seus licenciandos e professores sob a responsabilidade de sistematizar práticas da educação para e pelo lazer no sentido das mudanças positivas na sociedade, incentivando valores socioculturais que possam contribuir com comportamentos e estilos de vida adequados para um futuro aluno-monitor, fortalecendo a capacidade de reflexão orientada para o futuro e valorizando a diversidade existente nas práticas de lazer como riqueza imaterial. Com o olhar e a escuta etnometodológica, este estudo constata que as contradições das práticas de lazer, resultantes do processo de escolarização tendo como unidade escola-lazer-universidade, indicam relações educativas para a humanização e emancipação dos estudantes em uma perspectiva de formação de cidadãos críticos.

Chamando Passos (2009, p. 12) para o diálogo, considerando que seus estudos focam o ensino superior, por entender que suas contradições também cabem na escola básica, pontuamos como limites:

[...] professores com formação apenas técnica ou sem pós-graduação; professores horistas em grande número nas IES, em especial nas particulares; exigências aos docentes em pesquisa e qualificação, sem proporcionar-lhes tempo ou recursos para estudarem e pesquisarem; alunos mal preparados que não lêem ou nem sabem ler e turmas integradas e superlotadas; perda de tempo por parte dos professores com preenchimento de documentos burocráticos.

Consideramos também ser possível viver avanços articulados por diretrizes que aqui desenhamos, as quais se apresentam sob três vertentes propositivas:

- educação para e pelo lazer na escola em uma perspectiva interdisciplinar;
- formação universitária integrada em uma unidade ensino-pesquisa-extensão que dessocializa teoria-prática;
- escola básica de produção de conhecimento comprometida com uma escolarização que garanta aos estudantes a ação-reflexão-nova ação sobre um conjunto de práticas do processo educativo (figura 1).

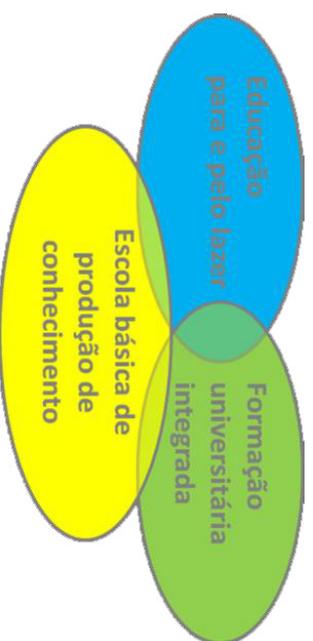


FIGURA 1 – VERTENTES PROPOSITIVAS PARA ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

FONTES: A AUTORA

É nesse cenário que a parceria dialética escola-universidade é proveitosa para todos, à medida que o professor da escola se atualiza, contribui na formação dos licenciandos, em especial desenvolvendo um processo educativo em que os alunos no espaço escolar vivenciem práticas

lúdicas, prazerosas, culturais, construindo conhecimentos com diferentes linguagens baseados na educação para e pelo lazer.

[...] práticas relacionadas com o jogo, a brincadeira, o esporte e as mais variadas manifestações lúdicas. Essas manifestações encerram um valor sociopedagógico inquestionável ao estabelecerem relações entre as formas de construção do tempo de lazer integradas no conjunto das atividades que constituem o tempo da sociabilidade, para verificações de sua importância no processo de escolarização. (FRANÇA, 1999, p. 39).

Essa parceria é uma tarefa acadêmica complexa e exige de todos os seus atores a conscientização do seu papel e o compromisso sócio-político-educativo desde o primeiro momento vivido na escola, seja na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio. Assim, é possível construir estratégias pedagógicas resultantes de uma gestão democrática partilhada, em toda e qualquer área do conhecimento, que impõem às instituições envolvidas uma política participativa nas decisões tomadas. Para isso, torna-se necessário (re)conhecimento e implementação de ações responsáveis individuais e coletivas em que são estabelecidas novas proposições na práxis escolar. Nesse contexto, as práticas de lazer, no que diz respeito ao sentido e ao significado da expressividade humana, passam a constituir o projeto político-pedagógico da escola.

Tais estratégias não são arbitrárias e resultam de saberes extraídos das atividades teórico-práticas do sujeito cognoscente, historicamente situado, porque parte dessa realidade vibrante. Aqui as práticas são concebidas em teses fundadas por premissas ou referências de confluências e aproximações com a reordenação da educação incorporada a um contexto de uma sociedade complexa e contraditória, de convívio com profundas diferenças de interesses, sem negar e/ou negligenciar as contradições dos movimentos que a história evolutiva dos estudos do lazer tem afluído. Há um vislumbre de uma práxis baseada em atitudes, modos de viver, de divertir-se, de deixar explodir a subjetividade, deixar que o novo se componha, não como se ele fosse externo ao aluno, e sim se componha no interior desses alunos de forma consciente, feliz, entendendo que na inter-relação ocorre a consciência cultural que materializa possibilidades de surgir o novo.

Essas possibilidades de expressão constituem o universo do que *fazer* dos seres pensantes e únicos na condição de materializar reflexivas práticas. Na relação, fomentam manifestações do gritar, do cantar, do falar de nossos desejos, sentimentos vividos em uma relação dialética com o mundo e para o mundo, em cooperação e integrabilidade que nos fazem unos e múltiplos. Ao reconhecer o lazer como uma construção sócio-educativo-histórica vivida enquanto práxis criadora educativo-cultural, temos convicção de que o alimento de sustentação argumentativa deste estudo, como contribuição ao debate, tem sólidas raízes nas teorias críticas da educação e nos estudos do lazer.

2.2.3 O que aponta o estudo das estratégias pedagógicas de uma gestão democrática no espaço escolar com práticas de lazer

Sem esgotar a riqueza dos dados resultantes do olhar e da escuta etnometodológica sobre a atuação dos acadêmicos de Educação Física no chão da escola estadual Timbi-Camaragibe, PE, os quais integram o Programa Institucional de Iniciação à Docência, trazemos partes conclusivas dessa construção que indicam as contribuições das práticas da educação para e pelo lazer.

Ficou evidente que o conhecimento contextualizado e percebido tendo como base as práticas de lazer valoriza as habilidades intelectuais de compreensão e reinterpretção das descobertas e estimulam a capacidade de compor e recompor dados, informações, argumentos, ideias e manifestações. São práticas que exigem uma escolarização para além dos muros da escola em que o destaque é a curiosidade, o questionamento, a valorização do pensamento divergente-convergente, como na participação dos alunos da escola na exposição sobre o legado da prática do futebol durante a realização da Copa 2014, realizada na ExponIEL, UFPE, em conjunto com as disciplinas de Educação Física, Artes e História. Esse é um conhecimento percebido de forma interdisciplinar, o qual propõe ponte de relações entre os conhecimentos e atribui significados próprios aos conteúdos em função dos objetivos sociais e acadêmicos. São experimentações que assumem o

objetivo de socializar vivências da expressão cultural, como *tai chi chuan* e *rugby*, para o despertar do espírito de coletividade, integração, gestualidade e expressividade a partir dos fundamentos dessas práticas gerando interações intra e interpessoais com participações conjuntas e propulsoras em harmonia “eu-corpo-universo”.

Descobrimos também, com este estudo, que as estratégias pedagógicas gestadas no coletivo valorizam as habilidades socioculturais tanto quanto dos conteúdos, o que exige que professores e alunos juntos se debruçam sobre os problemas da prática social do lazer por meio das diferentes linguagens escolares, como a linguagem corporal, a linguagem histórica, a linguagem geográfica, a linguagem artística e a linguagem matemática. Essas linguagens foram expressas na realização do Festival de Dança, do Festival de Peteca, do Festival de Pipa, da Oficina de Jogos de Salão construídos pelos alunos e professores, dentre outras possibilidades de uma educação para e pelo lazer. Para essa construção, a pesquisa torna-se uma prática que nutre o ensino por meio do mergulho nos diferentes saberes curriculares, profissionais e disciplinares (TARDIF; LESSARD; LAHAYE, 1991) e da experiência cultural (FRANÇA, 2003), como ponto de partida e de chegada da apreensão da realidade.

Das descobertas advindas da pesquisa realizada pelos alunos e professores, é possível afirmar que se materializa o refletir sobre a educação para e pelo lazer no processo de escolarização tomado pelos aspectos sociofilosóficos que se manifestam pelas mais variadas formas de vivenciar o lúdico, como possibilidades que buscam contribuir para alterar as relações de poder estabelecidas no processo pedagógico de produção do conhecimento.

2.2.4 Conclusão

Ao concluir este capítulo, reafirmamos o valor das experiências, das vivências, das situações que revelam a necessidade da indissociabilidade entre escola e universidade e das contribuições de estratégias pedagógicas de uma gestão democrática que toma a educação para e pelo lazer como uma fonte de práticas que se tornam possíveis e

necessárias à formação de alunos em fase de escolarização e de formação universitária. Ter a educação para e pelo lazer como fonte não significa elegê-la a panaceia de todos os males da vida na escola e compreender que o trabalho escolar é uma prática de lazer.

Marcellino (2007, p. 97) acredita que o lazer contribui para a aprendizagem:

Não tenho dúvidas de que a aprendizagem possa se beneficiar de aspectos característicos do lazer, como a espontaneidade na escolha dos temas e o caráter lúdico como forma de abordagem. Mas, nem por isso o trabalho escolar deixará de ser trabalho para se constituir em lazer.

Contudo, pretendemos compor um conjunto de projetos inovadores, usado na realização da práxis, operando transgressões a tudo que limita e bloqueia a capacidade crítico-criativa, sem negar as determinações resultantes da construção social, escrita e vivida ao longo do movimento histórico das civilizações. Desejamos deixar fluir nos estudantes o viver a beleza poética dos sinais, signos e palavras veladas e/ou reveladas que emanam da expressão humana incluindo-se as formas de lazer.

Deixamos para este final inconcluso duas narrativas que ratificam todos os nossos argumentos na elaboração deste capítulo:

A participação dos alunos de Educação Física na escola é muito importante e, assim, ficamos felizes por esses estudantes para terem uma experiência direta com o pedagógico da escola [...] Eles têm a oportunidade de aprender e quando terminarem o curso e atuarem numa escola já sabem o que de verdade acontece no dia a dia da escola. Ficam conhecendo das oportunidades, dos limites, das alegrias e das angústias da escola. Tenho certeza que eles sairão daqui com um diferencial para sua atuação profissional. É uma prática proveitosa e positiva. É um prazer trabalhar o pedagógico da escola com alegria, com o lúdico, uma interação na área de Educação Física e também com professores de outras áreas, o que tem facilitado a compreensão do ensino, a interação, pois quando tem essa interação os nossos alunos se desprendem e fica mais fácil. (Uma gestora).

Aprendi muitas coisas, dança, jogo, muitas coisas. As aulas têm ajudado muito na integração dos alunos. Pois, o ensino não é mais chato construímos jogos, festivais, oficinas e gincanas. Também, integra as disciplinas nas aulas de Educação Física, História, Artes. Os jogos e as brincadeiras que aprendemos aqui na escola levamos para casa e fazemos em casa nos fins de semana. Também vamos para a universidade e para outros locais. Os professores nos ensinam muito. Eu mesma não sabia o que era lazer. Que poderia eu mesma escolher o que fazer como lazer. (Discente da escola).

Este capítulo foi construído por meio de estudos que estamos realizando e que serão publicados em um livro escrito por um coletivo de alunos e professores de escolas de diferentes cidades/estados e pelo coletivo de professores e acadêmicos que integram os projetos de Educação Física do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)* em diferentes instituições de ensino superior.

2.2.5 Referências

- CARVALHO, Yara Maria de. Atividade física e saúde: onde está e quem é o "sujeito da relação". *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, n. 2, p. 9-21, jan. 2001.
- DELORS, Jacques et al. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Tradução de José Carlos Eufrazio. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC, Unesco, 1998.
- DUARTE, Bernardo Augusto Ferreira. Recriando o direito ao lazer. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Orgs.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. (Coleção Educação Física e Esportes). p. 23-44.
- FRANÇA, Tereza Luiza de. Educação para e pelo lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lúdico, educação e educação física**. Juiz, RS: Ed. Unijuí, 1999. (Coleção Educação Física).
- _____. **Lazer, corporeidade, educação**: o saber da experiência cultural em prelúdio. 2003. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2003.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O educador**: vida e morte. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 89-101.
- _____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- _____. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Organização, apresentação e notas de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social. In: _____. (Org.). **O direito social ao lazer no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2015. (Coleção Educação Física e Esportes). p. 1-6.
- _____; PINTO, Lella. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christianne Luce et al. (Orgs.). **Lazer na América Latina: tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p. 67-121.
- LSBOA, Jéssyca; ARAÚJO, Patrícia de. Brinquedos de miriti no universo escolar: saberes socioculturais do lazer em aulas de Educação Física. In: ARAÚJO, Patrícia de. (Org.) **O corpo lúdico: lazer e cidadania.** Belém, PA: Cromos, 2013.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Orgs.). **O direito social ao lazer no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2015. (Coleção Educação Física e Esportes). p. 7-22.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho C. **Lazer e educação.** 12. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- PASSOS, Miriam Barreto de Almeida. **Professores do ensino superior: práticas e desafios.** Porto Alegre: Meditação, 2009.
- PINTO, Lella Mirtes S. M. Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira et al. (Orgs.). **Gestão de políticas de esporte e lazer.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.
- SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação: o trabalho pedagógico nos processos educativos não-escolares. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 171-180, 2000.
- SNYDERS, Georges. **Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários.** Tradução Cátia A. Pereira da Silva. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TAFFAREL, Celi Neuza Z.; SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. Políticas de esporte e lazer para o campo e a cidade: os mutirões e os círculos populares da Bahia. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira et al. (Orgs.) **Gestão de políticas de esporte e lazer.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 215-233, p. 1991.
- VASCONCELOS, Maria Lúcia M. C. **A formação do professor de 3.º grau.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

CAPÍTULO 23

DESENVOLVIMENTO, TURISMO, LAZER E VIAGENS SENSORIAIS

Mozart Fazio²
Diogo Xavier³

23.1 Introdução

Este artigo parte dos esforços para cumprir o desafio de coordenar uma oficina de vivências turísticas de lazer para parte do público do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) 2015, ocorrido em Brasília. Era desafiador porque uma oficina pressupõe um encontro entre teoria e prática, sendo que um elemento fundamental do turismo é o deslocamento temporário, e a ocasião não comportava deslocamento. O grupo formado por professor e alunos definiu a premissa do trabalho: como nos deslocarmos sem fisicamente deslocarmos? Dos alunos veio a ideia de propor estímulos aos sentidos para promover o deslocamento. Fazer ter sentido, tomar um sentido e apurar os sentidos representam expressões comuns na linguagem e que remetem à importância dos sentidos para nossa orientação. Aspectos sensoriais diversos corroboram para alcançar uma percepção mais aguçada do espaço e arredores, interpretados por signos e simulacros.

Na oficina, as experiências sensoriais foram trabalhadas de forma a gerar sensações que remetessem a lugares, mas também que nos levassem a discussões importantes acerca do tempo em que vivemos e das contradições inerentes à pós-modernidade. Conseguimos chegar a comparações

²Professor adjunto do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília, PhD em Desenvolvimento Sustentável, pesquisa a relação entre turismo, lazer e desenvolvimento.

³Graduado em Gastronomia pela Universidade do Estado de Goiás -Pirenópolis, graduando do curso de Turismo do Centro de Excelência em Turismo, interessado em poesia e cozinha.

surpreendentemente precisas e complementares entre os estereótipos trabalhados nas viagens sensoriais e os valores dominantes de tecnologias, consumo e crescimento econômico que, agindo como estereótipos, se diferenciavam do processo civilizatório. Milton Santos afirmou, na virada do milênio, que a humanidade precisa parar de debater crescimento econômico e voltar a discutir civilização (apud TENDLER, 2001).

Este artigo discute as contradições e maravilhas do tempo em que vivemos a partir da oficina de vivências turísticas que nos levou a entender potenciais do turismo que vão além dos discursos hegemônicos de expansão de riqueza e renda. Reflete também sobre os fundamentos teóricos da oficina conduzida: turismo e lazer na pós-modernidade e desenvolvimento humano.

23.2 O tempo em que vivemos

A passagem da modernidade para a pós-modernidade foi tecnicamente explicada como a expansão da magnitude e da velocidade dos fluxos inter-regionais e dos padrões de interação social (HELLD; MCGREW, 2003), ou mais sensivelmente chamada de tempo líquido por conta da fluidez de informações e da dissolução dos mais diversos tipos de fronteiras (BAUMAN, 2007). O tempo em que vivemos hoje é caracterizado pela comercialização de tudo, pela transformação do cidadão em consumidor e pela expansão de renda e riqueza como sendo o único foco da ação governamental (SEN, 1999). Essa compressão espaço-temporal, como chamou David Harvey, está fundamentada na aceleração da produção por meio da desintegração vertical – terceirizações e subcontratações –, da racionalização da distribuição de produtos e na transferência instantânea de dinheiro por todo o globo por meio dos bancos eletrônicos e cartões de crédito, transformando “24 horas em um tempo muito maior” (HARVEY, 1989, p. 285). Como resultado, a pós-modernidade conseguiu exacerbar a dependência das sociedades e de seus governos de sua capacidade de expandir o par dialético produção-consumo. Entretanto, esse paradigma linear de desenvolvimento foi chamado de “mito”, por destruir a natureza

(FURTADO, 1974; MEADOWS *et al.*, 1972) e gerar uma sociedade de desigualdade sem precedentes (ESCOBAR, 1995), sendo que o estudo de desenvolvimento é o estudo da igualdade (SEN, 1992).

O lazer, chamado paradoxalmente de indústria, emerge nesse contexto como um produto típico da pós-modernidade, com seus ciclos de vida curíssimos em comparação aos carros e geladeiras da modernidade. A dinâmica da pós-modernidade é governada por eventos, viagens, jogos eletrônicos, séries de TV, *raves*, ansiedade, drogas tecnológicas, felicidade efêmera e hiperviolência. Se conseguimos fazer muito mais coisas em menos tempo, é natural que não as façamos tão bem. É o triunfo da quantidade sobre a qualidade. O tempo em que vivemos é marcado pela superficialidade de pensamento e ação, por aquilo que Llosa (2012) chamou de frivolidade. Por exemplo, se antes um escritor se esmerava por lançar uma obra que fosse perene, que suplantasse o autor, que fosse atemporal – Fausto, Ulisses, Dom Quixote, Grande Sertão Veredas –, na pós-modernidade, o segredo está em se produzir alguma coisa que acabe logo, e que seja consumida rapidamente e substituída em seguida. A frivolidade impera não somente na arte, mas no sexo, no consumo de drogas, na violência, no laicismo, na política, no lazer, no turismo, na formação de opinião, de forma a marginalizar o intelectual.

Enquanto jogadores de futebol e artistas *pop* formam mais opinião política do que cientistas políticos, conceitos mal compreendidos de Simone de Beauvoir são desancados por pastores fundamentalistas e comediantes de TV, como aconteceu recentemente acerca de uma prova do Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil. O mais doentio destes tempos é a frivolidade do prazer. Um conservador questionaria: será que as novas gerações não conseguiram entender Guimarães Rosa? Ouvir um álbum de música inteiro? Transformar o sexo em uma obra de arte? Observar uma pintura por mais de três minutos? Terminar uma leitura antes de concordar ou discordar com a opinião do autor? Já um analista pós-estruturalista entenderia isso como um processo sem volta, nem bom nem ruim, de desenvolvimento da humanidade na direção em que ela, no processo de formação da cultura, escolheu – não como um caminho único, mas com vários caminhos

confusos. Para esses últimos, não há como prever o comportamento humano, portanto qualquer tentativa de criar receitas e proposições, teorias normativas do futuro da sociedade, já nascem falhas. O papel do pesquisador social está em analisar o passado e o presente. Como João Ubaldo Ribeiro (1998) observa, não é possível prever o resultado de um jogo de futebol. Por mais que uma equipe seja mais rica, tradicional, tenha jogadores consagrados, o resultado do jogo, ou disputa de poder, só será sabido após a partida.

Nesse sentido, o papel dos analistas sociais se tornou um grande desafio no tempo em que vivemos, com a necessidade de ir além do pensamento disciplinar e da tradição filosófica positivista, que tem governado nossa produção do conhecimento há pelo menos 200 anos. Para o propósito deste artigo, analisa-se o conceito de desenvolvimento humano em um diálogo entre disciplinas.

23.3 Desenvolvimento humano como liberdade consciente

Desenvolvimento humano tem sido um tema discutido em várias disciplinas, mas é um tema especial entre os economistas, com seu foco na sociedade, e entre os educadores, com o foco no indivíduo. A mais importante teoria normativa de desenvolvimento humano da sociedade vem dos estudos do economista e filósofo Amartya Sen (1999), que influenciaram uma geração de pesquisadores sociais, com destaque para Martha Nussbaum (2000). Chamada “abordagem das capacidades”, o maior mérito de sua teoria foi mover o foco do exercício de desenvolvimento da simples expansão de riqueza e renda para a expansão das liberdades individuais dos seres humanos. Assim, foca em assegurar que cada indivíduo tenha a capacidade de levar sua vida da forma como desejar.

Para Sen (1999), o foco deve ser nas liberdades individuais por duas razões: uma avaliativa – os indicadores de desenvolvimento devem incluir outros elementos além da renda; e uma efetiva – os indivíduos devem se tornar agentes e não recipiente do processo de desenvolvimento, e assim decidir seu próprio destino. A primeira razão é bem explorada tanto no mundo acadêmico como na gestão do desenvolvimento, sendo seu

resultado mais expressivo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que nasce de uma demanda do então diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Mahbub Ul Haq, e que já está bastante difundida por todo o globo (UL HAQ, 2003). A segunda razão tem sido menos pesquisada pelos estudiosos do desenvolvimento econômico (FUKUDA-PARR, 2003). Estudar as liberdades individuais foge à disciplina econômica, com seu foco no coletivo. O estudo da formação de cada um, do processo de desenvolvimento que leva à emancipação do indivíduo e à sua capacidade de tomar decisões acerca de seu próprio destino tem um lado subjetivo, que é estudado pela pedagogia. Refere-se à parte inensurável do processo de desenvolvimento. Daí a pressuposição de que a economia atingiu uma fronteira disciplinar, tentando sair do coletivo para flertar com o indivíduo.

O processo de desenvolvimento humano, com o foco no indivíduo, é estudado pela Pedagogia, por exemplo, nos estágios de desenvolvimento genético de Piaget (ALMEIDA, 1987). Para o objetivo deste artigo, aqui serão utilizados a pedagogia da autonomia e o conceito de conscientização, de Paulo Freire. Para o autor, conscientização é quando o corpo age coerente com o que pensa, sente e diz em um exercício de liberdade para sonhar (FREIRE, 1973). Para tanto, o indivíduo deve ter a capacidade de compreender o contexto em que está inserido, o que gera sua capacidade de criticá-lo. A conscientização é a geradora da capacidade de interferir nas decisões políticas que governam o destino de cada um, sendo que o indivíduo só faz sentido quando há o outro (FREIRE, 1970). Dessa forma, Freire também atinge uma fronteira disciplinar, ao partir da conscientização do indivíduo para buscar o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Assume-se aqui que há uma fronteira entre disciplinas necessitando de um maior diálogo: a Economia, precisando entender as liberdades individuais, e a Pedagogia precisando entrar nas questões político-econômicas, de alocação dos recursos escassos para o governo da sociedade e para a busca por um conceito mais rico de igualdade. Em vez do aclamado “Desenvolvimento como Liberdade” (SEN, 1999), este diálogo pós-disciplinar sugere um desenvolvimento como *liberdade consciente*, em que a conscientização torna-se o passo para se atingir a razão “efetiva” descrita acima.

Apesar de ambas as teorias discutidas acima serem globalmente conhecidas e celebradas, elas permanecem secundárias entre os paradigmas hegemônicos que nos governam. Há o domínio de um exercício de desenvolvimento voltado apenas à expansão do consumo e da renda, tendo transformado cidadãos em consumidores. Esse é o fundamento por trás da oficina de vivências turísticas conduzida no ENAREL 2015.

23.4 A oficina de vivências turísticas viagens sensoriais

No intento de contextualizar uma discussão que articula turismo, lazer e a experimentação sensorial, buscamos conseguir alcançar o objetivo primordial de, por meio dos sentidos do ser humano, passear por aspectos de culturas diversas do mundo; permear, por meio de oficina lúdica, acesso às memórias construídas e referências tributadas às culturas já estereotipadas. Mesmo que a percepção da realidade esteja sempre mediada pelo cérebro, ouvidos, olhos, boca, nariz e pele são as ferramentas fundamentais na construção da realidade. Atribuir importância a esses sentidos de alta precisão nos ajuda a compreender o mundo à nossa volta.

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais para se abordar problemáticas do tempo, bem como atributos da história e noções de espaço e nações. O exemplo disso está nas paisagens e limites imaginários, atribuídos às localidades que são construídas no imaginário coletivo, por intermédio de campanhas e correlações da formatação e consolidação da urbe na memória social e sua natureza típica. Repleta de significações e elementos estrangeiros incrustados na construção da lembrança, a memória é o modo de manter algumas informações construídas por códigos, permitindo ao indivíduo atualizar impressões ou reinterpretá-las (LE GOFF, 1994). Para Freud (2009), a memória humana tem caráter seletivo; desse mesmo modo, escolhemos lembranças de forma parcial, a partir de estímulos externos e concepções sociais. Ainda Said (2003) defende que o Ocidente criou representações do Oriente – lugar místico, exótico – que são diferentes da realidade desses lugares, mas que ainda estimulam nossa mente a nos remeter a esses lugares quando

expostos a esses símbolos. Partimos, neste artigo, do interesse em propor descobertas por meio de arquétipos característicos da memória construída em relação ao tempo e espaço, junto ao experimento lúdico e suas possibilidades de prazer e crítica.

A oficina se inicia com um vídeo em que os participantes são desafiados a observar longamente a vista da terra, do espaço, como se fizessem parte da tripulação de uma nave interplanetária. Alguns já sentiram o confronto com a velocidade da pós-modernidade e deixaram a sala, ou ficaram ansiosos, conforme descreveram em seguida. O vídeo continua com um passeio aéreo por uma Paris desconhecida, mas que se revela em música e em pontos famosos até que desponta o símbolo inquestionável da Torre Eiffel; depois a Inglaterra e pausa. Vendados, somos transportados ao velho Oeste apenas pela audição, guiados pela sonoplastia e música. Mas não é a sonoplastia daquele tempo e nem a música típica que nos transporta, mas os estereótipos. Os participantes ouvem a trilha sonora do famoso *Era Uma Vez no Oeste* (LEONE, 1968), composta pelo italiano Ennio Morricone, e a sonoplastia dos saloons, tiros e cavalos. Depois, as vendas são retiradas e há um mundo novo pela frente, com uma dança hipnotizante de monges da Birmânia e índios brasileiros.

Ver cores nas paisagens, vestimentas típicas, céus prolongados por mares, pores de sol, tessitura social emblemática e topografias diversas enriquece a visão com histórias inenarráveis. Ouvir a musicalidade local, os sons de uma natureza intrínseca ao lugar, instrumentos fabricados na especificidade de quem os toca e que são conectados aos aspectos culturais da região, fazem dos ouvidos um receptáculo de emoções. Saborear delicadas e fortes preparações afortunadas com especiarias e ingredientes regionais, fidedignos ao local de cultivo e misturadas até que façam parte das experiências do palato, bem como acessar os aromas da localidade por meio do vento no alvorecer e despertar dos fluxos deve atrair os viajantes mais glutões rumo aos sentidos e horizontes que clamam por sabores.

Sabemos dos cheiros que são marcas dos lugares: um toque de *curry* que exala o Oriente, o manjeriço que nos liga ao Mediterrâneo, as mangas da chácara, o chá do quintal da avó. Tudo isso nos transporta e

nos desloca no espaço e tempo. Há o cheiro de lugares, de ambientes, de frutas endêmicas, de flores da estação, de comida boa, há cheiro até de chuva com toque de terra. Os lugares se encheram de cheiros e aromas característicos, cabendo a quem viaje por esses lugares (físicos e imaginados) deixar-se ser furtivamente abordado por esse sentido. Os aromas atingem nossa esfera emotiva e irracional, provoca calma ou excitação, altera o humor e produz sentimentos de simpatia ou de recusa instintivos, além de conseguir ser um anúncio da aproximação de ameaças ou mesmo de perigos (por exemplo, a fumaça e o alarme contra incêndios).

A oficina continua com dois pratos mediterrâneos, um sírio (*homus tahine* com azeite, hortelã e pão típico) e outro italiano (pesto com *ciabatta*). Os aromas inundam a sala, e a comparação entre os sabores e a geopolítica atual torna-se inevitável, bem como a constatação de haver, ou ter havido, uma Síria grandiosa, capaz da criação de um prato tão sensível e saboroso, diferente daquela representada pela barbárie do garoto morto na praia. As discussões emergem espontaneamente entre os participantes. Sob essas percepções, iniciou-se uma discussão sobre o processo civilizatório e o crescimento econômico. Afinal, o garoto morto, pelas razões que morreu, representa mais civilização ou barbárie? Esse é o tempo em que vivemos.

Debateu-se o mundo líquido, fluido, confuso, corrido relacionado às experiências pessoais dos participantes. Assuntos como ansiedade, ação em sala de aula, conflitos minerais, conflitos urbanos, tecnologia e frivolidade, "gourmetização" de tudo, entre outros assuntos, ditaram a pauta. A imposição, no mundo líquido do consumismo, como oposto à criação cultural, derivado dos discursos hegemônicos de desenvolvimento que nos tornam consumidores antes de cidadãos foi criticada. Já pontos considerados positivos na contemporaneidade foram levantados, como o acesso à informação, facilidade de deslocamento, democracia e ação dos movimentos sociais. Há razões para acreditar que momentaneamente aquele grupo, imerso na oficina cujos temas de discussão foram criados pelos próprios participantes, viveu a emergência espontânea de uma consciência crítica entre os participantes. Vários se disseram surpresos por terem sido expostos a novas formas de enxergar o mundo. Concluiu-se que, da mesma forma que a superficialidade dos estereótipos nos leva a lugares e tempos

que representamos a partir de nossa exposição a determinados símbolos, é essa mesma exposição que nos leva a aceitar os valores e hábitos de consumo impostos pela pós-modernidade.

23.5 Reflexões finais

Este artigo buscou descrever a pós-modernidade como o tempo em que vivemos, para demonstrar que o conceito e suas implicações não pertencem a uma academia fria, neutra e distante, mas à realidade de nossas experiências. Partindo do conceito aqui elaborado, de desenvolvimento como liberdade consciente, buscou-se demonstrar em teoria e prática a existência de diferentes formas de enxergar as possibilidades do caminhar da humanidade: a diferença entre os paradigmas hegemônicos de crescimento econômico e o processo civilizatório. O crescimento econômico sozinho não nos distancia da barbárie, mas é difícil pensar o caminhar da humanidade centralizado em algo diferente desse crescimento, por ser um discurso dominante e permeado por dissuasões, manipulações geradas pelas disputas de poder. Da mesma forma, os participantes da *Oficina de vivências turísticas: Viagens Sensoriais* se transportaram no espaço e tempo a partir de estereótipos superficiais e viveram o confronto com a velocidade do tempo pós-moderno. As discussões que se seguiram à oficina demonstraram que, ao menos momentaneamente, vivemos uma experiência lúdica, espontânea, incerta e natural de liberdade consciente de pensamento e todo o prazer e dor verdadeiros que esse processo emancipatório traz.

23.6 Referências

- ALMEIDA, P. *Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 1987.
- BAUMAN, Z. *Tempos Líquidos*. São Paulo: Zahar, 2007.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____. *Education for Critical Consciousness*. London: Sheed and Ward, 1973.
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 12)*. Rio de Janeiro: Imago, 2009.
- FUKUDA-PARR, S. The Human Development Paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. *Feminist Economics*, v. 9, n. 2-3, p. 301-317, 2003.
- FURTADO, C. *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 1989.
- HELD, D.; MCGREW, A. G. The Great Globalization Debate: an introduction. In: HELD, D.; MCGREW, A. (Eds.). *The global transformations reader: an introduction to the globalization debate* Cambridge: Polity Press, 2003. p. 1-50.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LEONE, S. *Era uma vez no Oeste*. [Filme]. Direção de Sérgio Leone. Itália/Espanha, 2003. 1 DVD, 165 min. color.
- LLOSA, M. *A civilização do espetáculo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- MEADOWS, D. et al. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Potomac, 1972.
- NUSSBAUM, M. *Women and human development: the capabilities approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- RIBEIRO, J. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SAID, E. *Orientalism*. London: Penguin Books, 2003.
- SEN, A. *Inequality reexamined*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- _____. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- TENDLER, S. *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*. Cidade: Caliban, 2001.
- UL HAQ, M. The birth of the human development index. In: FUKUDA-PARR, S.; KUMAR, A. (Eds.). *Readings in human development*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 127-137.

CAPÍTULO 24

OFICINA DE VIVÊNCIAS DENTRO DOS INTERESSES CULTURAIS DE LAZER - VIRTUAIS

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro¹

Gisele Maria Schwartz²

Os interesses culturais do lazer estão diretamente relacionados às inúmeras possibilidades de práticas de atividades, as quais representam uma visão panorâmica das opções que podem ser vivenciadas nesse âmbito. Embora o lazer não possa ser entendido somente como atividade – pois o fenômeno abrange outros elementos, como o tempo, o espaço e a atitude –, esses interesses contribuíram para uma organização dos conteúdos que podem ser explorados, inclusive pelo profissional de Educação Física, durante suas aulas.

Inicialmente, Dumazedier (1978) classificou os interesses em relação às vivências do contexto do lazer, baseado no predomínio da característica existente em cada atividade, sendo eles: o social, o físico-esportivo, o manual, o artístico e o intelectual. Posteriormente, com o avanço dos meios de transporte, bem como melhorias das estradas, tendo como consequência o aumento de interesse em viagens, Camargo (1989) apresentou o interesse turístico, e Schwartz (2003), da mesma forma, notando a crescente valorização das vivências propiciadas pela evolução tecnológica, sugeriu a inserção do interesse virtual. Este último, o virtual, foi o tema de uma das oficinas ministradas durante o 27º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), em Brasília-DF, no ano de 2015. No sentido de contribuir para disseminar algumas possibilidades de apropriação do ambiente

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade – IB/UNESP - Campus de Rio Claro – SP

² Livre docente em Atividades Expressivas pela Universidade Estadual Paulista e coordenadora do LEL - Laboratório de Estudos do Lazer.

virtual no contexto da Educação Física, essa oficina foi organizada em forma de texto e apresentada neste capítulo.

A evolução tecnológica, principalmente as virtuais e a *internet* contribuíram para que Schwartz (2003) realizasse essa proposta de inserção de mais um conteúdo associado às possibilidades de vivências do campo do lazer: o interesse virtual. Esse conteúdo se refere às diferentes maneiras de envolvimento das pessoas com o ambiente virtual. Não há mais como negar que as inúmeras tecnologias estão presentes no dia a dia do ser humano, sendo capazes de alterar os estilos de vida de uma sociedade, influenciando as dinâmicas sociais em diversos sentidos.

A apropriação dessas tecnologias é facilmente identificada, por exemplo, no trabalho e na escola, onde esses avanços têm contribuído para acesso às informações, aprimoramento de equipamentos, possibilidade de utilização de recursos que facilitam a qualificação profissional, atendendo às expectativas da área corporativa e dos próprios alunos. Ao realizar uma simples busca no *Google*™ com as palavras-chave *tecnologia* e *educação*, uma série de artigos, comentários, livros, *blogs* e *sites* discorrem sobre esse assunto. Em 2005, 20,9% da população brasileira acessava a *internet* e, em 2011, 46,5%. O crescimento também ocorreu em relação ao uso de celulares, já que, em 2005, 55,7 milhões de brasileiros possuíam um aparelho de celular e, em 2011, 115,4 milhões passaram a ter celulares no Brasil (IBGE, 2013).

No lazer, o uso dos diferentes recursos tecnológicos, como *tablets*, celulares, computadores, *videogames*, televisão, influenciam diretamente o preenchimento do tempo disponível. Nesse contexto, muitas pessoas interagem virtualmente com outras pessoas pelas redes sociais, por *vídeo* pela *webcam* e se divertem com jogos, passatempos, assistem a filmes, participam de comunidades, de grupos virtuais, enfim, por meio de uma gama de atividades que podem ser vivenciadas nesse ambiente virtual.

Cientificamente, o número de publicações que discorrem sobre tecnologias e educação, o uso da *internet* na educação, o lazer e as tecnologias tem aumentado nos últimos anos. Por meio de uma busca realizada no *site* da biblioteca da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) do *Campus* de Rio Claro-SP, por teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias do Instituto

de Biociências e Departamento de Educação Física, podem ser encontrados inúmeros temas associados ao contexto virtual e ao uso de tecnologias, como exemplo: *A utilização das tecnologias da informação e comunicação no ensino dos 100 metros rasos* (GINCIENE, 2012), *Diversão e prazer declarados por crianças que jogam Wii®: entre o real e o virtual* (SCHIAVON, 2012), *O efeito da intervenção com realidade virtual em indivíduos com dificuldades de coordenação motora* (FISCHER, 2013), *A realidade virtual na intervenção motora em crianças com transtorno do desenvolvimento da coordenação* (CAMPELO, 2013), *Jogos digitais educacionais nas aulas de Educação Física: Olympia, um videogame sobre os Jogos Olímpicos* (FRANCO, 2014), entre outros, que já contribuem para a compreensão da relação entre tecnologia e os diversos âmbitos culturais, incluindo o do lazer.

Ao se focalizar a atenção diretamente no profissional que trabalha no contexto do lazer, percebe-se sua necessidade de compreender as inúmeras possibilidades de vivências nesse contexto para, assim, fazer o uso desses recursos em sua atuação prática, ampliando a oferta de atividades. No âmbito educacional, o professor de Educação Física escolar, por exemplo, precisa superar o preconceito de que o uso de determinadas tecnologias não é adequado para atingir os objetivos dessa área e se apropriar desses conteúdos, vencendo os desafios e estando atento às necessidades e expectativas dos alunos, se atualizado perante as tendências que podem trazer melhorias à sua prática profissional.

Não se trata de incentivar o uso das tecnologias e o uso de *video-games* para abolir de vez as atividades em quadra ou campo, mas, ao contrário, o professor necessita ampliar o repertório de atividades do contexto do lazer entre seus alunos, visando não somente a favorecer atividades do conteúdo físico-esportivo, como normalmente é visto hoje em dia, mas sim, a possibilitar aos alunos as vivências representativas de todos os outros conteúdos culturais. As crianças precisam aprender desde cedo sobre o fenômeno do lazer e as diferentes opções de atividades, que se tornam essenciais e que permitem escolhas posteriores na vida adulta – e isso se refere à perspectiva de educação para o lazer.

O profissional que trabalha com o lazer poderá, em suas aulas, utilizar o recurso de vídeos como uma ferramenta para mostrar a história de um esporte, ensinar novos esportes, diferentes esportes praticados em

outros países, os quais são impossíveis, muitas vezes, de serem vivenciados no Brasil, como os esportes praticados na neve, por exemplo. Os vídeos permitem a visualização de educativos para determinados esportes, o estudo aprofundado das regras de uma modalidade, ou simplesmente pode visar à apreciação, como assistir a um jogo das Olimpíadas.

As aulas poderão conter a utilização da própria tecnologia, como o caso de um console de *videogame*. Muitos equipamentos de jogos eletrônicos permitem a realização de movimentos, como os *Exergames* (BARACHO; GRIPP; LIMA, 2012) e a utilização do Nintendo Wii ou Xbox 360 com Kinect. Mesmo com um único equipamento para uma turma grande de alunos, a proposta de uma aula com o uso de um console de *videogame*, por exemplo, por meio de um jogo de dança, pode ser significativa para crianças, pois, muitas vezes, elas não estão preocupadas em acumular o maior número de pontos ou se o equipamento está captando exatamente o seu movimento, elas, geralmente, querem dançar, participar da atividade, independente de pontuação. O professor poderá limitar o espaço físico, demarcando o chão com uma fita adesiva, explicando que os alunos podem se movimentar até aquela faixa. Esse tipo de ação assegura, também, que o equipamento fique mais seguro, evitando queda, ou mesmo que alguma criança tropece nos fios ou cabos do aparelho.

Durante as aulas, o professor poderá solicitar tarefas específicas utilizando as tecnologias, como a elaboração de vídeos pelos próprios alunos com temáticas variadas. Os alunos podem realizar entrevistas com seus avós, por exemplo, sobre as brincadeiras que eles praticavam quando crianças e filmar os depoimentos, ou, ainda, poderão filmar suas atividades do contexto do lazer vivenciadas no fim de semana, e esse material poderia ser apresentado em sala para seus colegas.

O profissional que trabalha no âmbito do lazer poderá, ainda, utilizar o ambiente virtual como estratégia, utilizando os *Webgames* (SCHWARTZ *et al.*, 2013), os quais são uma releitura de estímulos propostos nos jogos virtuais, transpondo-os para a quadra ou ambiente aberto, com a utilização do corpo, o qual absorve o conteúdo sugerido no jogo virtual, simulando o mesmo movimento. Recentemente, o livro *Webgames* com o corpo (SCHWARTZ; TAVARES, 2015) permitiu a

ampliação do repertório de atividades desse contexto, com diferentes possibilidades e ambientes de atuação.

Durante a oficina ministrada, foram propostos alguns *Webgames*, como por exemplo, o Tetris e o Candy Crush, em que os participantes puderam vivenciar esses jogos e discutir sobre essa apropriação. Tanto para o Tetris quanto para o Candy Crush foi utilizada uma lona quadrada, simulando um tabuleiro gigante. No Tetris, cada pessoa pega uma peça desenhada em um papel, disposta em uma caixa. As peças poderiam ser o L (para direita ou esquerda), T (para cima ou para baixo) e o I. Um membro da equipe pegaria a peça e simularia, com o corpo, a letra no tabuleiro, deitando sobre ele, no chão. Em seguida, outro membro da mesma equipe realiza a mesma ação, até que o tabuleiro fique preenchido e não tenha mais espaços disponíveis. Após isso, contam-se quantos espaços (quadrados) sobraram no tabuleiro. O mesmo deverá ocorrer com a segunda equipe, vencendo a equipe que deixar o menor número de espaços (quadrados) livres no tabuleiro.

Para o Candy Crush foi utilizado, além da lona quadrada, peças com diferentes figuras de doces, feitas em papel cartão, inseridas no tabuleiro de forma aleatória. Uma equipe por vez realiza a movimentação da peça, e para cada trio de peças iguais formadas, a equipe ganha uma bola amarela (3 pontos), para cada quarteto de peças, ganha-se uma bola azul (4 pontos) e para cada quinteto, uma bola rosa (5 pontos). No final, todas as bolas conquistadas são somadas, sendo possível identificar a equipe vencedora como a que possui o maior número de pontos conquistados.

Foi realizada, também, uma atividade de interação, chamada *Insta#game*, para a qual os participantes foram divididos em seis equipes, e cada equipe, de posse de um celular, realizou *selfies* em lugares diferentes e com ações também diferentes. Foi explicado o objetivo da atividade, que, além da interação, seria produzir as fotos mais criativas, pois essas seriam consideradas as vencedoras. No caso da equipe 1, foi entregue uma sequência, na qual deveriam cumprir a ordem estabelecida: foto 1 (arquitancada#torcendo), foto 2 (qualquer lugar#compressaoimportante), foto 3 (bemvindosENAREL#felizes), foto 4 (banheiro#apertados), foto 5 (*standjogos#concentrados*) e foto

6 (*coffee#poseacrobática*). Todas as equipes receberam as mesmas informações, porém, em ordem diferente, para que, assim, não houvesse aglomerações no mesmo local. Assim que cumprissem a tarefa, as equipes deveriam postar as fotos no *Instagram*. Ao final da atividade, as fotos foram apresentadas para todos os participantes e, assim, puderam ser eleitas as mais criativas, premiando a equipe vencedora.

Outro exemplo de atividade realizada durante a oficina foi o CaçaZap, um caça ao tesouro que utiliza o WhatsApp do celular como ferramenta durante a brincadeira. As pistas foram escondidas previamente pelo local, no caso, o Estádio Mané Garrincha, sendo identificadas por cores de envelopes diferentes. Foram quatro cores de envelopes para quatro equipes diferentes. A equipe azul, por exemplo, só poderia pegar o envelope azul. Foi criado um grupo no WhatsApp para cada equipe e enviada uma foto inicial para esses grupos (equipes). A foto foi referente ao primeiro local onde se encontrava a primeira pista. A equipe que chegasse primeiro ao local da foto pegaria o envelope da cor correspondente de sua equipe e enviaria o código numérico pelo WhatsApp. Somente após o envio do código é que seria possível o envio da nova pista, e assim por diante. No caso da oficina, foram estipulados três códigos numéricos que abririam um cofre. A equipe que conseguisse enviar os três números corretos, ganharia a prova.

Ao término da oficina, foi salientada novamente a importância da apropriação dessas ferramentas do conteúdo virtual pelo profissional que trabalha no âmbito do lazer em sua prática profissional. De modo geral, os participantes gostaram da oficina, demonstraram interesse e fizeram comentários sobre a relevância e ampliação de temas para a atuação no lazer.

Por fim, reitera-se que cabe ao profissional dessa área superar preconceitos a respeito da utilização de recursos tecnológicos no âmbito de sua prática, incentivando os alunos/clientes e criando um clima favorável à reflexão e à criação. É importante, também, promover mudanças de valores sobre sua atuação profissional, atualizando-se constantemente, mas sem perder sua essência e peculiaridade em relação aos objetivos, para atingir as expectativas de seu público-alvo e reforçar a ideia de educação significativa.

24.1 Referências

- BARACHO, A. F. O.; GRIPP, F. J.; LIMA, M. R. Os Exergames e a Educação Física escolar na cultura digital. *Revista Brasileira de Ciência e Esportes*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 111-126, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v34n1/v34n1a09.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- BRASIL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. RIO DE JANEIRO. (Rio de Janeiro). **PNAD 2011**. Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoa. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/pts/0000012962305122013234016z42127.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- CAMARGO, L. O. **O que é lazer**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAMPELO, A. M. **A realidade virtual na intervenção motora em crianças com transtorno do desenvolvimento da coordenação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2013.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FISCHER, F. **O efeito da intervenção com realidade virtual em indivíduos com dificuldades de coordenação motora**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2013.
- FRANCO, L. C. P. **Jogos digitais educacionais nas aulas de Educação Física**: Olympia, um videogame sobre os Jogos Olímpicos. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2014.
- GINCIENE, G. **A utilização das tecnologias da informação e comunicação no ensino dos 100 metros rasos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2012.
- SCHIAVON, M. K. **Diversão e prazer declarados por crianças que jogam Wii®**: entre o real e o virtual. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2012.
- SCHWARTZ, G. M. **O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier**. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.
- _____. et al. Apropriação das tecnologias virtuais como estratégias de intervenção no campo do lazer: os Webgames Adaptados. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 1-26, set. 2013.
- _____.; TAVARES, G. H. **Webgames com o corpo: vivenciando os jogos virtuais no mundo real**. São Paulo: Phorte, 2015.

CAPÍTULO 25

INTERESSES INTELECTUAIS DO LAZER: A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS DE TABULEIRO

Alípio Rodrigues Pines Junior¹

25.1 O lazer e os seus interesses

O lazer, por ser parte integrante da cultura de um povo, pode ser manifestado de diversas formas, desde um passeio devaneante em um parque com a família até a leitura solitária do jornal do dia. Mas o que tais atividades desenvolvidas no âmbito do lazer possuem em comum? Para responder a essa questão será necessário analisar a definição de lazer.

Assegurado como um direito social da população brasileira (BRASIL, 1988), o lazer tem sua origem muito debatida entre os pesquisadores da área. Contudo, o lazer como é conhecido atualmente tem um marco definido: a Revolução Industrial. A partir dela houve o surgimento do tempo cronológico, marcado pelo relógio, com a separação das esferas do trabalho, da família e do lazer (MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Nacionalmente, devido a seu forte contato e prestação de serviços ao Serviço Social do Comércio (SESC), uma das definições mais abordadas é a do sociólogo francês Joffre Dumazedier. De acordo com o autor, lazer é:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou

¹Bolsista da CAPES no mestrado em Ciências da Atividade Física (EACH-USP), membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (GIEL/USP/CNPq).

desembarçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

A partir dessa concepção, surge o termo “tempo livre”, que é caracterizado pelo tempo que as pessoas possuem para usufruir da maneira que lhes convém, após livrarem-se das obrigações trabalhistas e terem atendidas suas necessidades fisiológicas e obrigações sociais. Assim, as atividades de lazer são opções desse usufruto advindo do tempo livre. Outra definição que o autor traz sobre o lazer, que é complementar à supracitada, refere-se a um tempo vital que pode ser utilizado para o descanso, para o divertimento ou para seu desenvolvimento (DUMAZEDIER, 1980), teoria que comumente é chamada de “três D’s do lazer”.

Trazendo outras definições para dialogar com o autor, Marcellino (2010, p. 17) afirma que o lazer deve ser considerado:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. É fundamental, como traço definidor, o caráter *desinteressado* dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A *disponibilidade de tempo* significa possibilidade de opção pela atividade praticada ou contemplativa.

Dessa forma, o autor reforça que o lazer é parte integrante da cultura, sendo uma das possíveis manifestações dessa esfera. Além disso, o lazer pode ser identificado tanto por quem está realizando uma atividade quanto por quem a está observando e entreteendo-se somente em contemplá-la. Melo e Alves Junior (2003, p. 32) também trazem algumas considerações acerca das atividades de lazer:

- as atividades de lazer são *atividades culturais*, em seu sentido mais amplo, englobando os diversos interesses humanos, suas linguagens e manifestações;
- as atividades de lazer podem ser efetuadas no *tempo livre* das obrigações profissionais, domésticas, religiosas, e das necessidades físicas;
- as atividades de lazer são buscadas tendo em vista o *prazer* que possibilitam, embora nem sempre isso ocorra e embora o prazer não deva ser compreendido como exclusividade de tais atividades

Nesse sentido, Marcellino (2007, p. 10-11) complementa a ideia acima trazendo à tona as seguintes ponderações acerca do lazer:

1. Cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude.
2. Fenômeno gerado historicamente, do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente.
3. Um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural.
4. Portador de duplo aspecto educativo – veículo e objeto de educação – considerando-se, assim, não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social.

Os pontos colocados pelos autores corroboram a ideia de que o lazer faz parte da cultura, manifestando-se em um tempo livre ou disponível. Por meio das atividades de lazer é possível promover, além do divertimento, o desenvolvimento pelo ou para o lazer e o descanso. Para encerrar essa síntese de definições, Silva e Gonçalves (2010, p. 22) mostram que o lazer: “[...] é a preparação e a ação psicológica em realizar determinada tarefa no tempo livre, com caráter de espontaneidade e livre-arbítrio, em participação individual ou coletiva, na busca de momentos prazerosos e alegres, que apresentem resultados positivos na formação integral do indivíduo.”

Tendo em vista as definições aqui expostas, todas concordam em mencionar o lazer como parte integrante da cultura, sendo manifestado em determinado tempo, longe de influências domésticas, trabalhistas, pessoais ou sociais, podendo exercer função de divertimento, descanso ou desenvolvimento e possibilitando momentos prazerosos ao participante, seja por meio da participação ou da contemplação.

A partir dessas definições será abordada agora uma conceitualização que fala a respeito dos interesses culturais do lazer. No desenvolvimento de seus estudos, por meio da observação dos hábitos de lazer dos cidadãos franceses, Dumazedier identificou que

algumas pessoas possuem preferências por algumas atividades em detrimento de outras. Tais preferências foram chamadas pelo autor de interesses culturais do lazer:

Por interesse, deve-se entender o conhecimento que está enraizado na sensibilidade, na cultura vivida. Neste sentido, não se confunde com os temas transmitidos por agências educativas, como a escola, por exemplo. Na verdade, a cultura popular não pode permanecer no plano escolar da aquisição de conhecimentos, sem cogitar da sua aplicação, sem vivê-los, isto é, sem transformar a experiência com eles (DUMAZEDIER, 1980, p. 110).

A partir dessa fala, o autor destaca “[...] o caráter dinâmico e assistemático do processo de produção e definição das propriedades dominantes nas atividades de lazer [...]” (PIRES; ANTUNES, 2007, p. 95), já que essas atividades são forjadas nas experiências das pessoas em seu dia a dia. Dumazedier (1980) nomeou esses interesses de físico-esportivos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais. Dito isso, a seguir será dada ênfase ao interesse intelectual do lazer.

25.2 Interesse intelectual do lazer e algumas possíveis manifestações

Ao analisar a obra de Dumazedier, Pires e Antunes (2007, p. 96) ponderam que há uma dificuldade em distinguir os interesses intelectuais dos interesses artísticos. Os autores mostram que ambos podem se relacionar à aquisição de conhecimentos, cada um com uma ênfase: “[...] ao passo que os interesses intelectuais estariam mais relacionados ao conhecimento de caráter científico [...], os interesses artísticos seriam presididos pela busca do conhecimento estético [...]”.

Dentro dessa perspectiva, os autores apontam que, muitas vezes, os meios de acesso a esses conhecimentos são os mesmos, especialmente os meios de comunicação (TV, rádio, cinema, livros, entre outros), de forma que é possível satisfazê-los assistindo à TV ou lendo um livro. Um exemplo dado por eles é o cinema: você pode assistir a um filme de

ficção, e estará satisfazendo seu interesse artístico; enquanto ao assistir a um documentário é possível atender ao interesse intelectual.

Pires e Antunes (2007, p. 96) ainda ponderam que:

De certo modo, e recuperando os chamados três D's do lazer, pode-se deduzir que os interesses artísticos (e talvez os demais) estariam mais relacionados ao **descanso** e/ou ao **divertimento**, enquanto os interesses intelectuais poderiam ser melhor associados ao último D, de **desenvolvimento** cultural, ligado ao crescimento pessoal. Claro que, com isso, não estamos desconsiderando o desenvolvimento cultural proporcionado pela fruição dos interesses artísticos (e dos demais), nem limitando a vivência dos interesses intelectuais a esse desenvolvimento [grifo dos autores].

Com base nas informações dos autores é possível verificar diversas possibilidades de manifestação do interesse intelectual do lazer: leitura de livros, jornais, sites de notícias, participação em cursos cujo tema seja de interesse pessoal, assistir a um filme ou a um programa de televisão, entre outras práticas. E quais são essas outras práticas que podem ser exploradas?

Barbosa (2015, p. 35) propõe a utilização de jogos cognitivos em atividades recreativas, tanto em ambientes formais como não formais, buscando uma forma intrigante, provocativa, divertida e enervante de entretenimento. O autor aponta que “Resolver problemas pode ser um divertido e prazeroso passatempo. Além de facilitar uma maior acuidade mental, auxilia também na compreensão das estruturas mentais, nas inter-relações entre os domínios do comportamento [...]”.

Quando se fala em inteligência, deve-se relacioná-la a elementos como o raciocínio, planejamento, resolução de problemas, abstração e compreensão de ideias e linguagens (BARBOSA, 2015). Por isso, ela não deve ser considerada como única. Gardner (1985) propõe uma teoria chamada de *inteligências múltiplas*, que consiste em um conjunto de capacidades relativamente independentes. O autor divide as inteligências em sete tipos (apud BARBOSA, 2015):

- Inteligência linguística: envolve habilidade para usar a linguagem para convencer, agradecer, estimular ou transmitir ideias.

- Inteligência musical: envolve habilidade para apreciar, compor ou reproduzir músicas.
- Inteligência lógico-matemática: envolve habilidade para explorar relações, categorias e padrões, lidar com séries de raciocínio, reconhecer problemas e resolvê-los.
- Inteligência espacial: envolve habilidade para manipular formas ou objetos mentalmente e, a partir das percepções iniciais, criar tensão, equilíbrio e composição, em uma representação visual ou espacial;
- Inteligência cinestésica: envolve habilidade para usar a coordenação motora grossa ou fina em esportes, artes cênicas ou plásticas no controle dos movimentos do corpo e na manipulação de objetos com destreza.
- Inteligência interpessoal: envolve habilidade para entender e responder adequadamente a humores, temperamentos, motivações e desejos de outras pessoas.
- Inteligência intrapessoal: envolve habilidade para ter acesso aos próprios sentimentos, sonhos e ideias, para discriminá-los e lançar mão deles na solução de problemas pessoais.

Pensando nas categorias de inteligência de Gardner, nota-se a amplitude de práticas que podem ser manifestadas dentro dos interesses intelectuais do lazer. Pensando nisso, serão focalizados os jogos de tabuleiro.

2.5.3 Jogos de tabuleiro: sua história e aplicação no lazer

Não foi fácil encontrar trabalhos relacionados aos jogos de tabuleiro, principalmente na literatura nacional. Esse fator dificultou uma construção histórica mais precisa de sua origem. Duarte (2012, p. 133) afirma que “Os jogos de tabuleiro são ao menos coetâneos com as primeiras civilizações, e podem ser mais antigos”.

Anjos (2013) sugere que os primeiros jogos de tabuleiro teriam surgido nas regiões da Mesopotâmia e do Egito, cerca de 5000 anos

a.C.. A autora cita que os jogos mais antigos eram chamados de *Senet* e *Jogo Real de Ur*, e que eles “[...] eram itens indispensáveis após a morte, pois os povos daquele período acreditavam que o ato de jogar poderia ser uma forma de diversão eterna”. Por isso, tradicionalmente, os falecidos eram enterrados junto a seus pertences, e entre eles estavam os jogos, visando a salvar-lhes do tédio infinito.

Outro exemplo de jogo de tabuleiro antigo, que é praticado até os dias de hoje em diversas regiões da Ásia e África, é o *Mancala*. Ele faz parte de uma família de aproximadamente 200 jogos, chamados de “jogos de sementeira e colheita”, que tinham regras semelhantes. Tais jogos podiam ser jogados com pedras e sementes em um tabuleiro, que podia ser escavado no chão, e tinham como objetivo mover as peças no tabuleiro e capturar o maior número de peças dos adversários (VASCONCELOS, 2012).

Os jogos de tabuleiro, à medida que entraram em contato com outros povos, foram sofrendo transformações e adaptações. Um jogo destacado por Anjos (2013) foi o *Chaturanga*, possível precursor do xadrez. Sua possível origem é a Índia, e suas peças representavam as quatro divisões do exército: infantaria (peão), cavalaria (cavalo), elefantes (bispo) e carruagens (torre). A autora ressalta que, por meio do contato com a cultura persa entre 1000 e 1100 d.C., o jogo se espalhou pelo Oeste europeu. Contudo, as regras que são utilizadas atualmente foram definidas somente em 1475, as quais determinam que o vencedor é aquele jogador que consegue deixar o rei sem ação (xeque-mate).

E nas Américas? Anjos (2013) afirma que: “Na América, o *Jogo da Onça* era parte da cultura de algumas tribos indígenas brasileiras. Esse jogo foi encontrado entre os Bororos, no Mato Grosso, onde é conhecido como *Adugo*, bem como entre os Manchineri, no Acre, e os Guarani, em São Paulo.”. O *Jogo da Onça* tem provável origem inca e dois objetivos diferentes: para o jogador que controla os cachorros, o objetivo é deixar a onça sem movimento, encurralando-a; para o jogador que controla a onça, o objetivo é capturar cinco dos 14 cachorros que estão tentando encurralá-la.

Entre 1860 e 1960 surgiram os jogos de tabuleiro modernos. Pequenos fabricantes começaram a produzir versões dos jogos clássicos e outros jogos novos para atender a uma demanda da classe média emergente, principalmente dos Estados Unidos e Europa (VASCONCELOS,

2012). Duarte (2012, p. 133) mostra que “O advento de um mercado para jogos produzidos comercialmente, já incipiente no século XIX, permitiu um florescer da indústria de jogos”. O autor ainda explicita que, ao lado de versões comerciais de jogos mais antigos, começaram a surgir “jogos de autor”, ou seja, jogos que foram concebidos por uma pessoa ou um grupo. A seguir serão vistos alguns desses jogos de autor.

O marco dos jogos de tabuleiro modernos é o *The Checkered Game of Life*, ou o *Jogo da Vida* (VANCONCELOS, 2012; ANJOS, 2013). Criado em 1860, pela Milton Bradley Company, em seu ano de lançamento, vendeu mais de 45 mil cópias. Suas regras foram reescritas por Reuben Klammer em 1960, no aniversário de um século do jogo, abreviando seu nome para *The Game of Life*.

O jogo de tabuleiro mais popular de todos os tempos, de acordo com Vanconcelos (2012) e Anjos (2013) é o *Monopoly*, ou o *Banco Imobiliário*. Ele foi lançado em 1904, baseado no *The Landlord's Game*, de Elizabeth J. Magie Phillips, com o intuito de ensinar a teoria do economista Henry George acerca da taxa simples. A versão com as regras atuais foi lançada somente em 1935.

O jogo de tabuleiro mais popular no Brasil é o *War*, que na versão americana chama-se *Risk*. Ele foi criado em 1957 na França pelo diretor de cinema Albert Lamorisse, com o nome de *La Conquête Du Monde* (A Conquista do Mundo). O jogo logo foi comprado pela Hasbro e foi distribuído nos Estados Unidos (VASCONCELOS, 2012).

Os jogos de autor possuem algumas características (DUARTE, 2012, p. 134):

- Regras simples: geralmente de quatro a oito páginas, com muitas ilustrações.
- Duração rápida: raramente ultrapassa duas horas.
- Alto grau de interação entre jogadores, ao mesmo tempo em que se minimizam as situações de conflito direto.
- Componentes bem cuidados, utilizando peças de madeira e plástico, com atenção ao *design* gráfico.

- Ênfase na estratégia em preferência à sorte: raros são os jogos modernos que empregam dados, por exemplo.
 - Temas bem definidos: frequentemente, os jogos de autor dão grande relevância ao tema e à ambientação do jogo.
 - Ausência de eliminação de jogadores: isso impede que um jogador eliminado fique sem ter o que fazer enquanto o jogo continua.
 - Amplo apelo de público: os jogos atraem jogadores de perfis bastante variados e não apenas os aficionados.
 - Riqueza de possibilidades: os modernos jogos de autor oferecem diversos caminhos para a vitória.
 - Mecânicas inovadoras: inúmeras mecânicas vêm sendo desenvolvidas para os modernos jogos de autor, como os jogos cooperativos, alocação de trabalhadores, controle de área, logística, entre outras.
- Anjos (http://lounge.obviousmag.org/anna_anjos/2013/01/a-origem-dos-jogos-de-tabuleiro.html) coloca que:

O ato de jogar e envolver-se em cenários verossímeis de “realidades inventadas” é uma característica comum dos povos desde o início da civilização. Ao longo da história, os homens desenvolveram inúmeros jogos de tabuleiro, que refletiram sua lógica e raciocínio, revelando o modo com o qual cada um dos grupos sociais compreendia o seu próprio ambiente. Os jogos são muito mais que um mero “fazer de conta”: frequentemente símbolos de luta (seja luta entre homens, entre homens e divindades, ou ainda, a luta contra obstáculos a serem transpostos segundo regras preestabelecidas), uma de suas principais características é a dimensão objetiva, fixa, suas regras próprias, tempo limitado e seu espaço demarcado.

Com as ponderações dos autores é possível perceber a relação que os jogos de tabuleiro possuem com as características do interesse intelectual do lazer. Os jogos de tabuleiro possibilitam o desenvolvimento do raciocínio lógico, estratégia, trabalho em equipe, entre outras possibilidades. Isso atrai diversos públicos, desde crianças a idosos, e por isso deve ser ofertado nos mais diversos ambientes, de clubes a hotéis, de acampamentos a escolas, visando a promover o divertimento e o desenvolvimento dos jogadores.

Nesses espaços podem ser exploradas diversas possibilidades. Desde o provimento de um espaço específico, como mesas de xadrez e damas e salas com mesas e a disposição dos jogos até sua construção pelos participantes, em que cada um desenvolve seu jogo, com suas regras, componentes e tabuleiro, explica o funcionamento do jogo para os demais integrantes e depois todos jogam. Outra possibilidade é transformar os jogos de tabuleiro em grandes jogos, modificando um espaço, como uma sala ou uma quadra, no tabuleiro, e os participantes se tornam as peças. As possibilidades são inúmeras, sendo limitadas somente pela imaginação do animador e/ou da equipe que desenvolverá as atividades.

25.4 Referências

- ANJOS, A. **Os primeiros jogos de tabuleiro da história**. Disponível em: <http://lounge.obviousmag.org/anjos/2013/01/a-origem-dos-jogos-de-tabuleiro.html>. Acesso em: 15 out. 2015.
- BARBOSA, J. A. S. **Recreação e jogos cognitivos**. In: AWAD, H. Z. A.; PIMENTEL, G. G. A. **Recreação total**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2015. p. 35-41.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- DUARTE, L. C. S. **Jogos de Tabuleiro no design de Jogos Digitais**. In: SB GAMES, 11, 2012, Brasília. **Proceedings...**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2012. p. 132-137.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- _____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e cultura: algumas aproximações**. In: _____. (Org.) **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 09-117.
- _____. **Ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar**. In: _____. (Org.) **Lazer: formação e atuação profissional**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 13-22.
- MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- PIRES, G. L.; ANTUNES, S. E. **Revisitando os interesses intelectuais do lazer mediante as inovações tecnológicas de informação/comunicação**. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e cultura**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 89-30.
- SILVA, T. A. C.; GONÇALVES, K. G. F. **Manual de lazer e recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos**. São Paulo: Phorte, 2010.
- VASCONCELOS, E. **Uma breve história dos jogos de tabuleiro (parte 1)**. 2012. Disponível em: <http://pipoacaenanqim.com.br/games-2/uma-breve-historia-dos-jogos-de-tabuleiro-parte-1/>. Acesso em: 15 out. 2015.

CAPÍTULO 26

INTERESSE ARTÍSTICO DO LAZER: UMA EXPERIÊNCIA POR MEIO DOS JOGOS DE IMPROVISO

Tiago Aquino da Costa e Silva¹
Filipe Rhein Spolte²

26.1 O lazer e os seus interesses

Pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o lazer é assegurado como um direito social, permeando assim suas ações relacionadas à cultura de uma sociedade, manifestando-se de diversas formas nas camadas populacionais. O lazer é um fenômeno moderno, surgido a partir do modelo fabril desenvolvido na Revolução Industrial, em que é evidenciada a institucionalização do tempo de trabalho e lazer (MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

O primeiro ponto a ser considerado é quando o lazer começa a ser tratado em oposição ao trabalho, no contexto da Revolução Industrial. É claro que não se pode esquecer a *scholé* dos gregos, o *otium versus nec-otium* dos romanos. Seja qual for o contexto, trata-se de uma perspectiva ocidental, a qual deu e dá ainda o tom dominante aos estudos do lazer (MAGNANI, 2015).

No Brasil, as preocupações direcionadas ao lazer têm início no final do século XIX, nas ações de sanitaristas e médicos, os quais eram responsáveis pelas reformas da organização urbano-industrial. Os estudos de época relatam um lazer mais saudável com a difusão dos

¹ Membro LEL – Laboratório de Estudos do Lazer/ Departamento Educação Física, IB, UNESP Rio Claro, presidente da ABRE - Associação Brasileira de Recreatores, diretor da KIDS MOVE e Entretenimento SP.

² Professor da FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas.

valores higienistas e morais. Portanto o lazer, com inspiração na Revolução Industrial, é pautado nas transformações do homem urbano – da cidade (MELLO, 2005).

A reflexão sobre o trabalho, lazer e tempo livre precisa ser relacionada em razão de mudanças recentes no próprio sistema produtivo. Tanto a flexibilização do regime de trabalho atual como a própria precarização das condições de seu exercício para muitas pessoas e a duração das jornadas de trabalho suscitam novas questões para pensar a devida relação, segundo Magnani (2015).

Poderá existir uma relação entre lazer e trabalho e lazer e cultura.

Na primeira entende-se o tempo de lazer como produto de uma redução da jornada de trabalho que reduzida em tempo livre, ocupado basicamente pelas atividades de lazer, na medida em que a nossa sociedade absorve os valores do consumo capitalista. Já na relação lazer e cultura, acredita-se que o lazer não seja um produto do simples trabalho e sim resultado de uma criatividade sociocultural, com atores sociais definidos, enquadrando-se em uma ação de economia simbólica (CAMARGO, 2011).

Para Marcellino (2010), o lazer deve ser considerado como a cultura – compreendida em seu sentido mais amplo – vivenciada no tempo disponível. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade praticada ou contemplativa.

Já para Camargo (2006), o lazer é um tempo, um espaço e uma prática social. É um tempo quando temos a pausa do trabalho das demais obrigações; é espaço quando temos o conjunto de intervalos dos territórios urbano e rural voltados à expressão lúdica dos indivíduos, demarcados pelo trabalho. Por fim, é prática social quando assume a forma de uma atividade prazerosa.

Para Dumazedier (2008), as atividades de lazer apresentam as seguintes características: são liberatórias – o lazer deriva de uma livre escolha distante das obrigações institucionais; são desinteressadas – é uma ação com fim nela mesma; são pessoais – o sujeito busca satisfazer suas necessidades na busca da diversão, descanso e ou desenvolvimento; e são hedonísticas – é a busca de um estado positivo e saudável.

As atividades de lazer foram divididas conforme os seus interesses: virtual (SCHWARTZ, 2003); o social, artístico, intelectual, manual e o físico (DUMAZEDIER, 1980); e o turístico (CAMARGO, 1998).

- Social: são atividades manifestadas pelo relacionamento e convívio social entre as pessoas.
- Artístico: atividades com predominância no imaginário (imagens, sentimentos e emoções) e contemplam o conteúdo estético.
- Intelectual: a ênfase é dada ao conhecimento experimentado, vivido, e à busca do contato com o real. As informações, objetivos e explicações são racionais.
- Manual: são atividades delimitadas pela capacidade de manipulação, de transformação de objetivos e/ou materiais.
- Virtual: são manifestações relacionadas à tecnologia, enfatizando a diversão ou o foco social.
- Físico: são as práticas esportivas, corporais e motrizes, prevalecendo então o movimento e o exercício físico.
- Turístico: são atividades caracterizadas pela quebra de rotina temporal e espacial, na busca de novas paisagens, pessoas e costumes.

As atividades de lazer são dinâmicas e interativas, apoiadas nas experiências de cada sujeito em nossa sociedade. Para este artigo, será dada ênfase ao interesse artístico do lazer.

26.2 O interesse artístico do lazer: breves apontamentos

A escolha, a opção, está diretamente ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece. Por esse motivo é fundamental a distinção das áreas abrangidas pelos conteúdos culturais do lazer (MARCELLINO, 1996). O campo de domínio dos interesses artísticos é o imaginário – as imagens, emoções e sentimentos; seu conteúdo é estético e configura a busca da beleza e do encantamento. Abrangem todas as manifestações artísticas, de acordo com Marcellino (1996).

Para Ribeiro (2014), as atividades artísticas estão mais presentes quando se busca o contato com o belo, incluindo todas as manifestações como o cinema, o teatro, a dança, a música e outros. Melo e Alves Junior (2003) entendem que tanto as culturas populares quanto a erudita devem ser tratadas dentro do contexto das manifestações artísticas, evitando assim qualquer tipo de preconceito.

A experiência estética não é exclusividade da manifestação artística; está presente em muitas esferas da vida, inclusive no que se refere aos produtos industriais que são consumidos diariamente. Ainda assim, nota-se que o estético impulsiona a busca da arte, do prazer que as diversas linguagens artísticas proporcionam (MELO; ALVES JUNIOR, 2003). Ainda para Melo e Alves Junior (2003) o profissional de lazer não pode deixar de contemplar os interesses artísticos em seu programa, tratando-os a partir de uma dupla dimensão. Deve contribuir para educar a sensibilidade de seu público-alvo, apresentando novas linguagens e, fundamentalmente, possibilitando a vivência de novas experiências.

O potencial da arte estará em sua experimentação e no que ela desencadeará nessa vivência, ou seja, nos efeitos ocasionados em cada pessoa; nas sensações, nas emoções e no prazer desencadeados; nas diferentes formas de ver e compreender a realidade; em suas possibilidades de permitir aos indivíduos o exercício de crítica e de escolha (SANTOS, 2015). Por fim, para este artigo, limitou-se a dissertar sobre os jogos de improviso, conteúdo principal da oficina ministrada no 27º ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer), realizado em 2015 em Brasília/DF.

26.3 Os jogos de improviso

Os jogos teatrais e de improvisação são categorizados como ações culturais enquadradas no interesse artístico do lazer. Os jogos de improviso representam uma das possibilidades inovadoras de ação corporal na educação e no lazer, possuindo regras que oportunizam a criação de exercícios dramáticos, com características de improvisação e ativando os elementos referentes à atenção/concentração. Esses jogos transcendem os limites do teatro para serem inseridos em outras áreas

da vivência humana, como a Psicoterapia e a Educação (CHACRA, 2007), tendo em vista seu potencial e suas características, que perpassam a cooperação, o prazer, o bem-estar e a inclusão.

Para revitalizar o processo educativo, especialmente no contexto das aulas de Educação Física e no campo do lazer, novas estratégias são necessárias. O tema referente aos jogos de improviso pode representar um diferencial com o intuito de despertar o interesse de crianças e jovens para a prática regular de atividades físicas e ampliar o repertório motor, favorecendo, inclusive, o desenvolvimento nos âmbitos afetivo, psíquico e cognitivo (SILVA *et al.*, 2012).

O princípio do jogo de improviso é a comunicação que surge a partir da criatividade e espontaneidade das ações entre os jogadores, os quais se encontram engajados na solução cênica de um problema de atuação. A criatividade também se faz presente como característica do jogo de improviso, em que, sendo que não se trata apenas da capacidade de construir ou fazer algo inédito, ou dar apenas uma variação de forma (SPOLIN, 2008a).

No jogo de improviso, busca-se a resolução rápida de um problema cênico proposto (FUCHS, 2005). Outro aspecto interessante do jogo de improviso é em relação à plateia. O papel da plateia é torná-la parte concreta da atuação improvisada, constituída pelos jogadores-observadores. A prática dos jogos de improviso evidencia a importância do jogador-observador, pois as ações são intencionalmente dirigidas para o outro, segundo Silva *et al.* (2012).

Para esses autores, a condução dessas atividades deve ser bastante criteriosa. A maneira pela qual o material e os desafios são apresentados ao jogador, especialmente envolvendo os níveis físico e não verbal, exige outra esfera de ação, a qual se encontra, muitas vezes, em oposição a uma abordagem intelectual e psicológica. A fiscalização das atividades se faz necessária como fator de *feedback* do jogo construído para que as cenas posteriores apresentem um desenvolvimento adequado e atinja a proposta educativa (SPOLIN, 1999).

Para ele, a essência da improvisação é a transformação. Quando o aprendiz sabe que há muitas maneiras de fazer e dizer a mesma coisa, as técnicas teatrais aparecerão livremente. É por intermédio da consciência direta e dinâmica de uma experiência de atuação que a

experimentação e a transformação surgem, libertando o aluno para o padrão de comportamento fluente na ação.

Por fim, para Silva *et al.* (2012), a apropriação de estratégias de improvisação pode favorecer novas experiências de prazer, comunicação e interação, por meio das quais as crianças exploram diferentemente a dimensão da realidade. A presença da sensação de bem-estar advinda desse tipo de atividade pode gerar ressonâncias para além dos muros da escola e alterar valores e atitudes, o que reforça a importância dessas vivências.

26.4 Referências

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- _____. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).
- _____. O lazer na sociedade brasileira. In: PROVONOST, G. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: SENAC, 2011. p. 153-200.
- CHACRA, S. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 117 p.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESQ, 1980.
- _____. **Sociologia Empírica do Lazer**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FUCHS, A. C. M. **Improvisação teatral e descentração**. 2005. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- MAGNANI, J. G. C. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **O Direito social do lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 7-22.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- _____. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. In: _____. (Org.). **Lazer**: formação e atuação profissional. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 13-22.
- MELLO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- _____. **A animação cultural no Brasil**: um panorama. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- RIBEIRO, O. C. F. **Lazer e recreação**. São Paulo: Érica, 2014.
- SANTOS, P. M. **Lazer e grupos de convivência para idosos**: um estudo sobre a participação de homens em Florianópolis (SC). 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina/Florianópolis. 2015.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.

SILVA, T. A. C. et al. Jogos de improviso como estratégia para o bem estar da educação. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-17, mar. 2013.

SPOLIN, V. **Improvisation for the theater**. 3. ed. Evanston/Illinois: Northwestern University Press, 1999.

_____. **O Jogo teatral no livro do diretor**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

